

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

DANIEL ESTEVÃO RAMOS DE MIRANDA

**BRESSER-PEREIRA: PENSAMENTO COMO AÇÃO
POLÍTICA**

**São Carlos
2014**

DANIEL ESTEVÃO RAMOS DE MIRANDA

**BRESSER-PEREIRA: PENSAMENTO COMO AÇÃO
POLÍTICA**

Tese de Doutorado apresentada para a Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de São Carlos, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política, sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira.

**São Carlos
2014**

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M672b Miranda, Daniel Estevão Ramos de
 Bresser-Pereira : pensamento como ação política /
Daniel Estevão Ramos de Miranda. -- São Carlos :
UFSCar, 2015.
 243 p.

 Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

 1. Bresser-Pereira. 2. Desenvolvimento. 3. Nação.
4. Contextualismo linguístico. 5. Linhas do
pensamento político. I. Título.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE DOUTORADO
Daniel Estevão Ramos de Miranda
26/09/2014

Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira
Orientador e Presidente
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP

Profa. Dra. Ana Cristina Braga Martes
Fundação Getúlio Vargas /FGV - SP

Profa. Dra. Gabriela Nunes Ferreira
Universidade Federal de São Paulo /UNIFESP

Prof. Dr. Milton Lahuerta
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14 h no dia 26/09/2014.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira
Profa. Dra. Ana Cristina Braga Martes
Profa. Dra. Gabriela Nunes Ferreira
Prof. Dr. Milton Lahuerta
Profa. Dra. Vera Alves Cepêda

Homologado na CPG-PPGPOL na

38ª Reunião no dia 15/10/14.

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Vice- coordenadora do PGPOL

AGRADECIMENTOS

Por mais austera e abstrata que possa ser, toda pesquisa tem um lado humano e pessoal que reflete as vivências daqueles que se aventuram pelos caminhos da ciência. Para ser possível, a construção do conhecimento necessita não somente de boas técnicas e métodos, mas também de amizade e cooperação.

Por isso, agradeço em primeiro lugar a Deus, que me concedeu a felicidade de trilhar o caminho da ciência e, principalmente, de trilhá-lo ao lado de grandes pessoas, entre os quais posso citar:

O professor Marco Aurélio Nogueira, sempre presente, prestativo e ágil nos momentos mais importantes do doutorado.

Agradeço à profa. Vera Cêpeda e ao prof. Wagner Romão de Melo, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação deste trabalho. Agradeço também aos professores Milton Lahuerta, Gabriela Nunes Ferreira e Ana Cristina Braga Martes por terem aceito o convite para a banca de defesa desta tese.

Aos meus colegas de trabalho, na UFMS, pelos auxílios e pela compreensão: Aparecido F. dos Reis, Cleverton R. da Silva, Priscila M. Medeiros.

Aos amigos e vizinhos Fabrícia C. Viviani e Israel Fabiano.

Por último, mas longe de ser menos importante, agradeço a Francine pelo simples fato de estar ao meu lado.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a produção intelectual de Luiz Carlos Bresser-Pereira. Os dois grandes temas presentes em sua obra são desenvolvimento e burocracia, acompanhados, porém, por toda uma constelação temática que gravita em torno deles – classe média, nação, pactos políticos, Estado, empresários, inflação entre outros. Metodologicamente, parte-se das sugestões analíticas do contextualismo linguístico e do programa de pesquisas sobre linhagens do pensamento político brasileiro, adotando-se o pressuposto de que o pensamento é uma modalidade de ação política. Assim, trata-se de descrever, na trajetória e obra de Bresser-Pereira, as rupturas e discontinuidades – elementos mais visíveis –, assim como também as regularidades e retomadas. O resultado principal da pesquisa é o de que sua produção intelectual ganha mais sentido quando remetida a sua atuação nos diversos contextos pelos quais transitou. Contextos esses não apenas factuais, mas também linguísticos. Ou seja, é sua trajetória como ator e autor que confere sentido à obra.

Palavras-chave: Bresser-Pereira; Desenvolvimento; Nação; Contextualismo linguístico; Linhas do pensamento político.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the intellectual production of Luiz Carlos Bresser-Pereira. The two main themes in his work are development and bureaucracy, accompanied, however, by a whole thematic constellation that gravitates around them – media class, nation, political pacts, state, entrepreneur, inflation, among others. Methodologically, it starts from the analytical suggestions of linguistic contextualism and from the research program on Brazilian political thought lineages, taken as assumption that the thought is a mode of political action. Thus, it is described, in the trajectory and work of Bresser-Pereira, the rupture and discontinuity – most visible elements –, but the regularity and resumption too. The main result of research is that the his intellectual production acquires more sense when referred to his performance in the many contexts in which it has moved. Not only factual contexts, but linguistic too. That means, it is his trajectory as actor *and* author that gives more sense to his work.

Key-words: Bresser-Pereira; Development; Nation; Linguistic Contextualism; Lineage of political thought.

SUMÁRIO

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Sumário	6
Lista de siglas e abreviações	8
Lista de abreviações dos livros de Bresser	9
Lista de quadros	10
Introdução	11
Obra e Trajetória de Bresser-Pereira: a construção da problemática	12
Um estudo panorâmico	12
As errâncias da trajetória e a unidade da obra	15
Níveis de análise e margens de ação: algumas questões teórico-metodológicas preliminares	17
Trajetória do “mais famoso dos Bresser”	28
Capítulo 1 – Agindo por palavras: As Versões da Tese da Tecnoburocracia	31
1.1 Do tema dos empresários e administradores ao da tecnoburocracia	38
1.2 Tecnoburocracia como sistema social	40
1.3 Tecnoburocracia como modo de produção	52
1.4 Tecnoburocracia como variedade de capitalismo: a versão não publicada	74
1.5 Tecnoburocracia, o Agir e o Pensar: algumas sugestões analíticas	79
Capítulo 2 – Agindo mais que por palavras: A era das conjunturas e das reformas	87
2.1 Alianças de classes e pactos políticos	89
2.2 A reforma gerencial	97
2.3 Da tecnoburocracia à reforma gerencial	105
2.4 Da reforma gerencial aos temas de teoria política	113
Capítulo 3 - Desenvolvimento e nação: Uma “viagem redonda”?	125
As Versões do Desenvolvimento	126

3.1 Nacional-desenvolvimentismo	128
3.2 O subdesenvolvimento industrializado e a “nova dependência”	138
3.3 A crise do Estado	152
3.4 O novo desenvolvimentismo	168
Considerações Finais	179
Nação e desenvolvimento: a “viagem redonda” de Bresser?	180
Figuras do Pensamento: um balanço geral do pensamento de Bresser	203
Bibliografia	226
Apêndice I – Cronograma da Biografia de Bresser	236

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- AACD: Associação de Assistência à Criança Deficiente;
- ANPEC: Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia;
- ARENA: Aliança Renovadora Nacional;
- Banespa: Banco do Estado de São Paulo;
- Bresser: Luiz Carlos Bresser-Pereira;
- CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior;
- CEBRAP: Centro Brasileiro de Análises e Pesquisas;
- CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- CONCLAT: Conferência Nacional da Classe Trabalhadora;
- CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil;
- DIEESE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos;
- ENAP: Escola Nacional de Administração Pública;
- FGV: Fundação Getúlio Vargas;
- FHC: Fernando Henrique Cardoso;
- MBA: *Master Business Administration* (Mestre em Administração de Negócios);
- PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
- PSDB: Partido da Social-Democracia Brasileira;
- PTB: Partido Trabalhista Brasileiro;
- SUS: Sistema Único de Saúde;
- UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura;
- URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
- USP: Universidade de São Paulo;

LISTA DE ABREVIÇÕES DOS LIVROS DE BRESSER¹

- *AGRI*: Administração Geral e Relações Industriais na Pequena Empresa Brasileira;
- *BPCB*: Burocracia Pública na construção do Brasil;
- *CAC*: Colapso de uma aliança de classes;
- *CE*: A crise do Estado;
- *CER*: Construindo o Estado Republicano;
- *CEREB*: Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil;
- *DE*: Dívida Externa (organizado por Bresser);
- *DeCB*: Desenvolvimento e crise no Brasil;
- *DI*: A dívida e a inflação;
- *EAB*: Empresários e administradores no Brasil;
- *EB*: Economia Brasileira: uma introdução crítica;
- *EeSI*: Estado e subdesenvolvimento industrializado;
- *GeC*: Globalização e competição;
- *IOB*: Introdução à organização burocrática;
- *IR*: Inflação e Recessão (com Yoshiaki Nakano);
- *JA*: Jogo Aberto: entrevistas de Bresser Pereira (organizado por Carlos A. Sardemberg);
- *LAC*: Lucro, acumulação e crise;
- *ME*: Macroeconomia da estagnação;
- *NR*: A Nova República (1985-1990);
- *PE*: Populismo econômico (organizado por Bresser);
- *PP*: Pactos políticos;
- *REC*: Reforma do Estado para a Cidadania;
- *REDN*: Reformas econômicas em democracia novas;
- *RU*: As revoluções utópicas;
- *SET*: Sociedade estatal e tecnoburocracia;
- *TechC*: Technobureaucratic Capitalism;
- *TeC*: Tecnoburocracia e contestação;
- *THCZ*: Os Tempos Heróicos de Collor e Zélia;

¹ A fim de agilizar as citações dos livros de Bresser, atribui-se a cada livro uma abreviatura a partir dos termos principais do título de cada livro. As referências completas encontram-se na *Bibliografia de Bresser*, ao final deste trabalho. Quando se tratar de artigos e outros textos menores, cita-se o título inteiro ou somente o ano de sua publicação. Para facilitar a leitura, a primeira vez que cada sigla for citada, o título completo será informado.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis de Análise e Margens de Ação	17
Quadro 2 – Trajetória, Filiações e Temas em Bresser	183
Quadro 3- As vias de intermediação de Bresser	206

INTRODUÇÃO

OBRA E TRAJETÓRIA DE BRESSER-PEREIRA: A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA

UM ESTUDO PANORÂMICO

Para manter o hábito acadêmico, pode-se começar ressaltando a importância do tema proposto para estudo: a obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira (daqui em diante, somente “Bresser”). Para tanto, tomaremos emprestadas as palavras de alguém que também já se debruçou sobre o mesmo tema:

Bresser-Pereira é um cientista social dos mais importantes entre os economistas e sociólogos brasileiros. E a repercussão de sua obra extrapola o meio acadêmico nacional, difundindo-se, e muito, em grande parte da América Latina, nos Estados Unidos e na Europa. Bresser já é em 2004, quando completa 70 anos, o segundo cientista social brasileiro mais citado no exterior – somente Celso Furtado o supera nesse quesito (REGO, 2004, 43).

Estas palavras abrem o primeiro texto de uma coletânea em homenagem a Bresser². Começa-se, como seria de se esperar, acentuando-se sua importância para o pensamento social e econômico brasileiro. Alguns pontos chamam a atenção a partir dessa citação.

Primeiramente, sendo Bresser um dos mais importantes e influentes economistas e sociólogos brasileiros, por que há tão poucos estudos sobre sua obra? Aliás, com exceção dessa coletânea comemorativa, não há nenhum estudo de fôlego que abarque sua produção acadêmica como um todo.

Bresser é autor de vastíssima produção e de uma trajetória de vida pessoal muito rica. Seu livro *Desenvolvimento e Crise no Brasil* alcançou sucesso raro para um texto não literário³, tanto em relação ao público especializado quanto ao público em geral. Sua tese de livre-docência, publicada como *Lucro, Acumulação e Crise*, em 1986, mesmo restrita a um público muito especializado, é alvo também de consideráveis discussões acadêmicas desde sua publicação⁴. Outro empreendimento, analítico e político, associado a Bresser é a teoria da inflação inercial, elaborada por alguns economistas brasileiros nos anos 1980 para explicar a crise econômica brasileira do período. Bresser não apenas contribui para a elaboração, mas foi também um de seus mais ativos defensores⁵.

² A coletânea se chama “Em busca do novo: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira” (2004), e foi organizada por Y. Nakano, J. M. Rego e L. Furquim.

³ Até o momento (2014), são 5 edições e 18 reimpressões, números impressionantes para um livro acadêmico.

⁴ É difícil avaliar a importância de *LAC* por ela ser muito difusa, mas trata-se de uma das principais – provavelmente a principal – contribuição de Bresser para a teoria econômica, conforme pode ser atestado pela atenção que já despertou entre economistas. Dos trabalhos discutidos na coletânea em homenagem aos 70 anos de Bresser (NAKANO, REGO e FURQUIM, 2004), é o trabalho de Bresser que mais recebe atenção. Além desses trabalhos, cf. também Mantega e Nakano (1987) e Araújo (1994).

⁵ Tal teoria foi uma das bases da atuação de Bresser como ministro da Fazenda (1987). Perante o público em geral, essas ideias ficaram marcadas pelo chamado “Plano Bresser”.

A sua interpretação da crise brasileira, formulada entre fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, é uma das primeiras defesas sistemáticas do chamado Consenso de Washington. Ainda que não tenha defendido integralmente as propostas neoliberais, sendo crítico, inclusive, de vários aspectos seus, ele se proclamou e foi tomado por muitos (intelectuais, políticos etc.) como um pioneiro na apresentação e defesa de propostas neoliberais para o país, que fariam parte da agenda do governo Fernando Henrique Cardoso (daqui em diante, somente “FHC”), do qual foi ministro.

E justamente como ministro do primeiro governo FHC (1995-1998) é que Bresser será mais lembrado. Mais adiante neste trabalho, essa atuação será discutida mais detidamente. Por hora, o importante é deixar fixado que a passagem de Bresser pelo MARE o projeta no cenário nacional, político e acadêmico, como um dos mais influentes intelectuais brasileiros da segunda metade dos anos 1990 no Brasil. Influência entendida como presença constante nos debates do período⁶, tendo suas ideias e propostas ampla e intensamente discutidas. Presença e influência, aliás, não apenas nacional, mas internacional também, tendo em vista o impacto de suas propostas de reforma gerencial sobre a agenda de organismos internacionais, como o CLAD (Conselho Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento)⁷.

Por fim, após deixar o governo FHC e romper com o PSDB no início dos anos 2000, passa a propor e defender a perspectiva de um novo desenvolvimentismo, crítica do ajuste liberal dos anos 1990 e estribada em uma revalorização da nação e da intervenção estatal moderada. A partir da proposição de Bresser, uma quantidade considerável de trabalhos acadêmicos vem sendo produzidas em torno do tema do novo desenvolvimentismo. Não se trata sempre e necessariamente de discussões sobre a proposta de Bresser. Mais precisamente, a contribuição fundamental deste último foi ter dado um impulso decisivo para a fixação daquela expressão no vocabulário e na agenda de pesquisas acadêmicas. Não apenas acadêmica, mas também política: em 2010, Bresser foi convidado para fazer parte da banca de defesa da tese de doutorado do então Senador (e, à época, já indicado para Ministro da Ciência e Tecnologia do governo Dilma), Aloizio Mercadante. O título de sua tese: *As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Bresser discordou, contudo, da caracterização do governo Lula como exemplo de “novo desenvolvimentismo”⁸.

⁶ Essa projeção de Bresser nos debates acadêmicos pode ser parcialmente atestada pelo levantamento realizado por Paula [*et. alli*] (s/d) sobre “citações em dissertações e teses do departamento de Ciência Política da FFLCH/USP defendidas no ano de 2000”. Neste estudo, o ponto 5.2 traz os “Autores mais citados: BOBBIO, N.; CARDOSO, F. H.; LAMOUNIER, B.; LINS, J.; SALLUM JUNIOR, B.; BRESSER PEREIRA, L. C. e SOLLA, L.” (PAULA *et. alli*, s/d, 11). Ou seja, estão entre os mais citados o então presidente da República, Fernando H. Cardoso, e um de seus ex-ministros, Bresser Pereira.

⁷ Isso explica em grande parte o fato de Bresser ser um dos intelectuais brasileiros mais citados no exterior em 2004, segundo a contabilidade de Rego (2004, 43), já citada acima.

⁸ A revista *Época* cobriu o evento, em reportagem assinada por Carvalho (2012). No site <http://www.comissaodepesquisa.net/index.php?action=vv&id=168> encontra-se o registro em vídeo da realização da banca.

Uma vez fixada no debate, qualquer termo ou expressão fica disponível a usos e interpretações diversos. Assim, por exemplo, o então pré-candidato à Presidência da República Eduardo Campos, em abril de 2014, propõe também um “novo desenvolvimentismo”⁹ como seu programa de governo na área econômica.

Mesmo sendo muito difícil, quase impossível, medir com precisão a importância de Bresser – como, de resto, de qualquer outro autor –, sua importância dificilmente poderá ser negada, ainda mais pelo que foi acima exposto.

Mas se tal importância, por um lado, não é negada, porque, de outro, também não é afirmada e explorada? Isso tudo torna ainda mais interessante a interrogação inicial: sendo Bresser realmente importante, porque há tão poucos estudos gerais sobre sua produção intelectual?

Há muitas entrevistas com Bresser, alguns pequenos textos autobiográficos e relatos de experiências em cargos públicos, debates e críticas envolvendo algum texto particular, entre outros. Mas um estudo sistemático e amplo da produção intelectual de Bresser como um todo, não há. Pelo menos não fomos capazes de encontrar nada parecido¹⁰, dificuldade esta que, em si, também já é um indício da escassez de estudos sobre o tema¹¹.

Um segundo ponto, ligado a esse primeiro: é sintomático também que a própria estrutura da coletânea acima mencionada (NAKANO, REGO e FURQUIM, 2004) traga um Prefácio, 24 pequenos e médios textos (cada um focando algum aspecto da produção intelectual de Bresser), duas entrevistas, uma autobiografia de Bresser e um posfácio. Há ainda dois Apêndices, um listando cronologicamente as principais obras de Bresser e outro uma cronologia de sua vida. Ou seja, não há qualquer listagem ou sequer menção de estudos específicos sobre a obra de Bresser em uma coletânea que visa justamente homenageá-lo, apresentar os principais pontos de sua produção *e sua relevância e influência*. Estas últimas são indicadas, como já pôde ser visto acima, pela mensuração de citações e pela reunião de vários pesquisadores de renome para compor uma coletânea de homenagem a Bresser.

Diante de tal quadro, o primeiro objetivo desta pesquisa é contribuir para cobrir essa lacuna, elaborando-se um panorama geral e introdutório da produção intelectual de Bresser. Adverte-se, contudo, que não seria possível examinar, a cada detalhe, a totalidade do que Bresser produziu ao longo de mais de 50 anos de carreira sem estender esta pesquisa, e o texto dela resultante, para bem além dos limites do razoável. Os objetivos aqui perseguidos, portanto, se circunscrevem-se a um estudo introdutório e geral. Panorâmico, mas não exaustivo.

⁹ Notícia publicada no jornal *O Estado de S.P.*, em matéria assinada por Domingos e Moraes (2014).

¹⁰ Aparentemente, tal dificuldade não é somente nossa. As bibliografias de dois artigos encontrados na *SciELO*, um sobre Mário H. Simonsen (CYSNE, 2001) e outro sobre R. Campos (SILVA, 2006), apontam para outros estudos maiores sobre cada um destes dois economistas, diferentemente do que ocorre com o artigo de Fonseca (2007), dedicado à Bresser, que não traz em sua bibliografia qualquer referência a algum outro estudo dedicado especificamente a este último.

¹¹ Na Bibliografia sobre Bresser encontram-se listados todos os textos, a ele dedicados, encontrados.

AS ERRÂNCIAS DA TRAJETÓRIA E A UNIDADE DA OBRA

Um segundo objetivo, mais complexo, envolve a construção de uma abordagem da produção intelectual de Bresser vinculando-a ao quadro mais amplo do pensamento político e social brasileiro. Apesar de sua formação básica ser em administração e economia, seus estudos e atuação – profissional e político – têm fortes componentes de outras ciências sociais, além de ele próprio ter uma trajetória pessoal de militância política – partidária ou não.

Bresser é um homem de teses, de muitas teses. Tese no sentido de proposições firmes e interpretações gerais – em geral polêmicas – sobre os grandes acontecimentos do Brasil e do mundo. Por não se furtar a posicionamentos públicos, ele aparece e circula muito. Uma rápida leitura de seu *Currículo*¹² mostra tal circulação e exposição: colunista de um dos maiores jornais do Brasil (*A Folha de S.P.*); é ou já foi membro de várias organizações públicas ou privadas, como o CEBRAP, a Cinemateca Brasileira, o Instituto Fernand Braudel, a AACD, entre outros; do setor privado, como executivo do Grupo Pão de Açúcar; ministro três vezes – governo Sarney, em 1987 e governo FHC, entre 1995-1999, e em 2000; presidente do CNPq (1999); secretário do governo do estado de São Paulo entre 1985 e 1987.

Devido as suas diversas posições no governo – estadual ou federal – e principalmente suas atividades acadêmicas, Bresser envolveu-se em debates, muitos debates. Talvez esse seja um dos fatores que o levam a ser muito citado. Mas, muito provavelmente, tais citações são, majoritariamente, de passagem, polêmicas pontuais.

Outro traço marcante na produção de Bresser são seus posicionamentos teóricos e políticos. Pode-se dizer que, se o pensamento “é um índice particularmente sensível das transformações sociais e culturais” (MANNHEIM, 1976, 76), os textos de Bresser foram mais sensíveis ainda às mudanças do país e do mundo. Em seu livro *Tecnoburocracia e Contestação* (1972), publicado na época do auge do “milagre econômico” brasileiro, Bresser defendia a tese de que o capitalismo estaria marchando para o colapso. Contudo, ao contrário do que Marx e os socialistas haviam pensado e proposto, o que iria suceder o capitalismo não seria o comunismo e sim a tecnoburocracia. “A história do mundo hoje é a da transição do capitalismo para a tecnoburocracia e não para o socialismo” (*TEC*, 30).

Contudo, em 1982, quando a redemocratização avançava vigorosamente no Brasil, em seu conhecido artigo “Seis interpretações sobre o Brasil”, parece rever aquela tese ao afirmar: “É provavelmente dentro de um quadro desse tipo [*pacto social-democrático sob a hegemonia da burguesia industrial*] que deverá se travar a luta de classes no Brasil, e que se poderá caminhar, a médio prazo, para um *socialismo democrático e autogestionário*” (BRESSER-PEREIRA, 1985, 46, grifo nosso; tb. 1982, 164-65).

¹² Disponível em seu site, www.bresserpereira.org.br.

Porém, em meados dos anos oitenta, Bresser sofre o que ele mesmo denominou de “transição intelectual” (BIDERMAN [*et. alli*] 1996, 159-61). Até então, ele havia abraçado, como a maior parte dos cientistas sociais e economistas dos anos 1960 e 1970, o nacional-desenvolvimentismo. Mas, a partir dos anos oitenta, ele passa por esta “transição intelectual”, pela qual, buscando uma explicação para a crise latino-americana de então, chega à conclusão de que as propostas neoliberais expressas no “Consenso de Washington” seriam a condição necessária, apesar de, segundo ele, não serem suficientes, para a resolução da crise econômica (CE). Possivelmente, Bresser foi o primeiro economista a defender clara e sistematicamente ideias neoliberais no Brasil. “Essa perspectiva [*a da crise do Estado ou abordagem pragmática, defendida por Bresser*] não é necessariamente oposta à dominante”, ou seja, a do Consenso de Washington, “mas salienta que a crise deve-se menos ao tamanho do Estado e mais ao fato de que a sua forma de intervenção (...) esgotou-se”. (...) “Com essas ressalvas, a abordagem da crise fiscal concorda basicamente com as propostas do Consenso de Washington” (CE, 18). Desse modo, do desenvolvimentismo que defendia uma atuação forte do Estado voltada para o mercado interno, Bresser voltou-se para o neoliberalismo que propunha uma redefinição do papel do Estado, retirando-o da economia, e a abertura comercial.

Contudo, isto não implicava, para ele, que seu posicionamento político fosse de direita. Pelo contrário, segundo ele, uma esquerda renovada, pragmática e social-democrata deveria administrar o capitalismo, pois “[*Essa nova esquerda*] dispõe-se a administrar e julga-se capaz de administrar o capitalismo melhor que os próprios capitalistas” (CE, 101-111). Tal posicionamento vai refletir-se em suas atividades partidárias: desligou-se do PMDB em 1988 e, logo em seguida, participou da fundação do PSDB, tendo sido tesoureiro nacional da campanha de FHC em suas duas vitórias para a Presidência da República, nas eleições de 1994 e 1998, e ministro da Administração e Reforma do Estado durante o primeiro mandato de FHC (1995-1998) e ministro da Ciência e Tecnologia nos primeiros seis meses do segundo mandato de FHC (1999-2002).

Ao longo dos anos 2000, desliga-se do PSDB e passa a escrever novamente sobre questões ligadas à nação e desenvolvimento, passando a defender a perspectiva de um “novo desenvolvimentismo” em contraposição ao chamado “Consenso de Washington”, em relação ao qual assume uma perspectiva crítica.

Como abordar um autor com uma diversidade de temas que se cruzam em teses e posicionamentos aparentemente tão diferentes? Como conferir sentido a variações e movimentos intelectuais e políticos tão acentuados?

O segundo objetivo, mais analítico, envolve então a relação tensa entre as errâncias da trajetória de Bresser, de um lado, e a problemática da unidade do conjunto de sua obra, por outro.

NÍVEIS DE ANÁLISE E MARGENS DE AÇÃO: Algumas questões teórico-metodológicas preliminares

O nível de análise imediato desta pesquisa será o textual. A primeira e mais direta implicação disto está em que as unidades empíricas primárias de análise são os textos. Assim, considerações de outras ordens, como eventos e processos históricos mais amplos, por exemplo, serão levados em consideração na medida em que contribuam para o entendimento daquela unidade de análise em exame em dado momento da discussão.

Trata-se, portanto, de trabalhar com o texto enquanto material empírico, isto é, tratá-los sistematicamente como fenômenos “dados”, ou melhor, abordar um processo específico, a produção de ideias, ao nível de sua materialidade imediata. Em se tratando de pensamento político – ou de pensamento com implicações políticas –, pretende-se abordá-los como resultados minimamente acabados de uma modalidade específica de intervenção política, a fim de captar suas ressonâncias e influências – recebidas e provocadas – diversas.

Para os fins desta pesquisa, o texto é abordado como o suporte material imediato que contém e permite uma forma própria de expressão de teorias ou reflexões. Estas últimas podem ser consideradas, por sua vez, como produto ou síntese de uma atividade: o pensamento. Este é uma modalidade de ação em meio a outros tipos de ação possível, que pode existir politicamente enquanto expressão, omissão, supressão, censura etc. Em todo caso, havendo registro textual, a atividade de pensar é elevada a outro status: o de acervo.

Teorias fazem parte da paisagem concreta da sociedade capitalista, de seu acervo de bens disponíveis. “Todos os homens são intelectuais”, dizia Gramsci (1982, 7), e pensar e exprimir o pensamento é também posicionar-se e, assim, localizar-se na estrutura social e perante ela. É também “denunciar” o lugar a partir do qual se fala. Fora de sua profissão, de sua área de especialização, todo ser humano “desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, artista” etc. (GRAMSCI, 1982, 7) sendo impactado, ainda que indiretamente, pelas ideias, articuladas ou não mais sistematicamente pelos “profissionais do pensamento”, e postas em circulação na e pela imprensa, igrejas, escolas, local de trabalho, locais de lazer entre outras organizações e/ou espaços pelos quais as pessoas podem transitar.

Teorias e ideias, assim como os demais bens, são produzidas de acordo com a divisão do trabalho na sociedade e, uma vez produzidos, ficam à disposição de quem pode acessá-los. Ainda que o acesso a elas seja muito desigual – como é, de resto, desigual a distribuição dos demais bens básicos da sociedade moderna –, sua presença e marca sobre a sociedade não deixa de ser menos importante.

Se teorias e ideias são o resultado, o produto, a síntese de uma atividade, é preciso qualificar esta última. Se, por um lado, “Todos os homens são intelectuais”, por outro, “nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982, 7). O pensamento e sua expressão, enquanto atividade especializada, é uma modalidade de ação em

meio a tantos outros tipos de ações: “falar é fazer alguma coisa – algo diferente de exprimir o que se pensa” (FOUCAULT, 2009, 234)¹³.

Sendo assim, o pensamento pode ser abordado – ainda que sua complexidade não possa ser esgotada – como uma modalidade de ação política porque, “Em política, ‘dizer é fazer’, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz” (BOURDIEU, 1989, 185). Política não é só feita através de partidos e militância, mas também através de textos e ideias. “E depois, o que é que se mede”, questiona Gramsci, com uma consulta eleitoral?

Mede-se exatamente a eficácia e a capacidade de expansão e de persuasão das opiniões de alguns, das minorias ativas, das *elites*, das vanguardas, etc. (...) As ideias não ‘nascem’ espontaneamente nos indivíduos: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, um grupo de homens ou inclusive uma individualidade que as elaborou e apresentou sob a forma política de atualidade (GRAMSCI, 1984, 88).

Não nascendo “espontaneamente”, as ideias e opiniões à disposição em dado momento remetem à atividade de sua elaboração e aos protagonistas de tal atividade – os intelectuais, os profissionais do pensamento.

Trata-se, em todo caso, da política como “arte de governar os homens, de procurar o seu consentimento permanente” (GRAMSCI, 1984, 98), de realizar projetos e objetivos que remetem à coletividade como um todo. Na medida em que a produção de teorias visa a coletividade, ou alguma parcela sua, como o ramo de produção acadêmica, ela busca ou revela seu lugar na sociedade civil e, de modos e em momentos muito variados, na sociedade política também. O “falar” se torna uma ação política na medida em que remete e pode estar – e frequentemente está – intermeada a relações de poder, as quais se constituem em “um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele [*poder*] opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento de sujeitos ativos” (FOUCAULT, 1995, 243).

Assim, a produção intelectual não se esgota enquanto fenômeno ideológico ou reflexo das bases materiais: a complexidade crescente da sociedade moderna abre esferas de ação cuja lógica interna pode se desenrolar por si mesma, ser sua própria “variável explanatória” em um nível não possível em outras épocas e sociedades, ainda que dentro de determinados limites, ligados “à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens” (GRAMSCI, 1984, 49).

Entre tais esferas está o meio acadêmico, que apresenta padrões de socialização próprios (PÉCAULT, 1990), cujas fontes de dinâmica estão no próprio meio – lances discursivos, ideias-força etc. –, mas também, é claro, fora dele – acontecimentos-chave, contexto mais amplo etc.

¹³ Não é necessário insistir, nesse ponto, na influência germinal da teoria dos atos de fala, de Austin (1962).

A partir do texto como unidade empírica imediata, chega-se a uma primeira forma possível (ainda que não a única) de agrupamento. Propõe-se chamá-la, na falta de termo melhor, de *obra*. Trata-se de um termo de uso corrente em determinados nichos de linguagem – música, teatro etc. –, inclusive o acadêmico, e, por isso, com pouca ou nenhuma dificuldade, pode-se empregá-lo sem operar qualquer deslocamento de seu sentido original, que conjuga duas ideias muito importantes para o nível de análise que se está tentando distinguir aqui – e que se encontra acima do nível do texto: a de “conjunto” e a de (resultados de) atividade intelectual, de pensamento.

Nesta pesquisa, mais precisamente, entende-se por *obra* a unidade possível de um conjunto de textos fundada unicamente em sua autoria comum. Assim, mesmo que um autor, como Bresser, tenha diversos textos, e mesmo que os conteúdos destas sejam contraditórias entre si, o conjunto de todas essas unidades empíricas formam uma totalidade, e tal totalidade se funda em uma autoria comum. Por isso, havendo um autor apenas, há apenas uma obra também. Isto não significa afirmar que se trata de uma totalidade fechada, pois, tratando-se de um autor ainda em atividade (2014), como Bresser, a obra ainda está em aberto, em formação.

Também não é fechada no sentido de que a atividade intelectual de um autor transite no vácuo, na medida em que a composição de um único texto envolve influências, diretas ou indiretas, pessoais ou não, de inúmeras outras pessoas. Assim, a co-autoria em algum texto não compromete o emprego da noção aqui proposta de obra, na medida em que todo texto tem influências de tantas outras pessoas que, mesmo em caso de apenas uma pessoa assinar, poder-se-ia considerar como “co-autor” todas as outras pessoas que contribuíram indiretamente. As “margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas”, pois um texto é um “nó em uma rede”, cuja “unidade é variável e relativa” (FOUCAULT, 2009, 26). Deixando de lado casos extremos, a co-autoria é ainda autoria e, por isso, mesmo que se forme uma zona cinzenta nas fronteiras desse nível de análise, ainda assim a noção de obra se mantém.

Estabelecidas as distinções entre os níveis de análise textual e o de obra, é possível identificar os vários níveis intermediários possíveis a partir da reconstrução de unidades outras possíveis, não da obra como um todo, e sim de partes específicas. Por exemplo, a decomposição do texto em seus elementos constituintes (argumentos, exemplos, dados, tabelas, gráficos etc.), em sua “sincronia”, permite a detecção das trilhas de formulação de uma teoria, em uma dimensão mais “diacrônica”, tendo-se por eixo sua articulação autoral – ou seja, a unidade possível de um conjunto de textos, mas não todos, resultantes da unidade da autoria.

O nível possível (mas não único) de agregação seguinte é o da linguagem, entendida no sentido do contextualismo linguístico, de J.G.A. Pocock (2003) e Q. Skinner (2000). Segundo esses dois historiadores do pensamento político, o texto, por si mesmo, ou o contexto histórico, político, social etc., isoladamente, não são suficientes para se alcançar uma compreensão o mais completa possível da obra de um autor. Tal compreensão pode ser alcançada, segundo eles, por

uma abordagem metodológica que situe o autor e seu texto em seu contexto linguístico original. Este último é constituído por toda uma gama de possibilidades de expressão e de discurso disponíveis, em um determinado momento, a um conjunto específico de atores e autores. Cada contexto linguístico particular é constituído por um conjunto variável de “linguagens”, “idiomas” ou “modos de discursos”, isto é, um conjunto de termos, expressões e suas regras de uso (formalmente instituídas ou não) específicas de determinada esfera – social, intelectual, profissional etc.

A investigação, nesse nível de análise, requer um mapeamento das linguagens que estavam disponíveis ao autor estudado à época de escrita de seus textos (obra) ou de um conjunto de textos específicos (segmento específico da obra). Para tanto, pode-se começar levantando as principais esferas – acadêmica, profissional, política, social etc. – nas quais o autor transitava ou transitou. Após a averiguação das linguagens disponíveis, é preciso verificar quais foram utilizadas, em qual momento e, a partir de então, buscar reconstruir as intenções do autor ao usar a(s) linguagem(s) que usou da(s) maneira(s) que usou. O interesse recairá sobre os idiomas “estáveis o suficiente para estar disponíveis” a mais de um locutor, apresentando-se como “jogos de linguagens”, que permitam a observação de como os “jogadores exploraram as regras uns contra os outros e (...) como atuaram sobre as regras com o resultado de alterá-las” (POCOCK, 2003, 31).

Esse mapeamento preparatório permitirá analisar quais foram as categorias ou grupos – profissionais, sociais, intelectuais etc. – que “entraram para o discurso político” e atuaram como fontes de legitimação e detentores de “autoridade no controle desse discurso” (POCOCK, 2003, 32). A partir daí, ideias ganham força política, influência, tornam-se “ideias-força”, apoiadas em e apoiando projetos e visões de mundo e sociedade de forças sociais e políticas específicas. Contudo, a diversidade de idiomas implica na coexistência de várias “estruturas paradigmáticas” e, assim, de várias concepções de autoridade concorrentes. “Disso se segue (...) que a linguagem política é por natureza ambivalente”. Quanto mais sofisticado um discurso político, mais ele se vale de recursos extraídos de linguagens diferentes e, desse modo, mais polivalente se torna. Isto significa que ele se torna mais capaz de “dizer coisas diferentes e de proporcionar maneiras diversas de dizer as coisas”, podendo ser “traduzido” e entendido em vários contextos. Como resultado, o autor pode transitar “em meio a esses padrões de polivalência, empregando-os e recombinaando-os de acordo com sua própria habilidade” (POCOCK, 2003, 32).

O mapeamento de linguagens disponíveis, seus usos possíveis e efetivos, representa a dimensão sincrônica da interação entre autor e contexto (factual e linguístico). Paralelamente, a dimensão diacrônica, da história das ideias, é a dimensão das “linhagens de pensamento” (BRANDÃO, 2007). Entra em cena aqui as questões das rupturas e continuidades de uma geração a outra, de um autor a outro ao longo de determinado período de tempo, em geral longo. Trata-se de entender a persistência ou mutação de determinadas “formas de pensar”, as quais

estão, irremediavelmente, ligadas a determinadas formas de expressão do pensamento, isto é, a determinadas “linguagens” enquanto mediações para se intervir na realidade. Talvez aqui se situe o ponto mais complexo e cuidadoso da análise, na medida em que o discurso político é polivalente, atores em posições políticas diferentes podem combinar as mesmas linguagens, enquanto que atores situados no mesmo lado do campo de batalha político podem empregar linguagens diferentes. Em suma, a filiação a linhagens diferentes se combina ao emprego de linguagens diferentes de maneira complexa e multivariada.

A expressão “linhagens”, ao ser empregada como um conceito operacional¹⁴, pode ser associada a algumas ideias ou expressões paralelas a fim de se tornar uma “ideia (mais) clara e distinta” e melhor aplicável. Linhagem pode estar ligada à ideia de família, e, nesse sentido, constitui-se num campo de solidariedades e semelhanças, mas também de tensões e exercício (do argumento) de autoridade. Essa associação refere-se ao *presente*. Linhagem é também herança, tradição e, assim, *passado*. A projeção de futuros relaciona-se à identidade, “tomada de consciência” de sua posição na história (passado) e tomada de posição no presente. Enquanto identidade, não é uma descoberta passiva e contemplativa daquilo que “é”, mas sim construção e reconstrução de si, sendo também, portanto, projeto¹⁵.

Linhagens e linguagens são o “coletivo” da obra, a qual, em si, está sendo considerada em sua unidade autoral. Isto é, são duas formas possíveis de agrupamento de várias obras mutuamente referidas, e não apenas de forma acidental, mas sim constitutivas. Linhagens e linguagens são, assim, intrincadas teias contextuais e históricas a partir das quais emergem os textos que, ao mesmo tempo, são suas partes constituídas, mas também constituintes; são frutos de combinações possíveis entre linhagens e linguagens, ao mesmo tempo em que representam o nível mais imediato de existência delas; são elementos formados e formadores. Considerados individual ou coletivamente, as obras também são modalidades de ação política: “Não é a ciência, em si mesma, ‘atividade política’ e pensamento político, na medida que transforma os homens, torna-os diferentes do que eram antes?” (GRAMSCI, 1984, 87).

Desse modo, as obras e seus coletivos – linhagens e linguagens – conduzem ao próximo nível de análise, que se refere às conjunturas históricas pelas quais um autor passou, os acontecimentos-chaves, isto é, os processos e condutas dos atores políticos tomados em determinado ponto da história. O nível seguinte, mais geral, é o que se pode chamar de estrutural ou de longa duração. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”, afirmava Marx no *18 Brumário* (s/d, 1).

¹⁴ Gildo M. Brandão (2007) foi o primeiro a propor e fundar um programa de pesquisa com base na noção de “linhagens” de pensamento, mas o termo tem uso mais antigo, remontando, pelo menos, à análise de Wanderley G. dos Santos sobre o “autoritarismo instrumental” (1978, 97; 107).

¹⁵ As ideias expostas neste parágrafo inspiram-se na palestra ministrada por Marco A. Nogueira, na VII ABCP, Recife, 2010.

Assim, o nível conjuntural é o dos “homens” fazendo sua história, agindo politicamente, combatendo, escrevendo, pensando etc. O nível estrutural é o das “circunstâncias” que escapam às esferas de controle e decisão, da vontade humana.

Estes dois níveis maiores de análise, o conjuntural e o estrutural, serão deliberadamente deixados sem maiores distinções e explorações, a fim de que o foco da pesquisa não seja desviado por questões indubitavelmente de grande importância teórica e política, mas cuja discussão no curso desta pesquisa nublaria a observação do tema central desta pesquisa: a obra e trajetória de Bresser. Ainda que rica, uma análise que atravessasse todos os níveis necessitaria de tantas e tão complexas mediações, que inviabilizaria os objetivos principais desta pesquisa. Por isso, os fenômenos originados nesses dois níveis serão tomados a partir de seus efeitos mais distantes enquanto “parâmetros” e “variáveis intervenientes” – como elementos a mais na análise dos textos e obras, mas que não entram nesta análise nem como elementos a serem explicados, nem como elementos explicativos diretos, mas somente como elementos dados a partir de outras análises, principalmente as realizadas pelos grandes pensadores modernos e por outros pesquisadores.

Por tudo isso, o estudo de um caso específico, de um autor determinado e de sua obra e trajetória, expondo sua(s) linhagem(s) e linguagens, representa um esforço no sentido de se compreender não somente a obra de um autor particular, mas também contribuir para a compreensão não somente de como foi e vem sendo produzido o pensamento político no Brasil, mas também como foi e vem sendo feita a própria política enquanto “espaço onde indivíduos e grupos postulam a condição de determinar a conduta, as orientações e as opções dos demais” (NOGUEIRA, 2001, 27). Política é ou pode ser conflito, mas também é “comunicar-se e conviver” (NOGUEIRA, 2001, 27). Por isso, distinguir os diversos níveis de análise possíveis que atravessam e são atravessados pelo pensamento político é tentar compreender um dos aspectos de tal convivência conflituosa, não apenas no que ela tem de força, violência e dominação, mas também de sutileza, criatividade e persuasão.

O quadro da página seguinte sintetiza a proposta.

QUADRO 1

Níveis de Análise e Margens de Ação

<i>Níveis de análise</i>	Variáveis internas	Unidades “empíricas”	Interações básicas	<i>Margens de ação</i>
(1) Textual	Estrutura de distribuição interna (capítulos, seções etc.) dos elementos constitutivos (argumentos, exemplos, dados etc.) de um texto;	Texto(s), como conjunto de argumentos, dados e raciocínios (encadeamentos de argumentos, dados etc.)	Entre elementos constitutivos;	Intelectual como Autor
(2) Parte ou segmento da obra	Vínculos possíveis ligados ao formato do texto (livros, artigos, ensaios), ao conteúdo teórico, às finalidades convergentes etc.	Conjunto de <i>parte</i> dos textos/obras de um autor;	Entre <i>alguns</i> textos de um autor;	
(3) Obra ou produção intelectual	Conjunto de todos os vínculos possíveis entre os diversos textos, suas porções e estruturas de distribuição internas;	Conjunto da obra cuja unidade se funda na autoria;	Entre <i>todos</i> os textos de um autor;	
(4) Contexto linguístico	Conceitos, termos, temas, debates, diálogos etc. (<i>Sincronia</i>)	Linguagens/idiomas (disponibilidade e estratégia; “jogo” e manejo)	Entre obras em um <i>mesmo</i> momento;	Intelectual como Autor e Ator (Momento = sincronia na diacronia)
(5) História das ideias e pensamento	Influências, continuidades, rupturas, retomadas, etc. (<i>Diacronia</i>)	Linhagens (herança e influência; identidade e rigidez relativa)	Entre obras em momentos <i>diferentes</i> ;	
(6) Conjunturas factuais	Miriade de “fatos”, eventos, atores (<i>curta e média duração</i>)	Acontecimentos-chaves, “correlação de forças” sociais e políticas;	Entre obras enquanto modalidade de <i>ação</i> específica em meio a outras modalidades (militância partidária etc.);	Intelectual como Ator
(7) Estruturas e instituições	Processos globais; (<i>longa duração</i>)	Divisão do trabalho, “condições objetivas”; Instituições.	Entre obras enquanto <i>produção</i> intelectual em meio a outros tipos de produção e reprodução social em geral.	

Não custa lembrar que tal quadro e todas as considerações teórico-metodológicas acima realizadas foram feitas tendo-se em vista realizar um estudo profundo sobre uma obra específica, a de Bresser. Assim, não há quaisquer pretensões formais ou paradigmáticas maiores, isto é, o quadro acima e as considerações metodológicas iniciais são tentativas de elaborar uma abordagem que dê conta das muitas teses e debates geradas em torno da obra e ao longo da trajetória de Bresser, e não de apresentar algum esquema geral de análise válido para todo e qualquer autor e obra, em qualquer lugar e tempo histórico. Por isso, a abordagem não

está fechada, mas representa apenas um esquema básico que serve de ponto de partida e que, provavelmente, não ficará intacto ao entrar em contato com o “objeto” de análise, pois “objeto” e método não são considerados aqui como dados, e sim como construções heurísticas mutuamente referidas.

Além disso, não se pretende qualquer novidade em tal esquema, pois as ideias acima expostas já circulam e estão presentes em um tão vasto conjunto de pesquisas e análises que seria aqui impossível fazer referência a todos. A pretensão aqui é apenas realizar um esforço de apresentação sistemática e a mais lógica possível dos principais pressupostos e movimentos de análises que serão aplicados na análise da produção intelectual de Bresser.

Trata-se de adaptar um conjunto de ideias e pressupostos normalmente presentes em pesquisas sobre o pensamento de autores específicos ao caso de Bresser. Por isso não se pretende aqui nem propor algum paradigma nem contar alguma novidade.

Aplicando, sobrepondo a grade conceitual anteriormente explicitada sobre o material em análise, suas interações alteram e reorganizam as posições relativas e relações entre as partes diferentes da obra de Bresser, conferindo novos sentido a tal material. Sentidos esses, espera-se, que vinculem a produção intelectual de um indivíduo à sua época (ponto no tempo da linhagem em que se encontra) e campos de debates (‘contexto linguístico’).

Campos de debates estes nos quais a trajetória errante de Bresser ganha mais sentido. Campos esses dotados de regularidades – falar em “regra” talvez seja forte demais – que fundamentam a legitimidade das ações neles empreendidas. Regularidades constituídas pelos autores canônicos, pelos textos fundamentais, pelas investigações pioneiras, pelos métodos consagrados, pelos modos corretos de se empregar os conceitos, pelos objetivos legítimos e/ou “viáveis” etc. Regularidades insuficientes, no entanto, para esterilizar a polivalência de tudo o que já foi dito e escrito ou que ainda poderá sê-lo, de “exorcizar lhe os poderes e os perigos” (FOUCAULT, 1971, s/p). Poderes e perigos intrínsecos aos “lances discursivos” – tudo o que é dito, escrito, expresso, omitido, disfarçado etc. – que se enquadram nas regularidades, que as constituem enquanto força reguladora, mas que também estão sempre além delas na medida em que a multiplicidade de seus sentidos não se deixa domesticar ou silenciar por completo.

Campos com “regras”, mas campo de “jogo”. É a essa tensão intrínseca e constitutiva que as intenções autorais podem ser remetidas. Intenções não mais como o mistério de uma subjetividade a ser desvelada, e sim como o dado objetivo, ou objetivado, em textos – unidade empírica aqui selecionada para análise.

Dessa forma, os textos, material empírico mais imediato, não se esgotam em si. Antes, procura-se ir além da mera descrição textual, isto é, de uma justaposição de resenhas, propondo-se vínculos possíveis entre os diferentes textos a partir da fixação de conexões temporais – linhas de dispersão, continuidades, rupturas; contexto linguístico e de debates etc. – que permitam tanto um entendimento ampliado de cada texto em particular, quanto dos caminhos

possíveis de aprofundamento dos temas abordados pelo autor, Bresser no caso. Ou seja, as possibilidades de aprofundamento na análise são muito amplas. No caso desta pesquisa, a análise irá se circunscrever e se organizar a partir de dois eixos: (1) *Temático*: desenvolvimento e burocracia; (2) *Teórico-interpretativo*: linguagens e linhagens. O primeiro envolve os três primeiros níveis de análise (texto, parte da obra e obra). O segundo os dois níveis seguintes.

Desenvolvimento e burocracia: dois momentos analíticos

A distinção entre os textos voltados para a burocracia e os voltados para o desenvolvimento é apenas uma proposta de organização do material empírico de acordo com os aportes teórico-metodológicos selecionados. É assim que a exposição *desta* pesquisa, e não a obra de Bresser em si, está organizada.

Assim, a (1) *empíria*, conforme já deve ter ficado bem estabelecido, será constituída pelos textos enquanto unidades empíricas mínimas e imediatas de análise.

A (2) *técnica* de tratamento a eles aplicada pautar-se-á pela desconstrução, no nível empiricamente imediato e dado dos textos, das narrativas analíticas presentes em cada um deles, a fim de reconstruí-las ao nível mais elevado e abstrato dos “segmentos temáticos” e da “obra”, buscando-se detectar e delimitar as possíveis correntes de argumentação e de formulação de teorias que acompanharam o pensamento de Bresser. A descontinuidade dos textos é “resolvida” na “continuidade” das ideias e teoria. Isto não significa que todas as possíveis e eventuais incoerências, lacunas e contradições sejam “resolvidas” no nível mais elevado dos segmentos temáticos e da obra, e sim que o esforço de formulação de uma teoria ou tese pode ser analisado também através de um processo de desconstrução/reconstrução daquilo que é mais imediatamente dado, isto é, os textos.

Não se trata, nesta pesquisa, de resolver os problemas e insuficiências de uma teoria que o autor não resolveu; nem de tentar conferir mais organicidade ou sistematização a uma teoria do que ela realmente apresenta, mas sim de captar a *dispersão* articulada de temas, argumentos, ideias, hipóteses etc. ao longo do processo de produção da obra. Portanto, captar a dispersão é deixar, em um primeiro momento, em aberto o problema da coerência interna ou não das formulações teóricas de Bresser.

Quanto aos (3) *suportes teóricos*, estes foram retirados das sugestões do contextualismo linguístico e dos estudos sobre as linhagens de pensamento social e político brasileiro¹⁶.

¹⁶ No programa de estudos constituído por Brandão (2007) sobre linhagens de pensamento, deve-se distinguir o inventário de linhagens inicialmente isolados por suas pesquisas (idealismo orgânico, idealismo constitucional, pensamento radical de classe média e marxismo de matriz comunista), por um lado, da lógica de sua constituição, por outro. O que se aproveita aqui é principalmente este último aspecto, por dois motivos: 1) a própria pesquisa de Brandão (2007), interrompida pela fatalidade, encontrava-se ainda incipiente, tendo em vista o escopo inicial de seu projeto; e, também por causa disso, 2) não seria muito produtivo, neste primeiro movimento exploratório da obra de um autor (Bresser) acerca do qual não há grandes estudos, empregar energias analíticas em exercícios classificatórios, ainda que sugestões possam ser feitas. Portanto, permanece apenas o princípio da não univocidade ou da não causalidade direta entre posições políticas, por um lado, e “linhagens”/“formas de pensar”, por outro. Daí

Lembrando sempre que tais distinções tem por propósito explicitar o modo como a pesquisa foi organizada e conduzida, e não fixar de modo estanque e definitivo dimensões que dialogam entre si aleatoriamente. O modo como se aborda o material empírico carrega em si já escolhas teórico-metodológicas, assim como as escolhas teórico-metodológicas delimitam um campo de visão ao pesquisador e o mune de técnicas e instrumentos que pré-determinam, até certo ponto, as manipulações possíveis daqueles materiais empíricos.

Por fim, a (4) *Hipótese* é a seguinte: afirmar que Bresser é um intelectual a serviço da política é enfatizar a dimensão pragmática de seu pensamento. As características mais marcantes em sua obra – a extensão, variação de temas e abordagens e, principalmente, sua aparente inconsistência – podem ser associadas às interações entre os dois principais parâmetros analíticos aqui adotados: as filiações autodeclaradas (“linhagens” em sentido fraco), por um lado, e as linguagens efetivamente utilizadas, por outro. Tais interações, por sua vez, foram dependentes das posições a partir das quais Bresser produziu sua obra e do sentido predominantemente conferido a tal produção: “pensando” frequentemente nas e a partir das “bordas” dos grandes debates, pôde manejar com razoável liberdade as linguagens disponíveis a cada momento. Manejo limitado, contudo, pelas filiações a determinadas “linhagens” e posições políticas. Produzir intelectualmente foi uma modalidade de ação, entre outras possíveis, em contextos restritivos. E justamente como modalidade de ação que o pensamento de Bresser produziu uma obra tão extensa quanto seu currículo; tão variada quanto as esferas (acadêmica, empresarial, política etc.) pelas quais transitou e as posições nelas assumidas; tão inconsistente quanto sua errante e eclética trajetória e combinação de linguagens.

Agora os dois grandes objetivos anteriormente estabelecidos podem reaparecer, melhor qualificados, no entanto, pelas considerações metodológicas acima tecidas: 1º) elaborar um panorama geral e introdutório da produção intelectual de Bresser. Por isso, o escopo da pesquisa estará fixado, em um primeiro momento, nos três primeiros níveis de análise (texto, parte/segmento e obra) – que no fundo é apenas um, dissecado em três aspectos diferentes e tomado em três momentos distintos; 2) a partir de tal panorama, e ao longo do processo de sua construção, os dois níveis (contexto linguístico e história intelectual) seguintes entram em cena também. Linhagens e linguagens são fenômenos muito amplos e complexos, de difícil abordagem. O movimento de *descrição* das unidades empíricas imediatas – textos – será concomitante à persecução do objetivo *analítico* de lançar luz sobre suas estruturas e vínculos, internos e externos. Assim, estabelecido um ponto fixo e de aglutinação da dispersão temática, conceitual, metodológica etc.– ou seja, a obra de Bresser – a partir do qual se possa realizar incursões nos domínios das linhagens e linguagens, a pesquisa ficará mais delimitada.

seu valor heurístico para esta pesquisa: contribuir para a melhor compreensão de uma obra marcada por um alto grau de variedade em termos teóricos, articulada a uma trajetória marcada por uma grande diversidade de posicionamentos políticos.

A principal consequência de tal delimitação é que, apesar de serem exploradas com menor intensidade e amplitude, as linhagens e linguagens emergirão nas superfícies textuais bresserianos a partir “de si mesmas”, por assim dizer. Isto significa que, independentemente do que Bresser tenha falado sobre si e sua produção intelectual, e independentemente do que outros eventuais analistas e interlocutores tenham falado sobre ele, os textos registram o emprego concreto de linguagens e a filiação – intencional ou por consequência lógica – a linhagens. Os textos são o resultado de *momentos* (sincronia na diacronia, v. quadro acima) determinados na trajetória de Bresser, ou seja, o resultado de um ator agindo (também) por meio de textos – o intelectual enquanto ator e autor – em diálogo com outros atores e autores, com o contexto mais amplo – factual e linguístico – e com sua própria obra previamente elaborada.

Por último, as conjunturas e estruturas factuais permanecerão como panos de fundo, trazidos ao primeiro plano eventualmente para a melhor compreensão de aspectos e questões específicas.

TRAJETÓRIA DO “MAIS FAMOSO DOS BRESSER”¹⁷

*Primeiras influências intelectuais*¹⁸

Em 1952, então com 18 anos, Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira acabara de terminar seu curso secundário no Colégio Jesuíta São Luís, em São Paulo. Sua intenção inicial era obter uma formação jurídica, a mesma de seu pai, Sylvio de Lima Gonçalves Pereira. Para tanto, entrou no curso de Direito, na USP, no ano seguinte. Sua mãe, Clara Bresser Gonçalves Pereira, era professora.

Sendo advogado de formação, Sylvio Pereira fora eleito Deputado Estadual em São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1947. Em 1948, fundara com Hugo Borghi o jornal *O Tempo*¹⁹. Hugo Borghi²⁰ era um getulista que concorrera às eleições de 1947 também, porém para o cargo de governador de São Paulo, que foi vencida por Adhemar de Barros.

O primeiro emprego de Bresser foi naquele jornal que seu pai ajudara a fundar e que circulou até 1955. Ele ingressou no jornal após fazer um curso de cinema ofertado pelo MASP (Museu de Arte de São Paulo) em 1951, com apenas 16 anos. Trabalhou como revisor e repórter, além de publicar críticas sobre cinema. Em 1955, porém, o jornal foi à falência, deixando sua família endividada. Bresser prosseguiu, por necessidade financeira principalmente, suas atividades enquanto jornalista no jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, até 1957. Neste ano, casou-se com Vera Cecília Prestes Motta e formou-se em Direito, na USP.

Todavia, o acontecimento mais decisivo em sua carreira intelectual ocorreu em 1955, quando, em um acampamento da JUC (Juventude Universitária Católica), da qual era militante, leu os *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 4. O editorial anônimo (na verdade, de Hélio Jaguaribe), comentando o processo de desenvolvimento brasileiro e defendendo Juscelino Kubitschek como o grande continuador do industrialismo de Getúlio Vargas, deixou o jovem Bresser fascinado e resolutivo: “decidi que seria economista ou sociólogo do desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2002, 548; 2000, 157; 2011, 2-3).

¹⁷ A frase, em referência a Luiz Carlos Bresser Pereira, consta no livro *A família Bresser na história de São Paulo* (2003, 89), organizado por Celso D. Unzelte e Diva Bresser.

¹⁸ As informações presentes nessa pequena biografia foram retiradas de entrevistas concedidas por Bresser, de seu currículo e por textos biográficos e autobiográficos. Só consta referência bibliográfica onde houver citações diretas. As fontes encontram-se na bibliografia, nas seções “Entrevistas e textos autobiográficos” e “Bibliografia sobre Bresser”. As informações básicas aqui expostas encontram-se também no Apêndice I “Cronologia Biográfica”.

¹⁹ Segundo Walder de Goés, o jornal *O Tempo* “tinha uma vaga linha liberal, calculadamente elaborada para impressionar a pequena burguesia agrícola da época” (GOÉS, 1987, 2).

²⁰ Hugo Borghi “Por várias vezes abandonou e regressou ao PTB. Sem conseguir obter a indicação do partido para disputar a eleição para o governo paulista em 1947 e 1950, lançou sua candidatura pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN). Nas duas vezes foi derrotado, na primeira por Ademar de Barros e na segunda por Lucas Garcez”. Informação disponível no site do CPDOC/FGV, na Seção “Biografias” do Dossiê dedicado à Era Vargas.

Com o interesse voltado para o tema do desenvolvimento, se aprofundou nas leituras dos textos produzidos sobre o tema, como os da Cepal. E assim se completou o quadro de referências do início da carreira de Bresser: 1º) Reformismo católico: “a ideia era construir uma sociedade alternativa ao capitalismo e ao socialismo, uma terceira via moral e utópica” (BRESSER-PEREIRA, 2002, 547). As influências principais aqui eram Jacques Maritain, Emmanuel Mounier entre outros; no Brasil, Alceu Amoroso Lima, Fernão Bracher e Franco Montoro, este último ligado ao Partido Democrata Cristão. Ao retornar para a vida partidária, já nos anos 1980, e no PMDB, cruzará novamente com F. Bracher e F. Montoro; 2º) o nacionalismo do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Em termos de nacionalismo, deve-se lembrar também da influência de seu tio, Barbosa Lima Sobrinho. “Minha adesão às teses do grupo do ISEB, em 1955, reconciliara-me com as influências familiares que recebera de meu pai [*Sylvio Pereira*] e de meu tio [*Barbosa Lima Sobrinho*]” (BRESSER-PEREIRA, 2000, 158); 3º) desenvolvimentismo cepalino, principalmente C. Furtado, e isebianismo, representado na figura de Ignácio Rangel.

Mais precisamente, o reformismo católico terá um peso decrescente na produção intelectual de Bresser, ainda que o reformismo, em geral, e o respeito por figuras como Alceu A. Lima – que prefaciou seu primeiro livro, *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968) – e Franco Montoro – no governo do qual ocupou seu primeiro cargo público relevante, a presidência do Banespa – tenham permanecido muito forte.

Quanto ao marxismo, seu contato inicial ocorreu através do jornalista trotskista Hermínio Sachetta, seu colega de trabalho no jornal *O Tempo*. Porém, o marxismo não seria uma influência decisiva nesse momento da vida de Bresser.

Permaneceu e se desenrolou ao longo de sua vida, portanto, principalmente o nacionalismo e o desenvolvimentismo. E mais o desenvolvimentismo que o nacionalismo.

Os caminhos da formação

A intenção de ser economista ou sociólogo do desenvolvimento não se concretizou imediatamente. Após se formar em Direito e deixar o jornal *Última Hora*, em 1957, trabalhou como publicitário em três agências para sobreviver, ao mesmo tempo em que buscava obter uma formação mais sólida na área da economia e ciências sociais. Não queria a carreira jurídica, nem jornalística, nem publicitária. Mandara currículo para a Cepal também, sem sucesso.

O segundo ponto de virada em sua vida – o primeiro foi a decisão de se tornar economista ou sociólogo – ocorreu quando, através de seu irmão, Sylvio Luiz, que era aluno da Fundação Getúlio Vargas (FGV), soube que esta instituição estava contratando jovens profissionais para integrar seu corpo docente. A FGV era nova, havia sido fundada em 1954, e ainda estava formando seus quadros por meio de uma parceria com a *Michigan State University* (MSU), com apoio da *USAID* (*United States Agency for International Development*).

O programa funcionava assim: jovens profissionais com graduação, não necessariamente na área de administração, auxiliavam os professores da *MSU* no Brasil, ao mesmo tempo em que estudavam inglês e outros conteúdos específicos. Após um ano, iam fazer mestrado nos EUA, com uma bolsa de estudos de 18 meses.

Era a grande oportunidade para Bresser consolidar a decisão que tomara anos antes de ser economista ou sociólogo do desenvolvimento. Assim, após três anos trabalhando como publicitário, ingressa na FGV em 1959.

Após o período obrigatório de trabalho e preparação no Brasil, foi para os EUA. Levou consigo o livro *A redução sociológica*, do isebiano Guerreiro Ramos, para tentar blindar seu nacionalismo, “mas não escapei à influência da cultura americana” (BRESSER-PEREIRA, 2004, 515-16). Lá fez cursos não apenas na *MSU*, mas também na *University of Michigan* em Ann Arbor, Harvard e Chicago. “Nos EUA estudei o mínimo de administração de empresas e o máximo de economia e sociologia. Havia liberdade de escolha e muitos cursos optativos” (BRESSER-PEREIRA, 2002, 549).

De sua bagagem dos EUA, trouxe Schumpeter e o interesse de estudar o papel do empresário no processo de desenvolvimento. Realizou uma pesquisa empírica sobre a origem do empresariado paulista, na qual constatou que, em sua maioria, essa classe social era formada por imigrantes. Assim, na industrialização brasileira, o papel dos imigrantes de classe média e seus descendentes diretos foi mais importante do que dos cafeicultores. Sua pesquisa não teve muita repercussão, devido, segundo Bresser, à visão de Caio Prado Jr. de que a industrialização teria sido promovida principalmente por brasileiros ligados ao setor cafeeiro, que era dominante, e ao relativo isolamento dos pesquisadores, cada um em sua área de estudos (BRESSER-PEREIRA, 2002, 550).

Trouxe consigo também as ideias de J. K. Galbraith e James Burnham, a partir dos quais formulou, recorrendo também a outros autores e pesquisas, sua análise da tecnoburocracia e de seu papel histórico no capitalismo do século XX. Boa parte de sua década de 1970 seria dedicada a tal temática.

Seus posicionamentos em relação ao processo de desenvolvimento brasileiro, de um lado, e sua interpretação do capitalismo a partir de uma leitura do papel da tecnoburocracia, de outro, marcam o amadurecimento intelectual de Bresser, que passou a defender e difundir ideias próprias, nem sempre bem aceitas, mas nem por isso menos afirmadas e defendidas por ele.

Contudo, esse processo de amadurecimento precisava de um marco. Para avançar em sua carreira acadêmica, queria e precisava do título de doutor.

Assim, após conseguir um emprego (na verdade, dois, porque a partir de 1963 trabalharia, além da FGV, também para o *Grupo Pão de Açúcar*, também devido à relação de seu irmão Sylvio Luiz com Abílio Diniz) que lhe abria as portas para a realização de seu projeto

pessoal e uma formação inicial nos temas que lhe interessavam, Bresser partiu em busca do doutorado. Também não seria muito fácil.

Sua primeira escolha foi a sociologia. Procurou Florestan Fernandes²¹, com a intenção de prosseguir em seus estudos sobre o empresariado brasileiro e suas origens, no final de 1961, pouco tempo depois (dois meses) de retornar dos EUA. Não teve uma boa recepção: “Naquele primeiro encontro ele quase me pôs para fora quando eu disse que estava interessado em fazer doutoramento em sociologia. Era compreensível. Quem era aquele jovem professor de administração de empresas interessado em estudar a origem étnica e social dos industriais brasileiros?” (BRESSER-PEREIRA, 2002, 551)²².

Caminhado para a outra opção, a da ciência econômica, Bresser participou de um seminário internacional da UNESCO, realizado no Brasil, em 1962, que contou com a presença de Michael Kalecki, Nicholas Kaldor e Jan Tinbergen, renomados economistas. A coordenação do evento, no Brasil, foi feita por Antônio Delfim Neto e Ruy Leme. Bresser conheceu Delfim Neto nesse evento e solicitou-lhe que fosse seu orientador no doutorado na FEA (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade), da USP. A relação de orientação permaneceu entre 1962 e 1964, quando Delfim Neto tornou-se Secretário da Fazenda do governo de São Paulo. Daí em diante, sua orientadora foi Diva Benevides Pinho.

Para chegar à apresentação da tese, contudo, era necessário obter a aprovação em duas disciplinas no curso de doutorado. Segundo Bresser, isso não foi fácil, pois os “professores não queriam mais doutores para concorrer com eles. Foi uma dificuldade conseguir que Delfim me desse a nota na sua disciplina de desenvolvimento econômico. (...) Eu era um estranho na FEA, e não havia interesse em que eu me doutorasse antes do pessoal interno” (BRESSER-PEREIRA 2002, 551). Somente em 1965 Bresser obteve as notas necessárias, defendendo sua tese, *Mobilidade e Carreira dos Dirigentes de Empresas Paulistas*, em 1972.

A consolidação da carreira e a vida pública

Bresser completou, assim, sua formação acadêmica enquanto economista e sociólogo do desenvolvimento. Mais economista que sociólogo, mas sempre dedicado ao desenvolvimento. No mesmo ano que defendeu seu doutorado, 1972, publicou o livro *Tecnoburocracia e Contestação*, que trazia três textos: um analisando a reforma pela qual a Igreja Católica estava

²¹ Um fato biográfico curioso, sem maiores implicações para o que está sendo exposto aqui, é a relação de Florestan com uma tia-avó de Bresser, Hermínia. “Na casa da minha madrinha Hermínia Bresser de Lima, onde vivi durante uma parte da infância, ou ocasionalmente ia passar alguns dias...” (FERNANDES, 1994, 124; v. tb. UNZELTE, 2003, 65).

²² O grau de competição acadêmica (JACKSON, 2007, 120), a estrutura hierárquica das cátedras na USP (PULICI, 2007; SPIRANDELLI, 2008), o esforço de Florestan Fernandes de construir uma sociologia rigorosamente de acordo com os cânones científicos (ARRUDA, 1994; 1997; 2010) em um contexto de escassez de recursos e “fragilidade institucional” (ROMÃO, 2006, 93-119) exigiam um longo e complexo processo de formação dos pesquisadores vinculados à Cadeira I de Sociologia. Era muito improvável, portanto, que uma pessoa formada fora desses quadros ingressasse, já em um nível avançado como é o doutorado, em um grupo cujo recrutamento preferencial ocorria entre alunos de graduação, mais “moldáveis” ao *ethos* do grupo.

passando; outro sobre o movimento estudantil pós-maio de 1968; e o ensaio sobre a tecnoburocracia. Os dois primeiros podem ser considerados como um acerto de contas com seu passado de militante estudantil na JUC, enquanto o terceiro representava o início de um grande esforço empreendido ao longo dos anos 1970 de compreensão dos rumos da sociedade capitalista.

Foi, assim, mais um ponto de virada em sua vida. Talvez, mais de consolidação da segunda virada – seu ingresso na FGV. Em todo caso, um momento importante. Os anos 1970 seriam empregados na participação nos debates acadêmicos da época e por um retorno a publicação de artigos jornalísticos com mais regularidade, principalmente no jornal *Folha de S. Paulo*. No final dos anos 1970, retoma suas atividades político-partidárias também.

O período de 1983-84, principalmente, foi outro ponto marcante em sua biografia por vários motivos: além de consolidar sua formação e titulação acadêmica defendendo sua tese de Livre-Docência na USP, adquiriu sua primeira posição em um cargo político: a presidência do BANESPA, desligando-se do Grupo Pão de Açúcar após 20 anos de colaboração. Tal posição foi resultado de sua ligação com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), principalmente com o grupo de Franco Montoro, antigo conhecido seu dos tempos da Juventude Católica.

Daí em diante, alternaria períodos de dedicação quase integral à política (1983-87; 1994-1999) e períodos de atividade intelectual e empresarial (1988-1993; e 1999 em diante). As atividades empresariais referem-se a seu retorno ao Grupo Pão de Açúcar, com o qual voltaria a colaborar entre 1987 e 1994, e após 1999, porém decrescentemente. E assim Bresser foi conciliando suas atividades intelectuais e empresariais, não sem certa pressão para que se tornasse um administrador em tempo integral, alternadas com períodos dedicados à política também.

Quanto ao setor privado, Bresser exerceu atividades administrativas, a partir de 1963, como executivo do Grupo Pão de Açúcar, ao qual ficaria ligado até 1983, quando saiu para ocupar o cargo de presidente do Banespa (1983-1985) e de Secretário de Governo, no mandato de Franco Montoro (1983-1987); de Secretário de Ciência e Tecnologia (1985-1987), no mandato de Orestes Quéricia (1987-1991); e de Ministro da Fazenda (1987), no mandato do Presidente José Sarney (1985-1990). Somente após essas atividades políticas ele retorna ao Grupo Pão de Açúcar, em 1988, para novamente desligar-se desta empresa, agora para auxiliar FHC em sua campanha para Presidência e, após sua vitória, tornar-se Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, ao longo do primeiro mandato de FHC (1995-1999), e Ministro da Ciência e Tecnologia, no segundo mandato do mesmo Presidente (2000). Após sair do governo federal, retornou ao Grupo Pão de Açúcar em 2000, no qual permanece até 2012.

Quanto às suas atividades no setor público, sua dedicação não passou pela disputa de cargos eletivos, pois, “No dia em que me candidatasse, me tornaria um profissional da política, e aí acabaria minha vida acadêmica” (BRESSER-PEREIRA, 2002, 553).

Algo digno de nota na trajetória de Bresser é sua atividade docente. “Nunca parei de dar aulas. A rigor, só interrompi minha atividade como professor por um ano, em 1987, quando fui ministro da Fazenda” (BRESSER-PEREIRA, 2002, 557-58). Em todos os outros cargos que ocupou, sempre manteve, ainda que de forma bem reduzida, suas atividades docentes.

E foi justamente o que fez ao deixar o último posto governamental que ocupou, em 1999: dedicar-se integralmente ao ensino, pesquisa e debates sobre os rumos do Brasil. Apesar de em 2013 ter entrado para o Conselho da Cidade de São Paulo, criado na gestão do prefeito Fernando Haddad (PT- Partido dos Trabalhadores), essa participação é mais consultiva que executiva. Nada semelhante a ser secretário ou ministro de Estado.

Principais temas

Conforme visto nas seções anteriores, o tema mais marcante na trajetória biográfica de Bresser é o do desenvolvimento. Tema este que atravessará também sua produção intelectual, sua obra.

Porém, não seria o único tema e, em vários textos, nem o principal. Mais precisamente, ainda que o tema do desenvolvimento tenha ocupado regiões diferentes da obra de Bresser – ora as regiões centrais, de maior relevo e visibilidade; ora as regiões mais periféricas, de referências marginais e notas de rodapé – e eventualmente tenha estado quase completamente ausente em determinados textos, sem dúvida nenhuma é o segmento temático de maior extensão, densidade e profundidade em sua obra. Maior extensão por que presente desde o início de sua carreira. Mais densidade devido à massa de textos produzidos e às discussões dedicadas tal tema. E de profundidade devido ao esforço de (re)elaboração teórico e conceitual.

O outro segmento temático fundamental na obra de Bresser, o da (tecno)burocracia. A trajetória desse tema é bem mais errática em sua obra: um tema central e reorganizador de todo seu pensamento na década de 1970, tornando-se, já nos anos 1980, um tema quase completamente ausente na obra de Bresser. O silêncio só não foi absoluto devido à análise de Bresser sobre a crise do Estado. Contudo, apesar deste segmento não ser tão extenso quanto o do desenvolvimento, sem dúvida nenhuma é tão ou mais denso e profundo quanto aquele, principalmente quando se considera a maior experiência ministerial de Bresser, o MARE, no primeiro governo FHC, e seu legado “gerencial”.

Tendo estabelecido isto, a seguir procura-se apresentar duas breves periodizações do aparecimento, cruzamento e sucessões de temas e abordagens na obra de Bresser. As datas que delimitam os períodos são aproximadas, fixadas com base nos anos de publicação dos livros. Isso porque a data da publicação é o marco mais visível e seguro neste caso.

Temáticas por período

(1º) 1955-1977/86: da decisiva leitura dos *Cadernos do Nosso Tempo* à defesa de sua tese de doutorado, a temática do **desenvolvimento** apareceu vinculada aos temas do **empresariado**, das **classes médias** e da **dependência**. Dessa fase fazem parte os livros *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968), *Empresários e Administradores no Brasil* (1974), *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977) e *Lucro, Acumulação e Crise* (1986). Este último foi publicado em 1986, porém sua elaboração estendeu-se por toda a década de 1970, por isso sua data dista tanto do fim do período aqui delimitado.

(2º) 1969-1982: nesse período, que se estende principalmente ao longo da década de 1970, o tema da **tecnoburocracia** é o eixo em torno do qual vários outros temas gravitam: **classes médias, Igreja Católica, revolução estudantil, alianças de classes e seus colapsos**. Os principais livros desse período são: *Tecnoburocracia e Contestação* (1972), *Revoluções Utópicas* (1979), *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977), *Colapso de uma Aliança de Classes* (1978), *Introdução à Organização Burocrática* (1981) e *Sociedade Estatal e Tecnoburocracia* (1981).

(3º) 1978-1994: é o período em que Bresser mergulha, crescentemente, na atuação política e nos debates dos principais temas da agenda brasileira de então: **crise e reforma do Estado** (expressão que abrange os seguintes temas: dívida externa, nacional-desenvolvimentismo, déficit público e demais variáveis macroeconômicas), **inflação inercial, redemocratização, pactos políticos e alianças de classes sociais**. Os principais livros do período são: *Colapso de uma Aliança de Classes* (1978), *Economia Brasileira* (1982), *Dívida e Inflação* (1985), *Pactos Políticos* (1985), *Jogo Aberto* (1989), *Inflação e Recessão* (1991), *Tempos Heroicos de Collor e Zélia* (1991), *Crise do Estado* (1992), *Nova República* (1993), *Reformas Econômicas em Democracias Novas* (1993).

(4º) 1994-1998: período quase integralmente dedicado à **reforma do Estado**, entendida de modo menos amplo que no período anterior, pois tratava-se de uma reforma gerencial da administração pública. Temas como **democracia, direitos republicanos e globalização** gravitaram em torno do esforço empreendido no MARE de formular e implantar uma reforma gerencial. Os principais livros frutos desse período são: *Crise Econômica e Reforma do Estado* (1996) e *Reforma do Estado para a Cidadania* (1998), além de uma grande quantidade de artigos, acadêmicos e jornalísticos, e entrevistas.

(5º) 1999 – atualmente [2014]: o grande tema do período será o **novo-desenvolvimentismo**, ao qual as temáticas da **nação, globalização e macroeconomia do Brasil** (taxa de câmbio e de juros, inflação, investimento e poupança) estão referidas. Os principais trabalhos do período são: *Burocracia Pública na Construção do Brasil* (2008), *Construindo o Estado Republicano* (2009), *Globalização e Competição* (2009), *Macroeconomia da Estagnação* (2007).

Nota-se que os períodos se sobrepõem. A periodização acima ficou assim não só porque Bresser dedicou, em determinados momentos, sua atenção a mais de um tema ao mesmo tempo, mas também porque procurou combiná-los com muita frequência. Essa atenção alternada e focos combinados geram, sem dúvida, zonas cinzentas, as quais devem ser tratadas enquanto tais, a fim de não se perder a riqueza de seu pensamento, nem reduzir sua complexidade a uma simplicidade analítica que estaria muito distante do fenômeno.

Considerando a obra como um todo, pode-se adotar um ponto de vista que permitirá algumas outras observações que podem não ter ficado suficientemente visíveis da periodização acima. Dessa forma, se se deslocar a visão já não mais para os temas e segmentos temáticos, mas antes para o modo principal com que foram abordados ou elaborados, têm-se três períodos em Bresser.

Abordagens por período

(A) 1950-1982/85: correspondem aos anos de formação, nos quais Bresser batalhou em torno da elaboração e difusão de “grandes interpretações”, do Brasil e do mundo. É o período de formação acadêmica e de intensa circulação na sociedade civil, principalmente acadêmica, onde analisar as “estruturas” (sociais, políticas, econômicas etc.) e criticar suas injustiças era uma das principais atividades políticas;

(B) 1982/85-1999: são os anos nos quais a maioria absoluta dos textos de Bresser foram análises conjunturais. Os livros do período ou foram elaborados ao longo dos anos anteriores, sendo apenas publicados no período, ou foram coletâneas de pequenos e médios textos. É o período de maior atuação política de Bresser, o que ajuda a compreender esse predomínio da “conjuntura”;

(C) 1999 – atualmente (2014): são anos também de análises conjunturais, orientadas, contudo, para a formação de uma nova interpretação das “grandes questões” que o Brasil estaria enfrentando, sobretudo a grande questão do país: o desenvolvimento.

Os temas principais de cada período combinam-se e são abordados/elaborados de modo diferente ao longo do tempo, conforme pode ser concluído dessas duas periodizações. E tais combinações e (re)elaborações correlacionam-se, principalmente, à circulação de Bresser enquanto autor e ator político.

A apresentação do material e a discussão da produção intelectual está organizada em torno dos livros de Bresser. A escolha de trabalhar com livros, basicamente, justifica-se por se tratar de textos que sintetizaram as reflexões de Bresser em determinado momento, além de conter republicações de textos, artigos, conferências, entre outros trabalhos de menor porte. Ou seja, além de serem textos que sumarizam seu pensamento em determinados períodos, abrangem uma quantidade de textos e discussões que estão para além das páginas do livro.

Assim, o núcleo central do material analisado é constituído pelos livros, que foi sendo ampliado para abranger materiais de outra natureza na medida em que isso permitia uma análise mais acurada e/ou enriquecedora do texto em análise.

CAPÍTULO I
AGINDO POR PALAVRAS:
AS VERSÕES DA TESE DA TECNOBUROCRACIA

O que o leitor encontrará adiante será a exposição das quatro versões da tese da tecnoburocracia, das quatro formulações diferentes que Bresser deu para uma de suas hipóteses de trabalho mais duradouras: a de que o capitalismo do século XX estaria em profunda transformação devido ao crescimento e fortalecimento da tecnoburocracia.

Não se trata de quatro versões completamente distintas. Muito pelo contrário, os elementos básicos que compõem essa tese encontram-se presentes praticamente nas quatro versões, variando, de uma para outra, o peso relativo de cada uma delas. Assim, as quatro versões são:

1) tecnoburocracia como *sistema social* (*Tecnoburocracia e Contestação*), formulada a partir das leituras estadunidenses de Bresser (J. K. Galbraith, J. Burnham, Adolf e Berle, C. W. Mills entre outros), realizadas ao longo dos anos 1960 durante e após seu mestrado nos EUA;

2) tecnoburocracia como *modo de produção* (*Estado e Subdesenvolvimento industrializado; Sociedade Estatal e Tecnoburocracia*), formulada a partir de sua aproximação e diálogo direto com os intelectuais marxistas reunidos em torno do Cebrap, nos anos 1970;

3) tecnoburocracia como *variedade ou tipo de capitalismo* (*Technobureaucratic Capitalism; Burocracia Pública na Construção do Brasil*, 26), formulada ao longo da crise dos anos 1980 e ainda basicamente no campo do marxismo, em diálogo, porém, com uma bibliografia internacional;

4) tecnoburocracia como *classe média*. Esta quarta perspectiva não chega a ser uma “versão”, propriamente dita, da tese da tecnoburocracia porque esta última é tomada apenas como um ator, e não como um eixo estruturador de um novo sistema social ou modo de produção ou variedade de capitalismo. A identificação entre tecnoburocracia e classe média está presente em todas as versões anteriores, e só é mencionada aqui devido a sua ubiquidade na obra de Bresser e para se destacar a influência isebiana sobre a obra de Bresser. Influência diluída e residual, mas sempre presente.

Se os dois grandes temas da obra de Bresser são (tecno)burocracia e desenvolvimento, o primeiro quase sempre esteve acompanhado pela “classe média”, enquanto o segundo esteve pela “nação”, formando dois pares conceituais que estruturaram a produção intelectual de Bresser ao longo de seus mais de 50 anos de carreira. Não se trata, contudo, de pares distantes entre si. Pelo contrário, pode-se dizer que as “classes médias” forma um elo entre os dois eixos temáticos da obra de Bresser, estando quase equidistantes de ambos. Já a “nação” está, indubitavelmente,

vinculada ao “desenvolvimento”: burocracia \Leftrightarrow *classes médias* \Leftrightarrow desenvolvimento \Leftrightarrow nação.

As principais mudanças, de uma versão da tese da tecnoburocracia para outra, ocorreram na primeira reformulação, isto é, na passagem da tecnoburocracia enquanto “sistema social” para a tecnoburocracia enquanto “modo de produção”. A mudança de perspectiva que faz da tecnoburocracia um tipo de capitalismo, e não mais um novo modo de produção, é também grande, porém menos importante porque o livro que a expõe não chegou a ser publicado, a não ser tardiamente (2004) e apenas no site pessoal de Bresser. No interior de todas as versões, a quarta concepção, tecnoburocracia como classe média, esteve sempre presente, conforme já dito acima, mas não como o eixo central da argumentação.

Revoluções

O Brasil dos anos 1950-70 foi um país de muitas “revoluções”, pelo menos para seus intelectuais: vive-se “uma autêntica fase pré-revolucionária”, escreveu Celso Furtado no início dos anos 1960 (1962, 30); a “revolução está madura hoje no Brasil”, o problema, para Guerreiro Ramos, seria a “crise de liderança” (1963, 184); o jovem Wanderley G. dos Santos defendia a estatização e nacionalização das empresas estrangeiras e uma “revolução democrático-radical” no campo (1963, 40); para Octávio Ianni, as alternativas para a crise de 1964 eram a “revolução socialista” ou a “reintegração plena no capitalismo mundial” (1988[1967], 107); Wladimir Pomar declarava em 1969: “Onde há opressão, tornar-se inevitável a luta revolucionária” (1980, 92). Em 1966, Caio Prado Jr. publicava *A revolução brasileira* e, em 1975, Florestan Fernandes *A revolução burguesa no Brasil* (1981), esta última gestada desde pelo menos meados dos anos 1960 em diante.

As citações acima tem por único propósito, aqui, esboçar uma rápida descrição das “linguagens do ideário político” (POCOCK, 2003) da época em que um jovem, Bresser no caso, em formação acadêmica e amadurecimento intelectual escreveu seus primeiros texto acadêmicos. Não se trata, portanto, nem de reinterpretar o contexto factual, nem de defender que esta ou aquela visão foi a mais correta. Não se trata, aqui, de estabelecer verdades, “apenas” relações. E as relações que interessam aqui são aquelas que o autor e ator Bresser estabeleceu entre linguagens disponíveis, ideias-força e acontecimentos-chave daquela época.

Duas características chamam a atenção do contexto linguístico acima mencionado: 1) a variedade de linguagens disponíveis aos intelectuais naquele contexto. Só nas citações acima, pode-se entrever o estruturalismo cepalino, matizes diferentes do marxismo/comunismo e variadas análises sociológicas; 2) a presença de lances discursivos com pretensão de serem decisivos, algo denotado pela presença ubíqua de termos como “revolução”. Havia uma disputa de *sentido*: sentido enquanto explicação do que estava

ocorrendo; sentido enquanto direção a ser seguida. Cada lance discursivo – isto é, proposta de interpretação do contexto factual – tinha pretensões de se tornar decisivo justamente porque buscava imprimir *sentido* ao que estava acontecendo.

Poder-se-ia objetar que as citações acima estão enviesadas demais, referindo-se apenas a autores de esquerda. Poder-se-ia lembrar que uma das palavras que mais aparecem no AI-1, de abril de 1964, é “revolução”, palavra esta presente também nos Atos Institucionais posteriores. As referências a intelectuais de esquerda é deliberada porque Bresser, desde sua juventude, buscou se aproximar e se identificar com as ideias, grupos e movimentos considerados de esquerda e progressistas, ainda que suas leituras e influências tenham sido bem variadas, incluindo autores não considerados de esquerda. Em todo caso, a “revolução” que “se legitima por si mesma”²³ dos militares nunca foi a “sua” revolução. Tratava-se, sem dúvida, de uma linguagem disponível na época, mas não a um intelectual que se considerasse de esquerda.

No caso de Bresser, “sua” revolução era diferente das acima expostas. Em 1963, escreveu que os dois principais aspectos da “Revolução Brasileira” seriam a “Revolução Industrial”, capitaneada pelos “empresários no sentido schumpeteriano do termo” (1963, 214-5) e a “Revolução Ideológica”, marcada por “lutas ideológicas” como: industrialismo x agriculturalismo; desenvolvimentismo intervencionista x liberalismo; nacionalismo x cosmopolitismo; reformismo x conservadorismo (1963, 216). Percebe-se, assim, certa influência isebiana combinada com as leituras feitas nos EUA. Enquanto a influência isebiana dará início a uma linha de dispersão temática formada por um conjunto de textos sobre o Brasil e seu desenvolvimento²⁴, e que será analisado na Parte II deste trabalho, as leituras estadunidenses se desdobrarão em uma proposta de interpretação da civilização ocidental: a tese da tecnoburocracia.

Sintetizadas nos capítulos que bem depois constituiriam a sua parte do livro publicado juntamente com Fernando Prestes Mota, o *Introdução à Organização Burocrática* (1981), primeira sistematização teórico-didática dos estudos de Bresser na área de administração, aquelas leituras estadunidenses seriam o ponto de partida de uma nova interpretação, não tanto sobre o Brasil somente, mas da sociedade ocidental como um todo.

Conforme pôde ser visto acima, o clima intelectual dos anos 1960 era de muita efervescência, no Brasil e no mundo. A variedade tanto do contexto factual quanto do linguístico, este último marcado pela ideia-força da “revolução”, permitia certa liberdade e ousadia ao pensamento, atividade esta nada trivial em uma conjuntura tão crítica. Ao mesmo tempo, ao se combinar com o fechamento relativo do aparelho

²³ O texto integral dos Atos Institucionais pode ser acessado no site da Presidência da República. O endereço é: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>.

²⁴ Analisando o livro *Desenvolvimento e Crise no Brasil (DeCB)*, Pedro Fonseca aponta que “há uma tese que perpassa a obra [DeCB]: a de que o processo de desenvolvimento, em país de capitalismo tardio como o Brasil, deva ser entendido como um conjunto de transformações que pode ser sintetizado como *revolução*” (2007, 24, grifo no original).

estatal e do sistema político à atuação política direta das esquerdas após 1964, restava aos intelectuais de oposição o combate de ideias. Restava a “guerra de posição” nas “trincheiras” que sobraram na sociedade civil (GRAMSCI, 1984, 73) após Atos Institucionais, extinção do pluripartidarismo, censura etc.

É nesse contexto, factual e linguístico, que Bresser empreendeu um alto voo interpretativo com sua análise sobre a tecnoburocracia nos anos 1960-70. Ele partiu de um ramo de conhecimento e ação específico, a administração e a análise organizacional, e tentou chegar à compreensão da sociedade como um todo e suas transformações. Seu contato próximo com a administração e sua vivência em um contexto histórico autoritário e centralizador, como o do Brasil dos anos 1960-70, serviu-lhe de base para aquele “voo”.

Linhas de dispersão

A proposição, por Bresser, de um novo tipo de sociedade é constituída por algumas correntes de argumentação, espalhadas por alguns livros e artigos, e que desembocam na “constatação” da emergência de um novo tipo de sociedade: a tecnoburocrática. A análise sociológica encontra-se em *Empresários e Administradores no Brasil (EAB)* (90-103). O livro *EAB*, escrito a partir de textos e pesquisas realizadas nos anos 1960, é o resultado dos primeiros estudos e pesquisas realizados por Bresser a partir de sua vinculação com a FGV. Neste livro, e no capítulo em que a discussão se encontra, a longa exposição e discussão teórica em torno da estratificação e mobilidade sociais parece não ser de grande utilidade para a análise dos dados discutidos no texto, contudo, mais do que analisar aqueles dados especificamente, a intenção de Bresser ia além do livro, na medida em que usou a pesquisa para dar suporte a sua tese da tecnoburocratização do mundo moderno, cuja exposição mais acabada se encontra em outros livros. A exposição teórica, histórica e cultural da tese da tecnoburocratização do mundo encontra-se em *Tecnoburocracia e Contestação (TeC)* e *Introdução à Organização Burocrática*. A análise econômica em *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado (EeSI)*. E a análise política em *Colapso de uma Aliança de Classes (CAC)*.

Por entre as brechas de discussões pontuais e específicas, Bresser procura visualizar algo que estaria além da análise de uma conjuntura específica.

Nesse processo analítico de desconstrução/reconstrução, um grau a mais de complexidade é dado pela existência, em geral, de mais de uma linha de dispersão temática nos mesmos textos. Assim, nos mesmos textos em que se podem encontrar os elementos constituintes da tese da tecnoburocracia, podem-se encontrar também outros elementos constituintes de outras teses e análises. Pode haver, assim, momentos do desenvolvimento de um tema desenrolando-se simultaneamente a momentos de desenvolvimento de outro tema. Ou melhor, movimentos pertencentes a temas diferentes que se desenrolam não necessariamente de modo perfeitamente simultâneo, mas que sobrepõem no tempo e no texto mesmo assim. Sua distinção pode ter por base o tempo de maturação de uma ideia. Assim, poder-se-

ia analisar o livro *EAB* como sendo o ponto de partida não somente da tese da tecnoburocracia – conforme mencionado acima. O livro contém discussões que tocam em temas importantes das teorias da administração e das organizações, mas também analisa – mais precisamente, este é o seu tema central – questões como a origem social dos empresários e administradores brasileiros e alguns temas importantes relativos ao processo de desenvolvimento brasileiro. Este último tema aparecerá no centro do livro *DeCB* – o maior sucesso editorial de Bresser.

Há, assim, uma linha de dispersão temática correspondente à tese da tecnoburocracia; outra relativa à temática do desenvolvimento; e outra sobre classes sociais e profissionais no Brasil, que aparecerão, já nos anos 1980, em *CAC* e *PP (Pactos Políticos)*. Essas linhas de dispersão aparecem isoladamente em determinados textos, mas também justapostas ou articuladas em outros, ainda que, nestes casos de simultaneidade, o grau de maturação de cada tema não seja necessariamente o mesmo.

Trata-se aqui, portanto, de uma análise retrospectiva da trajetória da formulação de ideias específicas que permite observar os movimentos multidirecionais de focalização de determinados temas, que são, em si mesmos, movimentos de deslocamento para as margens (notas de rodapé, prefácio, comentários introdutórios ou de conclusão ligeiros etc.) de outras discussões ou textos de outros tantos temas, argumentos etc. possíveis.

Por fim, em busca de refinamento de sua tese da tecnoburocracia, de sua atuação profissional e dos debates que travou, pode-se observar um movimento que vai de temas ligados à administração para a tese da tecnoburocracia, a partir da qual Bresser se torna um economista. E será como economista (*Lucro Acumulação e Crise; Crise do Estado; Reformas Econômicas em Democracias Novas*) que ele entrará na cena política brasileira a partir do início dos anos 1980²⁵, até retornar ao tema da administração, no primeiro governo FHC, mas sem grandes teorias (*Reforma do Estado para a Cidadania*), para então, após o governo, retornar ao tema do desenvolvimento do ponto de vista econômico (*Macroeconomia da Estagnação; Globalização e Competição*). Nesse período de forte atuação política pode-se observar tanto o surgimento de novas linhas de dispersão, quanto a continuidade/retomada, ainda que menos intensa, de outras que vinham dos anos 1960 e 1970.

Assim, o que há a seguir é uma tentativa de captar e analisar uma linha de dispersão temática específica e os movimentos de focalização/marginalização temática a ela associados, linha essa dispersa em vários textos. Afirmar que há uma linha de dispersão não é afirmar que o processo de produção intelectual seja realmente “linear”, quer dizer, progressivo. Uma descrição mais plausível apontaria não

²⁵ A trajetória política de Bresser é um caso que ilustra exemplarmente a lógica e dinâmica da composição das elites dirigentes e dos altos escalões da burocracia brasileiras analisadas por vários estudiosos a partir do processo de redemocratização (LOUREIRO, 1992; 1997; GOUVÊA, 1994; ABRÚCIO e LOUREIRO, 1994; LOUREIRO, ABRÚCIO e ROSA, 1998). Não há espaço, contudo, neste trabalho para desenvolver este ponto, ficando apenas a referência.

apenas para avanços progressivos, mas também para os retrocessos, mudanças de opinião, reelaborações etc. que a produção intelectual está suscetível. Isto porque a análise do pensamento de um autor não se esgota em si mesma, mas antes precisa ser remetida às diversas posições – sociais, profissionais, políticas etc. – que o autor ocupou em diferentes meios sociais, culturais, políticos etc. e aos debates que travou entre outros elementos possíveis de compor sua biografia e trajetória intelectual. Vincula-se, nesta pesquisa, a circulação (recepção, reelaboração, proposição, publicação etc.) de ideias à circulação de seus portadores e formuladores.

Sendo assim, um primeiro esforço de análise da obra bresseriana será empreendido a seguir procurando-se, principalmente, captar e descrever os principais movimentos – temáticas, teóricas, metodológicas, políticas etc. – empreendidos por Bresser ao longo de sua proposição da tese da tecnoburocracia, ou seja, suas continuidades, rupturas, retomadas e incorporações.

Para operar tal desconstrução/reconstrução das linhas de dispersão dessa parte da obra de Bresser, é preciso, primeiro, aproximar-se mais dos textos selecionados, a fim de descrevê-los a partir de sua estruturação interna, tal qual o autor as elaborou. A partir dessa estruturação prévia, autoral, é que se pode conduzir a discussão aos outros níveis de análise, como o das partes/segmentos da obra.

A tese da tecnoburocracia de Bresser parte da tendência, amplamente debatida desde Weber (1991) e Michels (1982), pelo menos, dos burocratas de “servirem a si mesmos”, mais que aos interesses originais de dada organização ou os interesses sociais mais amplos, em relação aos quais a organização e as normas são apenas meios, e não fins em si mesmas. Tal tendência foi identificada, principalmente na segunda metade do século XX, como uma “disfunção” (MERTON, 1976, 113-8). Contudo, o que aparece como disfunção – o fechamento da burocracia em si mesma – em outros autores, nas análises de Bresser se torna um eixo de explicação da (re)estruturação da sociedade como um todo, em um motor de um movimento histórico que estaria conduzindo a uma nova etapa da história.

Tecnoburocratas seriam aqueles que ocupam posições nas organizações devido ao domínio que supostamente detêm sobre alguma técnica socialmente relevante. E Bresser pôde observar e estudar, inicialmente, esses novos grupos na medida em que entrou no mundo da administração, de fins dos anos 1950 em diante, como acadêmico e como funcionário de uma empresa privada que se tornaria uma das maiores do país.

A teoria da tecnoburocratização do mundo é, portanto, resultante de um observador da realidade, seus movimentos e transformações, situado em um ponto específico dessa mesma realidade, neste caso, a de um administrador profissional e pesquisador acadêmico ativo. Realidade, aliás, nada transparente. Constituída não somente de fatos, mas também de suas versões. A partir dessas perspectivas particulares e linguagens disponíveis, Bresser tentou alçar um voo teórico-histórico sobre a sociedade e história recente como um todo, alçando as teorias organizacionais à condição de fios condutores da formulação de um

modelo de sociedade. Tendo em vista que Bresser partiu de uma discussão sobre Marx e sua visão de história e sociedade capitalista, e se propôs a empregar o “método histórico e dialético”, a grande questão é (para resumir muito o debate): *a tecnoburocracia tem substância própria ou nada mais é do que a substância capitalista historicamente estruturada sob outra forma?*

1.1 DO TEMA DOS EMPRESÁRIOS E ADMINISTRADORES AO DA TECNOBUROCRACIA

Empresários e Administradores no Brasil (1974)²⁶ é a exposição do resultado consolidado de pesquisas realizadas em 1964-5 por alguns professores da FGV-SP, incluindo o próprio Bresser, com o auxílio de estudantes da mesma instituição. Essas pesquisas focaram os diretores e administradores de nível médio das empresas. O livro aproveita apenas os dados relativos a diretores²⁷.

Parte dessas pesquisas já havia sido divulgada em publicações anteriores. O que há de novo nesse livro é uma exposição e discussão mais abrangentes dos dados não somente dessa pesquisa, mas também de outras realizadas por Bresser.

O objetivo do livro é analisar “as origens étnicas e sociais, a mobilidade e carreira dos dirigentes das empresas industriais paulistas”, situados no “processo de desenvolvimento do Brasil”. A expressão “dirigentes de empresas” engloba empresários e “administradores profissionais”. Quanto à noção de empresário, Bresser emprega-a no sentido schumpeteriano, ou seja, empresário “como o inovador que dirige o processo de produção, fundando e/ou desenvolvendo decisivamente empresas” (*EAB*, 11).

O livro é de 1974, posterior, portanto, à *Tecnoburocracia e Contestação*, de 1972, onde aparece pela primeira vez a formulação da tese da tecnoburocracia. É posterior também à *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, cuja primeira edição é de 1968, onde o tema do desenvolvimento é tratado mais profundamente. Contudo, é em *EAB* que aparecem praticamente todos os grandes temas aos quais Bresser dedicará atenção ao longo da primeira fase (meados dos anos 1950-década de 1970) de sua trajetória intelectual: administração e burocracia; economia e desenvolvimento; análises de classes e suas alianças. Assim, mesmo não sendo o primeiro livro publicado por Bresser, é um livro que condensa boa parte daquilo que absorverá sua atenção nas décadas seguintes. Por isso, em uma exposição introdutória à sua produção, considerou-se mais produtivo tomar *EAB* como o ponto de partida de análise das principais

²⁶ Daqui em diante, apenas *EAB*.

²⁷ É interessante observar que, praticamente na mesma época, Florestan Fernandes e sua equipe formularão o projeto *Economia e sociedade no Brasil* e criarão o CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho), fundado em 1962 (ROMÃO, 2006). Uma das linhas de pesquisa do projeto, sob responsabilidade de Fernando H. Cardoso, era sobre o empresariado brasileiro. Contudo, as referências à pesquisa de FHC são pontuais: Bresser apenas assume uma posição intermediária entre H. Jaguaribe e FHC no que tange ao tema (mais político do que acadêmico) da possibilidade ou não de uma aliança nacionalista envolvendo os empresários brasileiros (*EAB*, nota 9, 28).

linhas de dispersão temática bresserianas. *EAB* não é, cronologicamente, o ponto de partida dessas 3 linhas de dispersão, mas aparece primeiro na análise aqui feita por se considerar que este é um expediente melhor para expor este período a produção bresseriana.

A importância do tema e o recorte escolhido (empresários e *administradores*) está no modelo de *desenvolvimento* construído no Brasil, no qual “repete-se (...) a tendência universalmente observada de estabelecimento de uma estrutura *tecnoburocrática* paralelamente ao sistema capitalista” (*EAB*, 11-2, grifos nossos). Assim, já se pode observar em *EAB*, de início, a sobreposição de pelo três linhas temáticas que se encontrarão dispersas em outros textos: 1º) aproveitando o levantamento de dados empíricos realizados nos anos 1960, Bresser discute questões mais sociológicas relativas às origens e perfis de administradores profissionais e políticas relativas às alianças que eles firmaram com outros grupos e classes (*EAB*, 14-21); e 2º) em meio a algumas rápidas discussões sobre o desenvolvimento brasileiro (*EAB*, 14-21; 24-5; 28), 3º) Bresser retoma alguns argumentos e hipóteses associados à sua tese da tecnoburocracia – retoma porque, apesar de as pesquisas empíricas serem dos anos 1960, o livro é de 1974, como já dito acima, posterior, assim, à *TeC*, que é a primeira exposição sistemática daquela tese (*EAB*, 45-54; 67; 157-8; 175)²⁸.

Porém, o foco central são os empresários e administradores profissionais e as alianças sociais e políticas que eles estabeleceram. Por esse movimento de focalização, o tema “desenvolvimento” será deslocado, em *EAB*, para as margens (prefácio, notas de rodapé, comentários rápidos, conclusões etc.) do texto. Já o tema da “tecnoburocracia” será também deslocado para as margens do discurso, mas menos do que o do “desenvolvimento”. Assim, o foco principal são empresários e administradores, suas origens e mobilidade, social e profissional. O tema da tecnoburocracia não é deslocado por completo para as margens porque é “carregado”, por assim dizer, pelo desenrolar das discussões em torno de outro tema, discussões estas que, para serem bem desenvolvidas, não necessariamente precisariam de referências tão fortes e frequentes à tese da tecnoburocratização do mundo. Em suma: o movimento de focalização temática sobre empresários e administradores desloca o tema do desenvolvimento para as franjas do texto ao mesmo tempo em que dá suporte à reafirmação/(re)apresentação da tese da tecnoburocracia, servindo a esta como um suporte empírico a mais, um conjunto de evidências a seu favor.

É por isso que a retomada, por Bresser, dos dados empíricos produzidos quase dez anos antes para escrever um novo livro ganha mais sentido quando se desconstrói o texto e, assim, os temas tratados, os quais passam, assim, a aparecer mais nitidamente. A retomada da pesquisa empírica realizada quase

²⁸ Bresser publicou, em *IOB*, um conjunto de textos nos quais apresenta mais longamente os conceitos e teorias organizacionais, alguns dos quais aparecerão em *EAB*. Aquele livro é uma introdução didática, um “estado da arte” feito à época de sua formação acadêmica na área de administração (1963-4) e publicados posteriormente, em 1980, juntamente com outros textos de Fernando Prestes Motta. Devido a seu caráter didático, introdutório e à época em que foi escrito, ele não apresenta nenhuma grande contribuição específica para os temas aqui tratados. Por isso, não será analisado mais longamente.

dez anos antes não é para atualizar dados empíricos, nem para reinterpretar os dados à luz de novas teorias – outras fórmulas de retomada e incorporação possíveis. Sua publicação no início dos anos 1970 pode ser relacionada, por um lado, ao contexto de aceleração econômica então vivida pelo país, sob o regime militar – o chamado “milagre econômico” – e, por outro lado, ao esforço que Bresser vinha empreendendo naquela época de construir uma teoria sobre a tecnoburocracia. Isso tudo ajuda a melhor compreender porque desenvolvimento e tecnoburocracia aparecem como temas sobrepostos e/ou justapostos às discussões e análise dos dados empíricos sobre empresários e administradores.

Uma das ideias centrais de *EAB* é a de que, no início do processo de industrialização brasileira, o papel que os empresários tiveram foi essencial. Com o avanço de tal processo e a burocratização das empresas, aquele papel passa a ser dividido com os administradores (*EAB*, 12). Assim, a retomada de uma pesquisa passada apresentou-se para Bresser, naquele momento, como uma oportunidade a mais de se colocar em um dos principais debates do país naquele momento – o modelo de desenvolvimento econômico – e de apresentar uma vez mais argumentos à favor de sua tese da tecnoburocracia.

O tema – e a pesquisa empírica disponível – dos empresários e administradores era uma nova oportunidade (de se apresentar ao debate); o tema do desenvolvimento era quase uma unanimidade (entre cientistas sociais da época); e o tema da tecnoburocracia um projeto pessoal de Bresser.

1.2 TECNOBUROCRACIA COMO SISTEMA SOCIAL

A primeira versão da tese da tecnoburocracia foi formulada por Bresser aproximadamente dessa forma: da leitura de James Burnham (1946), extraiu os delineamentos gerais da análise – a técnica como um fator quase absoluto na explicação da dinâmica da história e uma leitura supostamente realista dessa dinâmica que desemboca, explicitamente ou não, em uma perspectiva elitista de seus desdobramentos políticos²⁹. Tendo a técnica tal importância, Bresser precisava dar-lhe um tratamento teórico mais atento. Neste ponto incorpora, a sua maneira, a noção de “fator estratégico de produção”, de J. K. Galbraith (1967). Incorpora também a noção de tecnoestrutura que, combinada com a noção weberiana de burocracia, resulta no conceito de “tecnoburocracia”.

Uma vez nomeado o protagonista de sua análise, Bresser o insere em uma estrutura argumentativa inspirada em J. Burnham: mas ao invés de falar em “revolução dos gerentes”, fala em “emergência da tecnoburocracia”. Tal “emergência” é atrelada ao materialismo histórico de K. Marx, ou melhor, atrelada à interpretação que Bresser dá a este último.

²⁹ A perspectiva elitista de Burnham fica clara nesta passagem: “A sociedade dos ‘gerentes’ é uma sociedade de classe, uma sociedade na qual há poderosos e fracos, privilegiados e oprimidos, governantes e governados” (1946, 159). Apesar de falar em “classe”, a perspectiva dualista típica do elitismo prevalece. Sobre o nascimento da teoria das elites, principalmente a partir de G. Mosca e V. Pareto, cf. Grynszpan (1999).

Tecnoburocracia e Contestação: a primeira grande sistematização

Escrito entre 1968 e 1971, os textos que compõem *Tecnoburocracia e Contestação (TeC)* têm em comum entre si a tese da tecnoburocracia como princípio explicativo geral das grandes tendências das sociedades modernas na segunda metade do século XX. Uma meta-teoria.

A hipótese geral deste trabalho é a de que o poder político e o poder econômico nas sociedades industriais modernas está se transferindo cada vez mais para as mãos da tecnoburocracia. Depois do capitalismo está surgindo em todo o mundo um sistema econômico, político e cultural dominado por técnicos e administradores profissionais, o qual, em nome de um racionalismo eficientista, vai estabelecendo no mundo um tipo de sociedade cada vez mais repressivo e totalitário. Contra essa tendência ao estabelecimento de sociedades tecnoburocráticas, e antes mesmo que este fenômeno acabe de ocorrer, já se levanta toda uma revolução jovem, uma contracultura que pretende contestar de forma radical toda a cultura tecnoburocrática, já identificada com a ordem estabelecida (*TeC*, 9).

Em crítica e contraposição a Marx, Bresser defendia que não era mais o socialismo que sucederia o capitalismo, pois a classe operária já não seria revolucionária. Bresser vai mais longe ainda, questionando não apenas a validade das posições políticas marxianas, mas também seus próprios pressupostos de análise. “Mais ainda, procuramos demonstrar como não é jamais a luta de classes interna ao sistema que derruba a ordem estabelecida, mas é o surgimento de uma nova classe ou grupo sócio-econômico externo ao sistema, que irá provocar o estabelecimento de uma nova ordem social” (*TeC*, 9).

A fim de empreender tal demonstração, Bresser examina a “técnica” como o “novo fator estratégico de produção” que ganhou “substância própria, transformando-se no principal elemento configurador da sociedade tecnoburocrática” (*TeC*, 9).

As “revoluções” do século XX – comunistas, militares e dos gerentes – desembocaram na tecnoburocracia (*TeC*, 9-10). A “velha esquerda” ainda “insiste em negar a emergência da tecnoburocracia” porque “é vítima da ideologia tecnoburocrática, racionalista e utilitarista, tanto quanto o são os defensores dessa mesma ordem tecnoburocrática” (*TeC*, 10).

Em sua discussão sobre “A emergência da tecnoburocracia”, inicialmente Bresser apresenta o método que utilizará: o “método histórico e dialético”. É histórico porque o “processo social é eminentemente dinâmico” (*TeC*, 20). Porque é “dialético” só será discutido mais a frente em seu texto.

Apesar de, neste momento inicial, não completar a tríade e afirmar que o método é também materialista, sua concepção da dinâmica social é, talvez mais do que histórica e dialética, principalmente materialista: o princípio da dinâmica social é o “desenvolvimento tecnológico”. O “poder político e a

natureza do sistema de dominação serão definidos em função do controle dos meios estratégicos de produção” (*TeC*, 21).

Mas o que é um “meio” ou “fator estratégico de produção”? Apesar de o método lembrar Marx, na medida em que é “histórico e dialético”, a definição de fator de produção é buscada no economista estadunidense Jonh K. Galbraith: estratégico é um recurso – ou fator – escasso. A fim de reconciliar seu método com a citação, Bresser afirma que a definição de Galbraith é “outra forma, não ortodoxa, de expressar a tese marxista de que o desenvolvimento tecnológico determina as relações de produção, ou seja, as relações de poder na sociedade” (*TeC*, 22)³⁰.

Assim, o materialismo do método prevalece: “na medida em que toda a sociedade é regida pelo princípio da escassez, as relações de produção dominam e determinam as demais relações sociais, inclusive as relações de poder”. Mudanças no fator estratégico de produção implicam mudanças “no sistema de poder da sociedade. A história entra em uma nova etapa” (*TeC*, 22).

A dialética entra, então, em cena: o “novo está sempre em contradição com o velho. A história tem um sentido e um contra-sentido. É um processo permanentemente contraditório e portanto dialético” (*TeC*, 23).

Entra em cena também o materialismo. Apesar de tal concepção já estar claramente presente na análise, Bresser afirma ter tido apenas uma “inspiração no materialismo histórico”, inspiração segundo ele não ortodoxa – e isto apesar de sua análise da relação entre base material e “superestrutura” ser muito próxima do que, em geral, se considera com sendo uma análise padrão do materialismo histórico, isto é, próxima à ortodoxia marxista. A adoção do “método de análise” não implicaria em uma adesão total ao “pensamento marxista”. Os “problemas de método são relativamente independentes do momento histórico em que foram formulados”, afirma Bresser, e por isso é possível empregar o método sem necessariamente endossar todas as teses e resultados de análises realizadas com base nele em outro momento histórico (*TeC*, 23-4). O método, portanto, é concebido e aplicado de acordo com – ou muito proximamente a – ortodoxia, os resultados de sua aplicação não.

Após discutir o método, Bresser revisa brevemente a análise histórica de Marx, a divisão que este faz da história em etapas de acordo com o fator estratégico de cada momento (trabalho humano [escravo],

³⁰ Não há espaço aqui para um exame minucioso da apropriação que Bresser faz da “tecnocracia” de J. K. Galbraith, mas, tendo em vista que se trata de um dos autores mais citados por Bresser em sua discussão sobre tecnoburocracia, alguns pontos merecem atenção: 1º) o tema central de Galbraith são as “tendências convergentes das sociedades industriais” (1967, 10; 389), sendo que a mais importante delas é a 2º) tecnocracia, um “mecanismo para tomadas de decisões em grupo” (1967, 70-1; 154) *no interior* das grandes corporações. Uma forma de administrá-las, portanto; 3º) a emergência da tecnocracia está ligada mais aos “imperativos da tecnologia e do planejamento” (GALBRAITH, 1967, 98) do que à escassez de fatores estratégicos de produção. A análise desses fatores, inclusive, está inserida em uma “teoria geral da motivação” (GALBRAITH, 1967, 128-41). E, talvez o mais importante, o 4º) o objetivo principal da tecnocracia – sua “motivação” maior – é “sobrevivência da própria organização” (GALBRAITH, 1967, 167-68), e não a dominação da sociedade como um todo e/ou do mundo.

terra, capital). Apesar do eixo da discussão ser a visão de Marx sobre o tema, Bresser inclui novamente Galbraith na análise, mais especificamente com relação ao feudalismo (*TeC*, 25).

Após analisar a “utopia” de Marx, Bresser chega ao cerne de sua tese central: historicamente, o que estaria sucedendo o capitalismo não seria o socialismo, como teria predito Marx, e sim o tecnoburocratismo (*TeC*, 27-9).

E assim Bresser encerra esse primeiro esforço em direção à sua tese central: o método de Marx permaneceria praticamente íntegro, já os resultados analíticos por ele alcançados no século XIX nem tanto. Da necessidade de superação derivada do caráter dinâmico da história – cujo motor é o desenvolvimento tecnológico, o capitalismo está se transformando em direção a um “novo sistema político e econômico”: a “tecnocracia, ou tecnoburocracia, ou tecno-estrutura, ou tecnocratismo, termos para nós sinônimos, ainda que possam ter conotações algo diversas”. A tecnoburocracia é a “etapa imediatamente posterior ao capitalismo”, não o socialismo (*TeC*, 30).

Contudo, apesar de Bresser marcar posição própria em relação à Marx, tal posição ainda é firmada *no interior* de um determinado marxismo. Por isso, Bresser faz uma concessão e deixa a porta da história aberta ao socialismo, o qual, “em termos muito diversos dos previstos por Marx, provavelmente ainda deverá ocorrer”. Esse reconhecimento é, contudo, logo contrabalançado pela reafirmação de sua tese: “mas no momento assistimos em todo mundo à tomada do poder não pelos operários, mas por técnicos, burocratas e militares” (*TeC*, 30). E dessa forma Bresser encaixa sua tese na leitura que fez de Marx: em relação ao passado, Marx estaria correto; em relação ao presente, nem tanto; em relação ao futuro, só a história dirá.

A fim de reforçar essa justaposição da tese da tecnoburocracia no interior da caracterização geral da história feita por Marx, Bresser retoma a questão do método. Por que Marx não previu a tecnoburocracia, e sim o socialismo, como etapa imediatamente posterior ao capitalismo? Segundo Bresser, por dois motivos principais: 1) “porque não foi plenamente fiel a seu método de análise da história”; e 2) porque “deu excessiva ênfase à luta de classes”, a qual também não teria sido analisada da maneira mais adequada (*TeC*, 30).

Assim, segundo Bresser, não apenas sua tese da tecnoburocracia caracterizaria melhor o mundo pós-capitalismo, como tal caracterização é resultante de uma aplicação mais “fiel” do método de Marx. Ou seja, Bresser afasta-se de Marx exatamente por ser mais “fiel” ao método do próprio Marx! Marx teria dito: “Tudo o que eu sei é que não sou marxista” (ENGELS, 1982). Bresser afirma o contrário: é mais “marxista” que Marx. A tese da tecnoburocracia não seria uma contraposição ou alternativa ao marxismo, e sim um legítimo produto seu (*TeC*, 30).

Quanto à luta de classes, Marx teria exagerado em sua importância devido a influências conjunturais, tendo em vista que ele viveu em um contexto histórico de organização dos trabalhadores e

de fortes conflitos trabalhistas. A importância da luta de classes seria mais conjuntural do que estrutural, segundo Bresser.

Bresser localiza a dialética, assim, não nas lutas de classe, e sim na relação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção, que formariam a “essência da metodologia marxista (...). É também essencial a relação dialética entre a infra e a superestrutura” (*TeC*, 31). A luta de classe, porém, não é essencial. Embora esta luta seja “um componente importante da história, está longe de ser seu principal motor. Este papel deve ser reservado ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, ao desenvolvimento tecnológico” (*TeC*, 31).

A ideia central aqui é que a história não é tanto a história de quem vence – a luta de classes – em determinado momento. E sim que quem vence é quem domina o fator de produção estratégico de determinado momento. As lutas giram em torno do fator estratégico de determinada etapa da história. Na etapa seguinte, outro será o fator estratégico. O surgimento de um novo grupo dominante está menos ligado à luta de classes em si do que ao domínio novo fator estratégico.

“Marx não levou em conta que, historicamente, jamais a classe dominada transformou-se na classe dominante no sistema econômico subsequente”, afirma Bresser (*TeC*, 31). Por isso, “a luta de classes ‘internas’ ao sistema não chega a ser revolucionária” (*TeC*, 31). Os senhores feudais não surgiram dos escravos do modo de produção anterior, assim como os primeiros empresários capitalistas não foram os servos das glebas. “O novo grupo dominante surge, em geral, do grupo dominado. Mas surge como um grupo à parte, que conseguiu diferenciar-se do resto da classe dominada” e assumir gradativamente o “controle do novo fator estratégico de produção” (*TeC*, 31). Quando este controle se completa, surge “um novo tipo de sistema econômico, e, portanto,” uma “nova etapa histórica” (*TeC*, 31).

É por isso que a “luta de classes” só é “historicamente revolucionária quando for ‘externa’, quando partir de um grupo externo ao sistema” (*TeC*, 32) em condições de deslocar sua classe dominante e, ao se constituir enquanto nova classe dominante, constituir também um novo sistema. Desse modo, a luta de classes só se torna revolucionária quando ocorre entre um grupo dominante e outro com aspiração de sê-lo, o que a torna praticamente um conflito entre elites, mais do que entre classes propriamente.

O próprio Bresser parece reconhecer isto quando afirma que o “processo histórico de substituição de elites dominantes ou de modificação nas relações de produção” implica o desaparecimento da classe dominada também (*TeC*, 31). Isso ocorreu em relação ao escravismo antigo e ao feudalismo, e estaria ocorrendo na civilização industrial também. A “classe operária foi fruto específico do capitalismo industrial”, no qual a classe dominante era a “burguesia industrial”. O desenvolvimento tecnológico conduziu à “automação”, diminuindo fortemente “o número de trabalhadores manuais não especializados na indústria” (*TeC*, 33). Conforme a tecnoburocracia avança, portanto, a burguesia é deslocada e o

operariado se esvanece. Além disso, os trabalhadores foram positivamente incorporados ao sistema na medida em que as condições de trabalho e de vida foram melhorando (*TeC*, 33-4).

Assim, encerra-se um segundo esforço argumentativo de Bresser em direção a sua tese da tecnoburocracia, um esforço negativo, ou seja, de crítica à Marx e sua previsão acerca do socialismo, mas também positivo, de reafirmação da validade de seu método.

Sumarizando, Bresser retoma os três grandes argumentos lançados contra as previsões de Marx em ordem decrescente de abstração. A classe dominada – a classe operária, no caso – não é (e não pode ser) revolucionária porque: 1) “em um sistema econômico jamais se torna a classe dominante do sistema subsequente”; 2) “dentro de um sistema econômico, surge e tende a desaparecer dentro desse sistema”; 3) “tornou-se beneficiária do sistema capitalista e a ele se acomodou politicamente” (*TeC*, 35-6).

O socialismo, contudo, não está morto. Precisa, contudo, “ser profundamente reformulado” quanto à sua “inevitabilidade” e quanto à “liderança da classe operária”. Apesar de impregnar a “contracultura”, permanece ainda certa “confusão” na medida em que muitas pessoas ainda raciocinam “em termos clássicos de esquerda e de direita, identificando esquerda com a classe operária” (*TeC*, 36). Portanto, para Bresser, Marx estaria certo quanto ao método e quanto à previsão de que o futuro pertence ao socialismo. Estaria errado ao não ter sido fiel o suficiente ao próprio método, enganando-se quanto ao *tempo* – o futuro pertence ao socialismo, mas não o futuro imediatamente posterior ao capitalismo – e ao *conteúdo* – revolução proletária – do socialismo. O resultado geral é uma “reformulação do socialismo, em termos” no sentido de uma “contracultura antitecnocrática” (*TeC*, 36).

Algumas questões surgem dessas considerações de Bresser: se o socialismo terá que ser e será reformulado, será, contudo, ainda socialismo? Porque empregar o mesmo termo para fenômenos que se poderia considerar, sem maiores problemas, como distintos? E, principalmente, por que declarar tanta fidelidade ao método, maior fidelidade até que seu próprio criador? Aqui já se poderia divisar o efeito do contexto linguístico sobre essa parte da obra de Bresser. Essas questões serão retomadas mais a frente, ao longo e após a exposição das ideias de Bresser sobre tecnoburocracia.

Discutindo a “Técnica, o novo fator estratégico”, Bresser afirma que, se houvesse dados disponíveis em sua época, se tivesse “sido fiel ao cerne de seu método, e não a um aspecto relativamente secundário dele, como é a luta interna de classes”, Marx não teria formulado previsões tão “otimistas” quando ao socialismo (*TeC*, 37).

Mais ainda, a “confusão do método histórico-dialético com a análise marxista dos fenômenos políticos e sociais de seu tempo (...) leva grande parte da esquerda, em todo mundo, a negar a emergência da tecnoburocracia” (*TeC*, 37-8)³¹.

³¹ Bresser lista Carlos E. Martins (1970; 1974) entre os autores de esquerda que negariam a emergência da tecnoburocracia, reduzindo o alcance das transformações inerentes ao fortalecimento dos tecnocratas. Isso ajuda a

Sendo assim, para partir do método de Marx e chegar a um resultado diferente do seu, quer dizer, o “surgimento da tecnocracia”, Bresser afirma ser necessário recorrer a um intelectual que, apesar de influenciado por Marx, seria “heterodoxo em relação ao marxismo” (*TeC*, 38). Dessa forma, Bresser recorre, uma vez mais, a Galbraith, quer dizer, a uma interpretação também “heterodoxa” deste último no que tange os fatores estratégicos de produção, dando início a um terceiro passo, agora mais construtivo, em direção à tese da tecnoburocracia.

A “heterodoxia” da interpretação de Bresser em relação a Galbraith é a generalização, elevando sua análise a um plano mais geral e abstrato: mesmo que o “modelo de sua [*Galbraith*] análise [*seja*] a sociedade capitalista norte-americana em processo de transformação”, o “fenômeno do surgimento de um novo fator estratégico de produção, porém, é mais geral” (*TeC*, 41-2).

E assim Bresser conduz esse terceiro movimento de formulação de sua tese da tecnoburocracia, a qual adquire, após todos esses esforços, o *status* de uma leitura geral dos rumos e características centrais da civilização ocidental na segunda metade do século XX. Não se trata de uma mera proposta de análise de conjuntura, mas sim de uma reformulação total das visões dominantes sobre a civilização ocidental. Como esta não é homogênea, trata-se agora de se verificar as variações e nuances no interior desse movimento global em direção à tecnoburocratização do mundo. Bresser aborda, por isso, as revoluções comunistas, militares e dos gerentes, acompanhando a divisão então estabelecida no mundo entre países de segundo, terceiro e primeiro mundo.

Do modo como a argumentação de Bresser foi construída, a técnica apresenta-se como o eixo estruturador fundamental das sociedades industriais no século XX. O encadeamento causal é nítido e rigoroso: a história pode ser dividida em “grandes etapas”; cada etapa pode ser definida de acordo com um critério claro, o “fator estratégico de produção”; se este fator estratégico “está deixando de ser o capital”, que está sendo deslocado pela técnica, “devemos obrigatoriamente admitir que estamos entrando em uma nova fase da história” (*TeC*, 57).

Mas, como tal passagem foi e estaria ocorrendo? Nem todas as sociedades são industriais e nem todas as sociedades industriais são iguais entre si. Para Bresser, é necessário, portanto, diferenciar os caminhos diversos que conduzem ao mesmo inescapável destino: a tecnoburocracia.

No plano da teoria, Bresser já discutiu porque a previsão de Marx quanto ao socialismo teria falhado. Agora, trata-se de abordar mais diretamente as experiências concretas de revolução que tiveram por bandeira o socialismo. Marx “Previu o socialismo, e infelizmente errou”, lamenta Bresser (*TeC*, 59).

compreender por que esses dois autores, apesar de estarem tratando do mesmo tema – tecnocracia/tecnoburocracia –, na mesma época e praticamente no mesmo espaço acadêmico (ambos transitaram no CEBRAP nos anos 1970) não estabeleceram maiores colaborações acadêmicas.

Quando se olha mais de perto a Revolução Russa de 1917, por exemplo, observa-se que “foi uma revolução tecnoburocrática” (*TeC*, 59). O “mundo ainda não estava maduro” para o socialismo, mas para a tecnoburocracia, sim. Bresser caracteriza o socialismo como “uma sociedade sem classes, democrática”, com “liberdade e igualdade de oportunidade” (*TeC*, 59). Mantendo sua linha de análise materialista, Bresser remete a imaturidade do mundo para o socialismo à escassez. É a “escassez ainda existente no mundo” que “não oferecia condições” para o socialismo. A escassez “acentuava o natural egoísmo dos homens”, enquanto o “utilitarismo racionalista o sacramentava” (*TeC*, 59).

Por outro lado, “o desenvolvimento da revolução soviética é uma clara demonstração” da maturidade do mundo para a tecnoburocracia (*TeC*, 59). O malogro da Revolução de 1917 deveu-se a seu “caráter prematuro” (*TeC*, 61). A “revolução liquidava com o sistema capitalista, mas continuava às voltas com o problema da escassez e do subdesenvolvimento” (*TeC*, 62).

Sendo uma etapa da história, a tecnoburocracia tende também a se tornar um novo tipo de civilização distinta de todas as que já existiram. Por isso, é um fenômeno multifacetado, alimentado por diferentes eventos e processos históricos.

O socialismo é uma novidade dos tempos modernos. O militarismo – “domínio políticos dos militares sobre os civis” (*TeC*, 70), não. Para Bresser, um e outro, porém, independentemente de sua idade, entram no século XX sob o signo da tecnoburocracia.

Para Bresser, fenômenos antigos e novos não escapam, no século XX, à tecnoburocracia. Devido a sua eficiência, aquela concepção de exército se tornou tão difundida que “não é possível imaginar outro modelo de exército”. Tal eficiência se deve ao fato de o exército ser uma burocracia em um mundo cada vez mais tecnoburocrático, dominado pela técnica. Quanto mais a “guerra se tecnifica”, mais necessária é a “burocratização do exército” (*TeC*, 70).

Ao contrário dos países mais avançados, nos países subdesenvolvidos o “exército é frequentemente a primeira organização burocrática moderna a se estabelecer” (*TeC*, 71). Como tais países aspiram ao desenvolvimento econômico, o “resultado” da soma dos “dois fatores são as revoluções militares, é a tomada do poder, em quase todos os países subdesenvolvidos (...) pelas oligarquias militares” (*TeC*, 72). Se o objetivo é moderno – desenvolvimento –, é racional; se é racional, requer eficiência; se requer eficiência, a burocracia é a organização mais capacitada para alcançá-la; se o exército é a organização mais moderna, isto é, mais burocrática, então é a mais capacitada para levar adiante nos países subdesenvolvidos o processo mais geral de tecnoburocratização do mundo. Assim, Bresser sustenta que a tomada do poder pelos militares “é, eminentemente, um capítulo da emergência das tecnoburocracias ao poder” (*TeC*, 73).

Assim, em Bresser, se a escassez ajuda a entender o malogro do socialismo e a guinada em direção à tecnoburocracia na Rússia pós-1917, no caso dos países subdesenvolvidos seria o despreparo

em relação à democracia, pressionada pela necessidade do desenvolvimento econômico, que ajuda a entender as revoluções militares, veículos histórico-conjunturais de tecnoburocratização de vasta parte do globo. A distinção entre esquerda e direita apaga-se na medida em que se trata de “ditaduras” e, principalmente, de tecnoburocracias (*TeC*, 75-6).

Se a tecnoburocracia, e não o socialismo, é a etapa imediatamente posterior ao capitalismo, como já visto acima; e se o capitalismo, na medida em que busca a racionalidade enquanto eficiência, prepararia melhor do que qualquer outro sistema social o caminho para a tecnoburocracia, então o que dizer dos “países capitalistas avançados”?

“Paradoxalmente os países tecnologicamente mais avançados são aqueles em que a tecnoburocracia fez menos progressos”, pois neles as “resistências do sistema capitalista são muito mais fortes” do que nos países onde houve revoluções comunistas e militares, nos quais o capitalismo ainda era incipiente, ou praticamente ausente (*TeC*, 78). A conclusão que se pode tirar desse raciocínio de Bresser é que, paradoxalmente, os países mais atrasados em termos de capitalismo são os que apresentam a imagem, mesmo que incompleta, do futuro do capitalismo avançado.

Contudo, e ainda paradoxalmente, as primeiras captações de tais imagens foram realizadas nos países desenvolvidos. Tomando o caso dos EUA como exemplar, Bresser caracteriza as primeiras pesquisas que apontaram as tendências em direção à tecnoburocracia em dois grandes grupos: o dos ideólogos da tecnoburocracia (Berle e Means principalmente), de um lado, e dos críticos (J. Burnham, J. K. Galbraith, Th. Roszak), de outro (*TeC*, 79-92).

Bresser conclui que o capitalismo, nos países desenvolvidos, continua “vigente”, mas a “classe capitalista” não está mais no poder sozinha (*TeC*, 93). Apoiando-se nos estudos de C. W. Mills, Bresser afirma que o cientista político estadunidense chegou próximo à tese da revolução tecnoburocrática, apesar de tê-la negado (*TeC*, 93-4).

Somente nos países onde houve uma revolução socialista o capitalismo foi considerado explicitamente como algo a ser superado ou banido. Já nos outros países, a distinção entre tecnoburocracia e capitalismo se torna mais difícil “O capitalismo (...) não é inimigo da tecnoburocracia. É simplesmente seu antecessor, sua matriz” (*TeC*, 95). Em sua análise sobre a superação do capitalismo avançado pela tecnoburocracia, Bresser aproxima-se de uma visão conspiracionista do processo, como se “a ascensão tecnocrática” fosse “um complô deliberado” (LEBRUN, 2004, 291-2): a tecnoburocracia “Sabe que acabará por exterminá-lo” (o capitalismo), mas, “reformista, muito mais que revolucionária, *prefere ir devagar*” (*TeC*, 95, grifos nossos).

Após estabelecer em um plano mais geral, teórico e metodológico, o movimento histórico geral em direção à tecnoburocracia, isto é, a uma nova etapa da história; e após caracterizar os principais movimentos, ou “revoluções”, que, apesar de distintos entre si, conduziram e estão conduzindo todos

àquela nova etapa; chega a hora de ir ao cerne da discussão e promover uma sistematização das ideias a fim de fundamentar bem a tese.

Tecnoburocracia seria “o governo dos técnicos. É o sistema político em que o poder está nas mãos dos técnicos”. É “um tipo de oligarquia: a oligarquia dos técnicos” e, enquanto tal, é “anti-democrática”, pois seu princípio de legitimação não é o voto, e sim a “competência técnica e organizacional” (*TeC*, 102).

Bresser prefere o termo “tecnoburocracia” por ser ideologicamente menos comprometedor do que o termo “tecnocracia”, o qual, segundo ele, está associado a uma visão positiva, ideologicamente fundada e difundida, do domínio dos técnicos sobre os políticos (*TeC*, 103-4).

Tecnoburocracia “não é simplesmente um sistema político”, mas também econômico. Quando considerado deste ponto de vista, Bresser adquire condições de, uma vez mais, reafirmar o caráter totalmente peculiar da tecnoburocracia, enquanto etapa *da história* ela mesma, e não como uma etapa da história *de outro sistema* econômico – o capitalismo, por exemplo. “Nossa hipótese é a de que a tecnoburocracia é ou tende a ser um sistema econômico tanto quanto o capitalismo o é, o feudalismo o foi, e o socialismo o seria” (*TeC*, 105).

Para realçar as características próprias e distintivas do tecnoburocratismo enquanto sistema econômico, Bresser esboça uma conceituação de capitalismo e socialismo, atribuindo ao primeiro as características típicas de sua fase liberal (*TeC*, 105), inclusive porque, em sua fase monopolista, já não seria mais capitalismo, mas sim tecnoburocratismo, ainda que em gestação.

Já o socialismo é a “sociedade sem classes”, na qual “a igualdade de oportunidade e a liberdade foram definitivamente instaladas”. É “um sistema econômico baseado na justiça social e no oferecimento de oportunidade de realização pessoal para todos”. É um “ideal” (*TeC*, 106).

A tecnoburocracia, por sua vez, “é a realidade econômica para a qual tende o capitalismo e na qual se desvirtuaram as tentativas de socialismo”. É “o sistema do grande Estado burocrático e das grandes empresas burocráticas”, sejam públicas ou privadas. O “capitalismo monopolista é a fase de transição entre o capitalismo e a tecnoburocracia”. O planejamento e “administração racional” são as bases principais da tecnoburocracia (*TeC*, 106; 108).

Se no capitalismo o grande objetivo é o lucro, sob a tecnoburocracia é a “produção máxima” que conta. O “lucro vai se tornando secundário. É um mero meio para se atingir o crescimento” (*TeC*, 107).

Após abordar diretamente a tecnoburocracia, que, fundamentalmente, é um sistema econômico que caracteriza uma etapa da história, a qual é dividida de acordo com o critério do desenvolvimento tecnológico, Bresser amplia a análise ao incluir na discussão a problemática da ideologia tecnoburocrática. A tecnoburocracia, em sentido estrito, é um sistema econômico, porém é também mais do que isso, “é um sistema cultural” (*TeC*, 109).

Essa visão ampliada da tecnoburocracia já pode ser visualizada por entre as frestas abertas ao longo da discussão, principalmente quando, ao discutir com Marx, Bresser defendeu que a técnica estaria substituindo o capital como fator estratégico de produção e tal transformação não se limitaria à estreita esfera das unidades econômicas produtivas. Antes, teria remodelado e estaria remodelando a sociedade como um todo. “Toda a sociedade se tecnoburocratiza” (*TeC*, 109), tornando-se uma “sociedade estatal”, como a China e URSS (*SET*). A tecnoburocracia “é o resultado e o resumo de toda a grande revolução tecnológica” dos últimos séculos, que avançou, principalmente após as Revoluções Industriais, “sob a égide de um racionalismo utilitarista” (*TeC*, 109).

O racionalismo é a porta de entrada aberta por Bresser para discutir dos impactos culturais da predominância da técnica nas sociedades da segunda metade do século XX. Por considerar a técnica como uma manifestação da racionalidade, a ideologia tecnoburocrática não se considera a si mesma ideológica, pois de seu ponto de vista ideologias seriam “expressões emocionais e irracionais. Traduzem interesses e paixões” (*TeC*, 110). A própria política não seria mais propriamente política, mas sim a aplicação de técnicas – econômicas, administrativas, sociológicas etc. – na resolução de problemas coletivos (*TeC*, 110-1).

Bresser não hesita um instante ao afirmar e reafirmar que a tecnoburocracia é, ou tende a ser, um modo de vida total, “um novo sistema político, um novo sistema econômico, um novo sistema cultural – o sistema tecnoburocrático” (*TeC*, 122). Não se trata de uma transformação capitalista somente; não se trata de uma conjuntura passageira. A tecnoburocracia, para Bresser, “É uma civilização” (*TeC*, 123).

A crítica a essa “civilização” já estaria sendo feita por autores como H. Marcuse, Horkheimer e Adorno, Th. Roszak entre outros (*TeC*, 123-9). Se a tecnoburocracia é um modo de vida total, a reação de rejeição é “uma revolta total”, contra a “civilização ocidental em bloco” (*TeC*, 131).

Em relação às questões da viabilidade e “princípios básicos” da revolução estudantil, Bresser assevera que não se pode abordá-las a partir de um “determinismo mecanicista” que considera “a história necessariamente determinada pelas condições materiais de existência” – e isto apesar de o próprio Bresser ter feito, até este ponto, uma análise rigorosamente materialista do processo histórico! – e liberdade como nada mais do que a “consciência da necessidade histórica”. Bresser identifica tal determinismo com “um marxismo ortodoxo”, para o qual o “homem pode e deve agir sobre a história. Mas não pode ir contra ela” (*TeC*, 133).

Filosofias como a existencialistas, por exemplo, apontariam para tais possibilidades. E é “nessa hipótese da liberdade e responsabilidade que está baseada a viabilidade da contracultura, da revolução jovem” (*TeC*, 135).

A “socialização dos meios de produção (...) não é nem a mais importante nem a mais urgente das transformações”. Ela será importante, mas será mais importante ainda um “processo de descentralização

econômica, em que os mecanismos de mercado se aliem aos do planejamento, no controle da economia”, permitindo um controle coletivo, mas não estatal (*TeC*, 136-7).

O “essencial” da contracultura e da revolução – estudantil principalmente – contra a tecnoburocracia é o “exercício, por parte do homem, de sua liberdade e de sua responsabilidade existencial”³². Dessa forma, a revolução será “uma revolução das consciências – uma profunda revolução ideológica”³³ (*TeC*, 137). Uma revolução “utópica”.

As “revoluções utópicas” de Bresser

Os dois ensaios sobre a revolução estudantil e na Igreja Católica foram escritos no final dos anos 1960. Mais precisamente, a análise sobre o movimento estudantil foi escrita “entre março e agosto de 1968” (*Revoluções Utópicas*, 9)³⁴, enquanto a análise da Igreja Católica é do “ano seguinte” (*RU*, 10). Os dois ensaios foram reunidos com o texto “A emergência da tecnoburocracia”, formando o livro *TeC*. Em 1979, os dois ensaios foram publicados separadamente em *RU*, mas sem nenhuma alteração no texto. É esta edição que será usada aqui, e os motivos de se usar *RU* e não *TeC* estão expostos no final desta seção.

Após apresentar resumidamente as ideias e argumentos centrais dos dois textos, Bresser explica o sentido da expressão que dá título ao livro: “Chamo estas duas revoluções utópicas porque elas ocorrem antes na consciência dos homens do que na base material da sociedade” (*RU*, 12).

E, com relação a essa base material, Bresser retoma sua tese da tecnoburocracia:

Nesta base material a única tendência clara, ainda que o capitalismo continue sólido, é a emergência de um modo de produção tecnoburocrático, autoritário e eficientista, à medida em que a técnica e o conhecimento administrativo vão se transformando no novo fator estratégico de produção. A revolução tecnoburocrática, entretanto, embora apoiada em um Estado forte, deixa-nos muito longe do socialismo e da democracia (*RU*, 12).

Essas tendências tecnoburocráticas, já analisadas por Bresser em outros trabalhos de modo mais direto e detido, não avançam em campo aberto: “a crítica ao capitalismo e ao tecnoburocratismo cresce a cada dia. É uma crítica utópica porque idealista, não porque irrealista ou impossível” (*RU*, 12). E Bresser afirma estar “convencido de que o futuro pertence às ideologias revolucionárias, às utopias. Só elas poderão nos levar em direção a um regime econômico e político socialista e democrático” (*RU*, 12).

³² Pode-se dizer de Bresser, encantado na juventude pela análise isebiana do processo político brasileiro dos anos 1950, quase o mesmo que Caio N. de Toledo a respeito do isebiano Álvaro V. Pinto: “A acolhida do pensamento marxista se faz, assim, sob o signo de ‘revisão’, melhor dito, duma ‘existencialização’ daquele pensamento” (TOLEDO, 1982, 108).

³³ Nota-se, novamente, uma semelhança em relação à “‘compreensão intelectualista’ da noção de engajamento” (TOLEDO, 1982, 111) de alguns isebianos.

³⁴ Daqui em diante somente *RU*.

Assim, estes dois ensaios que constituem *RU* parecem ser, em grande medida, tributários da análise mais geral sobre a tecnoburocracia. Representariam dois esforços concentrados e focados situados no interior de um empreendimento maior de análise das sociedades contemporâneas. Os dois ensaios seriam dois esforços de análise da emergência de críticas e contra-tendências à tecnoburocratização do mundo.

Contudo, essa aparência de unidade é *ex-post*, como o próprio Bresser admitiria depois no prefácio da 3ª edição de *RU*, e a reunião dos três textos foi apenas incidental, por razões editoriais³⁵. Os textos sobre a revolução estudantil foram escritos no calor dos movimentos de maio de 68, enquanto o texto sobre a Igreja Católica são reflexões de alguém que já fora militante de movimentos católicos³⁶ e acompanhou por dentro parte das transformações pelas quais a Igreja Católica estava passando no mundo e, principalmente, na América Latina. A reunião dos textos em um só livro – *TeC* – foi uma tentativa, por parte de Bresser, de conectar análise conjunturais, escritas para propósitos diferentes, à formulação de sua tese da tecnoburocracia, a fim de desaguar sua produção intelectual. Sendo assim, é possível estabelecer alguns nexos entre as três discussões, principalmente o ensaio sobre o movimento estudantil, mas é importante frisar que a “unidade” dos três textos é mais contextual e editorial do que resultante da concretização de um plano previamente traçado de análise geral das tendências civilizacionais de época e suas contra-tendências. Por isso, os textos sobre as revoluções utópicas foram desmebrados de *TeC* e reunidos em um outro livro, *RU*³⁷.

Bresser caracteriza as mudanças envolvendo a Igreja Católica (*RU*, 15-80) e os movimentos estudantis (*RU*, 83-130) como “revoluções”. Nota-se portanto, como o contexto de “revoluções” no qual Bresser fez sua estreia como autor pesou sobre sua produção intelectual inicial, e como Bresser levou essa tendência ao paroxismo, nominando quase todos os eventos importantes da época como “revoluções”.

1.3 TECNOBUROCRACIA COMO MODO DE PRODUÇÃO

Apresenta-se aqui a mais importante mutação, em termos de teóricos e conceituais, no interior de uma parte da obra de Bresser do período que vai de fins da década de 1960 a inícios

³⁵ “Foi um equívoco do ponto de vista editorial” ter condicionado a publicação dos dois ensaios sobre a Igreja Católica e a Revolução estudantil à publicação do ensaio sobre a tecnoburocracia, “já que o novo ensaio”, *A emergência da tecnoburocracia (TeC, 20-139)*, “relacionava-se pouco com as duas revoluções, que se explicava pela dificuldade que eu tinha então de publicar meus trabalhos” (BRESSER-PEREIRA, 2006, 33).

³⁶ Bresser foi militante da JUC (Juventude Universitária Católica) durante sua juventude. Cf. a Introdução e o Apêndice I, ambos com informações biográficas de Bresser.

³⁷ Após a primeira edição de *TeC*, em 1972, “a Vozes se mostrou interessada em reeditá-lo, pareceu-me mais acertado do ponto de vista editorial juntar o ensaio sobre a tecnoburocracia aos demais trabalhos que estava então escrevendo sobre o tema publicá-los em um outro livro, e voltar à idéia original de um livro apenas sobre as revoluções utópicas. Assim, em 1979, foi publicada a segunda edição destes ensaios (*RU*), sem qualquer alteração” (BRESSER-PEREIRA, 2006, 34).

da de 1980: a reformulação da tese da tecnoburocracia em uma linguagem claramente marxista. A formulação inicial daquela tese fora fruto de certa influência que Bresser sofreu de autores dos EUA – J. K. Galbraith (1967) e J. Burnham (1946) principalmente –, país no qual realizou parte de sua formação na área de administração em inícios da década de 1960. Como se viu acima, *TeC* e *RU* faziam referências gerais e críticas ao “método” de Marx, sem empregar sistematicamente os conceitos por este formulados. Com *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (daqui em diante, somente *EeSI*), o marxismo não será mais um interlocutor superficial, mas a própria base teórico-conceitual constitutiva da tese da tecnoburocracia.

Aquela mutação em termos de linguagem liga-se à sua atuação no Brasil, como professor, pesquisador e profissional da área de administração e, cada vez mais, economia. Liga-se também, e principalmente, à sua intenção de se inserir nos círculos intelectuais marxistas uspianos: procurou Florestan Fernandes para ser seu orientador de doutorado e faz parte Conselho Diretor do CEBRAP – que fora fundado por um grupo de intelectuais marxistas – desde sua fundação.

E foi justamente essa aproximação a certos círculos intelectuais que deu um sentido determinado, isto é, marxista, à reformulação da tese da tecnoburocracia. Ao discutir o texto *A emergência da tecnoburocracia* no CEBRAP, Francisco de Oliveira teria replicado a Bresser: “Mas, se há uma classe social nova, deve haver um modo de produção correspondente”. A réplica de Bresser teria sido o texto *Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção* (BRESSER-PEREIRA, 2002, 555-56).

Portanto, *EeSI* representa uma continuidade das pesquisas de Bresser em torno de sua tese da tecnoburocracia. Terminado em fins de 1971 e publicado em 1972, *TeC* foi a primeira apresentação sistemática de tal tese, conforme foi visto acima. De 1972 até 1977, quando foi publicado *EeSI*, Bresser voltou ao tema reformulando-o significativamente. Mais precisamente, o essencial dessa reformulação constituiu-se de um uso bem mais sofisticado do marxismo, ainda que as linhas gerais da tese tenham permanecido muito próximas da “revolução dos gerentes” de J. Burnham (1946).

Se em *TeC* a tecnoburocracia foi tratada com “sistema” (econômico, político, cultural) – bem em afinidade com uma linguagem típica da administração –, em *EeSI* a tecnoburocracia reaparece, mas enquanto “modo de produção” – categoria especificamente econômica. Se em *TeC* Bresser fazia referências genéricas às ideias de Marx, a discussão em *EeSI* é conceitual e teoricamente mais sofisticada e apurada, refletindo assim uma maior maturação intelectual,

assim como uma conformação mais nítida em relação ao campo de debate marxista, no qual ele estava tentando se inserir. Em tempos de discussão intensa sobre o desenvolvimento e o desenvolvimentismo, em *EeSI* a tese da tecnoburocracia se encorpa empiricamente e ganha delineamentos mais nítidos, principalmente no que se refere aos então chamados “países subdesenvolvidos”.

A via de entrada no debate se altera, portanto, ou melhor, a base de apoio a partir do qual o “lance discursivo” – a tentativa de influenciar substancialmente o debate a tal ponto de alterar as próprias linguagens em uso – será efetuado é diferente. Mas não é apenas a via que se altera. Bresser insiste, ao longo dos anos 1970, em não transpassar nenhuma das vias constituídas enquanto tais – teorias do subdesenvolvimento, da dependência, do imperialismo etc., mas antes construir a sua própria a partir dessas outras.

Aquela base de apoio foi constituída a partir de algumas *influências decisivas* (aquelas que, no emaranhado de citações, destacam-se como fundamentais para a construção da visão própria do autor), como as de J. Burnham, J. K. Galbraith, C. Furtado, M^a da C. Tavares, O. Sunkel e K. Marx.

Quanto ao texto propriamente dito, *EeSI* não escapa muito ao padrão de Bresser. É também uma espécie de colcha de retalhos, isto é, marcado por um amplo reuso de textos já publicados e/ou escritos para outras ocasiões.

A grande questão que se poderia colocar às ideias do livro é: as qualificações (Estado *tecnoburocrático capitalista dependente*) configuram teoricamente um fenômeno real ou são extrapolações de tendências concretas conjunturais tomadas como prenúncios de uma nova sociedade? Os adjetivos são “substantivos”?

Em diversas ocasiões, para formular melhor suas ideias, Bresser recorre a caracterizações de fenômenos – como capitalismo e tecnoburocratismo, por exemplo – em seu estado “puro”, indicando uma abstração das variações concretas a fim de sistematizar tendências globais, clarificando-as; tendências essas que ainda estariam sendo tomadas como “capitalistas” quando, mais propriamente, o capitalismo estaria sendo superado por algo que ainda não estava completamente delineado. A proposta de Bresser, partindo da expectativa do fim do capitalismo, seria, assim, clarificar tendências.

Apesar de representar também uma retomada da tese da tecnoburocracia, o ponto de partida das pesquisas que geraram o livro, segundo Bresser, foi a “evidência” de que o Brasil se

encontrava, no início da década de 1970, “diante de um padrão de acumulação com características próprias” (*EeSI*, 18). A expressão “subdesenvolvimento industrializado” é de C. Furtado (1972).

Os “condicionantes” básicos daquele padrão de acumulação “nos países periféricos” seria a “penetração das empresas multinacionais manufatureiras” e a “formação (...) de Estados Tecnoburocrático-capitalistas” após a II Grande Guerra (1939-1945) (*EeSI*, 18).

Apesar, portanto, de a discussão ter como ponto de partida e problemática central os países periféricos e a problemática do subdesenvolvimento, Bresser mantém sua proposta de explorar os “fatos novos” a partir de sua tese da tecnoburocracia: “utilizei como categorias teóricas as noções de tecnoburocracia, de classe tecnoburocrática, de propriedade organizacional, de modo de produção estatal ou tecnoburocrático, e de apropriação do excedente através de ordenados” (*EeSI*, 18). Comparando *EeSI* a *TeC*, Bresser afirma que em *TeC* “não definia com suficiente rigor as relações de produção tecnoburocráticas e a forma específica de apropriação do excedente, via ordenados, da classe tecnoburocrática”, e a análise de “uma formação social concreta” nos marcos da tese da tecnoburocracia permitiu um maior desenvolvimento desta tese (*EeSI*, 18), além de ser uma resposta a interlocutores, marxistas principalmente, como Francisco de Oliveira.

Bresser insere suas investigações e debates apresentados em *EeSI* no campo da Economia Política. Uma Economia Política reformulada, contudo, pois do século XIX para o século XX, “fatos novos” provocaram um deslocamento relativo do modo típico de regulação da economia por mecanismos de mercado – sistema de preços, mais especificamente – vigente durante o capitalismo liberal, em direção a um sistema no qual a regulação direta passou a ganhar mais peso. Os sindicatos teriam se tornado “capazes de administrar o preço de seus salários da mesma forma que as empresas oligopolistas são capazes de administrar os preços de suas mercadorias” (*EeSI*, 23). Embora haja certo exagero em equipar uma empresa oligopolista aos sindicatos, no que toca a capacidade de controlar seus próprios preços, o argumento de que o livre jogo das forças de mercado já não é mais assim tão livre é um bom motivo para se interrogar as teorias clássicas.

Contudo, não se trata apenas de uma mudança no interior do capitalismo, mas sim, defende Bresser, de uma transformação que estaria apontando para algo que se encontra além do capitalismo: o modo tecnoburocrático de produção. Retomando a tese de que o que sucederá,

imediatamente, o capitalismo não será o socialismo e sim o tecnoburocratismo, Bresser defende que a “emergência de uma nova classe social” (a tecnoburocracia), a “definição de novas relações de produção” e o “surgimento, dentro de formações sociais predominantemente capitalistas, de traços do modo de tecnoburocrático de produção, implicavam também na necessidade de uma ampla reformulação da Economia Política” (*EeSI*, 23).

Bresser completou sua formação em administração, nos anos 1960, propondo revolucionar as análises sobre a sociedade moderna (*TeC*). Adentrou, entre fins dos anos 1960 e início dos 1970, o campo da Economia Política como mesmo intento: a “realidade”, os “fatos” (tecnoburocracia) são novos. Por isso, a ciência que os estuda (administração e economia) não poderia, dentro de sua lógica, permanecer a mesma.

Para evitar algumas questões específicas de difícil tratamento teórico e empírico – a tecnoburocracia é realmente uma classe social? Em que medida depende ela depende ou não do capitalismo? –, Bresser adota uma estratégia típico-ideal de comparação global entre o capitalismo em “sua forma aproximadamente pura, presente na Inglaterra do século XIX” e o modo de produção tecnoburocrático “em sua forma também aproximadamente pura, presente na União Soviética de hoje” (*EeSI*, 23).

A leitura do processo por Bresser parece indicar fortemente uma transformação da sociedade a partir de seu topo, algo próximo às análises da teoria das elites: as relações de produção, que sob o capitalismo se chamam “capital” – “separação dos meios de produção dos trabalhadores e sua apropriação privada pela burguesia” –, permanecerão sob o tecnoburocratismo, embora não seja mais a burguesia, e sim o Estado, controlado por tecnoburocratas, o “proprietário dos instrumentos de produção” (*EeSI*, 23). A passagem de um modo de produção para outro é marcado, portanto, por uma alteração na composição da classe dominante, permanecendo a classe dominada a mesma, apesar dos ganhos obtidos, nos países centrais pelo menos, a partir da ação sindical³⁸.

A empresa cede lugar ao Estado enquanto organização intermediária entre classe dominante e instrumentos de produção. A mais-valia é substituída pelos “ordenados” como forma principal de apropriação do excedente econômico. O “mercado dá lugar ao planejamento

³⁸ Essa inclinação elitista da tese de Bresser é inerente à própria matriz de sua teoria, isto é, J. Burnham. O emprego do marxismo, mesmo que conceitualmente muito bem elaborado, não fora suficiente nem para eliminar por completo tais traços, nem para explicitá-los de modo analiticamente mais criativo. Agradeço a Wager R. de Melo pela observação.

como forma de coordenação da economia” (*EeSI*, 4).

Na discussão da tecnoburocracia enquanto modo de produção, Bresser aponta o que ele considera uma convergência entre aqueles que poderiam, em sua visão, ser considerados “ideólogos” da tecnoburocracia, como Peter Drucker e Adolf Berle, e seus vários críticos: em “ambos os casos (...) a luta de classes é sistematicamente ignorada” (*EeSI*, 25).

Dessa forma, como já dito acima, Bresser está entre aqueles que não mais consideram os conflitos de classes como fenômenos importantes enquanto fatores explicativos dos rumos que as sociedades estão tomando no século XX. A transformação, na realidade, dar-se-ia principalmente ao nível da classe dominante. Tanto “os arautos da revolução dos gerentes, quando os seus denunciadores (...) têm em comum o reconhecimento de que o capitalismo está sendo substituído por um novo sistema”. Eles “somam-se no processo de (...) minimizar os conflitos reais de classe existentes no capitalismo moderno” (*EeSI*, 25).

A primeira parte de *EeSI* constitui-se do texto “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção”, e é o primeiro resultado da (re)formulação da tese da tecnoburocracia em termos de modo de produção, à qual Bresser chegou por volta de 1976³⁹. Uma reformulação da tese foi necessária porque em *TeC* “não logrei (...) definir teoricamente as novas relações de produção que se estavam definindo na história” (*Sociedade Estatal e Tecnoburocracia [SET]*, 14).

Neste ponto nota-se, uma vez mais, certo efeito do contexto linguístico e de debates com o qual Bresser estava tentando dialogar e no qual estava tentando se inserir nos anos 1970, ou seja, o campo de debates marxista, que se constituiu em um “fundo comum ao qual a comunidade científica é obrigada a se referir [*no período em questão*] no enfrentamento das questões postas pela circunstância histórica” (BRANDÃO, 2000, 18).

Textos, enquanto unidades imediatas das linhagens e linguagens, não são meros reflexos da realidade nem somente o resultado do amadurecimento intelectual do autor. Eles são isto *também*. Mas, para além de tudo isso, são veículos transmissores de intenções de intervenção, isto é, meios destinados a produzir determinados efeitos. O “texto”, dos pensadores políticos em geral, “persegue uma estratégia e, por isso, é fundamental conhecer quem ele define como leitor. (...) A designação do leitor é, portanto, a de quem deverá ser afetado pelo texto” (RIBEIRO,

³⁹ Essas “Notas introdutórias...” foram publicadas também na revista *Estudos CEBRAP*, em 1977, no mesmo ano de publicação de *EeSI*. Posteriormente, elas foram republicadas sem alteração em *SET*.

1985, 121). Ou seja, se Bresser usa uma linguagem marxista, então dificilmente se pode negar que o “leitor” para o qual ele está escrevendo seja também marxista. E um “marxismo uspiano”, cujos autores “criaram uma (...) linguagem específica, tendo também se formado em torno deles um público que consumia suas obras” (RICUPERO, 2000, 105).

E isto se evidencia por sua tentativa de aproximação com Florestan Fernandes e, principalmente, por sua participação na fundação do CEBRAP. A circulação do intelectual, enquanto ator, ajuda a compreender as continuidades e rupturas do intelectual enquanto autor, pois “Dizer equivale (...) a um ato de comprometimento (uma espécie de contrato tácito ou não), um comprometimento que terá as suas regras para que o enunciado possa jogar” (FLORES, s/d, 9).

Desse modo, Bresser expõe que “Meus conhecimentos não só do problema mas também do método histórico e dialético provavelmente não eram ainda suficientes para chegar a esses resultados” (*SET*, 14), isto é, à formulação teórica das novas relações de produção. A questão aqui não pode ser reduzida a apenas um processo de amadurecimento intelectual. Remeter a reformulação da tese da tecnoburocracia ao amadurecimento intelectual do autor ajuda a compreender como e porque suas ideias se tornaram mais nítidas e consistentes, mas não ajuda necessariamente a compreender porque elas se tornaram mais nítidas e consistentemente *marxistas*. O amadurecimento intelectual ajuda a compreender como e porque houve mudanças, mas não necessariamente as *direções* que um autor imprimiu a tais mudanças.

Portanto, as “Notas introdutórias...” apresentam um esforço e resultado do enquadramento de Bresser ao que estava sendo debatido em determinados círculos marxistas brasileiros dos anos 1970.

Ao que parece, Bresser praticamente vai de um extremo ao outro. O extremo por ele criticado é o de que o capitalismo – clássico principalmente – seria historicamente necessário, uma forma de organização da sociedade que permanecerá indefinidamente, conforme visto acima. O extremo para o qual ele tende é o de insinuar que o capitalismo seria um tipo de sociedade muito excepcional e contingente na história⁴⁰.

Isto aparece de modo mais claro quando Bresser discute o “modo de produção asiático” – um tema muito em voga nos anos 1960-70 entre estudiosos marxistas –, que teria sido o “mais estável historicamente” e o que “dominou grande parte das civilizações por mais tempo” (*EeSI*,

⁴⁰ Em um livro posterior (1982) e fortemente tributário da discussão elaborada em *EeSI*, Bresser anota: “Talvez esse capitalismo puro [*competitivo ou concorrencial*], que Marx conheceu e descreveu, tenha sido uma exceção histórica” (*EB*, 38).

39). O capitalismo teria surgido na Europa, e não em outro continente, principalmente por causa de seu passado feudal. Assim, em certo sentido, o modo de produção asiático – devido a sua extensão no tempo e no espaço – teria sido, por assim dizer, a regra, e o feudalismo e, principalmente, o capitalismo clássico do século XIX, a exceção.

Uma sociedade organizada principalmente por mecanismos de mercado e, dessa forma, altamente descentralizada seria um fenômeno não somente excepcional, mas passageiro. A regra seria um sistema administrativo centralizado e forte. O Estado, ou melhor, a burocracia era forte no modo de produção asiático e será também no modo de produção tecnoburocrático. O capitalismo clássico seria um intervalo excepcional na história, intervalo este que já estaria se encerrando, já que o capitalismo monopolista seria uma fase de transição, na qual o capitalismo estaria gerando cada vez mais as condições para a plena afirmação do modo de produção tecnoburocrático como a próxima etapa da história humana.

Esse arriscado passo em direção a uma leitura do futuro próximo do capitalismo e do (então) presente da URSS era uma operação necessária se Bresser quisesse não apenas caracterizar as linhas gerais de um novo modo de produção, mas também caracterizá-lo a partir do marxismo. Mesmo propondo uma leitura heterodoxa do marxismo, era ainda necessário partir de uma análise canônica – a do próprio Marx. E partindo de tal análise, era necessário mostrar como a tese da tecnoburocracia não apenas poderia ser explicada a partir do materialismo histórico e dialético, mas também que este último conduziria necessariamente a ela. A tecnoburocracia não seria apenas mais um objeto de análise entre outros, mas o resultado da própria análise das sociedades da segunda metade do século XX a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético. E, assim, o círculo se fecharia: para entender a tecnoburocracia seria necessário recorrer ao materialismo histórico e dialético – ou, mais precisamente, às suas ferramentas conceituais (classe social, modo de produção, forças produtivas, relações de produção etc.); e empregar este método levaria – como resultado da análise – à tecnoburocracia.

A perspectiva do materialismo histórico e dialético aponta que “capitalismo é dinâmico por natureza” e, defende Bresser, “as transformações por que passa (...) terão alterado de forma intensa o modo de produção capitalista original (...) a ponto de as transformações produzirem um novo modo de produção qualitativamente diferente”. Bresser propõem que “esse sistema econômico e político em emergência seja denominado modo de produção tecnoburocrático ou

estatização” (*EeSI*, 41).

Segundo Bresser, Marx classificava os modos de produção “de acordo com seu grau de desenvolvimento tecnológico e com a complexidade de suas relações de produção”. Nesse sentido específico, o modo de produção tecnoburocrático seria “mais avançado do que o capitalista” (*EeSI*, 41). Como a história, para Marx, não é linear, não seria necessário que o capitalismo desaparecesse completamente para que surgisse outro modo de produção. Pelo contrário, o tecnoburocratismo, segundo Bresser, já estaria emergindo no interior do capitalismo, central e periférico, e já se apresentaria quase em estado puro na então URSS.

Para caracterizar o tecnoburocratismo enquanto modo de produção e diferenciá-lo do capitalismo, Bresser recorre à Althusser, cujas ideias circularam bastante nos debates marxistas dos anos 1970. O pensador francês propunha uma distinção entre “modo de produção” e “formação social”. O primeiro se refere a “um modelo histórico abstrato”, o segundo a “uma realidade histórica concreta” (*EeSI*, 42).

Recorrendo a tal distinção, Bresser fundamenta a possibilidade de uma discussão em um nível de análise mais geral e abstrato, esquivando-se assim de muitas questões e problemas envolvendo particularidades de cada país. A formação social da maior parte dos países é “mista, contendo de forma hierarquizada mais de um modo de produção” (*EeSI*, 42). Por isso, a fim de se entender melhor as diferenças entre tecnoburocratismo e capitalismo, a discussão terá que ocorrer no nível dos modos de produção, e não no das formações sociais.

Qual o fio condutor para a descrição e análise das linhas gerais do modo de produção tecnoburocrático, já que a maior parte das formações sociais são mistas? Como não confundir elementos conjunturais com os traços estruturais definidores do tecnoburocratismo?

A resposta já foi dada ao Bresser apontar as características principais do capitalismo “clássico”: selecionar países, ou formações sociais, nas quais se pode observar um predomínio muito forte de um determinado modo de produção. Se Inglaterra, França e EUA do século XIX apresentaram de maneira muito nítida os elementos centrais do capitalismo, no século XX é a URSS que ocupa tal lugar, mas agora em relação ao modo tecnoburocrático de produção.

Assim como o modo de produção capitalista, enquanto instrumento de análise de formações sociais concretas, servia e ainda serve para estudar a sociedade e história recente não apenas da Inglaterra, França e EUA, mas também de vários outros países, o mesmo ocorre com o modo de produção tecnoburocrático, que seria válido não apenas para a URSS, mas também para

muitos outros países (*EeSI*, 42).

Após essas considerações teóricas e metodológicas, Bresser passa à contraposição entre os dois modos de produção – o capitalista e o tecnoburocrático.

No que tange as relações de produção, certo viés elitista reaparece na análise de Bresser. “A emergência da tecnoburocracia significa fundamentalmente a transferência do poder e da condição de classe dominante da burguesia para a classe tecnoburocrática” (*EeSI*, 44). Contudo, “os trabalhadores mantêm-se em sua condição de classe dominada” (*EeSI*, 45). Ou seja, a mudança, a real mudança, será no topo, envolverá as classes dominantes, as elites, não a base, a classe dominada⁴¹.

As condições objetivas dessa mudança de uma classe dominante para outra é o crescimento das organizações burocráticas, principalmente a maior delas, o Estado. Em um modo de produção tecnoburocrático, a propriedade dos meios de produção pertenceria ao Estado. Ela é “controlada e serve a uma nova classe”, a tecnoburocracia, que ocupa “posições administrativas estratégicas nas organizações burocráticas” (*EeSI*, 45)⁴².

A noção de “propriedade organizacional” é muito importante a fim de se distinguir capitalismo – propriedade privada dos meios de produção – de tecnoburocratismo – propriedade estatal. Segundo Bresser, enquanto o burguês é proprietário de modo direto, o tecnoburocrata não. Este último “tem a propriedade, não dos meios de produção, mas da organização burocrática”, a qual “antecede ao tecnoburocrata propriamente dito”. A “organização burocrática surge como um intermediário necessário entre os tecnoburocratas e os instrumentos de produção” (*EeSI*, 45).

Se se trata de adotar o “método histórico” (*EeSI*, 44) (materialismo histórico e dialético), então a propriedade nada mais é do que a expressão ou “forma jurídica” de relações de produção, relações estas estabelecidas entre classes sociais e que definem historicamente um modo de produção (*EeSI*, 45). Os tecnoburocratas formam a nova classe dominante não porque detenham os instrumentos de produção, mas sim porque a propriedade é organizacional e a organização é

⁴¹ O proletariado, na sociedade capitalista, é uma classe social que “não tem nenhum direito de propriedade sobre os instrumentos de produção” e, quanto a este ponto, “não haverá nenhuma mudança” após a “revolução dos gerentes”: “o controle efetivo dos instrumentos de produção será realizado pelos gerentes por meio de seu Estado, não pelos trabalhadores” (BURNHAM, 1946, 152).

⁴² Escreve Burnham (1946, 138): “Quando, por fim, a maior parte dos instrumentos de produção caem sob a propriedade e controle governamental, a transição, em seus elementos fundamentais, é completa. O ‘Estado limitado’ do capitalismo é substituído pelo Estado ‘ilimitado’ dos gerentes. A sociedade capitalista não existe mais, ou sobrevive somente como um resíduo temporário; a *sociedade dos gerentes* tomou se lugar”.

sua propriedade. Contudo, se a propriedade é organizacional, se os meios de produção pertencem à organização, então não pertencem a ninguém especificamente ao mesmo tempo em que podem pertencer a qualquer um que controle a organização. Seria o ápice da impessoalidade: a “propriedade do tecnoburocrata sobre a organização, ou seja, o efetivo controle da organização, não é realizada individualmente, como acontecia no capitalismo, mas coletivamente por um grupo de tecnoburocratas” (*EeSI*, 46).

Há neste ponto certa imprecisão. Seguindo Marx, Bresser considera a noção de “propriedade” como uma “forma jurídica” das relações de produção (*EeSI*, 45). Como *juridicamente* nenhum burocrata é dono da organização para a qual trabalha, como no caso da burguesia em relação às empresas privadas, e isto é ainda mais válido quando se trata do Estado, então a noção de propriedade empregada para caracterizar as relações de produção capitalistas já não pode ser a mesma quando se trata de relações de produção tecnoburocráticas. Não há e não pode haver uma consagração *jurídica* do controle que os tecnoburocratas têm sobre as organizações, pelo menos não do mesmo modo que há sob o capitalista, no que se refere à burguesia. O máximo que eles teriam, e isso seria sua “propriedade”, segundo Bresser, seria o “efetivo controle da organização” (*EeSI*, 47), isto é, a posse efetiva, não a propriedade jurídica; o fato, não a norma⁴³.

Segundo Bresser, sob o tecnoburocratismo, “como qualquer modo de produção antagônico são duas as classes em oposição: a classe tecnoburocrática e a classe trabalhadora” (*EeSI*, 47). Historicamente, a instauração de um modo de produção tem sido a afirmação da dominação de uma classe sobre outra(s). A afirmação de uma classe dominante gera dialeticamente sua própria negação, formando uma totalidade concreta e dialética, um modo de produção. “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos”, burgueses e proletários, “em constante oposição” (MARX e ENGELS, 1997, 29). Cada classe dominante teria criado, inevitavelmente, seu contrário, ou seja, a classe dominada. *A classe tecnoburocrática não*. Sob o modo de produção tecnoburocrático, a classe dominada é ainda a “mesma classe trabalhadora” do capitalismo.

Olhando mais de perto, a impressão que se tem é que a classe tecnoburocrática – a nova

⁴³ Burnham (1946, 122) escreve: “Os instrumentos de produção são a sede do domínio social; quem os controla, de fato e não nominalmente, controla a sociedade”.

classe dominante em um novo modo de produção⁴⁴ – é uma classe “passiva”: tornou-se dominante por simplesmente ocupar um lugar determinado em um processo pré-existente (o crescimento das organizações burocráticas), não sendo em si revolucionária, como a burguesia em determinado período da história, como afirma Marx e Engels no Manifesto (1997, 31), mas sendo parte de um processo “revolucionário” maior do qual nem sequer é protagonista, já que as condições a partir das quais a tecnoburocracia pôde se afirmar foram as da II Revolução Industrial, de fins do século XIX, isto é, uma revolução capitalista e, no caso da URSS, a partir de uma revolução socialista realizada por militantes socialistas, não por burocratas; a tecnoburocracia seria a classe dominante, mas não deteria os meios de produção, mas apenas posições privilegiadas em um sistema social burocratizado que dão acesso a tais meios; ela também não cria sequer sua própria negação, com a qual dialeticamente formaria um modo de produção enquanto totalidade concreta, na medida em que manteria “a mesma” classe dominada do modo de produção anterior. Se ela promove alguma “revolução”, esta parece ser “passiva”, isto é, os fatos vão a frente dos atores (GRAMSCI, 2011, 316; VIANNA, 1996).

Após esmiuçar algumas questões comparando capitalismo e tecnoburocratismo, Bresser retoma suas teses gerais a fim de fundamentá-las a partir da discussão precedente envolvendo a comparação dos modos de produção.

Tecnoburocratas tornaram-se crescentemente importantes ao longo do século XX, não há como negar. A grande questão seria: a quem eles servem, aos capitalistas ou a si mesmos?

Segundo Bresser, alguns analistas “que pretendem manter fidelidade a Marx” (*EeSI*, 60) veem os tecnoburocratas como meros assessores do capital. Contudo, isto seria em parte verdadeiro para formações mistas, nas quais ainda predominaria o capitalismo e, mesmo nessas situações, falar em assessoria já não seria mais tão preciso, segundo Bresser. Mais correto seria tratar tais relações em termos de “associação entre capitalistas e tecnoburocratas”, porque mesmo sob o capitalismo os tecnoburocratas tendem a “servir também a si mesmos”. E, quando se tornam a classe dominante, configurando um novo modo de produção, tornam-se os “sucessores da burguesia”, passando a servirem-se somente a si mesmos (*EeSI*, 61).

É por isso que, segundo Bresser, expressões como “capitalismo de Estado” e “burguesia

⁴⁴ Bresser afirma que a tecnoburocracia não pode ser considerada uma “simples camada, como eu próprio considerei durante certo tempo”, como em *EAB* (90; 100-02), por exemplo, e sim como uma classe social. Negar sua condição de classe é negar a “existência de relações tecnoburocráticas de produção” (*EeSI*, 49).

de Estado” seriam muito “imprecisas”, na medida em que tentam explicar uma nova realidade emergente – a do tecnoburocratismo – com um aparato conceitual forjado para o capitalismo (*EeSI*, 61). Tais expressões estariam relacionadas a uma “visão imobilista da história”, fruto da “falta de imaginação de marxistas ‘ortodoxos’ que, apegados a ideias que Marx hoje provavelmente não subscreveria, recusam-se a aceitar o surgimento de um novo modo de produção antagônico antes do advento do socialismo” (*EeSI*, 62).

Mesmo havendo diferentes níveis hierárquicos no interior da classe tecnoburocrática, não haveria motivos para “distingui-los qualitativamente”. Assim, a noção de “burguesia de Estado” não procederá, empregada para analisar a cúpula do sistema estatal soviético. Tecnoburocratas são operadores de organizações. Eles podem ser identificados ao se excluir “os trabalhadores, os artistas, os intelectuais, os estudantes”. Os “demais são tecnoburocratas – engenheiros, administradores, economistas, militares, funcionários, técnicos especializados –, envolvidos na tarefa coletiva de gerir a organização burocrática” (*EeSI*, 63).

A linha divisória para Bresser é clara, portanto. Tecnoburocratas não são uma nova burguesia, mas também não são trabalhadores-operários nem intelectuais em um sentido mais amplo. São operadores de organizações burocráticas tendo por base e por posse o novo fator estratégico de produção – o conhecimento técnico e organizacional. Não haveria razões para “distingui-los qualitativamente” entre si porque eles controlam os meios de produção a partir do controle que têm das organizações, e esse controle é realizado de “forma coletiva e não de forma individual como faziam os capitalistas”. Se o “tecnoburocrata é um homem da organização”, é a organização que conta, pois, em última instância, o “modo de produção tecnoburocrático é o sistema das organizações burocráticas modernas ou tecnoburocráticas” (*EeSI*, 63).

E para, uma vez mais, realçar as características distintivas do modo de produção tecnoburocrático, Bresser compara-o ao modo de produção asiático. Tal comparação procederá na medida em que em ambos poder-se-ia encontrar a “forma estatal da propriedade” e alguma espécie de burocracia incrustada no poder, constituindo a classe dominante (*EeSI*, 66-7).

Essa comparação, por mais estranha que possa parecer, devido à distância no tempo entre a ocorrência histórica de um e de outro modo de produção explica-se por dois motivos principais. O primeiro diz respeito aos debates da época. Os anos dourados do capitalismo, entre o fim da II Grande Guerra e os anos 1970, foi também um dos períodos mais intensos de difusão do marxismo e de debates em torno e a partir dele. Bresser, ao procurar adentrar tal campo de

debates e moldar suas ideias em uma linguagem marxista, dificilmente se esquivaria de tocar em determinados temas e questões, como o do modo de produção asiático, candentes na época.

Só para lembrar, M. Tragentenberg, outro estudioso do tema da burocracia, também transitou no campo do marxismo e discutiu longamente o modo de produção asiático (1992, 21-55). O modo de produção asiático representava, muito provavelmente, o ponto menos distante entre a discussão sobre burocracia e administração que tais autores queriam realizar e os conceitos centrais forjados por Marx, que transitam em torno da noção de modos de produção. Associar-se a Marx, empregar seus conceitos e pressupostos metodológicos, era não apenas colocar-se no debate, mas, principalmente, o caminho mais curto para uma entrada minimamente legitimada no debate. Se se quer ser ouvido, deve-se usar uma linguagem que os interlocutores não apenas ouvirão, mas entenderão; e não apenas ouvirão e entenderão, mas estarão dispostos a ouvir (RIBEIRO, 1985). E usar uma linguagem é apropriar-se de um universo de temas, conceitos, pressupostos etc.

O segundo grande motivo, intimamente relacionado ao primeiro, é apresentar sua própria tese como algo que estaria de pleno acordo não somente com a lógica de Marx⁴⁵, mas também com a história. Como já dito acima, o capitalismo “puro” ou clássico aparece em Bresser mais como um intervalo na história, mais como uma exceção do que como uma regra. E o modo de produção asiático realçaria justamente esse argumento. Daí seu lugar e papel na argumentação de Bresser. A tecnoburocracia em si e o modo de produção tecnoburocrático são novos e únicos na história, mas “Não é novidade no mundo (...) que uma classe, sem possuir a propriedade privada dos meios de produção, seja capaz de assumir a posição dominante na sociedade e apropriar-se de seu excedente econômico” (*EeSI*, 67). Além disso, o modo de produção asiático “foi a forma mais generalizada de organização social no longo período pré-capitalista” (*EeSI*, 68).

Importante, contudo, é deixar claro que o modo de produção tecnoburocrático não é uma reedição do asiático. Eles são profundamente diferentes, não há dúvidas, mas “as semelhanças são também marcantes” (*EeSI*, 68), principalmente para alguém que está defendendo a emergência de um modo de produção no qual o papel do Estado e da burocracia torna-se central.

Para encerrar, Bresser localiza a tecnoburocracia na teoria e na história. Teoricamente, burocracia é diferente de tecnoburocracia. A principal e mais conhecida teoria sobre a burocracia

⁴⁵ Conforme já visto, um dos argumentos centrais de Bresser à favor de sua tese da tecnoburocracia é o de ela ser o resultado de uma análise das sociedades do século XX a partir da perspectiva marxista, isto é, de sua lógica, metodologia e teoria.

é a weberiana. Tecnoburocracia, adverte Bresser, não é exatamente burocracia – pelo menos não o tipo ideal weberiano. Este último é “geral e a-histórico” (*EeSI*, 69).

Tecnoburocracia é “uma forma mais moderna ou mais técnica de burocracia” e, como a burocracia weberiana, estaria também estruturada a partir de uma autoridade racional-legal. Porém, o princípio de legitimidade já não é mais tanto a racionalidade legal – conformidade a regras – e sim a “técnica” – eficiência. Historicamente, haveria, basicamente, “três formas” de burocracia: a asiática; a capitalista; e a tecnoburocracia. Na primeira, os burocratas participam da classe dominante; no capitalismo, os burocratas são meros “subordinados”; no tecnoburocratismo, eles retornam à classe dominante em um “contexto de um modo de produção próprio” (*EeSI*, 69-70).

Há ainda uma “Conclusão política” ao final das “Notas introdutórias...”, porém, esta conclusão não se encontra no livro *EeSI*, mas está na versão publicada nos *Estudos CEBRAP* e na *SET*. Nela, Bresser reaproveita alguns parágrafos já contidos em *TeC*, porém, isso não é o mais importante, e sim sua reafirmação da importância da luta de classes, alterando sua posição expressa em *TeC* (9, 30-4). Bresser afirma que “os homens, armados de visão crítica e revolucionária do mundo, terão condições de, mais cedo ou mais tarde, por formas preferivelmente pacíficas, intervir na história e estabelecer uma sociedade socialista” (*SET*, 163). E isto não seria uma visão idealista, na medida em que a “prática teórica” estiver “comprometida com os trabalhadores” e “aceitarmos o postulado de que a luta de classes é cada vez mais importante, em relação ao desenvolvimento das forças produtivas, na determinação dos rumos da história” (*SET*, 162). Bresser só não deixa muito claro se importância cada vez maior das lutas de classes é conjuntural ou estrutural, já que contraria sua própria posição expressa em praticamente todos seus textos anteriores sobre tecnoburocracia e revoluções utópicas.

Tecnoburocracia: Recepção e debate

Destinado a ser tanto uma (nova) apresentação geral quanto uma atualização da tese da tecnoburocracia, a primeira edição de *Sociedade Estatal e Tecnoburocracia (SET)* veio a público em 1981. A relativa atenção despertada por suas teorias sobre a tecnoburocracia em fins dos anos 1970 e sua viagem à China e URSS, em 1979, representaram novas oportunidades para Bresser retomar sua tese da tecnoburocracia. E Bresser não as deixaria escapar. O livro *SET* contém textos de Bresser, alguns inéditos, outros já publicados, e duas pequenas apreciações críticas de

sua tese da tecnoburocracia pelo filósofo José A. Gianotti e pelos economistas Luiz Antônio Lima e Luiz Gonzaga Belluzzo.

No geral, porém, *SET* não apresenta grandes novidades ou alterações na tese da tecnoburocracia, a não ser em alguns pontos específicos.

Bresser publicou novamente, como a “Primeira Parte” de *SET*, o texto “A emergência da tecnoburocracia”, que apareceu pela primeira vez em *TeC*, e depois traduzido para o espanhol como *Ideologia y Tecnoburocracia* (Buenos Aires: Editorial Paidós, 1975). A “Segunda Parte” de *SET* é o texto “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção”, publicado anteriormente na revista *Estudos CEBRAP* e em *EeSI*, ambos em 1977, como já foi visto acima.

A Introdução, Terceira e Quarta partes apresentam o conteúdo inédito do livro. A Terceira traz as discussões de Giannotti, Luiz Lima e Luiz Belluzzo, e as respectivas respostas de Bresser às críticas. Essa “Terceira Parte” inclui também um pequeno artigo, “Economia e Administração: mercado e poder”, que provavelmente foi incluído por razões editoriais, como no caso de *TeC*⁴⁶. A “Quarta Parte” é uma espécie de diário analítico das viagens que Bresser fez, em julho e agosto de 1979, à China e URSS, países onde o modo de produção tecnoburocrático já teria atingido delineamentos mais fortes e bem definidos.

Por fim, Bresser tece alguns comentários sobre as perspectivas futuras do capitalismo e do tecnoburocratismo na Conclusão do livro.

Na Introdução de *SET*, Bresser afirma que na China e URSS a “sociedade tornou-se estatal” devido ao pleno predomínio do modo de produção tecnoburocrático (*SET*, 9). Dado esse predomínio, é possível estabelecer algumas comparações com o capitalismo. Segundo Bresser, o tecnoburocratismo apresenta-se, simultaneamente, como um avanço e como um retrocesso em relação ao capitalismo.

Avanço do ponto de vista das “forças produtivas”, que se encontrariam em um “estágio mais elevado” sob o tecnoburocratismo, o qual se apresentaria também como “eventual caminho para o socialismo”. Retrocesso devido à “redução” das “liberdades democráticas” (*SET*, 9). A democracia como critério de comparação entre os regimes aparece de modo mais nítido em *SET* do que nos outros textos anteriores sobre o assunto. As comparações realizadas em *TeC* e *EeSI* ocorreram mais do ponto de vista histórico-civilizacional e econômico do que político propriamente. Conforme a redemocratização brasileira iria ganhando força e substância, o

⁴⁶ Cf. a discussão sobre as “revoluções utópicas” de Bresser, acima.

horizonte democrático parecia cada vez mais perto, a ponto de se tornar um dos faróis das análises, uma das referências e critérios a serem levados em conta nas comparações e análises.

Se a linha de dispersão temática vinculada à tecnoburocracia toca a linha de dispersão correspondente ao tema do desenvolvimento quando Bresser associa-as como meio (planejamento burocrático) e fim (desenvolvimento) em *TeC* (49) e em *EeSI* (25-33) no contexto de auge do regime militar e de seu “milagre”, em *SET*, publicado já no começo dos anos 1980, o cruzamento é entre a linha da tecnoburocracia com aquela relacionada a temas mais estritamente políticos – democracia, socialismo e luta de classes. Isso ficará mais claro na exposição abaixo.

Mesmo que as sociedades capitalistas, desenvolvidas ou não, não tenham se tornado “estatais”, como a China e URSS, formaram-se nelas fortes tecnoburocracias, “que também poderíamos chamar de burocracia ou de classe média empregada”, a “nova classe”, e, passo decisivo na caracterização, o “novo e fundamental ator histórico do nosso tempo, já dominante nos países estatistas e participando da dominação dos países capitalistas de estado” (*SET*, 10).

Porém, o futuro tecnoburocrático das sociedades capitalistas não é um destino fatal e necessário. Neste ponto é possível observar que até o peso das lutas de classes tornou-se crescentemente importante na visão de Bresser sobre as sociedades capitalistas, desenvolvidas ou subdesenvolvidas – algo já visível também nas “Notas introdutórias...” de 1976-7, publicada em *EeSI*, acima analisado. Na primeira versão da tese da tecnoburocracia, exposta em *TeC*, Bresser afirmava fortemente que o princípio motor da história era o progresso técnico, não a luta de classes. Em *SET*, contudo, já afirmava ele que “o autoritarismo”, nos países subdesenvolvidos, “poderá ser reduzido na medida em que” for “possível paralizar (*sic*) o esforço de acumulação para aumentar a taxa de acumulação de meios de produção e”, paralelamente, “que as lutas dos trabalhadores em defesa da democracia” se fortalecerem (*SET*, 10).

De um modo mais geral, o tecnoburocratismo não seria mais, necessariamente, o futuro das sociedades capitalistas. “O homem, através das lutas de classes, é cada vez mais senhor da própria história” (*SET*, 13). Assim, Bresser acomoda o peso relativo maior conferido à luta de classes a seu pressuposto fundamental de que é a mudança em termos de técnica – predomínio da organização e do conhecimento técnico e organizacional sobre os meios materiais de produção – o motor da mudança social das sociedades contemporâneas. É uma acomodação porque a afirmação da importância da lutas de classes – e tal afirmação é importante se o aparato teórico-metodológico empregado é marxista – é feita de tal forma que deixa relativamente intocado o pressuposto da dinâmica histórica baseada nas mudanças técnicas. Isto porque pode-se

argumentar que o progresso técnico continua sendo uma espécie de motor da história, contudo, “cada vez mais” o ser humano adquire condições de conferir sentido ao movimento da história derivado as transformações técnicas.

Assim, devido ao protagonismo humano crescente em relação a seu próprio destino histórico é que seria “possível (...) imaginar muitas formas de transição para o socialismo autogestionário e democrático, em que a tecnoburocracia terá *sempre* um papel, mas não necessariamente dominante” (*SET*, 13, grifos nossos).

Além desse posicionamento politicamente socialista, Bresser enfatiza também, com força, que, teoricamente, “será cada vez mais difícil e insatisfatória” qualquer análise “sem a utilização dos conceitos teóricos aqui propostos”, os quais partem do marxismo, afastado – como Bresser sempre faz questão de assinalar – de qualquer “ortodoxia” (*SET*, 16).

Críticas e respostas

A “Terceira Parte” de *SET* chama-se “Debate sobre a tecnoburocracia”. Se chamasse “Debate em torno do marxismo” talvez o título fosse mais fiel ao conteúdo.

A linha de crítica adotada por Giannotti, Luiz Lima e Luiz Belluzzo assenta-se em uma reafirmação do conteúdo capitalista das relações socioeconômicas e políticas nas sociedades contemporâneas, apesar das eventuais alterações em suas formas. O título do texto de Giannotti é “Além do capitalismo?” e o de Lima e Belluzzo “O capitalismo e os limites da burocracia”, ou seja, a crítica às teses de Bresser vão no sentido de questionar se o capitalismo de modo geral estaria realmente em um processo de declínio, a partir do qual já seria possível apontar as características gerais de um modo de produção subsequente. Tendo em vista que suas posições em relação a ideias como essas, de que o capitalismo estaria sendo superado, são negativas, trata-se de mostrar que as sociedades contemporâneas são sim ainda capitalistas e, por causa disto, as linhas mestras da crítica de Marx ao capitalismo continuariam válidas, sendo desnecessário e impossível, portanto, forjar novos conceitos para se entender um novo modo de produção que não existe. Se o mundo não está caminhando para “além do capitalismo”, então se trata de traçar com nitidez os “limites da burocracia”.

A réplica de Bresser a ambos é, basicamente, também uma reafirmação, mas de suas ideias principais apresentadas nas “*Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção*”: manter-se fiel a Marx de maneira não ortodoxa implica em considerar que o capitalismo é um fenômeno histórico e, enquanto tal, teve início em determinado ponto da

história e terá um fim também. Trata-se de traçar, então, os limites do capitalismo. A partir daí, Bresser afirma que esse fim chegou e seu sucessor – o tecnoburocratismo – já pode ser observado parcialmente no capitalismo monopolista e plenamente em países como a China e URSS. Sendo assim, o debate não é tanto sobre a tese da tecnoburocracia, que foi repudiada pelos críticos acima mencionados, mas muito mais sobre o capitalismo – sua continuidade ou não – e, principalmente, sobre o uso mais correto do materialismo histórico e dialético enquanto instrumental de análise de situações concretas.

Como todos declaram, portanto, fidelidade ao “método” – o materialismo histórico e dialético –, a controvérsia estabelece-se em torno do “objeto” – modos de produção. Enquanto Giannotti defende vigorosamente, como já foi visto acima, a identidade do capitalismo, ou melhor, a identidade capitalista das sociedades do chamado 1º e 3º “mundos”, Bresser opera uma distinção gradativa: URSS e China, em um extremo, plenamente tecnoburocráticas; no outro extremo, as sociedades capitalistas desenvolvidas, nas quais o capitalismo monopolista já aponta as tendências futuras de tecnoburocratização total, mas ainda são firmemente capitalistas; e as sociedades subdesenvolvidas industrializadas, que estariam em uma situação intermediária, ainda que predominantemente capitalista.

E justamente essa problemática da identificação de novas relações de produção serve de elo entre a resposta de Bresser a Giannotti e a resposta a Lima e Belluzzo. Estes, de acordo com Bresser, ao negarem a emergência de um novo modo de produção, “deixam sem resposta todos os problemas cuja solução teórica procuro encaminhar através da definição do modo de produção estatal. Afinal, como caracterizar as relações de produção hoje existentes na União Soviética?” (*SET*, 198). A réplica de Bresser encaminha-se, novamente, à reafirmação da diferença (entre capitalismo e tecnoburocratismo) em contraposição à argumentação da identidade (das sociedades contemporâneas como ainda completamente capitalistas).

Em suma, o “problema” dos críticos marxistas de Bresser é o capitalismo e suas metamorfoses, enquanto o de Bresser é o estatismo e seus avanços. Os críticos marxistas reafirmam: o presente é um capítulo a mais do passado (ainda somos capitalistas). Bresser discorda: o presente é o anúncio do futuro (seremos e já estamos sendo tecnoburocráticos).

A fim de reforçar sua argumentação e posição, Bresser afirma que a resistência dos intelectuais de esquerda em aceitar a emergência do tecnoburocratismo não ocorre apenas por razões intelectuais, de “resistência ao novo”, e sim principalmente por motivações políticas: “o

desejo de não desviar o problema político fundamental da luta entre a burguesia e a classe trabalhadora” (*SET*, 177-8). Contudo, mesmo do ponto de vista político, seria necessário prestar atenção também nos tecnoburocratas, pois “É mais fácil ter apenas um adversário do que dois, mas se existem os dois, é arriscado e irresponsável identificar apenas um” (*SET*, 178), pois “Ocultar a tecnoburocracia (“*negando seu significado histórico novo*”) é uma forma indireta de defendê-la” (*SET*, 197).

Por isso, o “primeiro grande problema dos intelectuais de esquerda, hoje, é” construir um “instrumental teórico crítico” que seja adequado para analisar não apenas o capital e a burguesia, mas também a “organização burocrática, que culmina no Estado” e a tecnoburocracia (*SET*, 226-7).

Por último, nesta discussão, apesar de enfaticamente defender que o mundo está caminhando, de modo geral, em direção ao modo de produção tecnoburocrático ou estatal, Bresser nega haver apenas duas alternativas: “ou o mercado ou o plano, ou a burguesia ou a tecnoburocracia”. Pois, segundo Bresser, “já começam a delinear-se formas efetivamente socialistas”, apesar de ele não dizer onde, “baseadas na centralização, e na autogestão, em que o Estado mantenha um papel disciplinador, mas o mercado, organizado em termos de competição socialista também tenha um papel decisivo” (*SET*, 227). Essa vaga referência ao delineamento de “formas socialistas” e de “competição socialista” – sem precisar de modo mais nítido o que seria tal “competição” – não é apenas uma declaração retórica, é também uma consequência do posicionamento em um amplo debate no e a partir do marxismo. É uma consequência lógica do emprego de determinada linguagem no interior de um campo de debates marxista.

É importante lembrar aqui de um observador desse debate todo, registrado em *SET*, entre Bresser e seus críticos, o filósofo Gerard Lebrun. Em um artigo publicado originalmente em 1982, Lebrun defende que a limitação analítica de Bresser, na construção e aplicação do conceito de tecnoburocracia, seria a mesma de seus críticos: uma abordagem teórica marxista que tenderia a manter intacto e puro o ideal do socialismo. O nascimento de uma “uma forma política inteiramente inédita: o Partido-Estado”, na URSS, “não se deve apenas (como o autor [*Bresser*] dá a entender à p. 55) à necessidade” de se “racionalizar o sistema social”, mas antes fazia parte do próprio projeto político dos revolucionários de 1917: o “Partido-Estado” “é uma ideia-chave do leninismo” (LEBRUN, 2004, 295).

Pondo assim a questão, torna-se mais clara a “possibilidade de uma vocação totalitária do socialismo – possibilidade que o autor [*Bresser*], por sua vez, descarta já de início” (LEBRUN, 2004, 295), afirmando que “é ainda muito cedo (...) para concluirmos por uma incompatibilidade

entre ‘estatismo’ e democracia” (Bresser). Mas o próprio Bresser “duvida tanto da possibilidade de conciliar democracia e estatismo que só lhe resta, para salvar a oportunidade de um ‘socialismo com rosto humano’, o recurso à ‘autogestão’” (LEBRUN, 2004, 296).

*Anotações de um diário de viagem:
China, União Soviética, Estatismo e Socialismo*

Após viajar pela China e URSS, em 1979, Bresser escreveu um ensaio tecendo algumas considerações gerais conjunturais sobre aqueles dois países à luz de sua tese da tecnoburocracia. Suas observações teriam confirmado “basicamente a teoria sobre a classe tecnoburocrática e o modo estatal de produção”, com algumas “qualificações” que Bresser deixaria para “tratar mais genericamente em trabalho futuro”, nunca publicado (*SET*, 15).

Em suas análises sobre China e URSS, Bresser reafirma a cadeia causal explicativa das grandes transformações pelas quais o mundo estaria passando: o “extraordinário crescimento das organizações burocráticas” e o “decisivo aumento do grau de intervenção do estado na economia” são os fatores ou variáveis explicativas determinantes do “surgimento de uma nova classe social – a tecnoburocracia –” e de uma “nova relação de produção” – a organização –, a partir dos quais surge “um novo modo de produção – o estatismo” (*SET*, 273).

Contudo, na formulação de sua tese da tecnoburocracia enquanto modo de produção, a importância das lutas de classe ganha maior relevo, se comparada aos primeiros escritos de Bresser sobre o tema (*TeC*). Agora, não somente o desenvolvimento das forças produtivas, mas também as lutas de classe, “ou seja, os projetos políticos conflitantes, em termos de poder e participação no excedente, das diversas classes e frações de classe” vão “se tornando o fator decisivo para a história” (*SET*, 284).

Desse modo, a maior importância que as lutas de classe assume na análise política de Bresser levam-no a afirmar que o crescimento da tecnoburocracia enquanto classe seria “intrínseco ao sistema industrial”, mas o “aumento do seu poder político não”. O projeto tecnoburocrático de sociedade pode ser confrontado não apenas pela burguesia, mas também pelos trabalhadores (*SET*, 284). Desperta, dessa forma, na análise de Bresser, um dos temas fundamentais do debate político brasileiro de fins dos anos 1970 e de toda a década de 1980: a democracia. Não foi tanto sua tese da tecnoburocracia que conduziu-o à questão democrática, mas antes, foi a questão democrática – cada vez mais importante no Brasil conforme a “abertura” do regime militar avançava – que se impôs à reflexão da maior parte dos intelectuais do período

por força dos acontecimentos-chave do período.

Os embates teóricos de Bresser levaram sua interpretação do marxismo e das sociedades contemporâneas a incorporar de maneira mais decisiva a luta de classes como variável explicativa. Dois dos principais “vácuos”, por assim dizer, de seus primeiros esforços analíticos de construção da tese da tecnoburocracia tinham sido a subestimação da importância da luta de classes e certo silêncio em relação à democracia. Ele resolveu esses dois problemas transformando-os em um só: na “democracia (...) o problema fundamental é o equilíbrio de forças”, isto é, as lutas de classes (*SET*, 285). E a “única alternativa democrática real, que escapa aos perigos do estatismo”, isto é, do tecnoburocratismo, e “das desigualdades econômicas”, típicas do capitalismo, “é o socialismo autogestionário” (*SET*, 287).

Esse socialismo autogestionário estaria deixando de ser utópico devido à “aceleração do progresso técnico” e à “luta de classes, ou seja, à luta dos trabalhadores pela democracia e pelo socialismo” (*SET*, 288).

Assim, sua focalização temática na tese da tecnoburocracia construída pelo emprego de uma linguagem de teóricos políticos, sociais e econômicos estadunidenses levou-o a minimizar as lutas de classe. Uma vez que Bresser “define”, por assim dizer, seu público privilegiado como sendo os círculos marxistas brasileiros, paulistas principalmente, forçosamente teve que se dedicar ao aprimoramento do emprego, com maior maestria possível, do instrumental analítico marxista, levando-o a enfatizar mais as lutas de classes. Por meio daquele movimento de focalização, os temas do desenvolvimento e da democracia foram deslocados para as margens das discussões (ainda que tenham sido diretamente focalizados em outras publicações de Bresser do mesmo período). Contudo, ao longo dos anos 1970 e início dos 1980, desenvolvimento, e em seguida democracia, tornaram-se ideias-força – temas quase que inescapáveis aos grandes debates da época – devido ao peso dos acontecimentos-chaves – “milagre econômico” e “abertura” e redemocratização.

1.4 TECNOBUROCRACIA COMO VARIEDADE DE CAPITALISMO⁴⁷: a versão não publicada

A origem de *Technobureaucratic Capitalismo (TechC)* é uma tradução para o inglês do livro *A sociedade estatal e a tecnoburocracia* (1981), em 1983, quando ele foi submetido para publicação pela *Cambridge University Press*. A editora solicitou alterações no texto que, contudo, não puderam ser feitos por Bresser naquele momento devido a falta de tempo, resultante de seu envolvimento direto com atividades políticas⁴⁸. Após cinco anos ocupando cargos diversos na administração estadual de São Paulo e uma rápida passagem pelo Ministério da Fazenda, no final de 1987 Bresser retorna à vida acadêmica e, em 1990, finaliza a revisão do livro. Porém, segundo Bresser, naquele tempo a editora não tinha mais interesse em sua publicação. Após ficar na gaveta por mais de dez anos, Bresser disponibilizou o arquivo em seu site pessoal, em agosto de 2004.

Se *TeC* traz a primeira versão sistemática, em uma linguagem próxima ao campo das teorias da administração e das organizações, de sua tese da tecnoburocracia, concebendo-a como “sistema social”. Se *EeSI* apresenta a primeira grande reformulação dessa tese em termos basicamente marxistas, como “modo de produção”. E se, em ambos os casos, tecnoburocratismo é o futuro da civilização ocidental pós-capitalismo, em *TechC* há uma terceira versão sensivelmente diferente das anteriores: a do capitalismo tecnoburocrático.

Ou seja, o tecnoburocratismo torna-se, neste interpretação, nada mais que uma variedade de capitalismo. Assim como a queda do muro de Berlim, o fim da “Cortina de Ferro” no Leste Europeu e da URSS propiciaram que essas regiões fossem reorganizadas pela lógica do capital, assim também as reflexões de Bresser sobre a tecnoburocracia foram sendo envolvidas por uma aceitação crescente de que o capitalismo havia prevalecido, pelo menos no século XX.

Bresser mantém uma linguagem predominantemente marxista, porém, não defendendo mais o tecnoburocratismo com um novo modo de produção, mas sim como uma variação do modo de produção capitalista, a caracterização e argumentação que faz difere acentuadamente de *EeSI*.

Bresser localiza “sua” tecnoburocracia na literatura sobre classes sociais e Estado no capitalismo contemporâneo, e não mais naquela dedicada à análise de formações sociais e modos de produção, descendo alguns graus na escala de abstração. A análise da tecnoburocracia tornar-se-á agora a análise da “autonomia relativa do Estado”, do “corporativismo”, da “regulação”, do “intervencionismo estatal”, do “Estado de Bem-Estar”.

⁴⁷ Além de *TechC*, a versão da tecnoburocracia como variedade de capitalismo aparece também no ensaio *BPCB* (2008). Neste último, Bresser se refere ao “Capitalismo dos Profissionais” (*BPCB*, 18). Contudo, além de apenas citar essa expressão, sem discuti-la mais detidamente, seu objetivo maior nesse ensaio é discutir os temas do desenvolvimento e nação. Por isso, a discussão desse texto encontra-se no Capítulo 3 deste trabalho, dedicado ao tema do desenvolvimento, e não aqui.

⁴⁸ Bresser tornou-se presidente do Banespa em março de 1983.

Bresser sustenta, portanto, sua tese da tecnoburocracia ainda, mas agora não mais como o centro de um movimento global de transformação do capitalismo, e sim “apenas” como uma classe (ou grupo de interesse) a mais entre outras, e isto ainda *no capitalismo*. Quer dizer, ele mantém a análise da tecnoburocracia como resultado da dinâmica do próprio capitalismo, e que tende a permanecer, com todas as suas contradições, no capitalismo, e não mais a desembocar em um novo modo de produção.

Isso fica mais claro quando Bresser afirma que a “tecnoburocracia (...) é uma classe social interna ao Estado” (*TechC*, 16)⁴⁹. E que, nessa condição, “a tecnoburocracia e particularmente os administradores públicos (*state managers*) perseguem seus próprios interesses. A autonomia relativa do Estado deriva precisamente deste fato” (*TechC*, 16). Por outro lado, “Nós veremos, contudo, que não há uma tendência de longo prazo para esta autonomia relativa do Estado aumentar” (*TechC*, 16-7), ou seja, para o crescimento e fortalecimento irrefreável da tecnoburocracia enquanto classe dominante do futuro, pelo menos não do futuro próximo.

A primeira parte do livro, constituída por uma discussão em torno do conceito de Estado e sua evolução histórica, não consta na versão brasileira original de *SET*, nem na tradução de 1983. Ela só foi introduzida após a revisão de 1987-1990. Mais precisamente, essa discussão sobre o Estado não se encontrava em *SET*, mas constava em *EeSI* (75-96).

Assim, a discussão sobre o conceito de Estado em *EeSI* (75-82) é reproduzida em *TechC* com alterações. A discussão sobre a evolução do Estado também é reproduzida com alterações. Neste caso, em *TechC* as expressões “Estado regulador” (*EeSI*, 90) e “Capitalismo monopolista de Estado” (*EeSI*, 93) são substituídas por *capitalismo tecnoburocrático* (*TechC*, páginas 26 e 28, respectivamente).

Essas mudanças terminológicas foram acompanhadas também por uma atualização da bibliografia. Na discussão sobre Estado, além dos clássicos já constantes em *EeSI*, como F. Engels, K. Marx e M. Weber, Bresser dialoga também autores marxistas dos anos 1970, como L. Altusser, N. Poulantzas, R. Miliband, J. O’Connor, W. Olin Wright entre outros.

Dessa forma, as principais teorias sobre a relação entre Estado e capitalismo são reinterpretadas por Bresser a partir de seu capitalismo tecnoburocrático:

1) ***Autonomia relativa do Estado***: este tema e interpretação, tão em voga nos anos 1970-80, significaria, para Bresser, não tanto o descolamento da esfera política em relação à econômica, mas sim a presença de uma nova classe social, “que não somente influencia o Estado a partir de fora, como a burguesia e a classe trabalhadora fazem, mas também a partir de dentro”: a tecnoburocracia (*TechC*, 14-5).

2) ***Corporativismo***: Bresser considera, de modo geral, esta abordagem como praticamente uma outra versão de sua abordagem da tecnoburocracia. “Eu chamo as formações sociais contemporâneas dos

⁴⁹ Esta citação, como todas as outras extraídas de *TechC* são traduções livres feitas por este autor.

países industrializados avançados de 'capitalismo tecnoburocrático'. Corporativistas (*corporatists*) podem usar 'capitalismo corporativista', mas nós estamos descrevemos o mesmo fenômeno, de uma forma muito similar” (*TechC*, 33-4, grifo nosso).

3) ***Intervencionismo e regulação estatal***: em *TeC*, a ideologia tecnoburocrática aparecia como a confiança no poder da técnica em resolver os grandes problemas sociais e econômicos e, assim, a ascensão da tecnoburocracia seria vista positivamente, como um processo de racionalização do capitalismo (*TeC*, 79-81; 109-20). Em *TechC*, a ideologia tecnoburocrática não é remetida ao poder da técnica em geral, mas sim a uma técnica ou conjunto de técnicas bem específicas: a intervenção, econômica principalmente, estatal. E, assim, para Bresser, os grandes ideológicos do capitalismo tecnoburocrático seria os keynesianos, “na medida em que eles desenvolvem uma teoria para legitimar a intervenção estatal limitada na economia” (*TechC*, nota 14, 28-9).

4) ***Capitalismo monopolista de Estado***: neste tópico são alocados os autores vinculados a outras perspectivas teóricas e políticas, além dos keynesianos, que também teria analisado o capitalismo tecnoburocrático, mas sob outras nomenclaturas, como “capitalismo monopolista” (P. Sweezy e P. Baran), “capitalismo monopolista de Estado” (P. Boccara) ou de “capitalismo de Estado”. Estas expressões, diferentemente do termo corporativismo, por exemplo, são consideradas por Bresser como sinônimas de capitalismo tecnoburocrático, conforme já visto acima.

Em meio a tantas possibilidades de definição do fenômeno, Bresser propõem a sua própria denominação:

Eu prefiro chamá-lo de 'capitalismo tecnoburocrático' a fim de enfatizar dois fenômenos sociais e políticos fundamentais do capitalismo contemporâneo: o papel de uma nova classe – a tecnoburocracia ou a nova classe média, atuando dentro do Estado e das grandes corporações –, e a expansão do papel do Estado na coordenação da economia: o Estado tecnoburocrático (*TechC*, 29).

Estabelecidas essas definições e distinções em relação a outras definições possíveis do capitalismo tecnoburocrático, *TechC* segue esmiuçando suas características e implicações.

Bresser discorre, então, sobre a crise do Estado como um fenômeno cíclico (*TechC*, 35-6), critica as leituras da nova direita (*TechC*, 43-47) e algumas da esquerda (*TechC*, 48-52) a respeito daquela crise.

No parágrafo de encerramento da seção, dedicado às análises da esquerda sobre a crise do Estado, Bresser uma vez mais explicita sua redefinição de tecnoburocracia, agora cada vez mais uma fase do capitalismo: “Isto significa que o Estado tecnoburocrático, ou social democrata, ou Keynesiano, ou de bem-estar – o nome que usamos para o Estado no capitalismo contemporâneo não importa – é bastante limitado em sua capacidade de reformar a sociedade” (*TechC*, 51-2, grifo nosso). Após ter travado uma árdua batalha nos anos 1970 defendendo a validade do emprego do conceito de “tecnoburocracia”, Bresser chega à singela conclusão de que, simplesmente, “o nome... não importa”!

As duas primeiras versões da tese da tecnoburocracia (*Tec* e *EeSI*) foram enxertadas nas teorias de Marx (ou melhor, na interpretação bresseriana delas). Já a terceira versão, de *TechC*, foi emparelhada às análises, que se multiplicaram dos anos 1970 para os anos 1980, sobre a crise do Estado de bem-estar social e das políticas sociais de inspiração socialdemocrata e as políticas econômicas de corte keynesiano. Nos anos 1960 e 1970, a tese era um instrumental de análise para uma nova realidade *emergente*, dominada pela tecnoburocracia. Em fins dos anos 1980, torna-se em uma base de análise da *crise* mundial daquela época: “A revolução democrática de 1989 na Europa Oriental é o sinal do fracasso do estatismo ou comunismo. Enquanto tendência de longo prazo (...), o tecnoburocratismo provou-se não viável” (*TechC*, 72).

A redução do escopo da tese da tecnoburocracia encontra-se associada, assim, ao esgotamento histórico do estatismo soviético, cujo caso era o exemplo mais acabado de um modo de produção tecnoburocrático, tal qual delineado por Bresser nos anos 1970. Essa redução de escopo significa, basicamente, que a tese da tecnoburocracia deixa de ser uma interpretação global do capitalismo – desenvolvido e subdesenvolvido - e do estatismo soviético, na medida em que este regime, e outros regimes semelhantes em países satélites da URSS, ruiu nos anos 1980 e 1990, e passou a se constituir em uma ferramenta de análise sem pretensões meta-teóricas como antes.

Para manter a validade de sua tese da tecnoburocracia, Bresser acomoda o fenômeno empírico da tecnoburocracia no modo de produção capitalista. Esta operação permite que sua tese continue operacional, mas agora apenas em termos de uma “ferramenta teórica para a compreensão do capitalismo” (*TechC*, 73) e, dentro do capitalismo, de uma classe social bem específica: a classe média.

Aquela acomodação empírica aparece explicitamente na construção de seu texto: “Neste capítulo, examinarei os fatos históricos por trás da teoria da classe média tecnoburocrática. Estes fatos históricos estão mudando ou já mudaram o capitalismo de uma maneira profunda” (*TechC*, 73). Antes, o estatismo soviético apresentava-se como o horizonte histórico futuro do capitalismo, a base concreta da interpretação que Bresser elaborara. Agora, tal base encontra-se reduzida à classe média tecnoburocrática surgida de dentro do capitalismo.

A análise torna-se cada vez mais da tecnoburocracia, especificamente, e menos dos modos de produção – capitalista e suas alternativas históricas.

E, conforme já observado acima, nessa análise, mais importante que a tese da tecnoburocracia em si, é a ideia de ciclo, a qual, contudo, não é levada muito longe por Bresser, que fica apenas na sugestão de que, ao longo do tempo, a intervenção do Estado varia. Ou seja, não vai muito além da ideia, já contida no emprego da palavra “ciclo”, de uma variação aproximadamente pendular. Não esmiúça a lógica e os mecanismos de tais movimentos.

Bresser resvala constantemente em uma visão monocausal da história, na qual o desenvolvimento tecnológico seria a chave para a compreensão da sociedade como um todo. “A natureza básica da estrutura social será definida pelo fator de produção que for historicamente estratégico em relação ao desenvolvimento tecnológico” (*TechC*, 85). E como já fizera décadas antes, em *TeC*, remete essa ideia à J. K. Galbraith, associando-a a uma visão não ortodoxa de K. Marx.

Na esteira dos estudos sobre as transformações do proletariado, que vicejaram no final do século XX, Bresser introduz uma alteração em seus argumentos, defendendo a ideia de que o proletariado – operários industriais urbanos que realizam atividades manuais – estaria desaparecendo. Em suas discussões em torno da tecnoburocracia, nos anos 1960 e 1970, aquela se tornaria a nova classe dominante, mas os trabalhadores continuariam sendo a classe dominada por excelência, mesmo mudando o modo de produção. Assim, apesar das mudanças na classe trabalhadora, esta continuaria a ser a classe dominada no tecnoburocratismo (*TechC*, 100).

Bresser situa sua perspectiva no interior de um “neo-marxismo”, na medida em que, segundo sua interpretação, o “marxismo convencional” não seria suficiente para tratar adequadamente a “questão da classe média”. Sua proposta neste livro visa justamente cobrir aquela lacuna representada pela classe média no marxismo, centrada no conceito de tecnoburocracia, o qual foi elaborado de acordo com alguns dos pressupostos e noções básicas do marxismo, aliás, de um marxismo mais ‘atualizado’, por assim dizer. “Esta questão [*da classe média*] tem sido caracterizada pela inabilidade teórica das análises marxistas convencionais de apresentar uma explicação satisfatória para o enorme crescimento dos funcionários administrativos [*white collar workers*] neste século” (*TechC*, 162).

Em meio a tantas atualizações, incorporações e mudanças, o que se mantém inalterado é a perspectiva de “revolução utópica” ou, em suas palavras, “uma revolução das consciências – uma revolução profundamente ideológica” (*TechC*, 207-08).

1.5

TECNOBUROCRACIA, O AGIR E O PENSAR
Algumas sugestões analíticas

Não somos, é claro, filhos do pensamento, como tantos dizem da Alemanha de inícios do século XVIII, e não se pode entender o Brasil sem a dimensão do agir, embora de um agir muito fragmentado, difuso e disperso (...). Também “andando”, freqüentemente apenas “andando”, fizemos o Brasil. Luís Werneck Vianna, “Por que pensar?”

Procurou-se acima promover uma análise da economia “política” interna de alguns textos de Bresser, relacionados entre si por fazerem parte de um mesmo segmento de sua obra: mostrar a mobilização, captação, distribuição ou alocação dos recursos disponíveis (conceitos, noções, teorias, casos de estudos, metodologias, dados empíricos etc.) a fim de intervir nos debates sobre determinadas “realidades” dirigindo-se, muitas vezes, a públicos específicos.

Assim, por exemplo, ao propor uma interpretação global do movimento histórico do capitalismo, que estaria marchando firmemente para um modo tecnoburocrático de produção, e não socialista, Bresser guindou os interesses auto-referidos dos burocratas (administradores profissionais) em interesses em vias de se tornarem dominantes. Ele erigiu a lógica burocrata da eficiência, ideologia que sistematiza as demandas, interesses e visão de mundo burocrata, em *princípio explicativo* da sociedade e da história. Elevou o particular à universal. Mesmo sendo crítico em relação a esse “novo mundo” burocraticamente administrado, Bresser prendeu-se à lógica de um setor da sociedade – a burocracia – fazendo dessa lógica setorial a lógica global dessa mesma sociedade. Cada ciência se funda na relativa unilateralidade “de uma perspectiva puramente metodológica, [*resultante*] da circunstância de que o *treino da atenção* para observar o efeito de determinadas categorias causais qualitativamente semelhantes, assim como a constante utilização do mesmo aparelho metodológico-conceitual” são consequências da divisão do trabalho científico (WEBER, 43, 2006, grifos nossos). Bresser, ao ter sua atenção “treinada” para observar determinados fenômenos como efeitos de determinadas “causas”, ao se tornar um especialista em administração e organizações, resolveu ir para além de uma posição localizada na divisão do trabalho e elevar-se a um plano mais geral e ontológico, tornando as variáveis explicativas dos estudos organizacionais em variáveis explicativas da sociedade como um todo. Elevou-se da unilateralidade metodológica à totalidade ontológica.

Gramsci (1982, 3) iniciou sua famosa análise sobre os intelectuais indagando se eles formaria uma classe social propriamente dita, ou apenas parte de outra classe social. A resposta de Bresser a tal indagação, nos anos 1960 e 1970, foi enfática: os intelectuais orgânicos (gerentes, engenheiros, administradores etc.) seriam não apenas uma classe social, mas *a* nova classe social destinada a se tornar dominante, a classe tecnoburocrática.

É por isso que Bresser enxertou em um quadro teórico marxista, no qual modos de produção se sucedem conforme se altera o fator estratégico de produção, um diagnóstico weberiano filtrado e “atualizado” pelas teorias de administração e organização estadunidenses. Fez desaguar, desse modo, a lógica da dinâmica marxista da história na “resignada” (COHN, 1979) previsão weberiana de que o futuro ocidental caminhava para uma “jaula de ferro” (tecno)burocrática. Trabalhando de perto, profissionalmente, com a perspectiva organizacional, esta parecia explicar cada vez mais e melhor o mundo. Pois, afinal, de perto o gigante é ainda maior.

A partir da discussão travada neste capítulo, a obra de Bresser pode ser caracterizada como um conjunto de textos sobre temas e conceitos diversos que formam um universo de semelhanças e aproximações, mais do que de “definições” exatas, isto é, de conceitos finamente projetados para se encaixarem de modo preciso entre si e, o mais importante, com a “realidade”. Universo de semelhanças e aproximações, constituído por conceitos entrelaçados a partir da disponibilidade e emprego das linguagens disponíveis, tecendo-se com palavras conexões que se supõem existirem entre os fatos. Universo que pode ser berço de hipóteses promissoras, correlações ainda não feitas, conceitos ainda não elaborados etc. Em suma, universo criativo, de novas “verdades” ou de reiteração das antigas.

É assim que Bresser aproxima, com base em semelhanças estabelecidas em níveis altos de abstração, tecnoburocratismo e modo de produção asiático; o método histórico de Marx e de Weber; Marx e Galbraith, via fator de produção; macroeconomia e economia política marxista; Maio de 68, Igreja Católica e existencialismo como revoluções utópicas; golpes militares na América Latina e Revolução Russa de 1917 como capítulos da mesma história, a da tecnoburocracia. Em suma, um universo de semelhanças e aproximações porque povoado de abstrações e indefinições, resultantes do esgarçamento conceitual da *tecnoburocracia* (categoria que explicaria desde os destinos da Revolução Russa de 1917 até os golpes militares na América Latina nos anos 1960-70, passando pelas transformações nos países capitalistas avançados) e da

revolução (que abarca desde o movimento estudantil e a renovação interna da Igreja Católica, até movimentos conservadores como os golpes militares latino-americanos e a ascensão ao poder de tecnocratas). Lances discursivos imprecisos, que não se fixam no debate por que não fixam o debate.

Conforme encorpa, em termos tanto de quantidade de textos quanto de elaboração do pensamento, a obra de Bresser torna-se, ela própria, uma referência a mais para si mesma. Uma linguagem a mais disponível. Torna-se um novo espaço de movimentação e experimentação autoral, marcada pelas ambiguidades que tornam esse espaço mais transitável, porque ambiguidade permite sempre dizer algo mais. Significa que o debate não está tão fixo e definido ao ponto de nada mais restar a não ser o silêncio. Mas também espaço potencialmente mais nebuloso e de difícil orientação em seu interior. Espaço de identidade também: o que pode ser agora dito, não pode sê-lo desconsiderando tudo o que foi dito, escrito, debatido, defendido, afirmado e reafirmado antes. Falar é se comprometer. E, ainda que compromissos não sejam eternos e faz parte da honestidade intelectual reconhecer que se esteve errado, isto não implica a possibilidade de um retorno a algum marco zero.

E assim, por mais que a análise bresseriana de certas tendências das sociedades industriais fossem consideradas, ainda que parcialmente, corretas, empiricamente bem fundamentadas, teoricamente bem trabalhadas, não há como não notar que algumas das afirmações mais fortes de suas análises parecem um tanto precipitadas ou pelo menos conclusivas demais. Operando em um nível teórico-metodológico específico de uma especialidade (teoria das organizações e economia), a adoção de determinados pressupostos (tecnologia como elemento fundamental, por exemplo), o emprego de determinados conceitos (organização, burocracia, sistema etc.) e o estabelecimento de determinadas conexões causais (desenvolvimento tecnológico como eixo fundamental da história) permite ao pesquisador reconstruir idealmente o mundo empírico no nível da teoria de um modo que ele faça sentido e encontrar dados empíricos que o corroborem (transformações nos padrões jurídicos e administrativos da propriedade capitalista, crescimento do número de administradores profissionais etc.). Por tudo isso, a tecnoburocracia é, e dificilmente poderia deixar de ser, o futuro próximo das sociedades modernas. O grande problema é: tal reconstrução teórica dos liames entre os fenômenos concretos corresponde realmente ao processo histórico real? Talvez tenha faltado a Bresser a operação de determinadas mediações entre o nível puramente teórico-metodológico, de um lado, e o mundo concreto – os “fatos novos” –, de outro.

Encantado pela aparente unidade lógica da tese da tecnoburocracia, Bresser atribuiu a si mesmo a difusão e defesa dessa tese.

Devido a esse extravasamento teórico de suas conclusões, seus “lances discursivos” – proposições, teóricas e conceituais, novas e em contraste com as que então prevaleciam – não foram tão decisivos nem inovadores. O poder “consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários (...) do que da ordem do ‘governo’” em sentido amplo, de estruturação do “eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, 244). Bresser não teve, assim, o “poder” de alterar substancialmente o “campo de ação dos outros”, os quais, neste caso, seriam os estudiosos interlocutores seus. Bresser não provocou alterações substantivas no debate sobre os rumos do capitalismo, pelo menos não ao ponto de tornar sua tese da tecnoburocracia uma referência forte ao ponto de “conduzir a conduta” de seus interlocutores em direção à consideração e incorporação positiva de sua visão sobre a tecnoburocracia. De modo geral, a recepção da tese da tecnoburocracia foi, predominantemente, negativa e crítica.

Ao acentuar e insistir em propor não apenas uma leitura de uma conjuntura, porém antes uma (re)leitura de todo um processo histórico mais amplo, civilizacional, Bresser ampliou a tal ponto sua discussão que os pontos vulneráveis de sua visão ficaram por demais expostos. Mais precisamente, sua “teoria geral” - a tese da tecnoburocracia – foi sendo formulada e reformulada ao ritmo e sabor das conjunturas: movimento estudantil, contracultura, mudanças na Igreja Católica etc., nos anos 1960; “milagre econômico” e subdesenvolvimento, nos anos 1970; crise do Estado, queda do muro de Berlim e fim da URSS, anos 1980.

Sucessivamente, conforme as ondas conjunturais iam passando, levavam consigo parte da tese da tecnoburocracia de Bresser, até que ela se desmoronou quase por completo: em sua última versão, a tecnoburocracia não passava de uma “classe média” interna ao Estado sem maiores pretensões.

Mesmo não sendo decisivos – em termos de redefinição do debate –, seus lances discursivos foram importantes porque reacenderam as forças da “reação”, contribuindo para que um campo discursivo – o marxista, no caso – se tornasse mais “consciente” de si mesmo, e, assim, tendencialmente mais consistente e coeso. *A não-inovação não é, portanto, necessariamente igual a imobilismo dos debates.*

Aqui reside uma das contribuições principais, ainda que não completamente intencional e planejada, de Bresser. Ao comentar e se posicionar diante dos grandes

acontecimentos-chaves de sua época, ao empregar e debater as ideias-força e linguagens disponíveis, Bresser aparece como um intelectual ativo e combativo, sempre disposto ao debate. Mas aparece também, quando se considera os efeitos colaterais (isto é, não intencionalmente buscados) como um propagador de discursos, como um diapasão de ideias-força (revolução, burocracia, técnica etc.), como um elemento “perturbador” do uso predominantemente considerado correto e legitimado de determinadas linguagens – o marxismo, por exemplo. Ao se posicionar num campo de debates, contribuiu para a proliferação de discursos – quanto mais pessoas falam de algo, mais as outras têm *que* falar, têm *o que* e *com quem* ou *contra quem* falar também –, ativação de linguagens e reforço das filiações a linhagens de pensamento. Isto ajuda a compreender a rarefação (no limite, a quase completa ausência) de estudos amplos do conjunto de sua obra: ao não alcançar lances discursivos decisivos, Bresser não fundou ou alterou profundamente nenhuma “linhagem” de pensamento, como C. Furtado, por exemplo.

Apesar de tudo isso, há fragilidades visíveis na tese da tecnoburocracia de Bresser, principalmente em suas primeiras formulações, nas quais aparece de modo mais claro seu ecletismo abstrato: história movida pelos “fatores estratégicos de produção” (Marx lido a partir de Galbraith), que desemborou no domínio da tecnoburocracia (Burnham combinado com Weber), que nada mais seria do que uma classe média (reminiscência isebiana modernizada pela leitura de C. Wright Mills).

Assim, a emergência da tecnoburocracia estaria associada à formação e expansão da classe média (EAB, 49; 175), a partir da qual os tecnoburocratas seriam recrutados e na qual estariam, assim, também situados socialmente. Na classe média encontra-se também boa parte dos estudantes e intelectuais não-comprometidos que poderão fazer a revolução. Assim, o mundo tecnoburocrático trouxe consigo uma nova classe social dominante – os tecnoburocratas – e seus antípodas – estudantes e intelectuais não-comprometidos, mas manteve e, segundo Bresser, manteria, os trabalhadores como a principal classe dominada.

Ou seja, tratar-se-ia de uma dialética na qual uma nova tese gera sua própria antítese, mantendo, contudo, a antítese da tese anterior. Se a síntese é a negação da negação, isto é, a negação da condição de classe expropriada, dominada e oprimida na qual estariam os trabalhadores, tratar-se-ia, ao que tudo indica, de uma espécie de não-síntese pelo alto: uma nova tese (a tecnoburocracia) elimina historicamente outra (a burguesia), como se tudo não passasse de um conflito intra-elites que não resultaria em nenhuma mudança substancial na situação dos trabalhadores. O próprio termo

“revolução” é empregado algumas vezes por Bresser para se referir a mudanças no “sistema de poder” (TEC, 89; *EeSI*, 38)⁵⁰.

Trata-se, realmente, de uma dialética muito heterodoxa, na qual não há síntese, pois não há superação das contradições, na medida em que a história é movida mais pelos avanços tecnológicos do que pela luta de classes. Estas últimas vão se tornando crescentemente importantes na visão de Bresser, porém mais como potenciais de transformação do curso histórico recente do que como princípios motores primeiros da história. A não ser que se considere a tecnoburocracia como um fenômeno resultante da própria afirmação da burguesia enquanto classe dominante, afirmação essa que teria criado sua própria negação e gerado as condições de sua destruição, não se pode considerar a leitura de Bresser sobre as sociedades da segunda metade do século XX como sendo fortemente dialética.

O materialismo histórico e dialético que Bresser afirma empregar seria, assim, fortemente *materialista* (tecnologia como princípio explicativo maior); oportunamente *histórico* (o capitalismo, como todo fenômeno na história, teve começo e terá fim, e estaríamos contemplando o seu final, o que exige uma releitura das interpretações disponíveis, as quais apontariam para a emergência da tecnoburocracia); e muito pouco *dialético* (se por isso entender-se que a história se move por contradições que, em Marx, se concretizam nas lutas de classe).

A história dos conceitos pode ser considerada ou trabalhada como uma história de suas recepções (JASMIN, 2005, 31-4), de seus usos e alterações através de várias gerações de estudiosos e pensadores. Contudo, a recepção está intimamente relacionada à posição do autor a cada momento e às ações intencionadas e possíveis de serem feitas. A circulação das ideias está relacionada à circulação dos autores. Dessa forma, as alterações que Bresser promove em sua tese da tecnoburocracia ao longo de um período de mais ou menos vinte anos (final dos anos 1960-final dos anos 1980) podem ser explicadas mais em função de sua circulação enquanto intelectual e ator político do que em função de fatores lógicos ou argumentativos específicos ou de um “amadurecimento intelectual” somente. Não foram necessariamente as ideias que se tornaram cartesianamente mais “claras e distintas”, nem necessariamente os “objetos” que

⁵⁰ Autores como R. Michels, J. Burnham e C. W. Mills foram pensadores que teorizaram as relações entre organizações e elites. Ao incorporar a tese da “revolução gerencial”, Bresser incorporou também uma proto-teoria das elites, que não foi, contudo, desenvolvida em seus escritos, os quais permaneceram em torno da problemática da organização enquanto relações de produção (anos 1970) ou objeto da nova gestão pública (anos 1990).

ganharam contornos mais nítidos e definidos, permitindo análises mais consistentes e precisas. As alterações e mudanças da tese da tecnoburocracia podem ser também explicadas por tais fatores ligados estritamente à produção intelectual. Mas, ficando somente neste nível, o do *pensamento como elaboração teórica* somente, Bresser aparecerá como um autor estranhamente inconstante, talvez até contraditório. Contudo, quando se observa sua circulação enquanto intelectual e ator político – nos meios acadêmicos, empresariais e político-partidários –, seu *pensamento como modalidade de ação*, suas mudanças parecem fazer mais sentido.

Dessa forma, sua tese da tecnoburocracia foi sendo alterada não tanto conforme ele foi “pensando” melhor. Isto também. Mas ela foi sendo alterada, principalmente, conforme ele foi “andando”, circulando. Não foram tanto os horizontes cognitivos que se ampliaram, mas principalmente os campos de experiência e ação (JASMIN, 2005, 34) que se alargaram e foram se abrindo. Bresser foi construindo sua obra não apenas “pensando” (pesquisando, discutindo, refinando dados e hipóteses etc.), mas também “andando” (circulando em diversos meios sociais e políticos), e muito.

Os grandes saltos de argumentações (as conclusões fortes e decisivas com base em interpretações dos clássicos, Marx principalmente; revolução estudantil como “a” revolução de nossa época etc.) e os altos voos teóricos (modo de produção tecnoburocrático) de Bresser apoiaram-se normalmente (anos 1960-70) em bases muito estreitas – bibliográfica e empiricamente. Talvez por isso, devido à maneira como constrói seus objetos, este lhe escapem um momento depois de terem “aparecido” de modo tão claro e nítido (ex.: a revolução estudantil). Contudo, observando-se sua circulação – isto é, as possibilidades de circulação e as circulações efetivamente realizadas –, os movimentos das ideias tornam-se não somente mais próximos dos movimentos de seus autores, mas também começam a fazer mais sentido.

Isto porque, de um modo geral, quando a sociedade política encontra-se relativamente fechada ao ingresso e influência de determinadas parcelas e setores de intelectuais – como no caso do Brasil durante o regime militar –, as condições e possibilidades de que a produção desses intelectuais se feche em si mesma e se lance em grandes esforços de generalização são fortes. Como não é possível influenciar politicamente, via instituições da sociedade política, o processo histórico concreto, a ação política tende transitar apenas no *abstrato* – teorizações como esforços de auto-compreensão de uma consciência social relativamente distanciada do processo histórico imediato – e no *privado* – no mercado e na sociedade civil.

No caso de Bresser, seus objetos “escapam” não apenas por causa da frouxidão de suas cadeias de argumentação. A questão aqui não se esgota na lógica e na teoria. Por se considerar e se posicionar de maneira crítica e progressista em relação às grandes questões de sua época, Bresser não participara e não poderia participar do regime militar (mesmo se for levado em consideração que seu orientador de doutorado fora um dos “czares” da economia durante o regime militar, Delfim Neto).

Portanto, enquanto esteve distante da atuação política via partidos, suas pesquisas se voltam para questões específicas sobre empresariado e, principalmente, administradores profissionais no Brasil e, a partir de seus estudos sobre administração, se comprometeu com uma empreitada altamente teórica e abstrata: a tese da tecnoburocratização do mundo. Paralelamente, desenvolve atividades de ensino e ligadas ao mercado, trabalhando, mais especificamente, para o grupo empresarial “Pão de Açúcar”. Liga-se também a aparelhos da sociedade civil, como o CEBRAP, escrevendo regularmente artigos para vários jornais de grande circulação no país.

É por tudo isso que se pode afirmar que Bresser construiu sua obra “pensando”, mas “também ‘andando’, frequentemente apenas ‘andando’”, como o Brasil na visão de Werneck Vianna (2001). Daí sua relativa fragmentação e variação, isto é, suas mudanças de visão e posições; o grau de dispersão dos segmentos ou partes de sua obra, ou seja, a amplitude de temas estudados; e abundância de citações de textos seus, em meio, contudo, a um vácuo de estudos profundos. Fragmentação/variação, linhas de dispersão, citações e ausência de estudos sistemáticos: algumas das problemáticas envolvendo a produção intelectual de Bresser, esboçadas na Introdução deste trabalho, fazem aqui novamente uma aparição. Agora, porém, mais densamente trabalhadas, ainda que longe de serem esgotadas, pela análise feita neste capítulo.

CAPÍTULO 2

AGINDO MAIS QUE POR PALAVRAS: A ERA DAS CONJUNTURAS E DAS REFORMAS

Colapso de uma Aliança de Classes (CAC) é a primeira de uma longa série de coletâneas de artigos de Bresser publicados originalmente em jornais, revistas acadêmicas, conferências e entrevistas, cobrindo o período de 1974-1993. Trata-se de análises de conjunturas que têm por temática geral a crise econômica brasileira dos anos 1970-1980, o processo de redemocratização e as propostas de reformas após o fim do regime militar (1964-1985). Mais precisamente, as coletâneas são, em ordem cronológica: *CAC* (1978), *Inflação e Recessão* (1984), escrito com Yoshiaki Nakano, *A Dívida e a Infação* (1985), *Pactos Políticos* (1985), *Jogo Aberto* (1989), *Tempos Heroicos de Collor e Zélia* (1991), *Crise do Estado* (1992), *A Nova República* (1993), *Reformas Econômicas em Democracias Novas* (1993), escrito em parceria com Adam Przeworski e José M. Maravall. Poderia ser incluído nesta lista as reedições então publicadas do livro *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1970, 1972 e 1984), pois Bresser foi acrescentando ao livro novos capítulos para analisar os períodos não cobertos pela sua primeira edição (1968), e as coletâneas de textos organizadas por Bresser no período, como *Dívida Externa* (1989) e *Populismo Econômico* (1991).

Ao longo desse período, Bresser passa a se envolver crescentemente com a política partidária, fazendo parte inicialmente do PMDB até a cisão que criou o PSDB, em 1988, do qual foi um dos membros fundadores. O período de análises conjunturais encerra-se com a chegada à Presidência da República de FHC, quando Bresser torna-se um de seus ministros, ficando responsável pela reforma da administração pública federal, tema que concentraria sua atenção nos anos subsequentes.

Importante ressaltar que o período de publicação de artigos de análise conjuntural e sua reunião de tempos em tempos para formar uma coletânea não monopoliza a produção bibliográfica de Bresser. Como as linhas de dispersão temática se cruzam e se sobrepõem, no período que vai de 1974 à 1993 – coberto pelos textos de análises conjunturais – Bresser produz também textos de maior fôlego, como *EeSI, LAC* (*Lucro, Acumulação e Crise*) e *TechC*.

A regularidade e a quantidade de textos curtos produzidos por Bresser no período acima mencionado fornecem uma indicação de como ele recorreu, no período mais intenso de sua vida em termos atuação política, a essa modalidade de ação política que é o pensamento. Escrever, publicar e republicar textos foram ações de nítido objetivo político em um contexto de grandes debates em torno da crise e da redemocratização pelas quais o país passava.

A seguir, discute-se as coletâneas políticas de Bresser: *Colapso de uma Aliança de Classes*, *Pactos Políticos* e *A Nova República*. As demais coletâneas, cujos temas e discussões principais são econômicas, serão discutidas no capítulo 3.

2.1 ALIANÇAS DE CLASSES E PACTOS POLÍTICOS

Os acontecimentos-chaves do período coberto por *Colapso de uma Aliança de Classes* (CAC) (1978) estão ligados à desaceleração econômica subsequente aos choques do petróleo, ao longo da década de 1970, e ao processo de abertura política, iniciado pelo governo Geisel (1974-1979).

Empregando frequentemente termos e expressões que remetem aos cânones do marxismo, Bresser caracteriza o período em análise (1974-1978) como sendo o de *colapso* – termo que aparece no título do livro, inclusive – do “modelo político autoritário capitalista-tecnoburocrático” ou “de uma aliança de classes, estabelecida em 1964, entre a burguesia local e a tecnoburocracia estatal, ambas associadas às empresas multinacionais” (CAC, 9).

Apesar de se tratar de uma reunião de artigos publicados, originalmente, em jornais⁵¹, Bresser insiste não se tratar “de uma simples coletânea de artigos, na medida em que procurei analisar de forma relativamente sistemática o processo de desaceleração econômica e crise política que o país atravessava” (CAC, 9).

A análise sistemática à qual Bresser faz referência consiste, mais exatamente, de uma reorganização dos artigos de acordo com o conteúdo destes. Isto aparece na estrutura do livro, dividido tematicamente em quatro partes, cada parte constituída por um conjunto de textos cronologicamente seriados.

Os quatro temas gerais que serviram de critério para a organização do livro são:

1) “Pressupostos e Condicionantes”, no qual Bresser reexpõe e reafirma os pontos principais da segunda versão de sua tese da tecnoburocracia, apresentada em *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado (EeSI)*⁵²;

2) “A Desaceleração Econômica”, que apresenta uma análise do fim do “milagre” econômico brasileiro, que implicou na “redução relativa do excedente”

⁵¹ A *Folha de S. Paulo* foi o jornal no qual foram publicados o maior número de artigos. Os outros jornais foram: *Última Hora*, *Opinião*, *Jornal de Debates* e *Movimento*.

⁵² A primeira edição *EeSI* é de 1977, e, com exceção de um artigo de 1974, todos os outros que compõem a primeira parte do livro são de 1976 e de 1978, concomitantes ou posteriores, assim, à elaboração e publicação de *EeSI*.

econômico, elemento central na análise econômica conjuntural de Bresser para o período coberto por CAC;

3) “A Crise Política”, analisada em termos das posições entre as classes sociais e suas relações, políticas e econômicas principalmente, tem nas eleições de 1974 e a “abertura” do governo Geisel como referências históricas principais, e na campanha “contra a estatização”, promovida pela burguesia, como uma das evidências principais de sua interpretação do período, qual seja, a de que a burguesia brasileira estaria se movendo no sentido de aumentar seu poder político, buscando ser não apenas classe dominante, mas também “classe dirigente”;

4) “Perspectivas e Alternativas”, em que Bresser analisa os rumos possíveis da sociedade brasileira após a crise, principalmente as alternativas à esquerda do espectro político.

Alianças e sociedade civil

Um ponto muito interessante na produção intelectual de Bresser na segunda metade da década de 1970 é a incorporação, então cada vez mais forte na esquerda brasileira, da noção de sociedade civil, a partir da qual se formaria as alianças entre as classes sociais.

Essa noção aparece, quase sempre, associada à ideia de crise de legitimidade, definida como uma perda de apoio do governo em relação à “Sociedade Civil” – “diversas organizações representativas das classes e grupos sociais fora do Estado, ponderados pelos seus respectivos poderes econômicos e políticos”, que não é sinônimo de “povo” – igualdade jurídico-política entre todos os cidadãos (CAC, 137; 145). Porém, mesmo a hegemonia sendo da burguesia, a democracia se tornou “um valor básico de toda a sociedade” (CAC, 138).

Tendo em vista a crescente (re)politização da sociedade brasileira, a expressão “Sociedade Civil” passa a frequentar assiduamente as análises conjunturais de Bresser (CAC, 130; 137-8; 140-43; 145; 147-48; 152-53; 156-59; 165; 178; 189; 199), sendo praticamente sinônimo de organização e/ou atuação política da burguesia, em contraposição à tecnoburocracia, principalmente a que atuava por meio do Estado. Assim, uma outra maneira de apontar o “colapso” da “aliança de classe” entre burguesia e tecnoburocracia era interpretar a crise política brasileira como derivada de um afastamento cada vez maior entre “Sociedade Civil” (burguesia) e “Estado” (tecnoburocracia). Bresser não afirma que “sociedade civil” seja sinônimo ou restrita à burguesia, mas afirma que, nela, a burguesia é hegemônica, sendo possível, portanto,

estabelecer aquele paralelo (sociedade civil = burguesia x Estado = tecnoburocracia). Os trabalhadores, ao que parece, são cobertos pela categoria “povo” (CAC, 152), mas isso não fica muito claro em CAC.

Há passagens também em que a definição e uso de sociedade civil aproxima-se muito de elite. Quando, por exemplo, sociedade civil é definida como sendo composta “fundamentalmente (...) pela burguesia, com uma participação crescente mas ainda minoritária da tecnoburocracia estatal e privada” (CAC, 145). Bresser não indica exatamente o peso ou papel dos trabalhadores na sociedade civil, apesar de sua crescente organização e politização no período. Assim, ao que parece, a “sociedade civil” de Bresser poderia ser considerada como sinônimo de “elite”, conceito este aparentemente mais adequado aos fenômenos políticos para os quais ele quer chamar a atenção. Inclusive, ele afirma que, “dentro de cada uma destas classes” – burguesia e tecnoburocracia, que formariam a “sociedade civil” – “são suas camadas superiores – alta burguesia e a alta tecnoburocracia – as mais poderosas” (CAC, 145).

As observações acima poderiam aproximam-se das análises de Pécault (1990) sobre as relações entre intelectuais e política no Brasil da redemocratização. Segundo o sociólogo francês, os intelectuais brasileiros, a partir do momento em que “assumem o aspecto de um ator político” (PÉCAULT, 1990, 300) no processo de transição democrática dos anos 1970-80, aproximaram-se de um certo “realismo”, que, de acordo com Pécault, teria recaído na tradição da “‘conciliação’ entre as elites: a ‘sociedade civil’ não é o ‘povo’, são as elites específicas que surgem no contexto de diversas associações” (PÉCAULT, 1990, 304-05). A “descoberta da democracia”, desse modo, seria uma estratégia realista, “resultado da adesão a uma racionalidade limitada, em condições em que o adversário [*o Regime Militar e sua “distensão”*] impõe suas decisões e os aliados só se unem na rejeição ao autoritarismo” (PÉCAULT, 1990, 304-5). E é o “grau de adesão à política do possível” que “diferencia a partir daí as posições intelectuais” (PÉCAULT, 1990, 305-7).

Não apenas o “grau de adesão à política do possível” diferenciava os intelectuais. Estes se diferenciavam também em relação a própria concepção do que seria esse “possível” no contexto brasileiro. Os caminhos diferentes seguidos pelos cebrapianos FHC e F. Weffort ilustra isso. O primeiro mais próximo de uma atuação político-institucional a partir do MDB/PMDB e o segundo em busca da construção de uma “*hegemonia de base popular*” (LAHUERTA, 2001, 83) exemplificavam, sem esgotar, alguns dos caminhos possíveis que levavam os intelectuais à política.

Bresser aproximava-se, sem dúvida, mais da primeira posição, exemplificada pela figura de FHC, filiando-se e militando a partir do MDB/PMDB. Nesse contexto específico, compreende-se como a noção de sociedade civil torna-se quase sinônima da de elites em Bresser, pois muitos intelectuais se viam como os intermediadores entre uma sociedade em processo de auto-afirmação espontânea e relativamente autônoma, de um lado, e um Estado em processo de ‘abertura’, de outro:

Distinguindo-se dos políticos profissionais, [*aqueles intelectuais*] colocam-se num plano de representação superior como se fossem detentores de um mandato informal dado pela sociedade civil e garantido pela cientificidade e racionalidade de suas proposições (LAHUERTA, 2001, 75-6).

Retomando o texto de Bresser, seu conceito de sociedade civil continua sendo tecido “pelo alto”. Assim, “legitimidade” seria “o apoio da sociedade civil” ao governo e sua “perda” estaria “relacionada à progressiva mudança de posição política da *classe dominante* brasileira, que maior peso possui dentro da sociedade civil” (CAC, 145, grifo nosso).

O poder dos militares não estaria apenas nas armas, mas “também o poder de representar a Sociedade Civil” (CAC, 159). Os militares, apesar da existência de uma ideologia tecnoburocrática – que gira em torno da eficiência, desenvolvimento, planejamento, autoridade hierárquica entre outros – não poderiam manter o poder em “seu próprio nome” (CAC, 158-59), pois a hegemonia na sociedade brasileira ainda seria da burguesia. Nem os militares “nem a tecnoburocracia estatal em seu todo são suficientemente fortes para isso” (CAC, 158-59). Assim, quando a burguesia, ou “sociedade civil”, se afasta da tecnoburocracia, civil e militar, o regime sustentado por esta última teria perdido legitimidade e força (CAC, 159).

Por fim, Bresser observa cada vez mais, no processo de redemocratização, o protagonismo da sociedade civil, ou seja, da burguesia: “Ainda que a democratização do país seja um projeto que reúne todos os setores da sociedade civil brasileira – trabalhadores, camadas médias tecnoburocráticas, estudantes, Igreja e a própria burguesia –, o fator decisivo que dá base política à luta pela democratização é a tomada de posição da burguesia” (CAC, 165)⁵³.

⁵³ A noção de sociedade civil continuará presente na obra de Bresser daí em diante.

Publicado em 1985, *Pactos Políticos (PP)* é a segunda coletânea política de Bresser. A diferença principal em relação a *CAC* é que esta era uma reunião de artigos jornalísticos, enquanto *PP* é mais heterogêneo, sendo constituído de artigos acadêmicos, jornalísticos e textos publicados como capítulos de outros livros de Bresser. Este, avaliando a repercussão de *PP*, considerará posteriormente “que esse é o meu livro mais citado no exterior, ainda que exista apenas em português” (BRESSER-PEREIRA, 2001, 556-57).

Os “pactos políticos” de Bresser seriam “alianças de classe ou frações de classe que se formam para o exercício efetivo do poder político”. Sua análise constitui uma das “tarefas fundamentais dos cientistas políticos” (*PP*, 7). As únicas referências explicitadas por Bresser são Marx e seu *18 Brumário de Louis Bonaparte*, a noção de “bloco histórico” de Antonio Gramsci (*PP*, 7) e as análises de Hélio Jaguaribe e do *Cadernos de Nosso Tempo*, a partir das quais Bresser tirou o termo “pacto” (*PP*, 8).

Pacto político não seria o mesmo que pacto social. O primeiro visa ao exercício efetivo do poder, o segundo à “manutenção da ordem social e econômica” e coloca em relação burguesia e proletariado (*PP*, 8).

O primeiro capítulo de *PP* é o famoso texto “Seis interpretações sobre o Brasil”, no qual Bresser faz uma classificação dos grandes debates políticos brasileiros no século XX. Enquanto as classes sociais seriam os atores das interpretações sobre o Brasil, os intelectuais seriam seus “autores” (*PP*, 17).

Os demais capítulos tratam, principalmente, do processo de redemocratização brasileiro, que estaria ocorrendo sob a égide de uma sétima interpretação do Brasil, que estaria sendo gestada a partir dos anos 1970: a da hegemonia da burguesia industrial. Bresser considera que esta classe como a pivô do processo de redemocratização: a burguesia industrial estaria gestando um projeto político cujo objetivo central era transformar-se de “classe dominante” em “classe dirigente, e assim sacudir a tutela tecnoburocrático-militar” (*PP*, 42-3).

Conforme pôde ser observado, a leitura de Bresser sobre o processo de redemocratização incorpora a noção de sociedade civil, que circulava muito fortemente nos meios intelectuais e políticos de esquerda desde pelo menos o final dos anos 1970.

Contudo, tal incorporação encontra-se vinculada e, até certo subordinada, à ideia central de Bresser acerca da redemocratização brasileira: a de que o fator mais importante desta teria sido a inclinação da burguesia industrial a favor de um regime

democrático e, conseqüentemente, seu rompimento com a tecnoburocracia, civil e militar, sob a tutela da qual se encontraria até meados dos anos 1970.

Apesar de não ter sistematizado tal interpretação, ela aparecerá espalhada por vários artigos ao longo dos anos 1980, principalmente nos reunidos em *PP*. Tratar-se-ia de uma “teoria”, segundo Bresser, porque as análises partiram de determinados pressupostos gerais sobre a relação entre capitalismo e democracia e, principalmente, no caso do Brasil, do papel político do empresariado industrial. Além disso, Bresser discorda e critica a leitura exposta no livro *Transitions from authoritarian rule* (G. O’Donnell, P. Schmidt e L. Whitehead), pautada na explicação da redemocratização brasileira a partir das divisões internas dos militares, e não a partir de um projeto de hegemonia da burguesia industrial, como defendido por Bresser (BRESSER-PEREIRA, 2001, 556-57; e 2000, 164).

O livro *A Nova República (NR)* (1993), reúne artigos jornalísticos de Bresser publicados no período conhecido como Nova República (1985-1990). Os temas são, basicamente, a economia e a política do período. A publicação regular desses artigos e sua reunião em coletâneas, cobrindo o período de crise econômica e de redemocratização, que remontam a meados dos anos 1970, revelam a importância da imprensa para atuação política de Bresser.

O período da Nova República corresponde ao que Bresser denominou de “pacto populista democrático de 1977”. Posteriormente, o “populista” desse pacto seria substituído pelo termo “popular” (*DeCB*, 217-21; *Burocracia Pública na Construção do Brasil*, 9), reservando-se o “populista” para caracterizar apenas um período específico do Governo Sarney, que se encerra em 1987, com o fracasso do Plano Cruzado. No fundamental, o livro *NR* apresenta, de modo não sistemático, alguns pontos da interpretação da crise do Estado, permitindo também visualizar-se, ainda que fragmentariamente, sua “transição intelectual” (do nacional-desenvolvimentismo para a defesa parcial do Consenso de Washington). Sendo assim, procurando superar minimamente essa fragmentação, Bresser introduz o conteúdo de *NR* lembrando que, à época em que escreveu os artigos,

Estava claro que o nacional-desenvolvimentismo estava superado, e que o neo-liberalismo, que nessa época entra vitoriosamente na cena política e ideológica brasileira, teria vida curta, dado seu irrealismo. Uma nova interpretação do Brasil se faz necessária. Uma interpretação baseada no diagnóstico da crise fiscal do Estado e na proposta de uma alternativa social-democrática combinada com o pragmatismo do

Leste Asiático. (...) Os artigos reunidos neste volume já apontam para a nova interpretação do Brasil e da América Latina que eu nos anos seguintes procuraria desenvolver” (NR, s/p).

De modo geral, há, nitidamente, dois tons muito diferentes nos artigos, tendo como marco a passagem de Bresser pelo Ministério da Fazenda – momento fundamental de sua transição intelectual. Antes daquela passagem, o militante otimista, sempre pronto a apoiar e defender seu partido (PMDB), assim como apontar seus problemas; depois, o economista pessimista em relação aos rumos da política e da economia, tal como estavam sendo conduzidas pelo governo Sarney (1985-1990). Contudo, Bresser não se limitou à crítica, defendendo também novas posições a respeito do papel do Estado na economia brasileira.

Os artigos do livro estão organizados por ano e por área – economia e política.

Nos anos de 1985 e 1986, na área econômica predominam os temas da dívida externa e da inflação, assim como dos planos governamentais concebidos para combatê-la, sendo o Plano Cruzado o principal deles no período.

Na política, os principais temas referem-se às eleições: em 1985, a de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral para a Presidência da República e, depois, a defesa da legitimidade da posse do vice-presidente José Sarney; as eleições para a Prefeitura da cidade de São Paulo. Em 1986, as eleições para o governo de São Paulo e as eleições que formariam a Assembleia Nacional Constituinte.

Em 1987, Bresser torna-se Ministro da Fazenda. Os temas principais continuaram sendo a inflação, o fracasso do Plano Cruzado e a dívida externa. Na política, foi a Assembleia Nacional Constituinte e os governos de Sarney e Franco Montoro (governador de São Paulo).

Em 1988, retornando a sua militância via imprensa, insiste nos temas da inflação e da dívida externa. Agora, porém, tece duras críticas ao “populismo” do governo Sarney. Os temas políticos principais são a defesa da criação do PSDB, a Assembleia Constituinte, as eleições municipais e a *Perestroika* na URSS.

O ano de 1989 será intenso para Bresser, em termos de atuação via imprensa. Os principais temas econômicos continuaram sendo os planos e medidas governamentais anti-inflacionárias e a dívida externa. As ideias associadas à interpretação da crise do Estado aparecem em vários artigos. Em dois deles aparece uma crítica ao “neoliberalismo” e a afirmação de que os principais problemas econômicos brasileiros estariam localizados principalmente no setor público, devendo ser explicado por uma

“crise fiscal acoplada à teoria do caráter cíclico da intervenção estatal” (NR, 293-96; 301-03; 326-27). Um terceiro critica a “ortodoxia neoliberal” que teria orientado algumas medidas governamentais e contribuído para piorar a situação econômica brasileira (307-08). Outro defende uma “abertura seletiva” do mercado brasileiro tendo em vista elevar sua competitividade (NR, 334-35).

Bresser assumiu uma postura, em geral, elogiosa à Constituição de 1988. “Apenas no capítulo da Ordem Econômica a nova Constituição é definitivamente retrógrada, na medida em que defende um nacionalismo dos anos cinquenta” (NR, 243-44).

Ou seja, ao longo do período, a agenda de reformas dos anos 1990 encontra em Bresser um de seus principais defensores.

O tema político principal em 1989 foi a eleição presidencial daquele ano. Bresser faz uma forte defesa da candidatura Mário Covas (PSDB) à Presidência da República e, no segundo turno, procura explicar o apoio de seu partido ao PT.

Por fim, no ano de 1990, Bresser comenta os primeiros momentos da Presidência Collor em alguns poucos artigos publicados nos primeiros três meses de 1990. Quanto à economia, Bresser comenta algumas declarações iniciais de Fernando Collor a respeito da inflação e da dívida externa, além de defender que haveria, no Brasil, um consenso em torno de que a crise seria fiscal, algo que não estava muito claro antes de 1987, quando Bresser, entre outros, começaram a defender essa interpretação (NR, 388-90). Quanto à política, os dois principais temas são a decisão, defendida por Bresser, do PSDB ficar na oposição ao governo Collor (393-94) e o fim da URSS e da cortina de ferro na Europa (395-400).

Militâncias

O período entre meados dos anos 1970 e meados dos anos 1990 estará marcado, na trajetória de Bresser, não apenas por uma forte vinculação à política partidária e governamental, mas também por uma atuação política relativamente intensa via imprensa. Ao longo daquele período, Bresser faz suas últimas investidas mais sistemáticas na formulação de sua tese da tecnoburocracia, ao mesmo tempo em que transita do subdesenvolvimento industrializado para a interpretação da crise do Estado.

Apesar do alto grau de fragmentação e relativa descontinuidade na formulação e difusão de suas ideias via artigos, seus comentários, opiniões e propostas não deixaram de marcar os debates de cada época, principalmente quando foi ocupando cargos públicos, elevando sua visibilidade. A proposta de reunir em coletâneas os textos de

curta e média extensão contribuía também para aumentar tal visibilidade. Mais importante do que tudo isso, contudo, foi a disposição de Bresser em atuar de modo incisivo na linha de frente das batalhas político-partidárias do período. Defendeu o PMDB, suas políticas e candidaturas, enquanto foi membro deste partido. Fez o mesmo em relação ao PSDB, atuando inclusive como tesoureiro nacional da campanha presidencial de FHC, em 1994 e 1998.

O resultado e contrapartida dessa militância foram principalmente os cargos ocupados na administração estadual de São Paulo e no governo federal. E justamente um desses cargos provocaria um retorno de Bresser às reflexões e pesquisas sobre burocracia e administração pública: o Ministério da Administração e Reforma do Aparelho do Estado, que assumiu em 1995 no governo FHC.

2.2 A REFORMA GERENCIAL

Se a tese da tecnoburocracia pode ser considerada, como se defende no Capítulo 1, um lance discursivo não decisivo, exatamente o contrário se poderia dizer da reforma gerencial de 1995. Sem sombra de dúvida, a atuação de Bresser no MARE resultou em seu lance discursivo mais decisivo, mais bem-sucedido. Afirmar isto não implica uma avaliação da reforma em si. Bem-sucedida, *do ponto de vista dos impactos sobre o contexto factual e linguístico*, foi a atuação de Bresser enquanto ator político que conseguiu imprimir novos sentidos ao debate sobre Estado e administração pública no país. E isto independentemente das posições, favoráveis e contrárias, àquela reforma.

Bresser estabeleceu novos marcos não apenas para o debate, mas para a própria história da administração pública no Brasil. Ele fixou a periodização definitiva sobre reformas administrativas no país (PACHECO, 2004, 444; ABRÚCIO e PÓ, 2002, 15) não apenas porque propôs uma leitura da história (autor), mas também porque fez parte dela (ator).

Este capítulo será menor porque, se a tese da tecnoburocracia de Bresser recebeu menor atenção, e quando a recebeu foi predominantemente crítica, a proposta de reforma gerencial elaborada em sua passagem pelo MARE recebeu mais atenção. Muito mais atenção. Assim, como há uma quantidade imensa de textos dedicados ao estudo dessa reforma, neste trabalho a reforma gerencial em si não será esmiuçada, mas antes analisada apenas naquilo que se relaciona com as linhas mestras deste trabalho, ou seja, a análise de Bresser como um autor que usou abundantemente as ideias como instrumento de ação política. Então, não se trata de uma análise da reforma gerencial em si, empreendimento coletivo e já muito destrinchado e debatido desde 1995, e sim da

atuação de Bresser ao longo dela, vinculando-se tal atuação *ao conjunto de sua produção intelectual*.

É tendo isso em vista que, neste capítulo, opera-se um salto cronológico dos anos 1960-70 para os 1990. Algo que se justifica aqui pela periodização que se fez da trajetória de Bresser e pela proposta realizada de desconstruir textos para reconstruir segmentos temáticos e linhas de argumentação, na Introdução deste trabalho.

Salto sim, porém não muito grande: basta lembrar que a análise da tecnoburocracia em Bresser foi da transformação em escala planetária (*TeC; EeSI; SET*) à atuação da classe média interna ao Estado (*TechC*). Foi, portanto, de “sujeito” da revolução e da história a “objeto” de reformas. Reforma gerencial, nos anos 1990.

A ‘proliferação de textos’

Basicamente, os principais efeitos provocados pela atuação de Bresser no MARE, em relação ao debate sobre reforma do Estado no Brasil, foram: 1) fixação de temas e prioridades: emenda constitucional, estabilidade, eficiência, privatização, regulação etc. na agenda pública (imprensa, políticos, sindicatos etc.); 2) aumento quantitativo da produção acadêmica, ou seja, agenda de pesquisa; 3) enriquecimento de abordagens: gestão pública não mais como tema técnico, mas também da ciência política, sociologia, economia etc.

Lembra Bresser que o “Mare era um ministério pequeno, com poder muito limitado, mas nós o transformamos em uma fonte de idéias e em um espaço de debates. (...) O Mare não tinha esse poder [*decisório sobre a elaboração do orçamento*]. Dependia exclusivamente de sua capacidade de convencimento” (2010, 29-30; 41). E convencer, ou pelo menos tentar, foi o que mais Bresser fez ao longo de sua passagem por aquele ministério, transformando-o em “uma fábrica de ideias durante algum tempo” (BRESSER-PEREIRA, 2002, 566).

As “proposições da reforma Bresser, que se caracterizaram pela proliferação de textos que levavam, de um modo ou de outro, ao debate sobre as reformas” (ABRÚCIO E PÓ, 2002, 48) não se esvaneceram em um vácuo de audiência.

É muito difícil fazer uma quantificação da “proliferação” de texto sobre a reforma gerencial de 1995. Somente nas revisões de literatura feitas sobre o tema “reforma do Estado” no início dos anos 2000 (ABRÚCIO e PÓ, 2002; SOUZA e ARAÚJO, 2003), no site pessoal de Bresser, na *Revista do Serviço Público*, editada pelo

ENAP, é possível encontrar uma quantidade imensa de trabalhos dedicados ao tema. Isso sem contar as inúmeras dissertações e teses produzidas, mas não publicadas⁵⁴.

Mais importante que esse impacto quantitativo, são os efeitos qualitativos gerados pela proposta de reforma. A administração pública foi elevada a tema digno de debate em vários campos de conhecimento. “Antes dele [*MARE*], a gestão pública era um capítulo da administração. Com ele, gestão pública dialoga com ciência política, economia, filosofia do direito, ética” (PACHECO, 2004, 458).

Essa alteração substancial no debate público e acadêmico, em sua linguagem e agenda, gerada pela proposição de uma reforma gerencial, a partir da nomeação de Bresser como ministro no primeiro governo FHC, foi possível devido a um trabalho de sistematização feito pela equipe do MARE, tendo Bresser à frente. Esse trabalho de sistematização foi concretizado no Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (BRASIL, 1995).

O Plano Diretor era uma peça mais acadêmica e política do que técnica, propriamente dita. E Bresser teria optado por um Plano Diretor “ao invés de apresentá-la [*reforma gerencial*] como proposta de lei, porque acreditava que havia um risco de não obter apoio político dentro e fora do governo” (LOUREIRO e ABRÚCIO, 2004, 93).

Nele constava um histórico das reformas administrativas no plano federal, um diagnóstico da administração pública federal naquele momento, os objetivos e estratégias do MARE, seus projetos principais, órgãos estratégicos, além de informações gerais sobre recursos e despesas do governo federal.

Uma dificuldade adicional na avaliação da Reforma Gerencial de 1995 é que seus impactos foram, e estão sendo, relativamente difusos, devido principalmente à “baixa e fragmentada implementação imediata das ideias de Bresser” (LOUREIRO e ABRÚCIO, 2004, 95), que produziu, “mais do que leis, um conjunto de novas práticas para a gestão pública que está, aos poucos, se afirmando no país” (LOUREIRO e ABRÚCIO, 2004, 94-5).

A difusão não ficou restrita ao Brasil. A sistematização da proposta contida no Plano Diretor fez da reforma brasileira uma referência internacional. As “propostas de Bresser modificaram profundamente a agenda sobre reforma do Estado de instituições

⁵⁴ Tivemos oportunidade de estudar a reforma gerencial em uma pesquisa anterior, explorando a hipótese de que o MARE foi um ministério cuja visibilidade pública e atenção despertada nos meios acadêmicos e políticos não correspondiam a seu peso decisório no governo FHC, e que isto foi resultado, em grande parte, da atuação do ministro Bresser. Cf. Miranda (2010; 2011).

como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo* (CLAD), *Division for Public Administration and Development Management* (ONU/Undesa/DPADM)” (PACHECO, 2004, nota 2, 443-44).

Porém, não se quer passar a imagem de que a Reforma Gerencial de 1995 foi plenamente bem-sucedida. Muito pelo contrário. O que se quer apontar aqui é seu sucesso naquele aspecto que interessa a este trabalho, a difusão de ideias consideradas novas. E mais que isso, vincular tal difusão à atuação de Bresser. Apesar de ter sido considerado, por muitos, como um ministro responsável pela formulação e divulgação do “ideário político” (CAPELLA, 2006) ou da ideologia oficial (ANDREWS e KOUZMIN, 1998; OLIVEIRA, 2002) do governo FHC, dentro do governo a dificuldade em obter apoio não era pequena. Isto porque os assessores mais próximos ao então Presidente FHC não eram simpáticos à proposta de Bresser (BARBOSA e SILVA, 2008, 59-61), que preferiam uma política mais pragmática, “mediante otimizações na administração burocrática” (MARTINS, 2003, 155). Apesar dos esforços de Bresser e de sua equipe, as “iniciativas de convencimento lograram apenas reduzir resistências, mais do que angariar adesões ao plano” (LOUREIRO e ABRÚCIO, 2004, 94). A mesma opinião é compartilhada por Martins (2003, 158).

Apesar do “desenvolvimento de uma visão sistêmica sobre a conformação institucional do governo federal” e a detecção de casos suscetíveis à aplicação dos modelos de Agências Executivas e Organizações Sociais, o MARE “logrou baixa adesão e menor impacto ainda (...), basicamente devido à falta de comprometimento e à descontinuidade de ministros” (MARTINS, 2003, 145).

Além disso, Martins (1995), fazendo uma análise ainda no início da Reforma Gerencial de 1995, apresentava perspectiva não muito promissora em relação a ela. Segundo seu diagnóstico, “Na prática, a atuação do MARE concentra-se na administração de pessoal” (MARTINS, 1995, 79). E mesmo nessa área “inexistem condições institucionais e organizacionais para que o MARE se firme quer como órgão coordenador, quer como promotor ou controlador do desenvolvimento de recursos humanos no âmbito federal” (MARTINS, 1995, 79).

E mesmo em relação aos processos mais importantes do governo FHC, no que toca a reforma do Estado, isto é, as privatizações, o MARE teve presença tímida. A concepção e definição de funções das agências reguladoras também “passaram ao largo do Plano Diretor” (MARTINS, 2003, 144-45). Sendo assim,

não houve processo coordenado de mudança do aparelho estatal, da reforma regulatória e das privatizações que gerasse uma concepção explícita da natureza e da operacionalização do Estado regulador (...). Cada área específica já estava discutindo a privatização e a regulação, e pouco dialogava com o MARE nesse sentido. Isso acabou por tornar o processo fragmentado, sendo fortemente conduzido pelas concepções dos ministérios e pela burocracia de cada setor, e não por uma diretriz orientadora geral, o que impactou o formato e o funcionamento das agências criadas (PÓ e ABRÚCIO, 2006, 682-3).

Para não estender demasiadamente a discussão, os dois pontos mais problemáticos apontados pela literatura são:

1º) O diagnóstico do Plano Diretor: visão demasiadamente dicotômica, resultante da proposta de superação, mais que de articulação, da administração de tipo burocrático pela de tipo gerencial (LIMA JR., 1998, 18-9), assumindo uma coloração “etapista” (ABRÚCIO, 2007, 71-2; 74) derivada da ambição de uma reforma global (LIMA JR., 1998, 25-6). A distinção forte entre administração pública *gerencial* e *burocrática* permitiu uma classificação ou, talvez mais precisamente, um mapeamento e caracterização daqueles que apoiavam ou não a reforma do MARE. Assim, por exemplo, a resistência a determinados pontos importantes da proposta de reforma encontrada na Secretaria Executiva da Presidência da República era devido principalmente a Eduardo Jorge, o qual, segundo Bresser, teria “uma formação burocrática tradicional” (GAETANI, 2001, 4), principalmente no que toca um dos pontos centrais da reforma gerencial: a ênfase no controle (“gerencial”) por resultados como substituto, em determinados casos, ao controle (“burocrático”) pela norma.

Se aquela distinção serviu, por um lado, como bússola para o mapeamento de apoios e resistências, por outro dificultou a formação de consensos em torno de determinadas propostas específicas, gerou debates desgastantes que não eram estritamente necessários para o desenvolvimento e implantação da reforma, dificultou a formação de alianças além de aumentar o número dos opositores⁵⁵ (ABRÚCIO, 2007, 74-5; BARBOSA e SILVA, 2008, 66).

⁵⁵ Em Miranda (2010, 127-41) há uma cronologia do primeiro ano do MARE, no qual há maiores detalhes das inúmeras controvérsias, negociações e conflitos envolvendo a proposta de reforma gerencial.

2º) peso do ajuste fiscal, conforme apontado por Nogueira (1998, 14; 2004, 50-1) Martins (2003, 23)⁵⁶, Rezende (2004, 16-8; 67-76), Abrúcio (2007, 73) e Barbosa e Silva (2008, 64). De modo geral, considera-se que a reforma gerencial elaborada pelo MARE continha duas grandes linhas: uma mais criativa, de proposição de novos padrões, normas e organizações (Organizações Sociais, Agências Executivas), de “mudança organizacional” (REZENDE, 2004, 15); e outra mais negativa, de cortes e redimensionamento da atuação estatal. Esta última linha teria avançado muito mais devido a sua afinidade com o esforço geral do governo FHC em realizar o ajuste fiscal.

Além disso, as medidas ligadas ao ajuste fiscal teriam contaminado as ações da frente mais criativa, na medida em que boa parte do apoio a ela dado foi devido justamente às expectativas fiscais de suas propostas. Por outro lado, aquela frente mais criativa também foi considerada por muitos críticos do governo FHC e do MARE como destinadas somente a diminuir os gastos e responsabilidades do Estado. O resultado foi que o “ajuste fiscal se tornou a parte mais visível da reforma, e os interesses e respostas cooperativas e não-cooperativas das agências administrativas ficaram centrados em torno dos custos e benefícios associados ao ajuste fiscal” (REZENDE, 2004, 74).

Adicione-se a todo esse quadro também a trajetória intelectual de Bresser. Ativo militante e ex-ministro da Fazenda, Bresser vinha defendendo desde fim dos anos 1980 sua interpretação da crise fiscal ou do Estado. Interpretação esta que ele considerava próxima, ainda que distinta, do Consenso de Washington. Logo, associar o formulador de uma interpretação da crise brasileira como sendo “fiscal”, que defendia, ainda que parcialmente, as propostas do Consenso de Washington, ao esforço de ajuste fiscal e redimensionamento neoliberal do Estado era algo plausível e lógico. Foi o que fizeram Andrews e Kouzmin (1998): “a reforma administrativa brasileira não concebe a atual crise como uma crise econômica do capitalismo, mas como uma ‘crise do Estado’” (1998, 99-100). Por isso, a crítica de Andrews e Kouzmin (1998) ao “discurso da nova administração pública” é, também e principalmente, uma crítica aos principais pontos da interpretação da crise (fiscal) do Estado formulada por Bresser, vinculando-a ao diagnóstico e propostas expostos nos documentos oficiais do MARE, principalmente o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado.

Seguindo, em certa medida, o procedimento de Andrews e Kouzmin, de vincular a atuação de Bresser no MARE à sua produção intelectual anterior a tal empreitada,

⁵⁶ Embora Martins (2003) considere que a “predominância do ajuste fiscal” não foi fator explicativo suficiente para os rumos que as políticas de gestão tomaram, ele não nega aquela predominância.

neste capítulo, a análise se localizará também no aspecto da formulação, divulgação e justificação de ideias, colocando-se, portanto, em suspenso a questão da extensão do sucesso da Reforma Gerencial de 1995. Ou melhor, independentemente do sucesso ou fracasso global daquela reforma, há relativo consenso entre defensores e críticos de seus impactos sobre o campo de debates relativo à administração pública no Brasil.

Pode-se objetar, contudo, que a análise proposta neste capítulo estaria comprometida pelo fato de o MARE e o Plano Diretor terem sido empreendimentos coletivos, não podendo ser reduzidos à atuação de Bresser somente e, portanto, inviabilizando a vinculação desse empreendimento a sua produção intelectual.

Contudo, conforme descrito em Miranda (2010, 90-3), o tema da reforma administrativa não estava na plataforma de propostas da candidatura FHC nas eleições de 1994; tal tema só entrou na agenda porque Bresser, ex-tesoureiro da campanha do PSDB à Presidência da República em 1994, tornou-se ministro na “cota pessoal de FHC” (MARTINS, 2003,152); o Plano Diretor foi elaborado por iniciativa sua, a partir de um encontro, no início de 1995, com o influente consultor relacionado à área de administração pública, David Osborne, o qual indicou à Bresser as experiências britânica e neozelandesa de reforma do Estado.

Após visitar a Grã-Bretanha em maio de 1995 e participar de um congresso sobre gestão pública em Santiago de Compostela, Bresser montou o esboço do Plano Diretor, contendo já os embriões das propostas de criação de Agências Executivas e Organizações Sociais, além de uma diferenciação entre as formas de propriedade e de administração que fundamentariam a reforma gerencial brasileira (BRESSER-PEREIRA, 2010, 187-88; MARTINS, 2003, 154)⁵⁷.

A iniciativa e liderança do processo inquestionavelmente foram de Bresser, além de ser também seu principal formulador e divulgador (BARBOSA e SILVA, 2008, 63-4). Sua intensa defesa da reforma via publicação de textos indica já uma continuidade em seu padrão de atuação política. Como apontou Martins (2003), Bresser foi, no que toca a administração pública, na contramão da disposição inicial do governo de mexer o mínimo possível e desconstitucionalizar, na medida em que propôs uma “abrangente

⁵⁷ Este texto de Bresser (2010), intitulado “Os primeiros passos da reforma gerencial do estado de 1995”, é o melhor relato autobiográfico sobre o tema.

revisão do capítulo referente à administração pública” na Constituição Federal de 1988 (MARTINS, 2003, 153)⁵⁸.

Depoimentos de ex-membros da equipe que trabalhou com Bresser no MARE registram a falta de um planejamento prévio ao lançamento público das ideias – articulação com os outros ministros, com setores interessados, imprensa, oposição etc. Uma de suas principais auxiliares no MARE, Cláudia Costin, lembra que “Bresser tinha uma percepção ingênua de que a verdade falaria por si mesma” (MAJEED, 2011, 12).

Contudo, a fim de neutralizar ao máximo a incorporação na discussão de textos cuja autoria poderia ser contestada, este capítulo circunscreve o material a ser analisado aos livros e artigos de Bresser sobre a reforma gerencial, excluindo da análise todos os documentos oficiais.

Bresser, que nos três períodos em que foi ministro se recusou a “exercer uma ação apenas rotineira” (LOUREIRO e ABRÚCIO, 2004, 87), transformou sua passagem por um cargo político em uma oportunidade a mais de militar à favor de suas ideias através de uma das atividades às quais ele mais se dedicara ao longo da vida: o pensamento (escrita, publicação, discussão pública etc.). Desta vez, porém, essa atividade não procurou simplesmente alterar um contexto de debates, mas sim criar o seu próprio contexto de debates pela proposição de toda uma linguagem e abordagem inovadoras – a nova administração pública ou administração gerencial.

Apesar das dificuldades que enfrentou para se consolidar institucionalmente, sobretudo no plano federal, as propostas trazidas e/ou elaboradas pelo MARE representam um “choque cultural” em relação aos valores e práticas até então dominantes, sendo de suma importância sua disseminação para as entidades sub-nacionais da federação. O “espírito” que dominou a reforma Bresser – administração por resultados, estímulo a uma maior iniciativa da sociedade civil - permanece ainda, como nas parcerias público-privadas, por exemplo, como um patrimônio já incorporado às experiências da burocracia brasileira (ABRÚCIO, 2007, 73).

Por tudo isso, pode-se concluir que “Bresser foi o elemento perturbador do sistema de crenças estáveis que reinava na alta e na baixa burocracia governamental. Foi o elemento de ruptura, cujo ruído provocaria mudança” (MARTINS, 2003,159).

⁵⁸ Conforme visto acima, na discussão do livro *A nova república*, a crítica de Bresser a determinados pontos da Constituição Federal de 1988 como sendo retrógradas – porque refletiriam uma concepção nacional-desenvolvimentista ultrapassada – vinha desde a promulgação daquela Carta. No MARE, teve oportunidade de levar essa crítica a outro nível, na medida em que foi o proponente da Emenda Constitucional 19/1998.

E assim, “andando”, Bresser chegou a algum lugar. E não permaneceu sozinho.

2.3 DA TECNOBUROCRACIA À REFORMA GERENCIAL

O futuro do capitalismo dos “anos dourados” (1950-70) não foi o tecnoburocratismo. Foi a globalização. Pelo menos era essa a leitura que a coalizão política e seus intelectuais, entre eles Bresser, que assumiu o governo federal em 1995 defendia (CER, 120-21; 253; CARDOSO, 2005, 15). A partir da “realidade” inescapável da globalização, as reformas se tornavam não apenas justificáveis, mas inevitáveis⁵⁹.

Ao assumir a pasta do MARE, Bresser iniciou a elaboração de um diagnóstico da administração pública brasileira que, se comparada com seus escritos sobre tecnoburocracia das décadas anteriores, trouxe muitas mudanças significativas.

Em 1977, Bresser argumentava que “Não devemos (...) confundir burocracia com tecnoburocracia. A burocracia é um tipo ideal geral e a-histórico” (EeSI, 68). Porém, o ponto de partida da proposta de reforma gerencial será justamente uma periodização das formas de administração pública no Brasil: a *burocrática*, implantada após a Revolução de 1930; a *desenvolvimentista*, cujo marco é o Decreto-lei 200 de 1967; e a *gerencial*, de 1995 (REC, 21-4; CER, 8; 18; 154; 206-19).

E assim a análise sobre o tema da burocracia, enquanto agente, desloca-se da tecnoburocracia, à qual se destinava o futuro pós-capitalismo, para “A burocracia de Estado [que] é um grupo estratégico dentro da classe média profissional ou tecnoburocrática, mas não tem poder significativo no Brasil desde o colapso do regime militar” (ME, 262). A tecnoburocracia figura ainda na argumentação, mas de maneira muito mais prosaica, desvincilhada das pretensões metateóricas de tempos anteriores.

Pode-se decompor a citação acima, a fim de identificar de “quem” Bresser está falando, da seguinte forma: 1) a *burocracia* de Estado é um 2) *grupo de interesse* ou estratégico, que pode ser considerado uma fração da 3) “*classe média* profissional”. Esta última expressão é uma das mais comuns nos textos de Bresser (p. ex. CER, 214-15;

⁵⁹ É interessante como o mesmo processo, globalização, foi tomado também como referência de crítica ao governo FHC e/ou ao MARE. Cf., por exemplo, Carvalho (2002), Batista Jr. (1999), Vasconcellos (1997, 27-8) entre outros.

316, grifos nossos) e será o resultado líquido das transformações que a tese da tecnoburocracia sofreu⁶⁰.

Nos textos referentes à Reforma Gerencial de 1995, contudo, o foco será principalmente sobre a burocracia de Estado. A seguir, expõe-se os textos principais de autoria de Bresser nos quais ele expõe e defende a proposta de reforma do Estado que liderou, ao mesmo tempo em que toca, de modo superficial e não sistemático em temas de teoria política.

Os textos de Bresser que melhor expõem sua proposta de reforma do Estado são os artigos “A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de Controle” (1997a) e “Os primeiros passos da reforma gerencial do estado de 1995” (2010) e o livro *Reforma do Estado para a Cidadania*. O primeiro artigo e o livro foram escritos quando Bresser era ainda ministro. O segundo artigo foi escrito mais de dez anos depois. O tom de um artigo difere sensivelmente do outro, pois trata-se, no primeiro, de uma exposição acadêmica dos fundamentos, delineamentos e justificativas da reforma. Já o segundo, é basicamente um texto autobiográfico. Ambos serão tomados como ponto de partida para a exposição da “proposta Bresser” de reforma do Estado e, a partir daí, de sua “teoria” política.

O artigo de 1997, buscando se diferenciar do neoliberalismo, Bresser reafirma o propósito da reforma “não é enfraquecer o Estado, mas fortalecê-lo” (1997a, 8). Um Estado ‘melhor’, não menor, repetirá Bresser exaustivamente em resposta aos críticos.

Os principais argumentos encadeados aqui são: a crise do final do século XX é do Estado, como a de 1929 foi do mercado. A crise do Estado teria três aspectos fundamentais: o fiscal, o da sua forma de intervenção e da sua forma burocrática de administração. Os fatores explicativos de tal crise seriam principalmente dois. Um intrínseco ou endógeno ao Estado, o ciclo: o Estado entrou em crise porque que se tornara ineficiente – seu ciclo de crescimento, acelerado após a crise de 1929, teria se esgotado. Outro exógeno, por assim dizer: a globalização, entendida como intensificação da competição internacional, que teria tornado clara a maior eficiência do mercado em relação à alocação de recursos e produção, além de ter reduzido a “relativa da autonomia do Estado, que viu reduzida sua capacidade de formular políticas

⁶⁰ Lembrando, novamente, que a última versão da tese da tecnoburocracia (*TechC*) reduziu esta última a uma mera fração da classe média. Há, portanto, até certo ponto, uma retomada dessa última formulação na construção das análises de Bresser à época do MARE.

macroeconômicas e de isolar sua economia da competição internacional” (1997a, 9-14; *CER*, 115-17).

A partir dessas “constatações”, Bresser fixa quatro posições principais no debate: a esquerda tradicional, que identificaria globalização a imperialismo; a centro-direita e suas propostas de reformas orientadas para o mercado; a direita neoliberal e seu ideal de Estado mínimo; e a “centro-esquerda pragmática ou social-liberal” (1997a, 15-6). Esta última posição, que é a de Bresser, distancia-se da esquerda tradicional por não ter uma visão tão pessimista em relação à globalização; distancia-se da direita neoliberal por não ter o mesmo otimismo em relação às virtudes do mercado autoregulado; e aproxima-se da centro-direita até o ponto de a única distinção aparentemente mais importante entre ambas ser que a centro-direita defende o mercado por princípios, enquanto a centro-esquerda o faz por pragmatismo: o Estado não seria, em si, ineficiente, mas teria se tornado ineficiente naquele momento da história.

O Estado do século XXI será “social-liberal”. Será o resultado dos seguintes processos: (1) “delimitação das funções” e tamanho, em termos de pessoal principalmente, do Estado; (2) desregulação e redefinição da intervenção estatal como promotora “da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional”; (3) aumento da governança via ajuste fiscal e reforma administrativa; e (4) da governabilidade através do aprofundamento da democracia e do maior controle social sobre os governos (1997a, 18-9). Do primeiro ao quarto processo, percebe-se uma escala que vai de medidas administrativas em sentido estrito aos processos mais gerais envolvendo o sistema político e a sociedade como um todo. Neste artigo, Bresser discute apenas os processos que envolvem diretamente a reforma administrativa.

Segundo Bresser, “Do ponto de vista estrutural, a característica fundamental da reforma gerencial é a de associar formas de propriedade distintas” (estatal, público não-estatal⁶¹ e privada) a “tipos de atividades também distintas”⁶² (2010, 30-2). Redefinidas as funções, a proposta de novas figuras organizacionais ganha sentido: Agências Executivas, Agências Reguladoras, Organizações Sociais e OSCIPS (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) (2010, 30-2). Acompanhando essa reestruturação,

⁶¹ Para maiores detalhes sobre a discussão em torno do conceito de “público não-estatal”, cf. Bresser-Pereira (1998, 25-56), Cunill Grau (1998; 2004).

⁶² As atividades são: Exclusivas de Estado; Serviços sociais e científicos; Produção de bens e serviços para o mercado.

as mudanças na gestão propriamente dita envolveriam as “formas de responsabilização (*accountability*) ou de controle” (2010, 32)⁶³.

As características da Reforma Gerencial para Bresser giram em torno de três objetivos fundamentais (e dos meios de cumpri-los): 1º) aumentar a eficiência e a efetividade dos órgãos ou agências do Estado; 2º) melhorar a qualidade das decisões estratégicas do governo e de sua burocracia; 3º) assegurar o caráter democrático da administração pública (*REC*, 110-12).

A distinção entre planejamento e execução encontra-se no centro da proposta de reforma gerencial de Bresser. Estado forte ou fortalecido é aquele que decide e planeja, mas não necessariamente executa. A delegação da execução de determinadas funções públicas a organizações não estatais seria necessária não apenas por uma imposição do momento histórico – esgotamento do ciclo e globalização. Seria necessária também devido a um determinado projeto de sociedade, o projeto “social-liberal”. Além da “restrição econômica” (BRESSER-PEREIRA, 2004a, 13-4), isto é, a busca por maior eficiência – cujas respostas seriam as privatizações e terceirizações –, haveria também uma “restrição política” e moral (BRESSER-PEREIRA, 2004a, 14-5; *Construindo o Estado Republicano*, 367) – o projeto democrático e republicano de sociedade, que na Reforma Gerencial se relacionava diretamente à ideia de público não-estatal.

Sendo esta a lógica da reforma, os mecanismos de controle poderiam ser identificados ao longo de uma linha que vai do “controle mais difuso, automático ao mais concentrado e fruto de deliberação; ou do mais democrático ao mais autoritário” (1997a, 37). Tem-se, assim, os seguintes controles: “(1) mercado, (2) controle social (democracia direta), (3) controle democrático representativo, (4) controle hierárquico gerencial, (5) controle hierárquico burocrático e (6) controle hierárquico tradicional” (1997a, 37).

O raciocínio de Bresser é límpido: como o “princípio geral é o de que será preferível o mecanismo de controle que for mais geral, mais difuso, mais automático”, o mercado aparece como “o melhor dos mecanismos de controle (...). Por isso a regra geral é a de que, sempre que for possível, o mercado deverá ser escolhido como mecanismo de controle” (1997a, 37). Sintetizando o argumento, Bresser escreve:

Dois outros temas fundamentais no texto são a governança e a governabilidade.

⁶³ Para essa discussão, cf. também Bresser-Pereira (2004b, 7-11).

A grande reforma destinada a melhorar o desempenho do Estado brasileiro em termos de governança é a administrativa. Bresser faz uma apresentação sintética da proposta de reforma gerencial articulada pelo MARE: orientação para o cidadão-cliente/usuário; controle por resultados (contrato de gestão); autonomia (mas não insulamento) da burocracia; separação entre formulação e execução; distinção entre atividades exclusivas (monopolistas) e não-exclusivas (serviços sociais e científicos), sendo que estas últimas ficariam sob a responsabilidade do público não estatal; “para controlar as unidades descentralizadas”, adoção dos mecanismos de controle social direto, contrato de gestão e competição administrada (quase mercados); terceirização (1997a, 42).

O objetivo desses conceitos e propostas é superar a crise do Estado em suas três dimensões: superação da crise fiscal; redefinição de seu grau e tipos de intervenção; fortalecimento de seu “núcleo estratégico”, acompanhado de “uma alta burocracia tecnicamente capaz e motivada” (1997a, 44).

Quanto à governabilidade, a grande reforma é a política. Um trecho que resume a concepção de Bresser acerca do tema é a seguinte:

A governabilidade nos regimes democráticos depende (a) da adequação das instituições políticas capazes de intermediar interesses dentro do Estado e na sociedade civil; (b) da existência de mecanismos de responsabilização (*accountability*) dos políticos e burocratas perante a sociedade; (c) da capacidade da sociedade de limitar suas demandas e do governo de atender aquelas demandas afinal mantidas; e, principalmente, (d) da existência de um contrato social básico. É este acordo social básico, é o contrato social hobbesiano, que garante às sociedades avançadas legitimidade e governabilidade” (1997a, 46).

Para não se estender demasiada e desnecessariamente neste ponto, uma única observação: nesses tempos “pragmaticamente” liberais de Bresser, o “acordo básico” mencionado refere-se a um “contrato social hobbesiano”. Na década seguinte, quando se reencontrar com suas antigas leituras isebianas, o acordo básico que passará a preocupar Bresser já não mais será o “contrato social”, e sim a nação⁶⁴.

A mais extensa, detalhada e articulada apresentação e defesa da Reforma Gerencial de 1995 feita por Bresser encontra-se em *Reforma do Estado para a Cidadania (REC)*, publicado em 1998. O capítulo 4 do livro, “Marco institucional”, é

⁶⁴ P. ex., em livro publicado em 2007, Bresser escreve que “A Nação envolve um acordo básico entre as classes quando se trata de competir internacionalmente. (...) Envolve, portanto, um acordo nacional – um acordo nacionalista” (*Macroeconomia da Estagnação*, 39).

baseado no artigo de 1997 acima apresentado sobre a lógica e os mecanismos de controle propostos pela reforma administrativa do MARE.

Não se trata, em *REC*, de uma mera exposição técnica da reforma gerencial por ele proposta, mas antes uma apresentação e defesa suas a partir de argumentos retirados não apenas dos estudos sobre administração pública, mas também da ciência econômica, da ciência política, filosofia, sociologia entre outros.

Reafirmando que a reforma proposta pelo MARE não seria neoliberal, Bresser defende que a “reforma é gerencial [1] porque busca inspiração na administração das empresas privadas”; [2] é democrática; é [3] social-democrática (garantia dos direitos sociais); é [4] social-liberal (crença no mercado) (*REC*, 17-8). Defende também que ela foi basicamente bem-sucedida (*REC*, 21-25).

Bresser reafirma que o neoliberalismo, “enquanto liberalismo radical ou ultraliberalismo, é incompatível com a administração pública gerencial” (*REC*, 114). Insistindo neste ponto, Bresser argumenta que a visão de ser humano do neoliberalismo é negativa (egoísmo), já a do gerencialismo seria positiva (além do interesse próprio, o ser humano é capaz também de pensar no interesse público) (*REC*, 124-25).

Se a reforma administrativa justifica-se pela crise brasileira dos anos 1980, e os dois principais fatores que geraram esta última foram a globalização e a crise do Estado, Bresser não hesita em colocar este último fator como determinante. A crise da administração burocrática só passou ao primeiro plano devido a “insistência do governo em discutir questões como a estabilidade dos servidores, seu regime de trabalho, seu sistema previdenciário e os tetos de remuneração” (*REC*, 45).

Bresser aponta também para a importância da noção de público não-estatal como elemento vinculante entre a proposta, mais técnica, de reforma *administrativa* e a discussão, mais teórica, sobre reforma *do Estado*. Isto fica claro quando Bresser defende que “Existe um patrimônio e um espaço que é público, mas não estatal” (*REC*, 88). E mais, o “critério político é nela [*reforma gerencial*] mais importante do que o critério eficiência” (*REC*, 109).

Balanços de Bresser

Dos balanços que Bresser fez após sua saída do MARE, em dezembro de 1998, três merecem alguma menção. Mais precisamente, pode-se considerar que se tratam de dois balanços, pois o artigo “Um novo aprendizado”, publicando no jornal *Folha de S. Paulo* em janeiro de 1999, logo após sair do Ministério, portanto, e o artigo, mais acadêmico, “*The 1995 Public Management Reform in Brazil: reflections of a reformer*”

(2003)⁶⁵ trazem basicamente o mesmo argumento, melhor desenvolvido, obviamente, neste último texto. E, o mais recente, “Os primeiros passos da reforma Gerencial do estado de 1995” (2010).

No balanço feito em 1999, Bresser defende o sucesso da reforma administrativa. Discutindo as razões do sucesso da reforma administrativa que capitaneou, Bresser argumenta o seguinte: haveria uma “demanda reprimida” (1999, 1-2; 2003, 95) em relação à administração pública brasileira, principalmente após o “retrocesso burocrático representado pela Constituição de 1988 [*que*] elevou os custos e baixou a qualidade dos serviços públicos prestados” (1999, 1-2); para suprir tal demanda, concebeu-se uma reforma de perfil gerencial, cujos principais documentos são *Plano Diretor* e a Emenda Constitucional conhecida com “reforma administrativa”; a partir da proposição desta reforma, ocorreu um debate acirrado a partir do qual foi possível identificar e buscar apoios para superar as resistências às propostas (1999, 3; 2003, 95-105).

Já o artigo “Os primeiros passos da reforma gerencial do estado de 1995” (2010) tem um tom de testemunho pessoal dos acontecimentos, baseado em memórias mais do que em uma análise mais “fria”, digamos assim⁶⁶. Bresser-Pereira se coloca a todo momento no texto, escrevendo-o em primeira pessoa, valorizando fortemente sua atuação pessoal no sentido de propor, elaborar, convencer e implantar a reforma: “Fui diretamente responsável pela iniciativa...” (2010, 4); “uma das tarefas à qual mais me empenhei foi...” (2010, 7); “eu terminei com a prática absurda...” (2010, 7); “logrei transformar...” (2010, 8); “Diante dessa minha iniciativa, assim como diante da importância que dei...” (2010, 8); “Sempre entendi...” (2010, 9); “Estava convencido...” (2010, 10); “Eu sempre me interessara...” (2010, 11); “Resumi em poucas palavras...” (2010, 15); “Eu sugeri essa idéia...” (2010, 16); “Foi então que desenhei pela primeira vez...” (2010, 22); “Iniciei a reforma gerencial no Brasil...” (2010, 25)

⁶⁵ Esse texto é uma versão revisada do artigo "Reflexões sobre a Reforma Gerencial Brasileira de 1995", publicado, em espanhol, na *Revista Iberoamericana de Administración Pública*, em julho de 1999, e na *Revista do Serviço Público*, em outubro do mesmo ano.

⁶⁶ Pedro Fonseca aponta o mesmo em relação às edições mais recentes de *DeCB*, de 1984 e 2003. Nos capítulos adicionados nesta duas últimas edições do livro, “há a novidade de [*Bresser*] assumir-se como ator da História: muitas vezes escreve na primeira pessoa (e não só ao analisar o ‘Plano Bresser’...), vindo a mostrar, em uma fase de sua vida já de maturidade intelectual consolidada, o mesmo espírito de intervenção nos acontecimentos quatro décadas após seus primeiros artigos e livros” (FONSECA, 2007, 33).

Bresser-Pereira inicia seu texto situando historicamente e comparativamente as grandes reformas administrativas brasileiras. Ele realça o pioneirismo da reforma de 1995, que “antecipou-se” às reformas de outros países desenvolvidos “que haviam realizado reformas burocráticas mais profundas, mais ‘weberianas’”, como França, Alemanha e Japão, e que por causa disso “encontraram maiores dificuldades em dar um cunho gerencial à administração pública” (2010, 1-2).

Defendendo que a reforma gerencial de 1995 foi bem-sucedida nos três planos (institucional, cultural e de gestão), Bresser ameniza a contraposição, que estabeleceu quando passou pelo MARE, entre administração burocrática e gerencial. A reforma de 1995 não teria pretendido superar por completo a administração burocrática e seus conceitos, mas antes “corrigi-los e ampliá-los”, pois “Não há incompatibilidade entre as duas formas de controle” – por processo e por resultados (2010, 8).

Se, por um lado, a administração de tipo burocrático não era tão distinta e distante da administração de tipo gerencial, por outro, Bresser reafirma que a reforma gerencial foi uma “iniciativa nacional” e não uma reforma neoliberal, associada ao FMI ou Banco Mundial. Isto por que a reforma gerencial destinava-se a fortalecer e não reduzir o Estado (2010, 14-5). Argumenta ainda que, por isso, o MARE não contou com o apoio do Banco Mundial, mas apenas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (2010, 15-6).

Sendo assim, para Bresser, a oposição inicial de muitos críticos deveu-se à consideração do “sistema weberiano” como o “sistema ideal da administração pública” e à oposição ideológica à reforma identificando-a com o neoliberalismo. Bresser-Pereira ressalta que “Alguns dos defensores das novas ideias realmente eram neoliberais, mas a reforma não era” (2010, 17-8).

Apesar da inspiração na administração privada, a reforma ‘gerencial’ ou de ‘gestão’ não altera, segundo Bresser, a orientação da administração pública para o interesse público. O fato de ela passar por reformas inspiradas pelas experiências de empresas privadas não a transforma em uma organização voltada para o lucro (2010, 21).

Bresser reconhece o fracasso de sua proposta de Organizações Sociais para as universidades federais (2010, 36-7), mas aponta também o sucesso no campo da saúde, principalmente com a NOB 96 (2010, 37-40)⁶⁷.

⁶⁷ Bresser escreveu um artigo sobre a reforma gerencial e o SUS (2008b, pp. 174-183).

Por fim, Bresser afirma que a extinção do MARE não foi por causa do fracasso da reforma gerencial. Esta foi e está sendo bem-sucedida, segundo ele. O que ocorreu é que ele sugeriu a extinção do ministério e a alocação de suas funções a uma secretaria ligada ao Ministério do Planejamento.

2.4 DA REFORMA GERENCIAL AOS TEMAS DE TEORIA POLÍTICA

A partir da experiência no MARE e para além dela, Bresser também se dedicou a formular uma perspectiva mais ampla das relações Estado-sociedade que ultrapassou os limites teórico-metodológicos dentro dos quais suas reflexões anteriores se situaram, isto é, principalmente a ciência econômica. Associada à formulação de uma perspectiva gerencial para a reforma do Estado brasileiro, de natureza mais técnica e imediata, Bresser procurou formular também uma visão mais ampla da política contemporânea, lastreada principalmente na filosofia e ciência política: o “socialismo liberal” ou “liberal-socialismo”.

Aos poucos Bresser vai (re)organizando alguns dos grandes temas da teoria política em torno dessa perspectiva, temas como direitos republicanos, sociedade civil, Estado, pactos políticos, alianças de classes, nação entre outros.

Retomando alguns temas anteriormente presentes em suas análises conjunturais sobre o processo de redemocratização brasileiro e incorporando outros mais novos, as reflexões sobre teoria política de Bresser ganham um novo impulso e direção a partir de sua “transição intelectual” em meados dos anos 1980. Neste momento, quando se convenceu de que o nacional-desenvolvimentismo havia se esgotado no Brasil, passou a procurar outras alternativas. Do ponto de vista econômico, elaborou sua interpretação da crise do Estado. Sendo uma crise *do* Estado, contudo, ela não poderia ser apenas econômica, era política também. “Desde 1990, venho estudando teoria política. Inicialmente, estudei Norberto Bobbio. Depois ampliei, incluí Habermas, Rawls e Walzer” (BRESSER-PEREIRA, 2001, 561). Em 1997, publicou um artigo sobre o que vem chamando de “direitos republicanos” e, em sua passagem pelo departamento de Ciência Política da USP como professor visitante, no ano de 2001 e 2002, ministrou um curso sobre “Teoria da Democracia Moderna”.

À época da formulação de sua interpretação da crise do Estado, no final da década de 1980, Bresser se considerava ou se denominava um “pragmático”. Seu encontro com o pensamento de Norberto Bobbio provocaria, contudo, importante impacto em suas reflexões políticas. “Através de Bobbio, que é um social-democrata

liberal, passo a buscar a integração para muitos considerada impossível entre socialismo democrático e liberalismo” (BRESSER-PEREIRA, 2000, 160).

Bobbio estava já presente nas reflexões de Bresser desde pelo menos o final dos anos 1970, sob a forma, porém, de referências e citações *en passant*. Isso mudará e o peso e influência de Bobbio aumentarão sensivelmente após a “transição intelectual” de Bresser e, principalmente, após a entrevista que o pensador italiano deu a Bresser em 1994 (BOBBIO, 1994). Na apresentação desta entrevista, Bresser explicou que “Como venho lendo muito Bobbio nos últimos anos, decidi aproveitar a oportunidade de uma viagem mais longa à Europa para ir a Turim conhecer o notável pensador, e entrevistá-lo” (BOBBIO, 1994). Mais tarde, por ocasião do falecimento de Bobbio, em 2003, Bresser lembrará que “minha admiração por sua obra e minha identificação com suas idéias socialistas-liberais levaram-me a retornar à minha primeira profissão, a de jornalista, e a viajar até Turim (...) para entrevistá-lo” (BRESSER-PEREIRA, 2004d).

A identificação de Bresser com o famoso intelectual italiano pode ser melhor compreendida nessa afirmação de Bobbio: “Eu me defini como um intelectual mediador, aquele que procura encontrar soluções, ao invés de dividir. Evitar opostos extremistas, como na Itália, o fascismo e o comunismo” (BOBBIO, 1994). A figura de “intelectual mediador” e pragmático era a própria imagem que Bresser procurava construir de si: não faria parte da “esquerda tradicional” e nacional-desenvolvimentista, de um lado, nem da direita neoliberal, de outro. Faria parte de uma centro-esquerda renovada e social-liberal. Um meio-termo, um mediador.

Quanto ao social-liberalismo, Bobbio (1994) considera “possível um compromisso e não uma síntese” entre liberalismo e socialismo. Bobbio lembra também que seus primeiros textos sobre política foram escritos para o jornal *Justiça e Liberdade*, “que nasceu em Paris, pelas mãos os exilados do fascismo. O seu maior representante foi Carlo Rosselli, que escreveu um livreto em francês muito conhecido, intitulado ‘Socialismo Liberal’” (BOBBIO, 1994).

Questionado por Bresser sobre a diferença entre social-liberalismo e social-democracia, Bobbio respondeu:

Eu creio que a diferença não existe. Se o senhor vê o socialismo liberal de Rosselli, ele dizia que o socialismo era o fim e o liberalismo o meio. Mas se o senhor interpretar desse modo, não há muita diferença daquele que era o ideal da social-democracia. A minha impressão é que o socialismo liberal de Rosselli, se o atualizarmos

com outro nome, não é muito diferente do socialismo democrático (BOBBIO, 1994).

Aprofundando seu contato com o social-liberalismo, Bresser preparou a edição do livro, citado acima na entrevista por Bobbio, de Carlo Rosselli em português, e escreveu-lhe um Prefácio (BRESSER-PEREIRA, 1997b). Em 1997, Bresser enviou esta edição em português, juntamente com alguns textos seus, entre eles “Cidadania e *Res Publica*: a emergência dos direitos republicanos”, para Bobbio⁶⁸.

Quanto ao Prefácio, nele Bresser atribui a Rosselli o pioneirismo na formulação e defesa de um “programa da esquerda social-democrática rumo ao socialismo”, programa este “liberal e democrático. Liberal e democrático tanto do ponto de vista político quanto econômico” (1997, 9). “O socialismo”, argumenta Bresser, “não será o resultado do colapso do capitalismo, mas do seu êxito”, e para o socialismo ser exitoso também, “o liberalismo e a democracia serão essenciais, como Carlo Rosselli tão bem viu no início deste longo século” (1997, 9-10).

E assim, a partir do empreendimento gerencial dos anos 1990, Bresser vai formulando sua perspectiva social-liberal. No artigo “La restricción económica y la democrática” (BRESSER-PEREIRA, 2004a), por exemplo, Bresser mobiliza uma vez mais sua argumentação histórica altamente abstrata no sentido de defender a tese da emergência do “Estado social-liberal”, no qual a administração pública gerencial aparece como o melhor meio não apenas para se chegar a um dos principais fins que as sociedades contemporâneas perseguem – o cumprimento integral dos direitos republicanos –, mas chegar a ele respeitando as restrições econômicas – eficiência – e políticas – democracia/responsabilização.

Quanto ao tema dos “direitos republicanos”, além das aparições marginais, associadas a outros temas (BRESSER-PEREIRA, 1998, 28 e 31; 2005, 24-5), Bresser se esmerou também por uma elaboração mais sistemática. O texto que apresenta a discussão melhor acabada da reforma gerencial vinculada aos temas de teoria política – social-liberalismo e republicanismo – em Bresser é *Construindo o Estado Republicano (CER)*, de 2009.

O social-liberalismo de Bresser: reforma do Estado e republicanismo

Gramsci escreveu que “todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto”

⁶⁸ Estas informações constam em uma carta enviada por Bobbio à Bresser em agradecimento pelo material enviado. A carta encontra-se disponível no site de Bresser (bresserpereira.org.br).

(1982,7). No caso de Bresser, fora da ciência econômica e da administração, seus principais campos de atuação profissional, ele é muitas coisas. Pode-se considerá-lo um leigo informado (e muito bem informado) ou um diletante dedicado⁶⁹ e muito bem atualizado em relação às teorias e debates mais avançados, a cada momento, no campo das ciências humanas – economia, administração, sociologia e ciência política principalmente. Isto se liga às constantes revisões de exposições sobre temas anteriormente abordados, forçando Bresser a se inteirar do estado da arte das áreas de conhecimento nas quais ele se embrenha.

Mas o tratamento dado por Bresser à ingente massa bibliográfica por ele mobilizada é tipicamente jornalística ou generalista: intuições criativas envolvidas tanto pela retomada incessante de temas, conceitos e discussões por ele feitas anteriormente quanto pela consideração de novos conceitos e teorias. Ex.: “direitos republicanos” (intuição), cuja formulação leva Bresser a rediscutir – outra vez – vários outros temas presentes em seus textos anteriores: ciclo, Estado, sociedade civil etc.

Tipicamente jornalística ou generalista devido ao emprego de *muitos* conceitos que, justamente por serem muitos, não podem ser, cada um, aprofundados. Não apenas por serem muito, mas também por se referirem a um campo muito amplo de objetos e fenômenos, não ganha densidade empírica. Consequentemente, a articulação entre tais conceitos também permanece em graus mais elevados de generalidade e abstração. A carga empírica das discussões é fornecida principalmente pelas impressões e experiências pessoais de Bresser em cargos governamentais (*CER*, 11) e/ou por exemplos de decisões, medidas e políticas governamentais por ele criticados.

CER foi publicado originalmente em inglês, em 2004. Trata-se de uma apresentação geral das ideias desenvolvidas ao longo da década anterior em torno de questões relacionadas à reforma da gestão pública. O objetivo principal é apresentar essas ideias formuladas antes e durante sua passagem pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (1995-1998) e reformuladas após sua saída do governo e passagem pela Universidade de Oxford, na Grã-Bretanha, entre 1999 e 2000 (*CER*, 12), incorporando os debates contemporâneos, em língua inglesa principalmente, relacionados ao Estado, ao republicanismo e ao neo-institucionalismo.

⁶⁹ Ainda que se possa encontrar alguns deslizes em seu texto, como dar a entender que a formulação da teoria minimalista da democracia por Schumpeter (1942) seria posterior à definição de “poliarquia” de Dahl (1971) (*CER*,77) ou que a tese da “circulação das elites” seria de Gaetano Mosca, e não de V. Pareto (*CER*, 187).

Nas palavras do próprio Bresser, o tema central de *CER* é “o novo Estado democrático que está surgindo e da reforma que conduz a ele: a reforma da gestão pública”. Trata-se de uma “abordagem eclética e ‘razoável’ [*não radical*] do Estado e das reformas institucionais necessárias, partindo do pressuposto de que a experiência política do mundo ocidental tem sido uma experiência de progresso continuado” (*CER*, 7).

O conceito de Estado aproxima-se do neo-institucionalismo, mas esse sabor de novidade é quebrado pela permanência do método dos fatos novos, neste caso “busca sistemática de novos fatos tecnológicos e institucionais que moldem a mudança social e política e definam os novos arranjos sociais e institucionais” (*CER* 9).

Apesar de o livro ter nascido das experiências governamentais de Bresser, principalmente o MARE, Bresser indica que tratará “muito pouco sobre o Brasil neste livro”, pois seus propósitos são mais gerais (*CER*, 11).

O grande tema do livro é o “novo Estado social-liberal e republicano [*que*] está emergindo como resposta aos desafios lançados pela globalização e pela crise endógena do Estado socialdemocrático (ou, nos países em desenvolvimento, do Estado desenvolvimentista)” (*CER*, 13). Nenhuma novidade no argumento, portanto.

Na primeira parte do livro, “A ascensão do Estado moderno”, Bresser retoma suas leituras estilizadas das etapas do Estado. Antes da apresentada neste livro, houve a exposta em *ESdI* (75-100) e em *TechC* (5-34). Nessas duas exposições, o critério básico de construção das etapas de evolução do Estado era a relação entre elites dirigentes e classes dominantes, relação esta intimamente associada às formas de apropriação do excedente econômico em cada caso. A exposição de *CER* difere de ambas, contudo.

Difere por causa do esforço empreendido por Bresser nos anos 1990 de emplacar sua reforma do Estado, cujos “Dois pressupostos – a crise cíclica do Estado e a necessidade de proteger os direitos republicanos apontaram a orientação geral: redefinir o papel do Estado, reconstruir a capacidade do Estado, administrar o aparelho do Estado de maneira mais eficiente e mais democrática” (*CER*, 34; tb. 93). O primeiro argumento (ciclo de Estado) é mais antigo e muito utilizado por Bresser desde os anos 1980, pelo menos. Já o segundo (direitos republicanos) argumento de época, ou seja, foi incorporado às suas discussões durante sua passagem pelo MARE.

Após discutir cada tipo de Estado (*CER*, 39-97), Bresser expõe outra vez sua interpretação da crise do Estado, formulada pela primeira vez nos anos 1980. O tipo de Estado que surgiu, historicamente, do Estado liberal em Bresser já foi Estado

“regulador” (*EeSI*, 90-6), Estado “corporativista” (*TechC*, 31-3) e agora, em *CER*, é Estado “socialdemocrático”. Todos entraram em crise. Obviamente, trata-se do mesmo Estado. Obviamente, trata-se da mesma crise. A crise do Estado socialdemocrático teria sido causada, expõe Bresser sem grandes novidades, principalmente pela “onda ideológica neoliberal, a crise fiscal do Estado e a globalização” (*CER*, 99).

Reafirmando, ainda que não de modo integral, um argumento formulado em fins dos anos 1980 e início dos 1990 – o da convergência entre sua interpretação da crise do Estado e a do Consenso de Washington – Bresser aponta que a diferença entre as reformas neoliberais e as social-liberais e republicanas seria de grau, não de natureza. Ambas seriam constituídas por “ajuste fiscal, privatização, liberalização do comércio e reforma da gestão pública”, variando em “sua intensidade e objetivo” (*CER*, 100).

Balanço do social-liberalismo e republicanismo de Bresser

Pode-se considerar Bresser como um autor em busca de uma “terceira via” desde a juventude. Quando participou da JUC, nos anos 1950, o fizera por se considerar crítico do capitalismo, mas não o suficiente para ser socialista. Nos anos 1970, estudando o desenvolvimento, procurava se distinguir, por um lado, da teoria da modernização e, de outro, das explicações calcadas na noção de imperialismo. Já nos anos 1980 e 1990, após passar por sua “transição intelectual”, procurou se desvencilhar do nacional-desenvolvimentismo por considerá-lo esgotado, mas ao mesmo tempo reafirmou não ser neoliberal, aproximando-se deste devido somente a uma postura “pragmática”, e não por princípios. Desta última tentativa de não ser esmagado por dois extremos, concebeu uma solução de meio-termo: o social-liberalismo.

Conforme já visto nas seções anteriores, essa solução foi encontrada após seu contato mais próximo com o pensamento político italiano. A melhor análise da influência e das consequências dessa apropriação, por Bresser, do debate italiano é de Vannuchi (2004). A partir da entrevista concedida por Bobbio a Bresser, em 1994, Vannuchi expõe a trajetória do liberal-socialismo (Guido Calógero e Aldo Capitini) e do socialismo liberal (Benedetto Croce e Carlo Rosselli) na Itália da primeira metade do século XX e sua retomada por Bobbio e Bresser.

Criticando o “socialismo” de Bresser, Vannuchi afirma que seu socialismo parece ser “concebido tão amplamente (...) que perderia seu caráter essencial de alternativa histórica ao capitalismo” (2004, 434). Teria incorrido no que Nogueira

(2001b) chamou de “diluição das identidades”, perigo sempre presente nas tentativas de aproximação do liberalismo ao socialismo.

Para Vannuchi, a autodefinição de Bresser como socialdemocrata, ou “social-liberal republicano”, é tão clara quanto a ausência “em suas reflexões a rejeição ao sistema capitalista que caracterizou várias correntes socialistas ao longo da história, inclusive o seu inspirador Carlo Rosselli” (2004, 437). Dessa perspectiva, aplicar-se-ia a Bresser o que Carlos N. Coutinho já apontava em relação ao social-liberalismo ou liberal-socialismo em geral: “falam em socialismo precisamente com o objetivo de negá-lo como uma nova formação social, situada para além do capitalismo” (COUTINHO, 2002).

Quanto ao republicanismo de Bresser, trata-se, conforme já visto também acima, de certa influência do pensamento político anglo-saxão, tendo em vista que tal debate renasceu e permaneceu forte principalmente na Grã-Bretanha e EUA.

Social-liberalismo italiano e republicanismo anglo-saxão, temperado com certa dose de *neo-institucionalismo*, compõem as fontes e escoras principais das reflexões sobre temas políticos de Bresser de fins dos anos 1980 em diante, até seus escritos dos anos 2000.

Sem esquecer, também, é claro, seus próprios escritos anteriores sobre Estado e tecnoburocracia. Um traço marcante nestes últimos é que a leitura histórica, política e sociológica de Bresser é calcada, como pode ser visto, em conceitos transformados em atores, ou melhor, na personificação de coletivos abstratos como “o” Estado, “as” classes sociais etc. Fatos “estilizados”, como o próprio Bresser aponta (*CER*, 39; *DeCB*, 364). A história acaba aparecendo em seus textos de maneira segmentada de acordo com critérios variáveis a cada momento de sua obra, mas sempre resultando em uma periodização “etapista” (Estado: absolutista => liberal etc.). Apesar do refinamento de seu pensamento à época do MARE, esse tipo de recurso foi empregado como um modo de apresentação e justificação da necessidade da reforma aos ‘leigos’.

A esse respeito, Longo (2007) aponta em sua resenha de *CER*⁷⁰ (à sua versão em inglês, mais precisamente) que um de seus principais problemas é a “visão excessivamente linear – mais moderna que pós-moderna – do desenvolvimento do Estado contemporâneo, especificamente concebida como ‘uma história do progresso econômico e político’”, além da “confusão entre os planos descritivos e normativos”

⁷⁰ Para uma mais extensa e detalhada apresentação de *CER*, cf. Godoy (2012).

(2007, 125) na exposição sobre o Estado republicano. Haveria também alguns problemas pontuais, como a frouxa justaposição temática do comunizarismo ao republicanismo, que é o eixo da discussão. Mais precisamente, a “adoção um tanto quanto ambígua do conceito comunitarista de patriotismo de Taylor adiciona pouco ao esplêndido capítulo sobre Estado republicano” e à “reconciliação proposta entre liberalismo e republicanismo” (LONGO, 2007, 125).

Outro autor que analisou o republicanismo bresseriano foi Melo (2004). Após situar Bresser na discussão contemporânea sobre republicanismo, Melo considera “que (...) não se trata [*direito republicano*] de um direito de novo tipo”, mas antes de “um desdobramento ou atualização dos direitos civis e políticos”, além de ser uma expressão da “maior conscientização dos chamados problemas de ação coletiva e mudança na cultura política, no sentido de menor tolerância à corrupção” (MELO, 2004, 373-74).

Parte dos problemas da noção de direitos republicanos de Bresser relacionar-se-ia à noção de direitos difusos. Mais precisamente, aqueles problemas resultariam “do diálogo que o autor estabelece com a literatura jurídica brasileira, que é, salvo exceções, descritiva e formalista, e pré-conceitual” (MELO, 2004, 376). Assim, a “questão se o direito é difuso ou não diz respeito apenas a questões procedimentais da prática do direito” e não tanto a se se trata de uma nova geração ou “uma nova categoria de direitos” (MELO, 2004, 379).

Sociedade civil e público não estatal

A noção de público não-estatal abriu um amplo campo de debates e movimentação para as atividades autorais de Bresser. Com ela, além das propostas concretas de criação de novos tipos de organizações, como as Organizações Sociais, Bresser resgatou temas presentes de forma um tanto quanto pontual ou marginal em seus textos, como o da sociedade civil (BRESSER-PEREIRA, 1998, 28-30).

Primeiramente, é interessante apontar que a expressão “público não estatal” já circulava no Brasil desde, pelo menos, a década de 1980. No artigo “Universidade pública não estatal”, publicado na *Folha de S. Paulo*, em abril de 1987, Bresser manifesta apoio à proposta de uma “universidade pública não estatal”, feita pelo sociólogo Gabriel Cohn, como alternativa tanto ao modelo estatal quanto ao privado de universidade. Bresser defende inclusive que a noção de “instituição pública não estatal” fosse discutida na Constituinte (NR, 209-11).

Contudo, fundamental será a incorporação e resgate da noção de sociedade civil nos textos de Bresser, remontando às suas análises conjunturais sobre o processo de

redemocratização brasileiro, no final dos anos 1970. Em um artigo de 1977, que faz parte do livro *CAC* (132-38), assim ele define sociedade civil: “diversas organizações representativas das classes e grupos sociais fora do Estado, ponderados pelos seus respectivos poderes econômicos e políticos” (*CAC*, 137).

Em artigo de 1983, publicado em *PP* (124-50), apoiado em N. Bobbio, Bresser a definição é esta: “Entendemos por sociedade civil a dimensão política da base material da sociedade. Nestes termos, (...) na sociedade civil as classes e frações de classe aparecem organizadas e ponderadas de acordo com o poder político e/ou importância econômica que possuam. A sociedade civil é, portanto, uma expressão do poder real da sociedade” (*PP*, 134).

Já em *TechC*, a expressão é assim apresentada: “sociedade civil, composta por classes sociais e grupos que têm acessos diferentes ao poder político efetivo” (*TechC*, 6-7). E em *REC*, de 1998: “sociedade civil – ou seja a sociedade estruturada segundo o peso relativo dos diversos grupos sociais” (*REC*, 139).

Nos textos conjunturais dos anos 1970 e 1980, a sociedade civil foi tratada como objeto de reflexão contida, passando ao primeiro plano da análise apenas em alguns poucos textos de Bresser. Mais precisamente, o principal texto dedicado especificamente ao tema é “Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado” (BRESSER-PEREIRA, 1999a).

Nesse artigo, a definição é: “A sociedade civil é a parte da sociedade que está fora do aparelho do Estado. Ou, situada entre a sociedade e o Estado, é o aspecto político da sociedade: a forma por meio da qual a sociedade se estrutura politicamente para influenciar a ação do Estado” (BRESSER-PEREIRA, 1999, 69).

Desde as primeiras vezes que a expressão “sociedade civil” apareceu nos textos de Bresser, no final dos anos 1970, até seus usos posteriores, os elementos mais recorrentes foram as ideias de organização/estruturação (classes sociais e grupos) e poder político (Estado).

Tratando-se mais especificamente do artigo de 1999, que tem por tema central a sociedade civil, a hipótese central de Bresser nesse texto “é a de que, nas sociedades democráticas atuais, a relação fundamental entre sociedade civil, Estado e mercado é uma ação daquela sobre estes” (1999, 73).

Quanto à discussão do conceito de sociedade civil em si, Bresser recorre a algumas das grandes referências sobre o tema: Hobbes, Bodin, Hegel, Marx, Bobbio, Cohen e Arato, Taylor entre outros (199, 92-9). Após essa discussão, conclui:

Assim, e sendo fiéis a Hegel, Gramsci e Bobbio, podemos pensar na sociedade civil como a sociedade fora do Estado, em que os poderes dos seus membros são ponderados de acordo com as organizações ou associações a que pertençam, o dinheiro ou o capital de que disponham e o conhecimento que detenham. Isto, de um ponto de vista estático. Dinamicamente, podemos pensar a sociedade civil como um complexo campo de lutas ideológicas em que classes, grupos de interesses e indivíduos isoladamente buscam alcançar hegemonia, reformar o Estado e influenciar suas políticas (BRESSER-PEREIRA, 1999, 100).

Procurando não reduzir sociedade civil a terceiro setor, Bresser lembra que a “sociedade civil é constituída por cidadãos individualmente, por empresas e por organizações do terceiro setor, ponderados pelo poder que derivam de seu capital, de sua capacidade de representação e de seu conhecimento técnico e organizacional” (BRESSER-PEREIRA 1999, 102), sendo necessário que a reforma do Estado seja orientada não apenas para sua democratização, mas para a democratização da sociedade civil também (BRESSER-PEREIRA, 1999, 104-09).

Agindo mais do que com “apenas” palavras

Maria L. T. Werneck Vianna, analisando os debates sobre política social no Brasil pós-Constituição de 1988, aponta o seguinte:

A concepção de política social que hoje prevalece se apresenta como (ou adquiriu o status de) **a política social**, no pressuposto implícito de que a realidade (que além de auto-explicativa se tornou impositiva) assim o demonstra. E a realidade assim o demonstra porque há uma (também pressuposta) concordância a respeito da natureza da questão social uma vez que essa natureza é, de igual modo, revelada pela realidade. Dispensáveis passam a ser, portanto, as fundamentações teóricas, e supérfluas as discussões acadêmicas sobre elas (WERNECK, 2008, 14).

O pressuposto da realidade “auto-explicativa” poderia ser detectado em outros setores da ação governamental. Principalmente a globalização foi apresentada como um processo impositivo e inescapável, transferindo esse seu caráter impositivo/inescapável às reformas propostas no governo FHC. Isso pode ser observado nitidamente na Reforma Gerencial de 1995 também. A “nova” esquerda de Bresser defendeu a novidade mais antiga do capitalismo: as virtudes do mercado. O que o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e a globalização têm em comum? Levaram à crise do Estado. Ainda que Bresser, calcado na ideia de “ciclo”, tenha assumido uma posição “pragmática” à favor de reformas liberalizantes, e não uma posição de princípios (um

liberal porque os tempos eram liberais). Ainda que a Reforma Gerencial de 1995 tenha apresentado propostas construtivas para a melhoria do desempenho do aparato administrativo federal, e não apenas apoiado cortes, privatizações e terceirizações. Apesar de tudo isso, a insistência de Bresser em caracterizar a reforma gerencial como não sendo neoliberal fica fragilizada.

As análises de Bresser sobre a política e a burocracia foram, quase sempre, pautadas pela busca da identificação dos agentes sociais e políticos, bem como de suas relações – pactos e alianças de classes e o seu colapso (*CAC, PP* entre outros). Contudo, quando se torna ele, não mais um autor somente, mas também um agente – da política e da administração pública –, o foco passa a ser os processos impessoais: crise do Estado, globalização, democratização etc. A realidade se torna “auto-explicativa”. E os atores? A “nova” esquerda, “pragmática” e “social-liberal” reconhece os imperativos da realidade – globalização e crise do Estado. A “velha” esquerda, burocrática, “populista” e/ou “corporativista” se nega a se atualizar, a reconhecer o império dos fatos.

E mais interessante ainda: a crise do Estado brasileiro foi, em grande medida, endógena. Bresser defende isso, conforme pode ser visto na exposição acima. Sendo endógena, a atuação dos formuladores das políticas econômicas pós-“Milagre econômico” não teriam tido papel ativo e fundamental? Então a análise não deveria focar nos agentes que conduziram o processo e não apenas no resultado do processo em si, a “crise do Estado”?

Descontando a verve característica, Vasconcellos faz o seguinte questionamento: “Por que Bresser sente prazer em ser odiado publicamente? Talvez por causa de sua alucinada preocupação em não ser ‘populista’; ou porque ele não sabe que é odiado; ou senão imagina que os servidores públicos irão aplaudi-los mais tarde, caso suas reformas administrativas sejam concretizadas” (VASCONCELLOS, 1997, 154-55). A resposta a tal questionamento poderia vir, talvez, das opiniões seguintes: resenhando o livro *CER*, Godoy (2012) considera que “Bresser é um antideterminista, acredita que podemos alterar e recriar nossos destinos, e que devemos aproximar desejo com perspectiva, no sentido de acomodarmos o que queremos com o que realmente podemos fazer” (GODOY, 2012, 93). Cláudia Costin, em frase já citada acima, é da opinião de que “Bresser tinha uma percepção ingênua de que a verdade falaria por si mesma” (MAJEED, 2011, 12).

As citações acima têm por propósito aqui acentuar uma característica marcante do Bresser autor no período em que foi também ator: mesmo “pragmaticamente” se

rendendo à realidade e resvalando, portanto, em certo conformismo, não deixava de acreditar na força do debate, da argumentação e do convencimento. Foi justamente essa sua tentativa de ventilar o máximo possível não apenas a fundamentação técnica da proposta gerencial, mas também seus fundamentos teóricos e políticos que transformou a reforma do Estado do primeiro governo FHC em um tema debatido não apenas por uma comunidade de especialistas, mas também por acadêmicos vindos de diversas outras áreas. Neste ponto se situa a inovação provocada por Bresser *no debate* sobre Estado e administração pública no Brasil, e isto independentemente, até certo ponto, do destino da própria reforma. Neste ponto também a crítica tecida por M. L. T. Werneck Vianna aos debates em torno da política social não cabe inteiramente à reforma gerencial. Se no primeiro caso o debate teórico teria sido em grande medida esvaziado pela aceitação de uma realidade “auto-explicativa”, no caso da Reforma Gerencial de 1995 um de seus maiores legados são, sem dúvida nenhuma, os inúmeros debates acadêmicos e a ingente massa de textos produzidos desde então sobre o assunto.

Se a tese da tecnoburocracia teve uma recepção pequena e negativa, a reforma gerencial acendeu um debate e desdobrou-se em um conjunto de ideias, propostas, conceitos, discussões etc. que foram além, muito além de uma política pública de um governo específico ou da atuação particular de um autor isolado. A reforma gerencial de Bresser foi, portanto, um lance discursivo, diferentemente da tese da tecnoburocracia, decisivo.

A partir dessas formulações que extravasavam o âmbito da ciência econômica – domínio no qual mais transitou ao longo de sua carreira –, Bresser elaborou, já nos anos 2000, um diagnóstico da não retomada do desenvolvimento no Brasil:

Saí do governo [*em 1999*] convencido da razão fundamental por que os países em desenvolvimento, como o Brasil, não tiveram taxas de crescimento maiores do que as taxas dos países desenvolvidos e não convergiram para seus níveis de desenvolvimento, como a teoria econômica esperava: é a baixa qualidade da governança – da sociedade civil, das instituições, do aparelho do Estado e dos dirigentes políticos do governo. (...) Cheguei à conclusão de que o motivo fundamental para isso não é tecnológico, não é econômico, é político (BRESSER-PEREIRA, 2001, 561).

Não se trataria, contudo, tanto da atuação dos políticos brasileiros em si, mas antes do

nosso nível de desenvolvimento político, [que] é inferior ao dos países desenvolvidos. A nossa sociedade civil debate menos, e é menos coesa e integrada do que a sociedade civil dos países desenvolvidos. As nossas instituições são inferiores às instituições dos países desenvolvidos, e o nosso aparelho burocrático estatal é inferior aos dos países desenvolvidos. Nosso aparelho de Estado é menos eficiente e efetivo. Nossos governantes, menos representativos. Essas quatro instâncias constituem nossa governança (BRESSER-PEREIRA, 2001, 561).

Essas duas longas citações deixam claro até onde Bresser foi em sua interpretação da *crise do Estado*, que se tornou uma das bases para a proposta de *reforma gerencial* que, por sua vez, ensejou a formulação de uma perspectiva *social-liberal*. Essas três formulações, apresentadas, cada uma em sua época, como novidades, desembocaram na retomada de um tema “antigo” e forte nos anos 1950 e 1960: o problema do desenvolvimento.

CAPÍTULO 3
DESENVOLVIMENTO E NAÇÃO: UMA “VIAGEM REDONDA”?

AS VERSÕES DO DESENVOLVIMENTO

O tema do desenvolvimento, ao longo da trajetória intelectual de Bresser, teve menos sobressaltos e menos descontinuidades, do ponto de vista da produção acadêmica, que o tema da burocracia. Ainda que o tema não tenha permanecido inalterado ao longo de sua trajetória intelectual, Bresser manteve uma produção regular de textos sobre o tema desde pelo menos o início dos anos 1960.

Uma primeira diferença notável quando se desloca o foco de análise do tema da burocracia para o do desenvolvimento é que as iniciativas analíticas de Bresser relacionadas a este último tema encontraram um contexto intelectual muito mais estruturado do que as iniciativas referidas à (tecno)burocracia ou à reforma gerencial.

Assim como no caso do tema da burocracia, a parte da obra de Bresser dedicada ao desenvolvimento também foi sendo construída e reconstruída ao longo de suas movimentações, profissionais, políticas, intelectuais etc. O pensamento como uma ação em meio a outras modalidades de ação. Não apenas “em meio a”, mas, principalmente, entretecidas com esses outros tipos de ação. É assim que o tema do desenvolvimento ganhará quatro grandes versões, pelo menos, ao longo da trajetória intelectual de Bresser:

1º) a do ***nacional-desenvolvimentismo***: resultante das leituras isebianas, combinadas com o estruturalismo de C. Furtado e I. Rangel. Essa versão ficou praticamente confinada a seu primeiro livro, *Desenvolvimento e Crise no Brasil (DeCB)*, ou seja, aos anos 1960. A concepção de desenvolvimento desta primeira versão esteve fortemente associada à ideia de elevação do padrão de vida. Trata-se de uma formulação mais geral, ou genérica, ainda que apoiada no estruturalismo cepalino e em diálogo crítico com a teoria da modernização.

2º) a do ***subdesenvolvimento industrializado***: estende-se por toda a década de 1970 até meados dos anos 1980. As variações mais importantes no período, já que o estruturalismo é uma “constante”, envolvem os pesos relativos da “teoria” da dependência (centro/periferia), do marxismo (forças produtivas/acumulação do capital/mais-valia etc.) e da macroeconomia (produtividade, eficiência etc.) na formulação de suas próprias ideias. Em todo caso, a discussão sobre desenvolvimento torna-se mais sofisticada. Uma sofisticação, vale dizer, marxista, principalmente em *Estado e subdesenvolvimento industrializado* (1977). Já *Economia Brasileira* (1982) e

Lucro, Acumulação e Crise (1986) apresentam um marxismo “temperado” pela macroeconomia, cada vez mais presente no pensamento de Bresser.

3º) a da ***crise do Estado***: versão formulada após a “transição intelectual” de Bresser, isto é, após sua passagem pelo Ministério da Fazenda (1987), e repetida sem grandes alterações até sua saída do segundo governo FHC, em 1999. Transição intelectual orientada pela ideia de que o nacional-desenvolvimentismo teria se esgotado enquanto estratégia de desenvolvimento para o país. O desenvolvimento, concebido como busca da eficiência e da competitividade, deveria ser retomado por meio de reformas orientadas para o mercado. Nos principais livros do período, *Crise do Estado* (1992), *Reformas econômicas em democracias novas* (1996), *Crise econômica e Reforma do Estado no Brasil* (1996), a macroeconomia avança em campo aberto e quase que desacompanhada, pois, mesmo sendo possível encontrar referências ao marxismo e ao estruturalismo de Furtado e Rangel, estas são residuais.

4º) a da ***novo desenvolvimentismo***: após o governo FHC, no início dos anos 2000, Bresser rompe com o PSDB e passa a elaborar uma crítica sistemática às políticas macroeconômicas do Brasil pós-Plano Real. Neste momento, como no período imediatamente anterior também, a macroeconomia permanece como a linguagem por excelência dos textos econômicos de Bresser. A grande diferença, porém, é a retomada e reafirmação do legado do Iseb e de Furtado e Rangel. Em livros como *Macroeconomia da Estagnação* aparecerá uma macroeconomia mais prática ou aplicada, por assim dizer. Aplicada ao caso brasileiro, marcado pela perda da ideia de Nação e, por isso, refém da ortodoxia convencional. A intervenção estatal passa a ser concebida como uma modalidade de ação coletiva, revelando certa influência, ainda que não decisiva, do neo-institucionalismo sobre Bresser⁷¹.

A seguir, descreve-se cada uma dessas quatro versões, tal qual apareceram nos principais livros de Bresser dedicados ao tema do desenvolvimento.

⁷¹ Mais precisamente, ocorre na obra de Bresser uma incorporação crítica e ‘fraca’, isto é, uso pontual e referências esparsas, normalmente críticas, do neo-institucionalismo (BRESSER-PEREIRA, 1996, 182; 2001, 33-5; 2004c, 58; *GC*, 68-71).

3.1 NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

Empresariado e desenvolvimento: do ISEB à Schumpeter

O primeiro texto acadêmico de Bresser⁷² a propor uma discussão sobre o processo de desenvolvimento será o artigo *The rise of middle class and middle management in Brazil* (1962). Ele envolvia temas que se tornariam muito presentes em suas pesquisas: classes médias, (tecno)burocracia e desenvolvimento. O artigo tornou-se a base do capítulo 3, “Desenvolvimento social”, de *DeCB* (549-50), e será analisado mais detidamente adiante.

A elaboração deste artigo liga-se a uma carta enviada por Bresser, quando ainda nos EUA, em 1960, para um amigo, Luiz Eça, no Brasil. Comentando a eleição presidencial de 1960, na qual Jânio Quadros seria eleito (os outros concorrentes eram Henrique T. Lott e Adhemar de Barros), Bresser comenta certa “irritação” e “desencanto marcados pelo ISEB” demonstrados por Luiz Eça. “Você tem razão”, escreve Bresser, “em afirmar que o esquema político não funcionou. Mas não creio que se deva concluir daí que nada da contribuição daquele grupo é válida. Pelo contrário”, defende Bresser (1962, 2), tentando delimitar o legado do ISEB.

Na avaliação de Bresser, o aspecto falho da interpretação isebiana era sua identificação do nacionalismo “com a burguesia industrial”, localizando esta última “em posição política de conflito com a velha aristocracia agrária e do comércio exterior” (BRESSER-PEREIRA, 1962, 2). A interpretação isebiana não seria errada em si, mas antes teria sido superada devido ao “fim da revolução industrial brasileira, do período propriamente transitório entre uma economia agrária e semi-feudal para uma economia industrial capitalista” (BRESSER-PEREIRA, 1962, 2), transição durante a qual o esquema isebiano – burguesia industrial nacionalista *versus* aristocracia agrária – teria sido válido. O que o teria invalidado foi o intenso processo de industrialização do período Juscelino Kubitschek (1956-1961), que fez a balança pesar definitivamente à favor do setor industrializante. Por fim, ecoando o contexto internacional da época,

⁷² As primeiras pesquisas acadêmicas de Bresser, após se tornar professor da FGV e fazer mestrado nos EUA, tinham por foco principal os empresários (CORDEIRO, CARVALHO e BRESSER-PEREIRA, 1968). Trata-se de um pequeno livro que sumariza e discute rapidamente os resultados de uma pesquisa realizada em janeiro e fevereiro de 1964. A pesquisa entrevistou 155 empresários nas cidades de São Paulo, Salvador e Porto Alegre. A proposta era fazer um panorama, do ponto de vista administrativo e organizacional, da pequena empresa brasileira naquele momento. No geral, portanto, trata-se mais de um relatório de pesquisa, sem discussão teórica mais profunda dos dados levantados. Bresser redigiu os quatro primeiros capítulos do livro. A partir dessa pesquisa, Bresser consolidará seu interesse pelo tema do empresariado, a partir do qual, por sua vez, abordará o tema do desenvolvimento brasileiro.

Bresser se posiciona defendendo que “Tanto você [Luiz Eça] como eu, preferiríamos uma sociedade socialista não-comunista a uma sociedade capitalista. O problema que se coloca diante do Brasil, porém, não é capitalismo ou socialismo, mas desenvolvimento ou subdesenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 1962, 3).

Nessa carta, fica clara ao mesmo tempo a influência do ISEB sobre Bresser e seu reconhecimento de que a realidade teria superado a interpretação isebiana do processo político do desenvolvimento brasileiro.

Em continuidade, Bresser publica mais três artigos sobre o desenvolvimento brasileiro, focando principalmente no empresariado – suas origens sociais, étnicas, seu papel na industrialização brasileira entre outros temas.

O primeiro artigo, “O empresário industrial e a revolução brasileira”, foi originalmente publicado em 1963. Posteriormente, fez parte de três livros de Bresser – *Empresários e Administradores no Brasil* (Anexo III); *DeCB* (capítulo 4) e *Pactos Políticos* (capítulo 3). Constatando que, no momento de elaboração do artigo, o Brasil ainda se encontraria em “fase de transição”, isto é, a “Revolução” ainda não teria se concluído, Bresser levanta alguns questionamentos relativos ao papel dos empresários nesse processo (1963, 214), pois o principal aspecto da “Revolução Brasileira” é exatamente a “Revolução Industrial”, capitaneada pelos “empresários no sentido schumpeteriano do termo” (1963, 214-5).

Segundo a perspectiva de Bresser, a “Revolução Brasileira deverá continuar, mas sob impulso de outros grupos sociais, dos operários, da parte da classe média, dos estudantes, de grupos políticos de esquerda moderada”, e não mais dos empresários, pois a “classe industrial” deixou de ser um “elemento atuante e dinâmico” na “Revolução Brasileira” (BRESSER-PEREIRA, 1963, 224). Mesmo assim, esta última continua, “mas agora sem a liderança ou pelo menos a participação direta do industrial brasileiro” (BRESSER-PEREIRA, 1963, 224).

Percebe-se, portanto, tanto na carta a Luiz Eça quanto neste artigo, o afastamento relativo de Bresser em relação ao Iseb – ou pelo menos da leitura que fez dos isebianos. A identificação do empresariado, ou classe industrial ou burguesia, como a ponta mais avançada do processo de desenvolvimento brasileiro já não mais seria possível.

Seu segundo artigo acadêmico, “Origens étnicas e sociais do empresariado paulista” (1964), transparece nitidamente as leituras estadunidenses de Bresser,

principalmente J. A. Schumpeter⁷³. O empresário, ou pelo menos a atividade empresarial, entendida schumpeterianamente como atividade de inovação (viabilização econômico-mercadológica das invenções e desenvolvimentos de outras áreas, isto é, transformação dos progressos tecnológicos em meios de elevar a acumulação do capital), é essencial para o processo de desenvolvimento.

A principal conclusão que Bresser extraiu de sua pesquisa foi a da importância da “imigração para o desenvolvimento econômico brasileiro” (1974, 207-8). Com argumentos similares, no artigo “Três hipóteses sobre o início da industrialização brasileira e a economia cafeeira”, publicado como Anexo II de *EAB*, Bresser volta a contestar “a tese de que a industrialização brasileira, em São Paulo, foi consequência direta da economia cafeeira” (1974, 209).

Esse conjunto de pesquisas e textos sobre o papel do empresariado no desenvolvimento brasileiro desembocará em sua tese de doutorado, apresentada em 1972, *Mobilidade e Carreira dos Dirigentes de Empresas Paulistas*. Uma “tese de sociologia, embora defendida na FEA⁷⁴”, lembra Bresser (2002, 552), publicada em *EAB*, que contém também, conforme já visto acima, os demais textos de Bresser sobre empresariado, produzidos nos anos 1960.

Desenvolvimento como padrão de vida

Prefaciado pelo seu tio, Barbosa Lima Sobrinho, *DeCB* apresenta um amplo painel da história brasileira a partir de 1930. Sem dúvida nenhuma, é o maior sucesso editorial de Bresser: até 2003 (ano da edição mais atual do livro), foram 5 edições, cada uma atualizada a época de sua publicação.

DeCB faz jus a seu subtítulo da edição de 2003⁷⁵: trata-se de uma exposição sobre o Brasil que combina em doses variadas, a cada capítulo, “história, economia e política”, ainda que todos, ou quase todos, os acontecimentos e processos principais abordados no livro seja explicados, predominantemente, pela ótica da economia (o que não é nada surpreendente, tendo em vista a formação acadêmica de Bresser).

O objetivo geral do livro é apresentar uma análise global do processo de desenvolvimento brasileiro após 1930. Pelo fato de o livro ter sido publicado pela primeira vez em 1968 e depois sendo atualizado até 2003, ampliando seu período de análise em pelo menos 35 anos, o livro não deixaria de registrar as mudanças não

⁷³ Conforme já visto na análise do livro *EAB*, na Parte II deste trabalho, Schumpeter será uma referência muito importante para os estudos de Bresser sobre empresariado nesse momento. Cf. *EAB* (11, 16, 25).

⁷⁴ Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da USP.

⁷⁵ O subtítulo é “História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula”.

apenas pelas quais o Brasil passou, mas também, e principalmente, pelas quais Bresser passou.

Nesta seção, toma-se como referência apenas as edições de 1968 e 2003. Não se restringiu a análise à última edição apenas para captar melhor as mudanças de Bresser ao longo do período. O livro apresenta inicialmente uma discussão conceitual do termo “desenvolvimento” e, logo em seguida, encaminha-se para uma exposição histórica do desenvolvimento brasileiro em seus diversos aspectos – econômico, social e político.

Quanto ao conceito de desenvolvimento, na primeira edição, ele é praticamente identificado a elevação do padrão de vida da população. Assim Bresser o define:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações (*DeCB*, 1968, 16).

Considerando-se que se trata de um processo “global”, e que isto se refere a um processo que envolve todo o território do país; “automático” e “autônomo”, isto é, controlado por atores internos; e cujo resultado é a melhoria no “padrão de vida” da população de tal país, pode-se concluir que, ainda que não seja explicitada, a ideia de nação ou pelo menos de desenvolvimento nacional encontra-se como referência básica desse conceito de desenvolvimento. E isto se confirma mais adiante neste livro de Bresser.

Esmiuçando aquele conceito de desenvolvimento, a tônica recai sobre a noção de padrão de vida: o “resultado por excelência” do desenvolvimento é o “crescimento do padrão de vida da população”; “Falamos, propositadamente, em padrão de vida e não em renda per capita. A melhoria dos padrões de vida, o aumento do bem-estar, este é um objetivo universalmente aceito pelas sociedades modernas” (*DeCB*, 1968, 16).

Contudo, só haveria realmente desenvolvimento se “a melhoria do padrão de vida da população” for “automática, autônoma e necessária” (*DeCB*, 1968, 16-7), ou seja, basicamente *nacional*. Automática na medida em que o processo de desenvolvimento passar “a gerar a si mesmo”; necessária “na medida em que o reinvestimento e o crescimento das empresas torna-se uma condição de sobrevivência das mesmas”; e autônoma na medida em que, “uma vez iniciado, o desenvolvimento tende não só a gerar-se a si mesmo de forma necessária, mas também a encontrar dentro

de suas próprias fronteiras, especialmente em seu mercado interno, seus próprios fatores dinâmicos” (*DeCB*, 1968, 16-7).

Essa ênfase no padrão de vida permitiria situar historicamente o desenvolvimento, diferenciando-o do simples aumento da riqueza geral de uma sociedade.

O crescimento econômico, em si, não é sinônimo de desenvolvimento. Contudo, pode disparar um processo de transformação de uma sociedade tradicional em direção ao desenvolvimento. Aqui entram em cena as classes médias. O “essencial” para que tal passagem se realize, segundo Bresser, é “que a classe dominante tradicional (...) seja substituída no controle político da sociedade por um grupo de classe média” – com ou sem revolução política (*DeCB*, 1968,19).

Se a tônica nas páginas anteriores era o “padrão de vida” como resultado principal do processo de desenvolvimento, agora são as classes médias que entram no texto como as responsáveis principais por iniciar o processo de desenvolvimento. A regra é as classes médias deslocarem as classes dominantes tradicionais do poder, abrindo historicamente a janela de oportunidade para o desenvolvimento. Ainda que exceções possam ser encontradas, “Na grande maioria dos casos, porém, o desenvolvimento será iniciado no momento em que o poder político estiver predominante ou exclusivamente nas mãos de um grupo de classe média constituído seja por empresários burgueses” (*DeCB*, 1968,19).

Porém, “obviamente, à medida que” as classes médias “se vão estabelecendo no poder vão-se transformando em classe alta” (*DeCB*, 1968,19). A tomada do poder, do qual elas são, via de regra, protagonistas, somada a outros fatores diversos dão início a “uma fase histórica do país que tem sido chamada por uns de Revolução Industrial”, para salientar sua identificação com o processo de desenvolvimento; por outros de “Revolução Nacional, especialmente quando se trata de um país colonial ou semi-colonial”; e “por Rostow de decolagem, para dar ênfase ao rompimento com o estado de estagnação cônica” típica de sociedades tradicionais (*DeCB*, 1968,19-20; 186).

Dessa forma, o processo de desenvolvimento brasileiro pode ser entendido como uma revolução – nacional, industrial etc. – que teve “seu início na Revolução de 30 e seu término no fim do Governo Juscelino Kubitschek” (*DeCB*, 1968, 20). A partir deste momento, o país entrara em crise – segundo termo do título do livro –, e os rumos do processo de desenvolvimento passaram a dividir a sociedade brasileira.

A “Revolução Brasileira”, seu processo de desenvolvimento, é, acima de tudo, “Nacional”. Com o desenvolvimento, o Brasil “muda de objeto para sujeito da história e começa a se tornar senhor de seu próprio destino”⁷⁶. Até aquele momento somente em um sentido legal o Brasil poderia ser considerado uma *nação*” (*DeCB*, 1968, 77, grifo nosso)⁷⁷.

Os capítulos seguintes do livro são dedicados à análise dos diversos aspectos do processo de desenvolvimento brasileiro, isto é, de sua “Revolução Nacional”. O capítulo II, “Desenvolvimento econômico”, com o próprio título indica, é dedicado ao aspecto mais importante do desenvolvimento. Mesmo se tratando de um processo global e multifacetado – simultaneamente social, econômico, político, cultural, tecnológico etc. –, no “processo de desenvolvimento, o aspecto econômico é preponderante” (*DeCB*, 1968, 16).

O capítulo III, “Desenvolvimento social”, corresponde, conforme acima mencionado, ao artigo *The rise of middle class and middle management in Brazil* (1962). Trata-se, mais especificamente, de um texto dedicado ao “desenvolvimento” (mais precisamente, surgimento, constituição) das classes médias modernas no Brasil e sua importância para a formação da nação brasileira. Bresser considera o “surgimento de uma classe média mais atuante” (*DeCB*, 1968, 70), no final do século XIX, como um dos antecedentes da “Revolução Nacional Brasileira”⁷⁸.

No capítulo IV, “Desenvolvimento político”, Bresser analisa como desenvolvimento “político”, basicamente, o conflito entre ideologias opostas durante a primeira fase da industrialização do Brasil, e a vitórias das ideias em maior afinidade com as transformações do país: industrialismo x agriculturalismo; nacionalismo x cosmopolitismo; intervencionismo desenvolvimentista x liberalismo (*DeCB*, 1968, 100).

Bresser relaciona ideologias e grupos/classes sociais no período compreendido entre a Revolução de 1930 e o governo Juscelino Kubitschek opuseram “dois grupos pertencentes à classe alta”.

⁷⁶ A ideia de que desenvolvimento é tornar-se sujeito, e não mais objeto, da história pode ser encontrada na discussão do isebiano C. Mendes sobre alienação (subdesenvolvimento): “... dando às suas populações a possibilidade de se incorporar ao ocidente só na *condição de objeto, não de sujeito da história*” (MENDES apud TOLEDO, 1982, 70).

⁷⁷ Na edição de 2003, há um subtítulo no capítulo 2 que não constava na 1ª edição do livro, “Desenvolvimento econômico: a revolução industrial e nacional” (grifos nossos).

⁷⁸ Ao discutir o tema das classes médias, Bresser não perde a oportunidade para defender sua tese da tecnoburocracia também (*DeCB*, 76). Cf., para maiores detalhes quanto ao tema da tecnoburocracia em Bresser, o Capítulo 1.

Um aspecto interessante de sua discussão é sua análise da “esquerda” brasileira. Em um primeiro momento, Bresser a define pela sua identificação com o *socialismo* (DeCB, 1968, 109). Mas sua argumentação conduz a outro critério de classificação: a esquerda “autêntica” se reconhece pela sua *representatividade* em relação a “certos setores população” (DeCB, 1968, 110). E, tendo em vista que o “comunismo continua a ser uma ideologia completamente estranha dentro do país” e “Contraditório, orientado de fora do país” (DeCB, 1968, 110), então a esquerda mais “autêntica” seria, por dedução, aquela orientada, não tanto para a substituição da propriedade privada por outras modalidades – coletiva ou estatal –, mas para as “aspirações” de determinados setores da sociedade e a partir de dentro do Brasil – isto é, *nacionalista*.

Essa divergência entre a esquerda definida, inicialmente, *in abstracto* por referência ao socialismo, e a esquerda “autêntica”, que é remetida às aspirações de setores específicos da população, torna-se ainda mais evidente quando Bresser discute os “objetivos políticos” e ideologias da esquerda no período: “Pretendiam as esquerdas transformar o Brasil a curto prazo em uma país socialista? Não” (DeCB, 1968, 110).

E, deslocando ainda mais a possibilidade de empregar a definição de esquerda baseada em sua identificação com o socialismo para o período em exame (décadas de 1930 até início da década de 1960), Bresser conclui: “O socialismo ou mesmo o reformismo social não eram, portanto, as ideologias típicas, principais, dos grupos de esquerda no Brasil. Existiam, mas em estado latente” (DeCB, 1968, 110). Ou seja, o socialismo não teve peso político real no período. Completando a dissociação entre esquerda e socialismo, Bresser assim resume as “ideologias de esquerda no Brasil”: “Simplesmente, o nacionalismo, o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista”. Ou seja, as “mesmas defendidas pelos elementos mais representativos do grupo sócio-econômico emergente dos empresários industriais” (DeCB, 1968, 110-11).

Assim, inicialmente definida de modo genérico por referência ao socialismo, a esquerda termina por estar associada, ideologicamente, ao empresariado industrial emergente. Isso explicaria, no pensamento de Bresser, o porquê de grupos de esquerda como o “‘grupo de Itatiaia’ (...) que depois se reuniria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)” se tornaram, “em grande parte, em ideólogos da burguesia industrial brasileira na primeira fase da história desse Instituto”. Assim também o PTB, partido de esquerda que se aliou ao PSD (Partido Social Democrático), o qual representava “boa parte da burguesia industrial brasileira” (DeCB, 1968, 111).

A principal conclusão de Bresser após toda essa argumentação e caracterização da esquerda no Brasil é a de que, tendo em vista que a luta política da primeira fase da “Revolução Nacional Brasileira” ocorria entre dois grupos da classe alta – empresariado industrial x aristocracia rural –, “o papel da esquerda” era o “de força política auxiliar da burguesia industrial”, na medida em que a esquerda “não alcançara ainda autonomia política” (*DeCB*, 1968, 112).

Em suma, o “desenvolvimento político” de Bresser fica, assim, indefinido: não pode ser a plena constituição de uma nação, autônoma e auto-suficiente, pois Bresser afirma que o nacionalismo se enfraqueceu e que o capital estrangeiro teria muita força e influência no país; não pode ser a constituição de uma esquerda forte, pois Bresser avaliara esta como “imatura”; não pode ser a chegada da burguesia industrial ao poder, pelo menos não a nacional, tendo em vista, novamente, o peso do capital estrangeiro no país; não pode ser o amadurecimento da “nova” classe média, pois, da argumentação de Bresser, pode-se depreender que sua importância histórica está em ter sido o meio social do qual a nova classe dominante, a burguesia industrial, brotou.

Ao que parece, desenvolvimento “político” para Bresser seria, basicamente, a vitória de uma ideologia mais “moderna” sobre outra, mais “atrasada”, vitória do “industrialismo” sobre o “agrarismo”, ainda que isso pudesse ser associado mais ao desenvolvimento econômico do que ao político propriamente dito.

O capítulo V intitula-se “A crise brasileira”. Esta crise seria a “fase histórica” na qual o Brasil teria entrado a partir de 1961. Trata-se de uma análise conjuntural feita por Bresser sobre o período entre 1961 e 1966. Tal crise se definiria plenamente no Governo Castelo Branco (*DeCB*, 1968, 174). Do ponto de vista econômico, houve uma forte retração nas atividades econômicas, acompanhada de desemprego e menor crescimento da renda per capita (*DeCB*, 1968, 128-34). Em relação ao aspecto político da crise, haveria dois fenômenos que “englobam os demais”: a “falta de representatividade e o militarismo intervencionista” (*DeCB*, 1968, 135).

Definida a crise política como uma crise mais geral do regime democrático no Brasil, Bresser passa a analisar seus fatores econômicos principais. Divide estes fatores em “causas de médio prazo” – personalistas, “diminuição das oportunidades de investimentos”, limitações à capacidade de importar (e exportar, portanto), concentração de renda e inflação (*DeCB*, 1968, 137-49).

No capítulo VI, “A Viabilidade do Desenvolvimento Capitalista Para o Brasil”, o título do livro é justificado: “Desenvolvimento e crise foram, portanto, as duas

palavras-chaves do processo histórico brasileiro entre 30 e 67” (*DeCB*, 1968, 184). Tendo em vista isto, e a crise pela qual o Brasil estava passando no momento em que Bresser escreveu a primeira edição de *DeCB*, qual a viabilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil?

A questão da viabilidade é assim formulada: trata-se de um “desenvolvimento auto-impulsionado ou não”? Uma série de indicadores (instalação de um parque industrial formado por indústrias de consumo, de base e de bens de capital) levaram Bresser a concluir que a “Revolução Industrial Brasileira fora concluída. Este autor, mesmo, chegou a acreditar nisto e a escrevê-lo” (*DeCB*, 1968, 188). Contudo, Bresser reconhece seu engano. Ao “afirmarmos isto, o que estávamos fazendo era uma analogia com o desenvolvimento dos países desenvolvidos, e hoje estou convencido de que esta era uma falsa analogia” (*DeCB*, 1968, 188).

Tendo em vista a incompletude do processo, as três “ideologias possíveis” para o Brasil daquele momento seriam:

1) o “neoliberalismo clássico”, que é a “ideologia burguesa por excelência”. Em países subdesenvolvidos, tal ideologia assume um caráter “colonialista” por impedir um desenvolvimento nacional (*DeCB*, 1968, 203). Apesar de ter base em certas classes sociais, como a burguesia industrial e classe média, não teria viabilidade política no país;

2) o “liberalismo intervencionista tecnocrático-militar é a ideologia que passou a dominar o Brasil a partir de 1964” (*DeCB*, 1968, 204). Segundo Bresser, ela seria paradoxal: “é ao mesmo tempo intervencionista e liberal”, além de idealista, moralizante e conservadora (*DeCB*, 1968, 204).

3) o “nacionalismo desenvolvimentista” opõe-se ao colonialismo, fundamentando-se na noção de interesse nacional, em oposição aos interesses de outros países (*DeCB*, 1968, 206). Além de nacionalista, esta ideologia é desenvolvimentista por que o “desenvolvimento econômico” é seu principal objetivo, mais do que a estabilidade ou a segurança nacional, como nas outras ideologias (*DeCB*, 1968, 209-10).

Para Bresser, um “Governo com uma ideologia nesses termos, nacionalista, desenvolvimentista, social e democrática, eventualmente, poderá romper o círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro”. Contudo, não haveria “nenhuma garantia de que isso venha a ocorrer” (*DeCB*, 1968, 211). E mais, “entre as três [ideologias], a menos ‘possível’ de todas é exatamente o nacionalismo desenvolvimentista” (*DeCB*, 1968, 211).

Por tudo isso, e concluindo sua análise de 1967 do processo de desenvolvimento e da crise no Brasil, Bresser entrevê “perspectivas (...) sombrias” para o Brasil a “médio e longo prazo”. Pois a “viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil é hoje muito pequena” (*DeCB*, 1968,). Isto implica então que

só um sistema socialista poderá levar o Brasil ao desenvolvimento? Aqui entramos no reino das hipóteses. Pessoalmente, estou convencido de que um sistema basicamente socialista, em que fossem reservados, porém, alguns setores, de difícil planejamento e execução, para a iniciativa privada (...), ficando fundamentalmente para o Estado todas as indústrias básicas, boa parte da indústria pesada, o sistema bancário, e os serviços públicos – um sistema nesses termos seria o sistema ideal para o Brasil. Todas as empresas, fosse elas privadas ou estatais, funcionariam com grande autonomia. Seu controle seria em parte realizado pelo planejamento, pela concessão de estímulos e desestímulos, mas também através dos mecanismos de mercado, que continuariam atuantes” (*DeCB*, 1968, 214-5).

Curiosamente, e em certa medida, o que o regime militar realizou posteriormente foi algo próximo do que Bresser nesta passagem denomina de “sistema socialista”, isto é, forte intervenção estatal na economia com estímulos diversos aos setores privados.

Desenvolvimento e crise: as atualizações

O livro *DeCB* chegou a sua edição mais atual (2003) com 20 capítulos, quatorze a mais que a primeira edição⁷⁹. Se a primeira edição de *DeCB*, de 1968, apresenta uma perspectiva analítica própria, as edições posteriores, melhor dizendo, os capítulos que foram sendo adicionados a cada nova edição, se situarão no pensamento de Bresser mais como veículos de difusão e reafirmação de ideias e análises melhor desenvolvidas em outros textos do que como espaços para a elaboração de novas análises. Assim, em relação capítulos adicionados de sua segunda edição em diante, *DeCB* torna-se uma plataforma a mais de divulgação do que de criação.

Desenvolvimento e crise no Brasil: uma teia temática bresseriana

Em certa medida, portanto, *DeCB* agrupa praticamente todas as temáticas importantes associadas ao grande tema do desenvolvimento. Tendo em vista a quantidade de temas abordados no livro, lista-se abaixo apenas aqueles que foram continuados, retomados e/ou melhor desenvolvidos em outros textos.

1º) Edição de 1968: classes médias, tecnoburocracia, empresário/empresariado schumpeteriano, burguesia industrial, revolução nacional/nacionalismo/nação,

⁷⁹ No Prefácio à 5ª edição de *DeCB* (2003, 20-1), Bresser indica que capítulo(s) foi adicionado a cada edição.

subdesenvolvimento, substituição de importações, taxa de câmbio, inflação, competitividade, liberalismo.

2º) Edição de 1970: pacto burocrático-autoritário.

3º) Edição de 1972: nova dependência, subdesenvolvimento industrializado.

4º) Edição de 1984: dívida externa, ciclo, sociedade civil, redemocratização, pacto popular-democrático, socialismo democrático.

5º) Edição de 2003: crise fiscal ou crise do Estado, Consenso de Washington, populismo econômico, inflação inercial, reforma gerencial, taxa de juros, novo desenvolvimentismo e nação/interesse nacional.

Percebe-se, assim, que em *DeCB* aparecem as quatro versões do tema do desenvolvimento formuladas por Bresser: a nacional-desenvolvimentista, a do subdesenvolvimento industrializado, a da crise do Estado e a do novo desenvolvimentismo. Um “mesmo” texto e muitas linhas de dispersão temáticas em cruzamento⁸⁰. Para desenredar um pouco mais tal teia temática, a seguir discutem-se os demais textos mais propriamente econômicos de Bresser.

3.2 O SUBDESENVOLVIMENTO INDUSTRIALIZADO E A “NOVA DEPENDÊNCIA”

A “marxização” do desenvolvimento

A primeira parte do livro *Estado e subdesenvolvimento industrializado (EeSI)*, “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção”, já foi analisada no Capítulo 1 deste trabalho, tendo em vista tais “Notas...” representarem a reformulação da tese da tecnoburocracia em uma linguagem basicamente marxista.

Do ponto de vista das discussões e concepções em torno do desenvolvimento, *EeSI* apresenta também uma importante reformulação no pensamento bresseriano. Reformulação também, basicamente, marxista ou “marxizada”.

Bresser reconhece que não fora o único a propor uma reformulação da Economia Política. Celso Furtado, no livro *Prefácio à nova Economia Política* (1976), também havia proposto uma reformulação dessa ciência, mas Bresser afirma que *EeSI* já estava “virtualmente pronto” quando foi publicado aquele livro de Furtado, mas que mesmo

⁸⁰ Pedro Fonseca denominou essa coexistência de abordagens diferentes em *DeCB* de “ecletismo inovador” (2007). A resenha de Fonseca é uma das melhores apresentações a esse livro de Bresser, apesar de não discutir muito as variações de Bresser quanto ao tema do desenvolvimento. Por outro lado, problematiza a influência do estruturalismo cepalino e da “teoria” da dependência na construção do pensamento de Bresser. O ecletismo estaria presente também em alguns isebianos, cf. as críticas de Toledo (1982, 98-102) a G. Ramos e de Franco (1978, 161-65) a H. Jaguaribe.

assim espera que *EeSI* contribua ao “apelo” de Furtado para que os cientistas sociais e economistas se dedicassem àquela reformulação (*EeSI*, 25-6).

A reformulação da Economia Política proposta por Bresser desembocou no que ele denominou de “modelo de subdesenvolvimento industrializado” (*EeSI*, 26). A expressão é, originalmente, de C. Furtado. Contudo, inspirado em Marx (“sem ortodoxia”, sempre), M. Kalecki e J. M. Keynes, Bresser procurou formalizar o modelo a partir da macroeconomia.

O modelo analisado por Bresser aponta para “um tipo de desenvolvimento que mantém o subdesenvolvimento” (*EeSI*, 28). Mas o que é desenvolvimento? Na primeira edição de *DeCB*, a tônica foi a elevação do padrão de vida como sua característica distintiva. Contudo, o diálogo de Bresser em *EeSI* não é tanto com *DeCB*, mas sim com *Tecnoburocracia e Contestação (TeC)*. Neste livro, desenvolvimento fora praticamente reduzido a desenvolvimento tecnológico, na medida em que a técnica fora entronizada como princípio de explicação da dinâmica histórica⁸¹.

Em *EeSI*, a noção de desenvolvimento aparece mais elaborada e complexa do que na primeira edição de *DeCB* e em *TeC*. Embora fortemente inspirada em Marx ainda, como em *TeC*, desenvolvimento já não é mais pura e simplesmente desenvolvimento das “forças produtivas”/tecnologia, mas sim de

um processo persistente de desenvolvimento das forças produtivas, baseado na acumulação do capital e progresso técnico, que se traduz no aumento da renda por habitante e resulta em transformações nas relações de produção e na superestrutura jurídico-institucional e ideológica (*EeSI*, 28).

Contudo, desenvolvimento não é um processo que se repete de país para país de forma padronizada. O “Desenvolvimento Periférico do subdesenvolvimento industrializado contrasta com o Desenvolvimento Central” na medida em que é “concentrador de renda” e “não tende a integrar a sociedade mas mantê-la dual” (*EeSI*, 29).

Como típico de seu pensamento, Bresser classifica e caracterizando as posições principais em relação ao tema que está discutindo, no caso, o conceito de desenvolvimento na periferia. Haveria três posições: 1) a teoria da modernização, na qual “subdesenvolvimento é (...) falta de modernização. Um país é subdesenvolvido

⁸¹ Cf. a discussão de *TeC*, no Capítulo 1 deste trabalho.

porque não é suficientemente capitalista ou tecnoburocrático” (*EeSI*, 30); 2) a “perspectiva imperialista-espoliativa”, segundo a qual o “subdesenvolvimento é causado pela exploração capitalista dos países periféricos” (*EeSI*,30-1); 3) a posição de Bresser é por ele caracterizada como uma “teoria dialética da dependência”, que se aproxima da segunda perspectiva, mas é claramente distinta em relação a ela exatamente por ser “dialética”, e não “linear”. Tal perspectiva estaria presente em C. Furtado e FHC e apresentaria melhor uma “visão global do problema” do subdesenvolvimento (*EeSI*,31).

Subdesenvolvimento, assim, seria “um processo particular de desenvolvimento”, e “desenvolvimento dependente”. Seu “caráter dialético ou contraditório” estaria em que a “penetração do capitalismo nos países periféricos é ao mesmo tempo fator de desenvolvimento e de subdesenvolvimento” (*EeSI*, 33).

E assim, esgueirando-se entre posições estabelecidas em um campo de debates relativamente estruturado e ancorado em questões mais concretas, o pensamento de Bresser não pode realizar os mesmos altos voos interpretativos que empreendeu quando da formulação de sua tese da tecnoburocracia. Mesmo assim, contudo, não deixa de se elevar a graus mais abstratos de exposição argumentativa.

Esses graus são atingidos pela sua formulação de uma proposta de periodização da história econômica geral, da qual deriva as formas de Estado correspondentes. Tal periodização corresponde à segunda parte do livro, “O Estado periférico e o excedente”. É a partir deste ponto que Bresser entra de fato no tema central de *EeSI*, chegando a um novo campo de discussões.

Empresas multinacionais e Estado seriam os dois principais elos entre os países subdesenvolvidos e o capitalismo global. As primeiras seriam as correias de transmissão da “tecnologia produtiva de produto de processo”, enquanto o Estado “absorve e reproduz tecnologia administrativa e econômica” para dirigir não apenas seu aparato burocrático, mas também a sociedade como um todo (*EeSI*, 74).

Em ambos os casos, trata-se de “forças modernizantes” que condicionam o “subdesenvolvimento industrializado”. Em um primeiro momento, Bresser foca na questão do Estado (*EeSI*, 75-192), mantendo um mínimo de continuidade com a discussão anterior, sobre o modo de produção tecnoburocrático. Discute também o papel das empresas multinacionais, a fim de delinear de modo geral o modelo de análise do subdesenvolvimento industrializado (*EeSI*, 75).

Em busca de uma caracterização a mais precisa possível, Bresser multiplica os adjetivos. O Estado tecnoburocrático-capitalista dependente corresponde a uma

sociedade periférica e subdesenvolvida. O subdesenvolvimento corresponde a uma

sociedade dual, em que uma minoria dominante e modernizada reproduz padrões de consumo do centro, ao mesmo tempo que adota a sua tecnologia e a sua ideologia, enquanto a grande maioria da população é mantida marginalizada do processo de desenvolvimento, vivendo em condições de extrema pobreza (*EeSI*, 133).

A dependência refere-se à transferência do “excedente econômico para os países centrais” e a condição periférica a “um comércio do tipo do período primário-exportador nos quadros da divisão internacional do trabalho” (*EeSI*, 133).

O cruzamento da linha temática da tecnoburocracia com a do desenvolvimento é tal neste livro que até na explicação da emergência da tecnoburocracia Bresser recorre a C. Furtado, procurando associar “a rápida tecnoburocratização dos países” periféricos “a sua situação de dependência” (*EeSI*, 135).

Aproximando-se de uma leitura fortemente fatalista, assevera Bresser: “Tudo, portanto, contribui ou conspira para a emergência de um Estado cada vez mais poderoso – do Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente – nos países periféricos” (*EeSI*, 138). A discussão continua abarcando os outros adjetivos do Estado: desenvolvimentista (*EeSI*, 139-52), planejador (*EeSI*, 153-58) e produtor (*EeSI*, 160-66).

O modelo do subdesenvolvimento industrializado

Após esse longo excursus em torno da questão do Estado, Bresser chega afinal, terceira parte do livro, ao tema central do livro, o modelo de subdesenvolvimento industrializado ou “modelo de desenvolvimento com marginalização” (*EeSI*, 210).

Esse modelo teria “como característica básica, no plano interno, a existência de dois setores estruturais de produção”, um moderno e outro tradicional (mas não “pré-capitalista”) (*EeSI*, 210). Esses “dois setores correspondem a duas fases do desenvolvimento capitalista dos países subdesenvolvidos” (*EeSI*, 211): a primeira referente à “vigência do ‘velho’ imperialismo via comércio internacional” (*EeSI*, 212); a segunda ao processo de internacionalização das empresas do centro capitalista (*EeSI*, 213).

Em uma interessante passagem, Bresser caracteriza o Brasil como um país em que passado, presente e futuro se encontrariam: o “setor tradicional é predominantemente capitalista com alguns restos de relações de produção pré-capitalistas; o setor moderno é também predominantemente capitalista, mas contém elementos de relações de produção tecnoburocráticas em emergência” (*EeSI*, 215).

Essa é uma das discussões nas quais Bresser mais dialoga com alguns dos mais representativos economistas e sociólogos brasileiros estudiosos de desenvolvimento. E bem ao estilo Bresser, ou seja, via citações de nota de rodapé, sempre situando as outras análises em relação a sua e, raramente, a sua em relação às análises de outros.

O livro prossegue descrevendo a estrutura de classes correspondente ao modelo de subdesenvolvimento industrializado (*EeSI*, 219-23), construindo um modelo macroeconômico das “relações de oferta e procura” entre os setores da economia (*EeSI*, 224-33), descrevendo a dinâmica e funcionamento de tal modelo (*EeSI*, 234-45) e a distribuição da renda entre as classes sociais (*EeSI*, 246-63).

Com relação a este último tema, o da distribuição de renda, Bresser reafirma que a “reprodução dos padrões de consumo da metrópole é a lei básica do sistema, que de uma forma ou de outra condiciona as demais variáveis” (*EeSI*, 264). O limite do processo de acumulação do setor privado é dado, assim, pelo fato de que “o elemento dinamizador do modelo é o consumo de bens de luxo” (*EeSI*, 266).

Por fim, essa parte do livro termina com uma discussão sobre o planejamento (*EeSI*, 284-88), a inflação (*EeSI*, 289-96) e o desequilíbrio do setor externo da economia (*EeSI*, 298-307).

A quarta parte discute o papel o “fato novo” representado pela atuação das empresas multinacionais no modelo de subdesenvolvimento industrializado e seus impactos no sentido da ampliação dos vínculos de dependência e de engendramento das condições de fortalecimento da tecnoburocracia (*EeSI*, 311-50).

Por fim, a conclusão do livro analisa os limites daquele modelo. Para Bresser, este limite não seria econômico, mas político. “O problema, portanto, resume-se em uma relação de forças políticas”: capitalistas e tecnoburocratas, de um lado, trabalhadores, de outro (*EeSI*, 359).

E, apesar de certo fatalismo demonstrado em algumas passagens de seu livro, *EeSI* encerra-se com algum otimismo socialista:

O socialismo ainda é um objetivo a alcançar. (...) Em alguns casos serão necessárias revoluções. Em outros, as reformas paulatinas alcançarão o mesmo resultado, provavelmente com mais solidez. (...) Por isso, (...) há esperanças de progressos, mas desde que haja uma crescente tomada de consciência por um número cada vez maior de pessoas das transformações que é preciso realizar (*EeSI*, 367).

As encruzilhadas temáticas de EeSI

Em *EeSI*, as linhas de dispersão correspondentes à tecnoburocracia, de um lado, e ao desenvolvimento, de outro, se cruzam, com nítido predomínio da segundo sobre a primeira. Conforme suas análises se encorpam empiricamente e se orientam para ou pelo seu contexto histórico mais imediato – o Brasil dos anos 1970 –, Bresser se aproxima da realidade brasileira pela mediação da perspectiva estruturalista da economia.

Aliás, não apenas uma aproximação, mas uma incorporação que, conforme se espalha pelos seus textos, diminui o espaço da tese da tecnoburocracia. Espaço não apenas enquanto quantidade de páginas, mas principalmente enquanto conjunto de variáveis explicativas para os problemas levantados. Em relação a *EeSI*, as correlações causais sugeridas e as hipóteses trabalhadas brotam, praticamente, apenas da movimentação autoral de Bresser em meio ao contexto intelectual brasileiro dos anos 1970. Quer dizer, na formulação de seus textos, Bresser combinou a “linhagem” estruturalista, filtrada pelas discussões marxistas/cebrapianas, com as influências isebianas da juventude, concedendo espaço à abordagem – então extremamente influente – calcada na noção de “dependência” e se posicionando criticamente em relação à teoria da modernização e à por ele denominada interpretação “imperialista-espoliativa”. Pode-se dizer que, no essencial, *EeSI* é o posicionamento de Bresser nesse contexto de debates bem específico.

A inserção de menções à tecnoburocracia pode ser considerada como um esforço de aplicação do conceito a uma realidade concreta. Porém, a aparição da tecnoburocracia em *EeSI* não foi apenas instrumental. Ao justapor temas diferentes em um mesmo texto, Bresser procurou também estender a (relativamente alta) pretensão de validade de seu modelo de subdesenvolvimento industrializado à sua tese da tecnoburocracia.

Ou melhor, ao se inserir no debate sobre a economia brasileira elementos da tese da tecnoburocracia, o efeito intentado, sobre o leitor, era o de demonstrar que, se sua análise *como um todo* era válida e aplicável à situação concreta brasileira, então partes específicas suas, como a tese (e não apenas o conceito) da tecnoburocracia, também o seriam.

O livro *EeSI* é um marco importante na produção textual de Bresser por tentar articular de maneira explícita e sistemática os grandes temas do seu pensamento, até então expostos separadamente – desenvolvimento (*DeCB*) e tecnoburocracia (*TeC*). Não

se trata, contudo, de uma mera articulação, mas antes de um ponto de virada no qual o tema do desenvolvimento ocupará, dali em diante, o centro da maioria dos textos de maior fôlego de Bresser. A exceção mais importante é o período da Reforma Gerencial de 1995, na qual também, contudo, há textos de longo fôlego centrados no tema do desenvolvimento – como *Crise Econômica e Reforma do Estado* (1996).

Quer dizer, cada vez mais, de meados dos anos 1970 em diante, haverá um reposicionamento de praticamente quase todos os elementos (conceitos, ideias-força, dados empíricos, argumentos, hipóteses etc.) até então presentes no interior de sua obra tendo por referência principal o tema do desenvolvimento.

Isso fica ainda mais claro quando se leva em consideração os livros publicados por Bresser entre o lançamento de *EeSI* (1977) e sua primeira indicação para ocupar um cargo público (1983). Serão cinco livros, quatro coletâneas de artigos (*CAC*, *RU*, *SET* e *IOB*) e apenas um livro de maior fôlego, justamente sobre o tema do desenvolvimento: *Economia Brasileira* (1982).

Em 1981, Bresser publicou, com Fernando Prestes Motta, o livro *Introdução à Organização Burocrática (IOB)*, com textos seus inicialmente escritos nos anos 1960. Entre outros propósitos, o livro pretendeu ser também didático. Outro livro com intenções didáticas elaborado por Bresser foi *Economia Brasileira (EB)*, publicado pela primeira vez em 1982. Se *IOB* discorria sobre o tema da (tecno)burocracia, *EB* estará calcado principalmente na argumentação, elaborada por Bresser, que serviu de estofa para a análise do subdesenvolvimento industrializado – sua formulação mais avançada do tema do desenvolvimento.

Os estertores do marxismo em Bresser?

O livro *EB* representa, juntamente com *EeSI* e *Lucro, Acumulação e Crise (LAC)*, o “auge” do marxismo de Bresser⁸², declinante pouco antes de sua guinada “pragmática”, visível na terceira edição do livro (1998), na qual foram adicionados, sem alteração substancial do conteúdo da primeira edição, mais oito capítulos, atualizando a análise até meados dos anos 1990. Marxismo esse marcante principalmente em termos de linguagem. Pois os traços gerais da análise caminham pela trilha aberta pelos estruturalistas brasileiros, C. Furtado e I. Rangel principalmente, combinada com as

⁸² Em determinado ponto do livro, Bresser escreve: “(...) os intelectuais de esquerda ou marxistas (não necessariamente marxistas-leninistas nem marxistas ortodoxos), entre os quais me incluo (...)” (*EB*, 93).

contribuições da macroeconomia⁸³.

Apesar de ser sobre a “economia brasileira”, *EB* trata, mais especificamente, do modelo de (sub)desenvolvimento da economia brasileira em sua fase de industrialização. É, provavelmente, a melhor exposição sobre o tema em Bresser.

O livro *EB* é onde aparece de modo mais claro e sistemático não somente a concepção de desenvolvimento de Bresser, mas também sua filiação à linhagem estruturalista da ciência econômica latino-americana. O livro é dedicado para C. Furtado e I. Rangel, “mestres de economia política”, e, por ser didático, tem ao final uma “Bibliografia básica sobre a economia brasileira” comentada por Bresser na qual aqueles dois economistas figuram em primeiro plano.

Subdesenvolvimento: dualismo, heterogeneidade e desequilíbrio

E assim, na primeira parte do livro, “A bases do subdesenvolvimento”, Bresser retoma sua exposição acerca da dualidade ou heterogeneidade estrutural da economia brasileira. Dualismo esse que seria “o produto da coexistência do capital mercantil, marcado por fortes traços pré-capitalistas, com o capital industrial, e pela capacidade de este último absorver a abundante força de trabalho existente no primeiro” (*EB*, 18). O critério de distinção entre ambos seria o grau de produtividade – maior no setor moderno ou industrial.

Justamente esse critério é o ponto de partida da caracterização do subdesenvolvimento industrializado. “O subdesenvolvimento brasileiro é (...) definido por uma produtividade do trabalho insuficiente e por uma desigual distribuição dos frutos dessa produtividade – ou seja, da renda – também desigual” (*EB*, 18). Assim, (1) a produtividade média por trabalhador, nesse modelo, é baixa, pois o maior grau de produtividade no setor moderno é negativamente compensado pela menor produtividade no setor não moderno, rebaixando a média geral, portanto; ligado a isso, (2) a renda e produto por habitante são baixos, além de (3) mal distribuídos, principalmente a renda. Estas duas últimas características estão na base das (4) condições precárias de vida da maioria da população. A caracterização se completa pela referência à (5) dependência, que além de tecnológica e cultural (reprodução dos padrões de consumo do centro capitalista), envolve também “uma economia sem autonomia no seu processo de

⁸³ Em outro ponto do livro, Bresser escreve: “a política econômica administrativa [*em contraposição à ortodoxia econômica monetarista ou neoclássica*] abrangeria os economistas críticos do sistema capitalista, embora não revolucionários, que podem ser chamados de estruturalistas, neokeynesianos ou neomarxistas. (...) Os defensores de uma política econômica administrativa, entre os quais me incluo (...)” (*EB*, 153).

desenvolvimento, uma economia que não controla os recursos fundamentais para que possa aumentar sua produção por habitante” (*EB*, 19-20).

Para explicar essa situação, haveria várias teorias. Novamente Bresser classifica o debate apontando dois extremos – a teoria da modernização, de um lado, e a do imperialismo, de outra – e localizando a sua entre ambas (*EB*, 21-4). Algo muito semelhante ao que já havia feito em *EeSI* (30-1) também, com uma diferença: sua posição já não é mais denominada “teoria dialética da dependência” (*EeSI*, 31), mas sim “teoria histórica do subdesenvolvimento” (*EB*, 24).

Essa sua teoria do subdesenvolvimento parte da distinção entre dois tipos de capital, o mercantil e o industrial. Quer dizer, parte da noção dualismo ou heterogeneidade estrutural. Tal distinção é importante devido à importância do capital mercantil no Brasil e na América Latina como um todo, “dificultando a emergência do capital industrial” (*EB*, 24).

Após discutir os desequilíbrios estruturais (*EB*, 77-95) e esmiuçar algumas possibilidades de superação de tais desequilíbrio (*EB*, 134-52), Bresser encerra o livro propondo uma política econômica administrada, constituídas principalmente pelas políticas fiscal, monetária e de controle direto dos preços (mercadorias, câmbio, juros e salários) (*EB*, 154; 154-57).

Quanto às perspectivas da economia brasileira, Bresser é taxativo: o “subdesenvolvimento industrializado maduro” será “talvez a última etapa de nossa história enquanto economia subdesenvolvida” (*EB*, 164). Porém, o país não está “condenado ao capitalismo para todo o sempre” (*EB*, 164), argumenta um Bresser socialista: “a sociedade e a economia brasileira já começam a ficar prontas para o avanço de estruturas socialistas” (*EB*, 164). O socialismo de Bresser, como quase tudo em sua produção intelectual, não era muito convencional, na medida em que argumenta à favor de “um caminho socialista para o Brasil com base não apenas nos trabalhadores, mas também nos intelectuais e estudantes” (*EB*, 164). “Da mesma forma que algumas sociedades europeias caminham ainda que lentamente para o socialismo democrático, é de se esperar que o Brasil também o faça” (*EB*, 164-65).

Socialismo, portanto, com colorações socialdemocratas.

A edição mais recente do livro, a terceira, manteve praticamente intactos os 25 primeiros capítulos da primeira edição. Comparando a primeira e a terceira edição, as alterações envolvem o final do antepenúltimo capítulo, em que alguns parágrafos são retirados e outros adicionados, e o último capítulo, revisado e ampliado. São suprimidos

também, da terceira edição, os dois últimos capítulos da primeira edição e uma bibliografia comentada, substituída por uma bibliografia convencional. Bresser adicionou, por outro lado, uma seção, “Crise e reforma”, com 7 novos capítulos.

Nos capítulos adicionados na terceira edição, Bresser expõe uma vez mais sua interpretação da crise brasileira dos anos 1980, ou seja, a da “crise do Estado”. A diferença principal entre esta exposição e as anteriormente realizadas, sobre a “crise do Estado”, é que no momento em que estava escrevendo esta terceira edição Bresser havia voltado para o governo federal, como ministro do governo FHC.

Pode-se ressaltar alguns pontos de sua leitura da economia brasileira de então. O primeiro é a manifestação de certo otimismo ao afirmar que “com a estabilização afinal alcançada através do Plano Real, a economia volta a crescer ao que tudo indica de forma sustentada, terminando final a grande crise” (*EB*, 1998, 165). Outro ponto se refere às reformas que estavam sendo elaboradas e implantadas à época, sob o governo FHC, que teriam sido não apenas “reformas orientadas para o mercado”, mas “também orientadas para o interesse nacional brasileiro” (*EB*, 1998, 86). Um terceiro tema importante é o das taxas de juros, “elevadíssimas compensando uma taxa de câmbio claramente valorizada”: essas duas taxas constituiriam “o principal obstáculo ao desenvolvimento brasileiro” (*EB*, 1998, 200). Por último, em tempos de globalização, Bresser reafirma a importância de “um novo nacionalismo”, fundamentado “no conceito de ‘interesse nacional’, que terá de ser protegido e negociado caso a caso” (*EB*, 1998, 204). E Bresser cita e elogia Barbosa Lima Sobrinho, “o mais notável representante do nacionalismo no Brasil” (*EB*, 1998, 206, nota 2). Referências e elogios à Barbosa L. Sobrinho se tornarão uma constante na produção intelectual de Bresser dos anos 1990 em diante, principalmente quando o tema é nação ou nacionalismo.

Um diagnóstico sobre a crise, um posicionamento quanto às respostas dadas à esta última até então, a indicação de um dos principais desafios a serem enfrentados e a reafirmação do “interesse nacional” como eixo das grandes decisões a serem tomadas pelo governo. É isto, basicamente, que a edição de 1998 de *EB* traz.

É interessante como o posicionamento de Bresser quanto aos três primeiros pontos sofrerá alterações após o fim do governo FHC, em 2002, alterações estas avaliadas pelo quarto ponto, o “interesse nacional”.

As reformas empreendidas nos anos 1990 e a política econômica pós-Plano Real mostraram-se, na verdade, insuficientes para promover a retomada do desenvolvimento, vivendo o Brasil, desde então, uma situação de “semi-estagnação”. Ao final das contas,

as políticas que compuseram a “macroeconomia da estagnação” hegemônica no Brasil prejudicaram mais do que promoveram o interesse nacional e, nos anos 2000, o obstáculo representado pelas altas taxas de juros e por um câmbio valorizado será um dos temas mais discutidos e um dos aspectos mais criticados por Bresser (*Macroeconomia da Estagnação; Globalização e Competição*) nas políticas econômicas, não apenas dos governos FHC (1995-2002), mas dos governos Lula (2003-2010) também.

Lucro, acumulação e crise: o fim de um ciclo

Conforme já mencionado no início da exposição sobre o livro *EB*, este livro, juntamente com *EeSI* e *Lucro, Acumulação e Crise (LAC)* constituem as principais contribuições analíticas de Bresser a partir de uma incorporação forte do marxismo em sua obra. Dos anos 1980 em diante, a presença da macroeconomia será tão forte em sua produção intelectual que praticamente não terá rival. Esse movimento, já observável em *EeSI* e *EB*, torna-se explícito e definitivo em *LAC*, que apresenta uma problemática tipicamente marxista em uma formulação fundamentalmente macroeconômica. Muitos anos depois, Bresser se referirá à *LAC* como o livro no qual “utilizei ferramentas marxistas para chegar a conclusões ‘não-marxistas’, que os marxistas modernos ainda têm dificuldade em aceitar, apesar dos novos fatos históricos que mudaram o capitalismo e exigiram uma nova análise” (*CER*, nota 111, 152).

Se *DeCB* é o maior sucesso editorial de Bresser, *LAC* é o que teve maior repercussão acadêmica⁸⁴. Trata-se da tese de livre-docência de Bresser, que consolida sua formação em economia. O trabalho, segundo conta o próprio Bresser (*LAC*, 9), demorou praticamente 15 anos para ficar pronto, sendo que sua primeira versão foi um pequeno texto escrito em 1970, que foi seguidamente ampliado e reformulado de acordo com os debates travados em torno dele na FGV de São Paulo e do Rio de Janeiro, no Cebrap e incorporando as críticas e sugestões feitas nessas ocasiões, assim como as dos colegas que leram os textos. Ao final, apresentou a uma banca na USP em 1985, publicando o trabalho em 1986. Trabalho no qual se ressalta, sem dúvida, um dos traços autorais mais tipicamente bresserianos: o desenvolvido dos textos e das ideias ao longo de uma intensa circulação acadêmico-institucional de Bresser.

⁸⁴ Dos sete artigos que compõem a seção “Economia”, da coletânea em homenagem aos 70 anos de Bresser organizada por Nakano, Rego e Furquim (2004), três discutem *LAC*: as contribuições de Luiz A. Lima (pp. 161-72), de Jorge A. R. da Cunha (pp. 173-99) e de Fábio A. de Araújo (pp. 201-13).

Sendo assim, o início da elaboração de *LAC* corresponde a um importante momento de transição na trajetória de Bresser, o de encerramento de seu ciclo de estudos sobre um tema do empresariado e desenvolvimento, com a apresentação de sua tese de doutorado em 1972, e de sua aproximação com o marxismo paulista produzido principalmente a partir do Cebrap.

O livro aborda um dos temas centrais no pensamento de Bresser, o desenvolvimento. Porém, não se trata de analisar casos particulares, como em textos anteriores (*DeCB*, *ESdl*, *EB* entre outros), mas antes as tendências gerais e de longo prazo do capitalismo. Trata-se, portanto, do desenvolvimento em sua forma mais depurada possível de particularidades.

O tema da tecnoburocracia também aparece, mais ao final da exposição, contudo, incorporada à discussão como resultante da dinâmica econômica capitalista que se pretendeu explicar ao longo do livro.

Quanto ao conceito de desenvolvimento, este é concebido basicamente em termos marxistas. As variáveis econômicas básicas do capitalismo seriam a *taxa de lucro*, no curto prazo, e a *taxa de mais-valia* ou relação lucros/salários, no longo prazo. Essas duas taxas determinariam o processo de *acumulação capitalista*. Desta última dependeria, por sua vez, a *taxa de produtividade* da economia, definida como sendo aproximadamente o crescimento do produto por habitante. Outra variável fundamental para a definição da taxa de produtividade é o *ritmo do progresso técnico*, definido como a elevação da produtividade por trabalhador ou pelo aumento renda por trabalhador.

A perspectiva mais imediata das decisões tomadas pela burguesia seria a do curto prazo, ou seja, a do lucro. Esta variável básica encontra-se no centro do sistema capitalista de produção. Em torno dela e tendo em vista ela é que se explicariam os processo de acumulação capitalista, progresso técnico e crescimento das organizações (*LAC*, 12-3, 28). Sendo assim, a tese da tendência da queda da taxa de lucro, formulada por Smith, Ricardo e Marx (*LAC*, 11), seria fundamental.

Bresser considera a tese basicamente correta, ainda que a tendência estivesse ocorrendo “em um prazo mais longo do que aquele implícito nas análises de Marx e por razões em parte diversas” (*LAC*, 11-2). Se a detecção da tendência é correta, e se ela afeta a variável central do sistema capitalista, então passa a ser imperioso compreender sua dinâmica e as razões de seu ritmo mais lento que o previsto inicialmente. O objetivo de Bresser, portanto, é “apresentar um modelo econômico que nos permita compreender as coordenadas básicas do desenvolvimento capitalista e entender como esse processo

de acumulação e crise conseguiu manter-se vivo e dinâmico até hoje” (*LAC*, 14-5) apesar da previsão de seu colapso pela queda tendencial da taxa de lucro estar basicamente correta.

Bresser parte de Marx, porém a discussão das variáveis econômicas mobilizadas pelo economista alemão – mais-valia, composição orgânica do capital, composição técnica do capital, progresso técnico e taxa de salário (*LAC*, 16) – serão discutidas “diretamente em termos de preço e não em termos de valor” (*LAC*, 17), como Marx teria feito n’*O Capital*. Trata-se, assim, da redefinição do problema em termos macroeconômicos, e não mais nos da teoria do valor-trabalho. “O problema das variações de valor fica, assim, embutido no comportamento dos preços” (*LAC*, 17).

Nessa operação não haveria “qualquer violência ao pensamento de Marx”, pois, além do próprio Marx se preocupar diretamente com o problema da transformação do valor em preço, as “decisões dos agentes econômicos são feitas em termos de preços e não de valor”, o que torna a investigação dos preços imprescindível (*LAC*, 18). Além disso, uma abordagem macroeconômica, além de não violentar o pensamento de Marx, tornaria a análise mais operacional na medida em que trabalha com preços e agregados macroeconômicos (*LAC*, 19, 43). “O que violenta o pensamento marxista é pretender que os preços sejam determinados em última instância não pelo valor-trabalho, mas pela utilidade marginal do bem” (*LAC*, 20-1).

Discutindo os processos de oligopolização e estatização (*LAC*, 89-112), Bresser analisa os fatores que contribuíram para a formação de um setor produtivo estatal e sua funcionalidade para a acumulação capitalista, expondo, outra vez e sem grandes surpresas, sua tese da tecnoburocracia e fazendo referência – como de costume – a J. K. Galbraith (*LAC*, 89), a *SET* (*LAC*, 91) e a *ESdI* (*LAC*, 96) em notas de rodapé.

Vinculando sua tese da tecnoburocracia com a discussão feita em *LAC*, Bresser vaticina:

a classe dominante capitalista, ao buscar proteger sua taxa de lucro, adota as estratégias de oligopolização e estatização da economia. Ora, estas estratégias, que obviamente têm outras condicionantes além da defesa da taxa de lucro, acabam por estabelecer as bases da própria destruição burguesa, ainda que no curto prazo sejam eficientes em garantir a taxa de lucro e a própria acumulação capitalista (*LAC*, 111-12).

A terceira parte de *LAC*, “Desenvolvimento e acumulação capitalista: o processo histórico”, abre-se com uma discussão sobre a questão dos salários no capitalismo, sua relação com o lucro e o progresso técnico (*LAC*, 115-31). Bresser parte, então, para um

de seus exercícios intelectuais prediletos: a construção de modelos econômicos e a identificação de etapas na história.

Nesse sentido, Bresser retoma uma noção muito presente em seus textos, a de ciclo econômico. Porém, defende que o “modelo de desenvolvimento capitalista a longo prazo tem caráter aparentemente circular. Na verdade, é um processo dialético de causações recíprocas” (*LAC*, 133). O modelo proposto relaciona as principais variáveis trabalhadas até este ponto e suas “causações recíprocas” – produtividade do capital, composição técnica do capital, produtividade do trabalho, taxa de lucro, taxa de salários etc. Assim, a partir de Kondratieff, identifica o que considera as principais etapas do capitalismo: Revolução capitalista (séculos XVII e XVIII); Capitalismo Competitivo (século XIX até aproximadamente 1870); Capitalismo Oligopolista ou Monopolista (aproximadamente 1870 até a II Guerra Mundial [1939-1945]); “após a Segunda Guerra Mundial, teria eventualmente início a fase atual do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático ou de Estado” (*LAC*, 143-44).

Bresser aponta também os “fatos históricos novos” associados à emergência do capitalismo oligopolista e tecnoburocrático (*LAC*, 226-31), rendendo tributo, como sempre, à J. K. Galbraith pelo seu pioneirismo (*LAC*, 231). Bresser passa a avaliar os impactos dessa nova formação social sobre os ciclos econômicos e os mercados, além de discutir a crise pela qual o capitalismo estava passando então (*LAC*, 231-46).

Ao final, Bresser, que à época da finalização e publicação de *LAC* já estava fortemente envolvido não apenas com a militância partidária, mas também ocupando cargos governamentais, faz algumas observações sobre política econômica (*LAC*, 245).

Após várias rodadas de argumentação, tocando em diversos temas que, no pensamento de Bresser estariam ligados à problemática da tendência de queda da taxa de lucro, a conclusão geral de *LAC* é a de que o capitalismo seria mais flexível do que Marx havia previsto no século XIX e, apesar de basicamente correta do ponto de vista lógico e teórico, a análise dos ciclos e etapas do capitalismo, somada a considerações sobre as lutas de classes e o progresso tecnológico, revelariam o porquê de a “possibilidade lógica” de um colapso do capitalismo pela queda da taxa de lucro ainda não teria se concretizado historicamente.

3.3 A CRISE DO ESTADO

O livro *LAC* representou, praticamente, o último grande suspiro do processo de marxização do pensamento de Bresser. Conforme já visto anteriormente, dos anos 1980 em diante, a perspectiva da macroeconomia, J. M. Keynes e M. Kalecki principalmente, será incorporada de tal forma ao pensamento de Bresser que outras abordagens apareceriam em sua obra apenas de maneira marginal – como o marxismo – e/ou para ser criticadas – monetarismo, por exemplo. A exceção mais notável aqui é o estruturalismo, de C. Furtado e I. Rangel, em relação ao qual Bresser sempre se considerou fiel⁸⁵.

Os anos 1980 foram marcados pela transição democrática no Brasil, acompanhada por uma das maiores crises que este país passou em toda sua história. Conforme já visto na seção anterior, *LAC* representa também uma transição no pensamento de Bresser: a do deslocamento do marxismo pela macroeconomia.

Uma terceira transição é fundamental em Bresser, uma “transição intelectual”, que desembocará na defesa da implantação de reformas orientadas para o mercado com base no argumento de que o nacional-desenvolvimentismo teria se esgotado no Brasil.

Assim, a transição democrática permitiu a reabertura, ‘lenta e gradual’, do sistema político a atores políticos e intelectuais que até então, por estarem na oposição, não tinham oportunidades de ocupar cargos públicos. Esse foi o caso de Bresser. Paralelamente à transição democrática, portanto, Bresser foi transitando de um *marxismo de oposição*, por assim dizer, para uma *macroeconomia de administração governamental*. Após um primeiro período de circulação no mundo da política governamental (1982-87), ficou convencido da necessidade de uma terceira transição: a “intelectual”, que se inclinava para reformas orientadas para o mercado.

A maioria dos textos produzidos no período de militância partidária e atuação governamental de Bresser dedicam-se à formulação de sua interpretação da “crise de Estado”. Sob essa expressão, temas como dívida externa, inflação, populismo econômico, reformas orientadas para o mercado, Consenso de Washington, reforma gerencial, globalização entre outros serão articulados de acordo com a dinâmica da

⁸⁵ Em seu manual de história do pensamento econômico, Oliveira e Gennari (2009, 405-09) classificam Bresser na “Escola Heterodoxa”, juntamente com I. Rangel. Ainda que o façam considerando apenas ou principalmente sua produção dos anos 1980, quando escreveu defendeu o “choque heterodoxo” para combater a inflação brasileira.

conjunturas a cada período. O tema do desenvolvimento passa a ser, portanto, o tema de sua crise e das propostas de retomada.

Conforme visto no Capítulo 2 deste trabalho, o livro *Colapso de uma aliança de classes* (1978) inaugura um período na produção intelectual de Bresser povoado por coletâneas de artigos de natureza diversa – jornalísticos, acadêmicos, entrevistas etc. As coletâneas onde predominam temas políticos já foram discutidas no Capítulo 2. A seguir, discute-se as coletâneas onde os temas econômicos são predominantes: *A Dívida e a Inflação* (1985), *Jogo Aberto* (1989), *Inflação e Recessão* (1991), *Populismo Econômico* (1991), *Os Tempos Heroicos de Collor e Zélia* (1991), *A Crise do Estado* (1992), *Reformas Econômicas em Democracias Novas* (1996) e *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil* (1996).

A formação da crise: atores e processo

Os livros *A Dívida e a Inflação* e *Inflação e Recessão* cobrem o período entre do governo João B. Figueiredo (1979-1985) e começo do governo Sarney (1985-1990). Analisam, assim, o processo de formação da grande crise econômica brasileira dos anos 1980 e alguns de seus desdobramentos.

O livro *A Dívida e a Inflação (DI)* é quase um “samba de uma nota só”: crítica à administração da economia brasileira levada a cabo durante o último governo militar, principalmente quando tal administração adotou medidas típicas do monetarismo ortodoxo recessivo. Um das ideias centrais da coletânea, presente constantemente nos diversos textos que a compõem, é a de que a responsabilidade pela crise econômica brasileira dos anos oitenta não poderia ser atribuída apenas às mudanças no cenário econômico internacional, mas também, em grande medida, às políticas econômicas do governo brasileiro em resposta àquelas mudanças.

A introdução do livro é uma ampla análise conjuntural da economia brasileira que cobre, aproximadamente, o governo Figueiredo (1979-1985). Resumindo essa análise, Bresser escreve que

no setor econômico, nestes seis anos tivemos dois anos (1979 e 1980) de crescimento artificial, quando a economia deveria ter entrado em processo de ajustamento moderado; três anos de recessão e violento ajustamento (1981 a 1983); e um ano de ajustamento e ao mesmo tempo de recuperação (1984) (*DI*, 13).

O momento crucial do período teria sido, na avaliação de Bresser, os dois primeiros anos do período (1979-80), nos quais o governo, ao invés de procurar ajustar a

economia brasileira aos choques externos, apostou em uma nova fase de crescimento econômico que se mostrou não apenas “artificial”, mas também desastrosa. A decisão governamental de estimular o crescimento da economia em 1979 e 1980, acompanhada de uma política cambial equivocada “tiveram efeito catastrófico” (DI, 9) sobre a economia brasileira: a “inflação dobrou de patamar” de 1978 para 1980, o déficit na balança de transações reais aumentou fortemente, assim como a dívida externa também (DI,9). O resultado geral foi tornar a economia brasileira mais vulnerável ainda às forças e acontecimentos externos.

Já o livro *Inflação e Recessão (IR)* foca menos nos atores e mais no processo da crise. O livro reúne as principais contribuições de Bresser – e seu principal colaborador, Yoshiaki Nakano – ao tema da inflação. É uma coletânea de artigos publicados entre 1981 e 1985. O objetivo era “desenvolver ou sistematizar uma teoria sobre a inflação adaptada ao capitalismo oligopolista e tecnoburocrático dos nossos dias”. Essa teoria calca-se no “conceito de inflação inercial”, a qual seria a “última manifestação da teoria estruturalista latino-americana” (IR, 8).

Percebe-se, portanto, a intenção de Bresser de cruzar seu principal projeto teórico dos anos 1970 – a tese da tecnoburocracia – com a linhagem, da qual sempre se declarou continuador, do estruturalismo latino-americano. Um cruzamento sem prévio planejamento, mais intenção que projeto articulado, pois se tratam de artigos escritos em momento diferentes e não necessariamente para os mesmos públicos. Ao organizá-los sob a forma de coletânea e visualizá-los em conjunto, Bresser entreviu possibilidades de articulação e cruzamentos, possibilidades essas que não foram muito além de sugestões.

A coletânea traz, assim, um segmento de uma linha de dispersão temática que combina os estudos prévios de Bresser sobre desenvolvimento e tecnoburocracia. Combina, contudo, com um refinamento conceitual e um lastro empírico bem mais sólido e especificado.

A primeira parte da coletânea, “A inflação no capitalismo oligopolista”, compõem-se de 4 artigos. Tomados em conjunto, é possível acompanhar em maiores detalhes os desdobramentos teóricos do problema da inflação, que inicialmente é delineada a partir dos principais referenciais do pensamento de Bresser nos anos 1970 – tese da tecnoburocracia, marxismo, estruturalismo latino-americano –, mas aos poucos vai ganhando estatura própria e sendo formulada a partir de uma teoria bem particular: a da inflação inercial.

A primeira parte do livro agrupa os textos nos quais aparece de maneira mais direta e específica a formulação da versão de Bresser e Nakano da inflação inercial. Já a segunda parte, “A inflação brasileira”, contém textos cujo tema central é a inflação, mas não necessariamente contribuem para a formulação da inflação inercial.

Essa segunda parte apresenta textos que discutem a inflação brasileira a partir das ideias de Ignácio Rangel sobre a inflação brasileira (*IR*, 119-45), do qual Bresser se considera um discípulo e continuador, principalmente em relação à análise da inflação. Apresenta também críticas a propostas de políticas antiinflacionárias recessivas (*IR*, 161-84) e análises conjunturais da economia brasileira (*IR*, 189-207) e argentina (*IR*, 208-13).

A cruzada pós-Cruzado: a passagem de Bresser pelo Ministério da Fazenda

Em fevereiro de 1986, o governo Sarney lançou o Plano Cruzado, cujo objetivo central era combater a inflação. Após a euforia inicial, as dificuldades inerentes à administração de uma economia em crise foram minando as bases do plano e enfraquecendo a equipe que o concebeu. Em abril de 1987, Dílson Funaro deixa o Ministério da Fazenda. Para seu lugar, é indicado o então Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Bresser⁸⁶.

O livro *Jogo Aberto (JA)* é a melhor introdução à passagem de Bresser pelo Ministério da Fazenda, pois acompanha de perto toda a trajetória dos principais acontecimentos do período. Organizada pelo economista C. A. Sardenberg, que escreveu também pequenos textos introdutórios situando resumidamente o leitor no contexto da época, trata-se de uma coletânea de entrevistas, exclusivas e coletivas, concedidas por Bresser enquanto ministro e de uma reportagem feita um ano após sua saída do Ministério.

Bresser assumiu o Ministério da Fazenda em 29 de abril de 1987, sendo o terceiro ministro de Sarney na pasta – Francisco Dornelles e Dílson Funaro foram os anteriores. Antes de assumir oficialmente o posto, Sardenberg lembra que Bresser “Mostrou suas posições, mas exagerou, sem dúvida, especialmente para um ministeriável da área econômica” (*JA*, 13). Ao afirmar ser necessário algum tipo de choque para conter a inflação, um congelamento de preços, por exemplo, gerou condições adversas à aplicação da medida, pois um congelamento de preços, para ser efetivo, teria que conter certo elemento de surpresa. Do contrário, o que se provoca é

⁸⁶ Cf. o livro de Carlo A. Sardenberg (1987) para uma excelente exposição da formulação e implementação do Plano Cruzado.

uma escalada de preços resultante da expectativa de congelamento. Por isso, nos meses seguintes após assumir o cargo, Bresser teve que despistar e negar que pretendia promover um choque, mesmo tendo a intenção de fazê-lo, como fez, em junho (JA, 13).

Segundo Sardenberg, em sua curta passagem pela Fazenda, o legado de Bresser poderia ser assim resumido: 1) “uma realização, o choque de junho de 1987”, que estancou a escalada hiperinflacionária em curso naquele momento; 2) “um diagnóstico sobre a crise brasileira”: a crise do Estado ou “desequilíbrio estrutural do setor público”; 3) “três propostas”, duas relativa à crise do Estado – o Plano de Controle Macroeconômico e a reforma fiscal, e uma para a dívida externa, pautada em uma “redução real dessa dívida” e não mais apenas negociações quanto a juros e prazos (JA, 8).

Após muito esforço para despistar a imprensa, um novo congelamento de preços foi lançado em 12 de junho de 1987. Esse conjunto de medidas ficou conhecido como “Plano Bresser”⁸⁷. Seus dois pontos mais discutidos foram como sair do congelamento e, principalmente, os impactos sobre os salários⁸⁷ (JA, 27-35; 107-08). O próprio Bresser reconhece também seu erro em ter mencionado a necessidade de um congelamento de preços dias antes de assumir o Ministério – “eu tinha feito uma bobagem em anunciar e não devia ter feito isso – a partir da entrevista começaram a fazer remarcação. Aí comecei a negar terminantemente” (JA, 37).

Em relação à dívida externa, esta foi outra batalha. Bresser ressaltava que a “dívida externa é um problema estrutural e o mais grave da economia brasileira” (JA, 73; 80). Além das medidas mais conjunturais (negociações para encerrar a moratória declarada pelo governo brasileiro em fevereiro de 1987, financiamento dos juros, esquema de negociação com o FMI e os demais bancos) (JA, 40; 68, 120), Bresser propôs um plano mais abrangente de administração da dívida, baseado em sua “securitização”. No dia 3 de setembro de 1987, ocorreu o *United States Congressional Summit*, na cidade de Viena, na Áustria, promovido por senadores estadunidenses a fim de discutir questões econômicas. Nele, Bresser apresentou pela primeira vez, em um fórum internacional, sua proposta de “securitização” da dívida externa⁸⁸ (JA, 99).

⁸⁷ Quanto a esse ponto específico e altamente polêmico da questão salarial, confira o texto do economista Francisco Lopes (2004), que trabalhou na equipe ministerial de Bresser. Lopes discute, entre outros temas, as “muitas decisões judiciais de reposição de ‘perdas passadas’” geradas pelo Plano Bresser, “que em nossa opinião foram totalmente equivocadas” (2004, 243-44).

⁸⁸ Para uma discussão mais detalhada da proposta de securitização de Bresser e de outros temas correlatos à dívida externa, confira a coletânea por ele organizada, *Dívida Externa* (1989). Quanto à herança dessa proposta, é interessante citar que, muitos anos depois, o economista Roberto Giannetti da Fonseca

Para se ter uma ideia da disposição de Bresser em promover lances de alto risco, quase um ano após sair do Ministério da Fazenda, uma reportagem do jornal estadunidense *Washington Post* afirmava que Bresser, quando ainda Ministro da Fazenda, e Juan Sourouille, ministro da economia argentino da mesma época, tinham um plano de abandonar conjuntamente as negociações sobre a dívida externa, caso elas fracassem, e passariam a tentar impor seus próprios termos. Porém, o plano não foi a cabo porque Bresser saiu do ministério antes. O então Presidente da República José Sarney negou conhecer o plano, apesar de Bresser afirmar ter conversado com ele em mais de uma ocasião sobre o tema (*JA*, 161-62)⁸⁹.

Bresser pediu demissão do Ministério da Fazenda em 18 de dezembro após seguidos desgastes com os trabalhadores do setor privado e público – em torno da questão salarial; com os credores da dívida externa; com o PMDB, seu partido; e, por fim, com o próprio Presidente Sarney.

Algumas alas do PMDB haviam ecoado as críticas às medidas econômicas do Ministério da Fazenda, consideradas em desacordo com o programa do partido. Bresser defendeu-se afirmando que a “ideologia social-democrata, que é do PMDB, na prática, se compatibiliza perfeitamente com o capitalismo moderno”, não havendo “nenhum conflito entre o que eu estou fazendo em termos de política econômica e o ideário do PMDB” (*JA*, 59-60).

O atrito com o Presidente Sarney foi, principalmente, em torno da problemática do déficit público. Bresser insistia que era necessário cortar gastos, entre outras medidas, para sanear os cofres públicos, combater a inflação e mostrar aos credores internacionais a disposição brasileira em fazer sacrifícios para sair da crise. Mas isto ia na contramão das pretensões de Sarney, preocupado em retomar obras e investimentos, o que na avaliação de Bresser e seus assessores agravaria o déficit público e a inflação. Posteriormente, lembrará que “não estava vendo condições de combater o déficit público com a determinação necessária” (*JA*, 146) e “Não faria sentido adotar medidas

defenderá que “A solução para a dívida europeia deve ser a semelhante usada por Bresser-Pereira em 1987: securitização da dívida externa com desconto” (FONSECA, 2011). É bom lembrar, contudo, que foi o próprio Roberto G. da Fonseca quem teria sugerido tal solução a Bresser (BRESSER-PEREIRA, 2010a, 54), com base em proposta semelhante formulada para a cidade de Nova York pelo banqueiro Felix Rohadyn (BRESSER-PEREIRA, 1990, 199-200).

⁸⁹ Obviamente, aqui não se está tomando como verdade a versão de Bresser. Não temos informações suficientes para afirmar com toda certeza se houve ou não aquela conversa entre Bresser e Sourouille e se o Presidente Sarney sabia disso ou não. Contudo, o fato de Bresser afirmar ser verdade a história já é suficiente para nossos propósitos aqui: mostrar como ele procurou conduzir sua gestão com alguma dose de ousadia.

fortes em relação à dívida externa e não fazer nada ou muito pouco em relação aos problemas internos” (DE, 237). Quando percebeu que esta batalha estava perdida, Bresser pediu demissão no final de dezembro de 1987, encerrando seu período de oito meses como Ministro⁹⁰.

Muito provavelmente, foi a partir desses atritos como Presidente Sarney que Bresser se dedicou, nos anos seguintes, a criticar o “populismo econômico”, que seria um mal, não apenas na política, mas “generalizado” no Brasil (JA, 162). Outra repercussão acadêmica de seu desgosto em relação a Sarney foi o resgate da noção de “capitalismo mercantil”.

A discussão desse tópico encontra-se em um ensaio dedicado a Caio Prado Jr., mas que desemboca em uma análise do Brasil nos anos 1980. Nesse sentido, a passagem abaixo é notável:

Por uma ironia do destino, a visão de Caio Prado Júnior dos anos 60 se confirma nos anos 80: estamos de volta ao capital mercantil. O capital mercantil, que dominou o Brasil durante séculos, volta ao poder, reassume o comando político e econômico do país. Este retrocesso, porém, não tem base na realidade econômica e social do Brasil. É um fenômeno político fora do tempo. É a história repetindo-se como farsa. O capital mercantil significa agora um capitalismo parasitário, arcaico, dependente do Estado (que, por sua vez, encontra-se em profunda crise) (1989b, 291).

E qual é o objetivo específico de Bresser ao caracterizar os anos de 1980 como sendo o de um retrocesso tão grande? A passagem acima é notável porque se falar – ou escrever – é “agir com palavras”, dificilmente há outro trecho na obra de Bresser em que tal agir assume uma conotação tão explicitamente política. Isto porque a regressão a uma situação mercantil nos anos 1980 é atribuída, por Bresser, ao então Presidente J. Sarney. E Bresser o faz sem meias palavras:

A história não é construída por personalidades, mas a curto prazo não há dúvida de que o peso positivo ou negativo de determinados dirigentes políticos pode ser decisivo. Ora, no presente caso parece evidente que a circunstância de José Sarney ocupar a presidência da República é o fator determinante do retorno ao poder dos setores mais arcaicos e parasitários do capitalismo brasileiro, é a causa básica da crise política em que está imerso o país (1989b, 292).

⁹⁰ O artigo “Contra a corrente no Ministério da Fazenda” (1992) traz o melhor e mais detalhado relato de Bresser sobre sua passagem pelo Ministério da Fazenda. O artigo traz ainda comentários de Eli Diniz sobre o depoimento de Bresser.

E, novamente, em outro trecho, Bresser reafirma sua análise de que o regresso ao capitalismo mercantil tem várias causas, mas “que uma causa é dominante em relação às demais: José Sarney é um estranho ao pacto democrático moderno que levou à redemocratização; suas origens e sua prática política estão indissolúvelmente ligadas ao capitalismo mercantil, parasitário, dependente do Estado” (1989b, 292-93).

Bresser saiu do Ministério da Fazenda “convencido de que há uma incompatibilidade entre crescimento econômico, estabilidade de preço e o serviço regular da dívida” (JA, 140). Dessa forma, a retomada do desenvolvimento implicava necessariamente em estabilizar moeda brasileira, ou seja, combater a inflação, e conduzir as negociações da dívida externa a uma situação mais confortável para o Brasil. Esses, entre outros temas, serão entretecidos analiticamente para formar a interpretação da “crise do Estado” ou do “desequilíbrio estrutural do setor público” no Brasil. A passagem de Bresser pelo Ministério da Fazenda foi o momento crucial da formação dessa nova interpretação.

O interregno ministerial: populismo e “heroísmo” na luta contra a crise

O período entre 1987 e 1995, isto é, entre a saída de Bresser do Ministério da Fazenda e sua nomeação para o MARE não significou seu afastamento da política. Muito pelo contrário, seja pela via da política partidária – participando da fundação do PSDB em 1988 – seja pela via do pensamento – criticando e apontando soluções alternativas às políticas governamentais – Bresser permaneceu combativo.

O livro *Populismo econômico (PE)* é dirigido contra o governo Sarney, enquanto *Tempos Heroicos de Collor e Zélia (THCZ)* abordam, como está no título, parte do período do governo Collor (1990-1992).

As análises sobre o que Bresser denominou de “populismo econômico” foram a forma intelectual assumida pelas suas críticas, diretas ou indiretas, a um fator que ele passaria a considerar fundamental para o sucesso ou fracasso das políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro: a capacidade e responsabilidade dos governantes.

O Plano Cruzado – a “grande oportunidade perdida da Nova República” (DE, 24; PP, 111-12) – e sua passagem pela Fazenda em 1987, principalmente sua batalha perdida por uma reforma fiscal cristalizou em Bresser aquela perspectiva (JA, 162). Este livro foi organizado, portanto, para promover a discussão desse problema que Bresser considerou tão importante naquele momento. Nele há artigos de estudiosos diversos, pioneiros e contemporâneos nessa discussão, e duas contribuições mais diretas de Bresser, além da coordenação do livro em si.

Em sua primeira contribuição, o artigo “Populismo e política econômica no Brasil” traz uma breve análise da economia brasileira nos anos 1980. Bresser, fiel aos raciocínios que envolvem ciclos, defende que estaria ocorrendo no Brasil, “desde (...) de 1985”, ou seja, do governo Sarney, “uma alternância de desenvolvimentismo, populismo e políticas econômicas ortodoxas” (*PE*, 107; 111; tb. *CE*, 105, 102).

Bresser identifica, de modo geral, populismo com distributivismo. Porém, diferencia o populismo da esquerda – “distributivismo ingênuo via salários” – do da direita – “políticos oportunistas e clientelistas” (*PE*, 111). De uma forma ou de outra, o populismo econômico levaria, “direta ou indiretamente, ao aumento do déficit público e ao desequilíbrio do balanço de pagamentos” (*PE*, 111).

Concluindo sua exposição, Bresser argumenta que tanto as ideologias de direita quanto as de esquerda, na medida em se tornam populistas estariam “na base da crise fiscal do Estado, da dívida externa, da inflação, da redução da taxa de investimentos” (*PE*, 120-21). Em contraposição a isso tudo, Bresser propõem “políticas econômicas pragmáticas, racionais e coerentes (que em certos momentos parecerão ortodoxas, em outros, heterodoxas)” (*PE*, 121).

Já a segunda contribuição de Bresser ao livro é um artigo escrito juntamente com o economista e ex-aluno seu, Fernando Dall’Acqua. O objetivo é demonstrar como as ideias de Keynes não são compatíveis com as práticas do “populismo econômico”, apesar de os proponentes deste último declararem estar seguindo as ideias do economista britânico.

O principal problema da interpretação populista de Keynes seria que, enquanto este estava preocupado com crises econômicas e com instrumentos a serem empregados excepcionalmente para superá-la, os “populistas” transformariam a exceção em regra, tentando sustentar uma “estratégia de desenvolvimento” justamente nesses instrumentos anti-crise, e não pró-desenvolvimento (*PE*, 194). O “populismo econômico” não apenas aplicaria medidas incorretas na economia, mas também impediria a formulação do correto diagnóstico da crise: “a crise fiscal do Estado” (*PE*, 196).

No livro *THCZ*, o adjetivo “heroica” era aplicado por Bresser a medidas anti-inflacionárias mais drásticas, como o congelamento de preços, por exemplo. E o Brasil passou por pelo menos três situações “heroicas” – na verdade trágicas para muitos: os congelamentos de preços de 1986 (previsto no Plano Cruzado) e de 1987 (que, juntamente com outras medidas, ficou conhecido como “Plano Bresser”); e o(s) Plano(s) Collor e seu “confisco” das poupanças.

A economista Zélia Cardoso de Mello, antes de se tornar Ministra, fizera parte das equipes de Fazenda Dílson Funaro (1986-87) e de seu sucessor, Bresser (1987). Esse livro de Bresser é uma reunião de artigos jornalísticos publicados durante, aproximadamente, o período em que Zélia fora Ministra da Fazenda (15 de março de 1990 e 15 de maio de 1991). Apenas a última parte, sobre a dívida externa, é uma reunião de textos não estritamente jornalísticos nem cujo tema central é a política econômica do governo Collor (*THZC*, 75-98).

Bresser dividiu o período em que Zélia foi ministra em três momentos: 1º) 15 de março a 15 de maio de 1990 – fase heterodoxa; 2º) fins de maio de 1990 a janeiro de 1991 – fase da ortodoxia monetarista; 3º) de 31 de janeiro a 15 de maio de 1991 – tentativa de retorno, sem o devido planejamento e sem sucesso, à heterodoxia (*THZC*, 7). Ou seja, mais um ciclo heterodoxia-ortodoxia.

Bresser ressalta que este livro pode “ser também compreendido como uma homenagem a Zélia e a sua jovem equipe. Derrotados, foram vitoriosos, porque adotaram o diagnóstico correto da crise do Estado brasileiro e lutaram até o fim para superar essa crise”, apesar dos erros cometidos (*THZC*, 8).

De modo geral, Bresser aprova a adoção, por Zélia e sua equipe, do diagnóstico da “crise fiscal do Estado” (*THZC*, 9) e de medidas como privatização, liberalização comercial como medidas não para tornar o “Estado mínimo”, mas para “saneá-lo e reformá-lo para que ele pudesse voltar a intervir eficientemente” (*THZC*, 10).

Quanto ao governo Collor de modo geral, Bresser considera-o, no que se refere a seus primeiros quatorze meses, período coberto pelo livro, “corajoso, se não heroico, em muitos momentos”, mas sua “auto-suficiência e (...) quase-arrogância” desembocaram em “um grave problema de legitimidade”, definida por Bresser como perda de apoio da sociedade civil (*THZC*, 13).

Quanto a seu perfil ideológico, afirmar que “Collor é um ‘neoliberal’ é, a meu ver, falsa” (*THZC*, 67). Bresser considera-o “conservador, (...) Mas daí para ser neoliberal vai muita distância” (*THZC*, 67), pois as origens de Collor “estão na direita oligárquica do coronelismo nordestino e na direita arcaica, burocrática, autoritária, de 1964” (*THZC*, 73).

A interpretação da crise fiscal

Após analisar a formação da crise (*DI* e *IR*), tentar combatê-la diretamente sem sucesso (*JA*) e acompanhar as tentativas, também fracassadas, de seus sucessores (*PP* e

THCZ), Bresser tentou sistematizar teoricamente sua visão daquela crise e de suas propostas para enfrentá-la.

Os livros *A Crise do Estado (CE)* e *Crise Economia e Reforma do Estado no Brasil (CEREB)* expõem de modo mais elaborado, academicamente, as novas teses e propostas que passaram a ser defendidas por Bresser após sua “transição intelectual”. Ele teria começado “a fazer essa transição no começo dos anos 80, quando comecei a orientar o boletim de conjuntura do Grupo Pão de Açúcar”, de forma que pôde acompanhar a formação da “crise fiscal em que o país estava entrando. De forma que, quando cheguei ao Ministério da Fazenda, em 1987, já havia feito essa transição” (BRESSER-PEREIRA, 1995, 159-60).

A “crise estrutural de caráter essencialmente fiscal” (*CE*, 7) do Estado foi, portanto, o diagnóstico formulado por Bresser para a crise brasileira dos anos 1980. Dita e repetida inúmeras vezes, em textos jornalísticos, acadêmicos, palestras, entrevistas etc., *CE* e *CEREB* são os livros que mais se aproximam de uma exposição sistemática da interpretação da crise do Estado. O primeiro nada mais é do que uma coletânea de artigos e conferências acadêmicos publicados por Bresser entre 1987 e 1991. Já o segundo livro é uma tradução para o português de um livro publicado originalmente em inglês, contendo basicamente as mesmas ideias centrais de *CE*.

A ideia-força que atravessa a coletânea *CE* é a de “eficiência” (*CE*, 9, 27, 90, 108, 114, 116-17, 125, 128, 131, 133-35, 137-38, 141, 151, 155, 157, 160, 178, 180). Era isto que estaria faltando à economia brasileira, afundada em uma crise fiscal ou “desequilíbrio financeiro estrutural do setor público” (*CE*, 58, 60). Eficiência e competitividade internacional deveriam ser os objetivos principais a serem perseguidos pelo que Bresser entendia por “nova esquerda” (*CE*, 109-10), cuja marca seria o “pragmatismo” (*CE*, 190). Pragmatismo em resposta ao “esgotamento” da estratégia nacional-desenvolvimentista, “que fora bem sucedida entre os anos 30 e os anos 60, deixará de sê-lo a partir aproximadamente dos anos 70” (*CE*, 102).

Já que os novos tempos são de globalização, Bresser procura levar suas ideias para além das fronteiras brasileiras. Em *Reformas econômicas em democracias novas (REDN)* (1996), reúne-se com estudiosos de países de regiões marcadamente diferentes entre si: Jose María Maravall, da Espanha, Adam Przeworski, da Polônia. Três regiões – sudoeste da Europa, Leste Europeu e América Latina – que passaram por processos de redemocratização e por crises econômicas sérias nas últimas décadas do século XX.

O *Prefácio à Edição Brasileira* é assinado por Bresser, no qual há uma reafirmação de sua interpretação da crise fiscal, apresentada acima, defendendo a necessidade de reformas “orientadas para o mercado e para a reconstrução fiscal e administrativa do Estado” (REDN, 10).

Com certa dose de fatalismo (consequência, em grande medida, de seu raciocínio baseado em ciclos), Bresser defende que a

reforma do Estado não decorre de uma estratégia conservadora, mas de um *imperativo da sua própria crise*. Assim, a reforma não é conservadora ou progressista, mas *necessária*. Sua orientação para o mercado decorre preponderantemente do excesso de intervenção estatal que a precedeu, não de um movimento político-ideológico liberal (REDN, 10, grifos nossos).

Sendo assim, Bresser, na parte que lhe coube do livro, diferencia a “abordagem de Washington” ou neoliberal da pragmática ou da crise fiscal (REDN, 31-8) e estende a análise, inicialmente elaborada para explicar o caso brasileiro, à América Latina (REDN, 39-50), levando em conta também as particularidades de cada caso. Os países por ele analisados são: Chile, Colômbia, Bolívia, México, Venezuela, Peru, Argentina e Brasil (REDN, 50-63).

Mantendo seu posicionamento de que as propostas do Consenso de Washington e as da abordagem pragmática da crise fiscal podem convergir, Bresser afirma que o

Consenso de Washington, se for combinado com as pressões internas provenientes dos setores modernos e bem-informados da sociedade, se for identificado com os interesses nacionais e se tiver determinação para enfrentar a crise fiscal, para implementar as reformas orientadas para o mercado e para definir uma nova estratégia de crescimento, poderá ser eficaz (REDN, 77).

Por fim, apesar de o neoliberalismo ser “usualmente uma retórica doutrinária”, Bresser defende que ela “tem de ser levada em consideração, em particular quando propõem medidas extremamente necessárias como a disciplina fiscal e reformas orientadas para o mercado” (REDN, 78).

Por fim, a última exposição de fôlego da interpretação da crise do Estado de Bresser é o livro originalmente escrito e publicado em inglês com o título de *Economic crisis and state reform in Brasil*, no mesmo ano em que saiu a edição em português (1996). Bresser afirma que *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil* (CEREB)

essa seria (mais) uma coletânea de ensaios seus, porém, ao longo da preparação do livro, foi alterando de tal forma os textos que, ao final, a coletânea tornou-se “um livro que pretende ter começo, meio e fim” (*CEREB*, 9).

Os temas principais do livro são basicamente os mesmos com os quais Bresser vinha trabalhando desde meados dos anos 1980 em diante: crise fiscal, inflação, dívida externa, reformas e outros temas correlatos. Inclusive porque, por ter sido escrito originalmente em inglês, tinha por objetivo expor a um público estrangeiro ideias já amplamente ventiladas no Brasil.

Dois pontos, porém, diferenciam a discussão que este livro traz em relação às publicações anteriores de Bresser: a reforma da administração pública, com a qual Bresser estava diretamente envolvido na época em que publicou o livro; e a estabilização da economia após o Plano Real. De certa forma, parte dos problemas econômicos extensamente discutidos, por Bresser e por inúmeros outros estudiosos, políticos, jornalistas etc. estavam praticamente resolvidos, enquanto a solução para outros estavam sendo encaminhadas durante o governo FHC, do qual ele fazia parte.

Dessa forma, comparando-se com os anos anteriores, havia uma sensível mudança em termos de cenários político e econômico no Brasil, ainda que muitos debates estavam sendo e seriam ainda travados em torno dos rumos das reformas propostas pelo governo federal.

CEREB, portanto, pode ser caracterizada, de modo geral, como uma reiteração das linhas mestras da visão de Bresser sobre os anos 1980/90, com alguns poucos pontos teóricos melhor expostos ou elaborados e dados empíricos sobre a economia brasileira atualizados até o período Collor, apesar de já estar praticamente na metade do primeiro governo FHC. O espaço para este último é bem pequeno, denotando que o livro representou um balanço do que Bresser havia produzido desde sua ‘transição intelectual’, em meados dos anos 1980, até aquele momento.

A respeito desse livro, Bresser lembrará anos depois, em seu texto autobiográfico *A guide to my work* (2011, 9, note 14), que “*Crise do Estado e reforma do Estado no Brasil* (1996) foi uma tentativa de atualizar e organizar sistematicamente os ensaios incluídos em *A Crise do Estado* (1992), mas, influenciado pela eleição de um amigo para Presidente do Brasil, o resultado se mostrou excessivamente otimista”⁹¹.

⁹¹ Tradução livre do original em inglês.

A grande novidade em *CEREB* é o emprego mais frequente da expressão “social-liberal”, fruto de seu contato com N. Bobbio no início dos anos 1980⁹². O emprego dessa denominação não altera, substancialmente, o básico de sua explicação para a crise dos anos 1980: tratar-se-ia de uma crise fiscal ou crise global do Estado, e global nos dois sentidos: do Estado como um todo (sua forma de intervenção, seu aparato burocrático e seu setor produtivo) e do Estado praticamente no mundo todo. Tendo em vista esse diagnóstico, a melhor estratégia para a retomada do desenvolvimento seria a proposta por Bresser, denominada como “pragmática” ou “social-liberal” ou “social-democrata” ou ainda como “internacionalista (“interesse nacional”). Contudo, jamais “neoliberal” (*CEREB*, 13-24).

O capítulo 5, “A macroeconomia perversa”, pode ser considerada o capítulo central do livro, pois apresenta uma visão de conjunto sobre o Brasil no campo de conhecimento em que Bresser se movimenta com maior desenvoltura e profundidade, o (macro)econômico. As discussões feitas no livro gravitam em torno dessa macroeconomia bresseriana, resultante da convergência entre Keynes e Kalecki⁹³, de um lado, e estruturalismo latino-americano, de outro⁹⁴.

A macroeconomia apresenta-se como esse campo de conhecimento tão explorado por Bresser e tão importante em suas análises porque permite a junção de dois componentes muito constantes em suas argumentações: o *geral* ou *macro* (nível de análise) e o *econômico* (fontes de causação e nexos de causalidade dos fenômenos entre si, econômicos ou não). Desenvolvimento, tecnoburocracia, crise fiscal, inflação inercial, classes sociais etc. são temas ou conceitos percorridos e ligados, em Bresser, por meio de raciocínios que combinam de modos variados aqueles dois componentes.

Observe-se, uma vez mais, que nesse livro não há grandes novidades na interpretação da “crise fiscal” ou “crise do Estado”, mas apenas refinamentos teóricos e ajustes pontuais (*CEREB*, 99-125).

É digno de nota também quem Bresser considera fazer parte da nova esquerda, pragmática e social-liberal. Além de si próprio e do partido do qual fez parte até 2002, o PSDB, ele cita o então presidente dos EUA, Bill Clinton. O PT teria sido, inicialmente, um partido vocacionado para a nova esquerda, contudo, “foi aos poucos sendo

⁹² Para maiores detalhes quanto este ponto, cf. o capítulo 2 deste trabalho.

⁹³ Na mesma época de publicação de *CEREB* (1996), Bresser concedeu uma entrevista ao livro *Conversas com economistas brasileiros* (1995) na qual declarou que “sempre me julguei um keynesiano-kaleckiano” (BRESSER-PEREIRA, 1996, 166).

⁹⁴ Nessa mesma entrevista, Bresser afirma: “Eu me considero um economista neo-estruturalista, ainda que seja difícil definir o que seja isso” (BRESSER-PEREIRA, 1996, 171).

dominado pela burocracia civil sediada no Estado e nas empresas estatais e, assim, incorporou a velha ideologia da esquerda nacionalista e protecionista” (*CEREB*, 163), escreve um Bresser que estava enfrentando uma grande batalha com a CUT e o PT para levar adiante sua proposta de reforma gerencial.

Portanto, a “nova esquerda” no Brasil se oporia, de um lado, à “esquerda arcaica e corporativa, que fala em nome dos sindicatos de funcionários públicos e empregados de empresas estatais” e, de outro, “pelos setores patrimonialistas de centro-direita” (*CEREB*, 163). E mais, aquela “velha esquerda (...) acusa aqueles que mudaram, que realizaram sua transição intelectual, de conservadores, de pertencerem à direita” (*CEREB*, 164).

Em meio a tal transição intelectual, Bresser revê também sua posição sobre o desenvolvimento. Até os anos 1980, “eu acreditava que, quando um país houvesse concluído sua revolução industrial e capitalista, o crescimento auto-sustentado se seguiria automaticamente”. Porém, “depois da grande crise dos anos 80, que manteve a renda *per capita* no Brasil estagnada por quase quinze anos, já não tenho mais tanta certeza” (*CEREB*, 168).

Por isso, apesar do fim que levou o governo Collor, Bresser considera-o um marco na história recente do país, pois “foi durante o governo Collor que as velhas ideias nacional-desenvolvimentistas foram efetivamente enfrentadas e combatidas” e “reformas econômicas voltadas para o mercado, corajosas e muito necessárias”, foram iniciadas (*CEREB* 183).

O populismo econômico, de um lado, e a ortodoxia de direita, de outro, formariam naquele momento, na avaliação de Bresser, “o maior obstáculo à adoção de políticas racionais e consistentes no Brasil, e, mais amplamente, na América Latina” (*CEREB* 181). Contudo, no “Brasil, a esquerda social-democrata ou social-liberal está mais perto da direita liberal-democrática do que da esquerda corporativa” (*CEREB*, 196), escreve Bresser talvez olhando para a aliança entre a sua nova esquerda (PSDB) e setores da direita no país (PFL).

Após uma discussão sobre tópicos econômicos – consenso de Washington, inflação, entre outros (*CEREB*, 211-52), Bresser discute as reformas que estavam sendo empreendidas pelo governo FHC à época em que estava escrevendo: estabilização da moeda e ajuste fiscal, liberalização comercial e privatizações e, obviamente, a reforma gerencial (*CEREB*, 253-94), sendo favorável a elas, como esperado.

A virada pragmática

O social-liberalismo já foi discutido no Capítulo 2 deste trabalho. Trata-se da contrapartida política da interpretação da crise fiscal. Em ambos os casos, há um esforço enorme e recorrente de Bresser no sentido de compatibilizar sua posição autodeclarada de esquerda com as mudanças de opinião pós “transição intelectual”.

Conforme já indicado anteriormente, a transição intelectual consagrou um processo que se desenrolou ao longo dos anos 1980: o de depuração do marxismo, diluído cada vez mais na macroeconomia empregada por Bresser. “Eu me considero um intelectual de esquerda moderada. Nos anos 70, adotei posições marxistas, mas sempre fui contra o comunismo” (BRESSER-PEREIRA, 1996, 159). Não apenas posições, mas principalmente a linguagem do marxismo, recheando seus textos de expressões conceituais como formação social, ideologia, classes, frações, modo de produção etc. Expressões estas que foram frequentando cada vez menos seus textos ao longo dos anos 1980.

Os livros *CE* e *CEREB* são ao mesmo tempo o ponto alto da interpretação da crise do Estado e daquele processo de depuração dos elementos extraídos do marxismo nos anos 1970. Isto não significa o total abandono deste último, mas sim sua subsunção na macroeconomia bresseriana.

Os anos 1970 não foram, para Bresser, apenas de marxismo, mas também de tecnoburocracia. Apesar de ser predominantemente econômica ou de ser construída como uma categoria fundamentalmente econômica, o uso mais frequente do termo “tecnoburocracia”, em *CEREB* principalmente, é sociopolítico (aliança de classes, pacto político, hegemonia, controle de recursos vitais etc.) mais que socioeconômico.

E isto fica mais claro quando nos anos 1980/90, a tese da tecnoburocracia é deslocada por preocupações de curto e médio prazos. Nos textos conjunturais dessa época, a tecnoburocracia aparece (quando aparece) mais como categoria sociopolítica que econômica. Em *CEREB*, nas duas primeiras partes, que são discussões econômicas, praticamente não aparece. Na terceira, que é mais sociopolítica, não demora a entrar em cena (*CEREB*, nota 2, 156; cap. 8, 317).

A tecnoburocracia aparece mais como parceira em “pactos políticos” do que como classe social aspirante ou tendente à posição de dominante. Tal uso sociopolítico apresenta-se como mais operacional, plausível e produtivo que o socioeconômico. Assim, por exemplo, em sua trajetória enquanto militante partidário e ocupante de postos ministeriais, parte de sua discussão sobre tecnoburocracia desemboca em uma identificação desta última com o que Bresser denomina “esquerda corporativa”

(*CEREB*, 163, 196), um de seus principais adversários na luta pela reforma da administração gerencial de 1995.

3.4 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

A macroeconomia da estagnação

Após um longo período de militância partidária e passagem por diversos cargos públicos, Bresser desliga-se oficialmente do PSDB em 2002. A partir de então, passa a promover, de maneira mais explícita, uma crítica sistemática à política econômica adotada pelos governos brasileiros após a estabilização alcançada pelo Plano Real, em 1994. O livro *Macroeconomia da Estagnação (ME)* representa um dos principais resultados desses esforços, voltado ao entendimento de porque uma crise aguda tornou-se crônica, ou seja, controlada a inflação e encaminhada a questão da dívida externa, o país não retomou, contudo, as taxas de crescimento econômico esperadas.

O livro *ME* poderia ser dividido em três grandes partes: a primeira, que vai da Introdução ao capítulo 3, apresenta uma discussão geral sobre os principais temas do livro; a segunda, que constitui o cerne do livro, vai dos capítulos 4 ao 9, onde a crítica à “macroeconomia da estagnação” ganha precisão teórica e densidade empírica; os dois capítulos finais abordam questões mais políticas do que de ciência econômica propriamente dita⁹⁵.

Do ponto de vista da fundamentação teórica, da abordagem metodológica, da clareza e coerência da exposição, pode-se afirmar que este é um dos livros mais consistentes de Bresser. Prolífero autor de textos curtos e médios, jornalísticos e acadêmicas, e organizador de inúmeras coletâneas, contendo textos exclusivamente seus ou de outros também, poucos são os livros de Bresser em que se nota uma unidade tão sólida quanto este⁹⁶.

Definindo sua “vida pública” como “uma sucessão de batalhas” (*ME*, 9), Bresser define como seu adversário principal neste livro o Consenso de Washington ou “ortodoxia convencional – a ideologia formada pelo conjunto de diagnósticos e recomendações ou pressões que os países ricos fazem aos países de renda média como o Brasil” (*ME*, 7). Indica também suas armas – “as ideias” – e seus objetivos – “a estabilidade macroeconômica e a retomada do desenvolvimento econômico” (*ME*, 7). E

⁹⁵ Cf. para outra apresentação de *ME*, Ferrari Filho (s/d).

⁹⁶ Luiz Fernando de Paula, escrevendo sobre *ME*, também considera que “após vários anos de vida profissional no meio empresarial e na administração pública, este é possivelmente o período mais fértil de sua [*Bresser*] vida intelectual” (2007).

sua estratégia seria a proposição de “uma alternativa (...) que denomina ‘novo desenvolvimentismo’” (ME, 8)⁹⁷. Outrora ardoroso defensor do projeto do PSDB para o país, após participar do governo comandado pelo partido que ajudara a fundar no final dos anos 1980 Bresser não mede palavras em sua crítica às consequências da administração econômica pós Plano Real. “O sistema econômico que examino neste livro está bem definido. É o sistema macroeconômico que prevalece no Brasil desde que o Plano Real estabilizou os preços” (ME, 23). E mais:

Em nome do combate à inflação, os brasileiros se tornaram reféns de uma política econômica que, além de impedir o desenvolvimento econômico do país porque não torna rentáveis investimentos em setores com maior valor adicionado *per capita* e maior conteúdo tecnológico, transfere aos beneficiados, no país e no exterior, uma parcela enorme do patrimônio público (ME, 8).

Essa crítica, “que venho elaborando desde que, em 1999, voltei à vida acadêmica” inovaria, segundo Bresser, na medida em que procura ir além das críticas até então feitas – excesso de confiança no mercado, concentração de renda, prejudicial à indústria nacional – focando o “ponto em que ela pretende ser mais forte, mas que, na verdade, é sua maior fraqueza: a política macroeconômica” (ME, 8-9; 17).

Além desse aspecto econômico da estagnação, Bresser aponta outro, político: as “recomendações e pressões” vindas “do Norte” e incorporadas pelas elites brasileiras “devido à sua tradicional dependência”, além da “perda da ideia de Nação (...) entre os intelectuais brasileiros a partir do golpe militar de 1964” (ME, 9; tb. 18, 47-8, 154). Essa referência indireta à pessoa e ao governo de FHC – que de intelectual se tornou político – torna-se explícita na seguinte passagem:

A partir de 1995, o Brasil passou a adotar aberta e decididamente a política de crescimento com poupança externa. As elites brasileiras estava convencidas de que o Brasil só se desenvolveriam apelando para a poupança externa. O presidente Fernando Henrique Cardoso partilhava essa crença desde os tempos em que formulou com Faletto sua ‘teoria da dependência associada’, no final dos anos 1960. Ao assumir a Presidência da República no auge da onda ideológica neoliberal e globalista que vinha do Norte, cuja tese central era exatamente essa, é fácil compreender que seu governo tenha apostado todas suas fichas nessa estratégia” (ME, 155-56).

⁹⁷ Para uma discussão mais geral sobre o novo desenvolvimentismo no Brasil, cf. Morais e Saad-Filho (2011).

Além disso, “Palavras como ‘nacionalismo’, ‘desenvolvimentismo’ e ‘controle de capitais’ são registradas no índice das palavras proibidas” (*ME*, 19). E, “Sob a pressão das ideologias vindas do Norte tornou-se inapropriado falar em classe sociais, mas elas continuam mais relevantes do que nunca” (*ME*, 298-99). Bresser não menciona, neste ponto, sua própria contribuição a tal estado de coisas, tendo em vista suas fortes críticas ao nacional-desenvolvimentismo, após sua “transição intelectual” dos anos 1980. Antes aponta que na “América Latina, a grande crise da dívida externa dos anos 1980 desorganizou as nações da região, interrompeu suas revoluções nacionais, e as levou, a partir de 1990, a se renderem à ortodoxia convencional”, que “implantou um ‘tripé macroeconômico’ – ajuste fiscal, política de metas de inflação e câmbio flutuante” (*ME*, 21; 47; 188; 230-31).

Mesmo não mencionando explicitamente, neste momento, suas posições políticas anteriores, Bresser permite entrever em seu texto argumentos que facilmente poderiam atuar no sentido de compatibilizar suas novas posições com as antigas, estabelecendo linhas de continuidade e coerência em seu pensamento. Mais precisamente, a argumentação de Bresser não caminha tanto no sentido de fixar rupturas em seu pensamento, pelo contrário, caminha no sentido de estabelecer uma unidade. Isto é feito da seguinte forma: após lembrar que já havia criticado “a ortodoxia convencional – um nome mais genérico e mais adequado para o Consenso de Washington – já em 1990”, afirma que “Minha crítica, entretanto, ganhou nova dimensão a partir do primeiro semestre de 1999” (*ME*, 9). Ou seja, entre o Bresser da época da interpretação da crise fiscal ou do Estado e o da época do novo desenvolvimentismo, haveria apenas uma diferença de grau. De grau de aprofundamento de sua crítica, que após 1999 teria ganhado uma nova “dimensão”, ou seja, se aprofundado. Dessa forma, Bresser se esforça por estabelecer uma solução de continuidade em obra intelectual e política.

Nesse esforço de construir uma solução de continuidade, Bresser admite que a ortodoxia convencional incluiu “algumas políticas e reformas necessárias”, defendidas inclusive por ele, em *CE* e *CEREB* por exemplo. Ressalta, porém, que a ortodoxia convencional, somente, “não promove o desenvolvimento do país” (*ME*, 10). Para tanto, seria necessária “uma estratégia nacional de desenvolvimento que é incompatível com o neoliberalismo, mas não com o liberalismo moderado e social” (*ME*, 11). A formulação de tal estratégia indicaria, segundo Bresser, sua fidelidade à “nossa formação keynesiana e estruturalista” (*ME*, 9-10), pois “Ao adotar esse método fica claro que sou

um economista keynesiano não um economista neoclássico” (*ME*, 22-3; 216), formado “na teoria econômica do desenvolvimento e na teoria estruturalista latino-americana” (*ME*, 96).

Assim, a fim de melhor compatibilizar a nova “dimensão” de sua crítica às suas próprias posições anteriores, Bresser se esgueira em meio àquelas distinções e ponderações – a ortodoxia convencional não levaria ao desenvolvimento, mas algumas de suas propostas foram corretas; e neoliberalismo não seria social-liberalismo⁹⁸.

Quanto ao conceito de desenvolvimento econômico, não há grandes novidades em relação às exposições anteriores quanto ao tópico (*ME*, 22; 122, 145-46). Já o termo “desenvolvimento”, em geral, Bresser reserva “para significar o resultado final do desenvolvimento econômico, social, político e ambiental” (*ME*, 25).

Pois bem, estabelecidas essas distinções e delineamentos iniciais, Bresser reafirma seu propósito de “entender por que o Brasil ainda não alcançou a estabilidade macroeconômica embora toda essa política econômica seja feita em seu nome” (*ME*, 17). Fiel a seu “argumento político” da “perda da ideia de Nação” (*ME*, 18), Bresser defende que o fator principal daquela situação seria político: “desde 1995, (...) a política macroeconômica do país subordinou-se integralmente aos ditames da ortodoxia convencional originária em Washington: a ‘estratégia’ econômica do país passou a ser ditada pelo exterior” (*ME*, 26-7; 255-56).

Mas porque tal “desastre” (*ME*, 28) que foi a perda da ideia de Nação acometeu o Brasil? Bresser aponta três fatores: crise dos anos 1980, Consenso de Washington e o processo de redemocratização.

Em relação à perda da ideia de Nação, Bresser menciona também o esgotamento de uma estratégia baseada na substituição de importações⁹⁹, voltada para o mercado interno e “rompimento, durante os anos 1960, da aliança nacional que constituía a base política do desenvolvimentismo” (*ME*, 82-4).

Bresser considera que a “taxa de câmbio é um preço macroeconômico central no processo histórico do desenvolvimento” (*ME*, 32). Bresser inverte o sinal da

⁹⁸ O social-liberalismo de Bresser foi discutido no capítulo 2 deste trabalho.

⁹⁹ De modo geral, Bresser considera que a substituição de importações foi não apenas um fenômeno transitório (*EeSI*, 121-29), mas também esgotado nos anos 1960 (*DeCB*, 1968, 157 e 192; *CEREB*, 257). Porém, ao considerá-lo um fenômeno ainda importante para explicar a crise dos anos 1980, levantou críticas, como a do economista Wilson Suzigan, que aponta “o exagero da interpretação de Bresser quanto à industrialização por substituição de importações (ISI) como um modo de intervenção do Estado”, pois as “políticas industriais implementadas desde os anos 1950 haviam ido muito além da SI”. Por isso, Suzigan considera que a crítica de Bresser à ISI, “embora correta, estava defasada” (2004, 280-81).

globalização que, de justificativa para a abertura da economia durante o governo FHC, torna-se em justificativa para a elaboração de uma estratégia baseada na ideia de “nação” (ME, 27). Como o novo desenvolvimentismo busca, entre outros objetivos, consolidar a posição brasileira de exportador em um ambiente econômico internacional globalizado, grande parte da atenção de Bresser se volta para a busca de uma taxa de câmbio compatível com o interesse nacional brasileiro.

O tema da taxa de câmbio e da “doença holandesa” obsedará o pensamento de Bresser nesse período – meados dos anos 2000¹⁰⁰. Bresser considera que a “perda do controle da taxa de câmbio” (ME, 18) seria um dos maiores problemas econômicos brasileiros, pois ela é o “preço mais estratégico da economia” (ME, 58; 99, 113-14, 139, 194).

Bresser cita um artigo seu e de Y. Nakano, de 2002 – “Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade” – que teria apresentado, pela primeira vez, seus argumentos à favor de uma taxa de juros mais baixa. O artigo teve “grande repercussão, em geral muito favorável” (ME, 197)¹⁰¹. Bresser resume o debate em torno desse tema (ME, 198-208). E de onde viria a resistência a uma queda nas taxas de juros? Dos rentistas e do setor financeiro (ME, 208; 215). “A ortodoxia convencional e os agentes do mercado financeiro, que não hesitam em usar o fundamentalismo de mercado, quando se trata dos juros a receber do Estado preferem que esses juros, em vez de serem definidos pelo mercado, seja tabelados por um Banco Central capturado” (ME, 197).

Quanto à inflação, Bresser repisa seu argumento de que, quando da implantação do Plano Real, em 1994, medidas mais severas envolvendo taxa de juros e de câmbio foram necessárias. O problema seria que, uma vez debelada a inflação inercial, as “autoridades monetárias continuaram a encarar o controle da inflação como sua meta principal” (ME, 225). A prioridade, uma vez debelada a inflação, deveria ser a queda da taxa básica de juros (ME, 225; 234).

Em suma, a macroeconomia da estagnação é uma análise da crise brasileira, que se tornou crônica, sendo que sua “característica principal é a elevada taxa de juros de curto prazo” e seu “problema fundamental a evitar é a apreciação do câmbio causado

¹⁰⁰ Um dos primeiros registros de preocupação de Bresser com a taxa de câmbio após o Plano Real é a carta que ele enviou ao Presidente FHC, escrita em setembro de 1996.

¹⁰¹ Para uma discussão desse tópico, cf. o artigo de Marques e Fochezatto (2007), cujo objetivo foi “investigar a validade empírica da hipótese central de Bresser e Nakano” sobre a taxa de juros. O resultado foi favorável à hipótese Bresser-Nakano.

por essa mesma taxa e pela política de crescimento com poupança externa” (*ME*, 252-54).

Na parte final de *ME*, Bresser detém-se mais longamente naquela que considera a principal razão para a situação de semi-estagnação do Brasil: os interesses de determinados grupos que se beneficiam dela – rentistas, setor financeiro, “os países do Norte e suas multinacionais, e uma grande classe média profissional, principalmente fora do aparelho do Estado” (*ME*, 256; 265).

A superação dessa situação depende de um “entendimento” entre empresários e “burocratas e políticos do Estado” (*ME*, 276-77), entendimento este que é um enorme desafio “na medida em que os empresários se deixaram influenciar pelo Norte e aceitaram a tese neoliberal de que a fonte de todos os problemas do país está nessa burocracia” (*ME*, 276-77). Tal acordo seria fundamental para a retomada do desenvolvimento, “mas isto não está claro para eles [*empresariado*]” (*ME*, 272).

Leituras da estagnação

As análises sobre desenvolvimento realizadas por Bresser a partir da crise de 1990 terminam por girar em torno da seguinte problemática: nos anos 1960 e 1970, um dos aspectos que definiria o próprio processo de desenvolvimento era que este deveria se tornar, a partir de determinado momento, auto-sustentado ou “autônomo, automático e necessário” (*DeCB*, 16-7; *CER*, 31). Porém, a estagnação da economia brasileira, na leitura de Bresser, desafiou sua própria interpretação anterior.

Por que a economia brasileira permaneceria a tanto tempo semi-estagnada? Por que seu desenvolvimento não se tornou auto-sustentado? A resposta é formulada por Bresser pelo emprego e combinação variada de seus termos prediletos: ciclo, pactos e políticas econômicas.

Um primeiro momento em que aborda a crise brasileira, em *DeCB* (2003, 185-201), a noção de ciclo ocupa o primeiro plano, sendo considerado o fator primordial para se explicar a crise dos anos 1980 e o porquê de o país não ter alcançado um desenvolvimento auto-sustentado. As noções de pactos e os erros da política econômica do período aparecem também na análise, mas com peso explicativo menor.

Já em *CEREB* (168, 181) e *PE* (107-111; 191), é o fator política econômica vai para o primeiro plano. Aqui o desenvolvimento aparece como um processo que não seria automático – ou seja, a noção de ciclo é amenizada – e, portanto, fortemente resultante das decisões tomadas no setor público e privado. O Brasil não teria alcançado uma condição de desenvolvimento auto-sustentado ainda devido justamente aos tipos de

políticas econômicas adotadas: seja o populismo econômico, seja a ortodoxia conservadora.

Por fim, conforme já visto acima, em *ME* a crítica de Bresser se concentra nas políticas econômicas baseadas na ortodoxia convencional, sendo acompanhada também por uma análise dos interesses que o sustentam, o Pacto Liberal-Dependente. A noção de ciclo aparece também. Porém, não o ciclo econômico, e sim os ciclos ideológicos (*ME*, 29; 85) e os da sociedade (*ME*, 33).

Sendo assim, rearranjando os elementos recorrentes em sua obra, Bresser confere maior plasticidade a seu pensamento, engendrando adaptações que o matizam diferentemente ao longo do tempo e de acordo com suas posições políticas e teóricas. A continuidade, as retomadas e as rupturas ao longo de sua produção intelectual colocam um desafio permanente diante de Bresser: a coerência do conjunto de sua obra.

Outro texto em que essas operações intelectuais podem ser também visualizadas é *Burocracia pública e construção do Brasil* (2008).

O ensaio *Burocracia pública e construção do Brasil* (*BPCB*) é uma versão ampliada, datada de junho de 2008, de um artigo publicado na Revista de Sociologia e Política, em 2007. Trata-se, basicamente, de uma história do Brasil no século XX contada a partir da trajetória da burocracia pública e em torno das temáticas mais presentes na produção de Bresser: nação e desenvolvimento.

Para Bresser, os objetivos da sociedade brasileira “não podem ser apenas a democracia e a diminuição da desigualdade”, conforme definido ao longo do processo de redemocratização, “mas deve ser também a do desenvolvimento econômico, e que para isso é preciso reconstruir a Nação brasileira” (*BPCB*,10).

E como fazê-lo? Segundo Bresser, “como é próprio das sociedades modernas, a classe empresarial e a alta burocracia pública são os dois grupos sociais estratégicos do ponto de vista político”. E quanto às demais classes?

Bresser defende que, embora “os trabalhadores e as camadas tanto médias burguesas quanto profissionais tenham aumentado sua influência graças ao poder do voto, os grandes empresários e a burocracia política (...) foram sempre os principais detentores do poder” (*BPCB*,11).

É por isso que o tema central deste ensaio de Bresser é o “papel desempenhado pela burocracia pública na sociedade brasileira” (*BPCB*, 12) enquanto parte das “classes dirigentes”. Mais precisamente, o interesse de Bresser situa-se na “alta burocracia pública” ou “burocracia política”. Esta última é entendida como o “setor da classe

profissional constituído pelos servidores públicos, os administradores das empresas estatais, os consultores da administração pública e os políticos profissionais ou burocratas públicos eleitos” (*BPCB*,12).

Ou seja, atualizando seu aparato conceitual e trazendo-o para mais perto da linguagem técnica típica da área da administração com certa influência da ciência política, Bresser elabora, assim, *outra versão da tese da tecnoburocracia*, embora com pretensões muito mais limitadas que as versões anteriores, na medida em que está claramente circunscrita ao caso brasileiro, ainda que a partir deste caso concreto particular Bresser lance afirmações e tire conclusões gerais. E, mais precisamente, a versão que aparece em *BPCB* é a mais recente, a da tecnoburocracia enquanto *variedade de capitalismo*¹⁰²: o Capitalismo dos Profissionais.

Como é possível perceber a partir da construção da argumentação, a intenção de Bresser não é aprofundar, defender ou desenvolver melhor sua “teoria” da tecnoburocracia por algum tipo de reformulação teórica ou aplicação a um caso concreto. O objetivo de Bresser é retomar argumentos, ideias, temas etc. presentes em vários textos anteriores seus no sentido de construir uma argumentação com um sentido muito bem fixado: a crítica à perda da ideia de Nação e a necessidade de retomá-la como referência maior do desenvolvimento brasileiro.

Mesmo crítico do ISEB, Bresser reconhece que “as idéias dos grandes intelectuais do ISEB, Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, Vieira Pinto e Hélio Jaguaribe serão fundamentais para legitimar a industrialização substitutiva de importação no plano político” enquanto “estratégia nacional de desenvolvimento – o nacional-desenvolvimentismo” (*BPCB*, 55).

E Bresser é ainda mais crítico com o governo FHC, no qual se “consolida o domínio do capital rentista e financeiro no Brasil associado aos interesses estrangeiros. (...) A macroeconomia da estagnação começava, assim, seu curso no Brasil” (*BPCB*, 86) e “a revolução nacional, ou seja, a formação do Estado-nação brasileiro com a transferência dos centros de decisão para dentro do país, foi interrompida e o país voltou à condição semicolonial que já havia caracterizado o período entre 1822 e 1930” (*BPCB*, 88).

E o papel do próprio Bresser, ex-ministro de FHC, nesse processo todo? Na seção “Reforma gerencial em um quadro adverso”, apesar de caracterizar o governo

¹⁰² Para uma discussão das versões da tese da tecnoburocracia, cf. o Capítulo 1 deste trabalho.

FHC como neoliberal, e criticá-lo por isso, Bresser procura distinguir sua orientação no interior daquele governo como sendo distinta.

A onda ideológica neoliberal vinda do Norte, entretanto, tornara-se dominante na sociedade. Este fato se reflete no governo Fernando Henrique Cardoso (...). Estava claro, porém, para mim que a grande crise que o país enfrentava desde os anos 80, era uma crise do Estado – uma crise fiscal, administrativa e de sua forma de intervenção na economia – de forma que a solução não era substituir o Estado pelo mercado como a ideologia liberal propunha, mas reformar e reconstruir o Estado (*BPCB*, 96).

Ou seja, Bresser apenas repete seu argumento de que nunca foi neoliberal por ter uma interpretação própria da crise brasileira. Em seguida, Bresser descreve e discute a reforma gerencial de 1995 (*BPCB*, 97-105).

Se o grande desafio é retomar o desenvolvimento econômico, como fazê-lo? Novamente, a movimentação e posicionamento do empresariado industrial é fundamental para Bresser (*BPCB*, 111). Uma aliança entre o empresariado e “os burocratas e políticos do Estado” é o “acordo que hoje falta dramaticamente no Brasil” (*BPCB*, 117).

A repercussão internacional de Globalização e Competição

Com prefácio do economista francês Robert Boyer, *Globalização e Competição* (*GC*) é um livro composto de sete capítulos, dos quais quatro – capítulos 3, 5, 6 e 7 – são artigos anteriormente publicados em revistas acadêmicas e três – capítulos 1, 2 e 4 – inéditos, sendo escritos para o livro.

O livro *GC*, em suas traduções para o inglês e francês, foi um dos livros de Bresser que mais repercutiram internacionalmente. São várias resenhas e opiniões sobre as ideias do livro: Prost (2009) e Asensio (2011) fazem uma apresentação geral da versão francesa do livro, tendo uma opinião predominantemente positivo quanto a ele. Miguel (2010) aponta que novo desenvolvimentismo proposto em *GC* “já não é tão novo” devido à “mudança no perfil da globalização produtiva na década de 2000 a partir da ascensão da China” e à superação do Consenso de Washington.

Renouard (2009) também resenha a versão francesa de *GC* questionando a crítica de Bresser à “governança global”: se não esta, “qual coordenação internacional permitiria assegurar a gestão e partilha equitativa de certos bens públicos mundiais?” Renouard indica que tal questão permaneceu “não resolvida” em *GC* (2009).

Por fim, Salama (2009), discutindo também a versão francesa de *GC*, elogia a originalidade de Bresser em combinar suas experiências enquanto político e empresário com suas análises acadêmicas (2009, 681). Com relação a este traço da trajetória de Bresser, Salama escreve que “poder-se-ia provavelmente reprovar-lhe [*Bresser*] que, enquanto ocupava funções de responsabilidade, ele ‘se esqueceu das críticas endereçadas ao *Washington consensus*’ não as fazendo conhecer publicamente, solidariedade governamental requer... talvez” (2009, 681).

O tema de Bresser em *GC* não é um país ou região, especificamente, como em livros anteriores, mas sim uma categoria de países que ele denomina de “países de renda média ou emergentes que, juntos, representam atualmente quase cinco bilhões de habitantes, e que estão divididos entre aqueles países que conseguiram alcançar os desenvolvidos e aqueles que não o conseguiram” (*GC*, 1; 9). A fim de explicar por que alguns desses países obtiveram bons desempenhos econômicos e outros não (*GC*, 6), “rejeito”, afirma Bresser, “ambas as explicações: nem a falta de reformas institucionais nem a falta de política industrial estão por trás desse desempenho econômico medíocre” de determinados países, como o Brasil (*GC*, 2).

Bresser, que se considera um “economista keynesiano histórico-estruturalista” e pragmático, pois “Um bom economista não é nem ortodoxo nem heterodoxo, mas pragmático” (*GC*, nota 1, 19; 96-7), calca-se em três ideias: 1º) importância de “uma nação e uma estratégia nacional de desenvolvimento”; 2º) “as políticas macroeconômicas que são recomendadas aos países em desenvolvimento, em particular as altas taxas de juros e as taxas de câmbio não competitivas, são inimigas do crescimento”; 3º) “a globalização comercial é uma oportunidade para os países em desenvolvimento, na medida em que abre espaço para uma estratégia orientada para a exportação, ao passo que a abertura financeira é uma maldição”¹⁰³ (*GC*, 3-4; 20; 32; 43; 48).

Assim, o tema de Bresser não é exatamente a “teoria econômica neoclássica”, mas sim as recomendações feitas pelo “países ricos, o Norte” a “seus concorrentes – os países de renda média ou emergente” (*GC*,5).

A “tese ou hipótese central” de Bresser em *GC* (em continuação, na verdade, ao já exposto em textos anteriores) é que “o principal obstáculo enfrentado pelos países de renda média para alcançar os desenvolvidos é a tendência à sobrevalorização da taxa de

¹⁰³ Para uma discussão sobre a visão de Bresser sobre a globalização financeira, cf. Molinero (2010).

câmbio” (*GC*, 7) ou a “tendência da moeda nacional a uma crônica e cíclica sobrevalorização” (*GC*, 131).

Como já exposto em *ME*, Bresser considera a taxa de câmbio como “a variável macroeconômica estratégica no desenvolvimento econômico” (*GC*, 10; tb. 11-2, 61-2, 66, 72, 81, 104, 112-4, 120-39, 178), além de que “foi em torno dela que desenvolvi minhas pesquisas durante os últimos nove anos” (*GC*, 10).

O adversário principal definido por Bresser nos anos 2000, a ortodoxia convencional, aparece em *GC* como sendo “uma contraestratégia de crescimento que acaba neutralizando a capacidade competitiva do país” (*GC*, 8).

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

NAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A “VIAGEM REDONDA” DE BRESSER?

Nota-se, pela exposição feita ao longo do Capítulo 3, que a noção de desenvolvimento em Bresser não foi a mesma ao longo de sua carreira. Inicialmente, esteve fortemente vinculada à ideia de padrão de vida. Contudo, essa associação acabará por ficar confinada apenas a seus primeiros escritos (primeira edição de *DeCB*). O que permanecerá, até certo ponto, é a influência do estruturalismo cepalino, principalmente Celso Furtado, e do pensamento isebiano, mais precisamente, de Ignácio Rangel.

Ao longo dos anos 1970 e início dos 1980, a leitura bresseriana de desenvolvimento será fortemente influenciada pelo marxismo (*EeSI*, *EB*, *LAC*). Conceitos como forças produtivas, classes sociais, acumulação do capital, mais-valia entre outras compõem seu vocabulário mais constante.

Contudo, de meados dos anos 1980 em diante, ainda que mantenha as grandes linhas de seu conceito de desenvolvimento, Bresser passa a enfatizar a noção de “produtividade” a partir de uma perspectiva de macroeconomia (*LAC*). As leituras marxistas anteriores não se apagam completamente, mas se diluem em meio a abordagens e linguagens típicas de gestores e formuladores de política econômica.

Essas reformulações podem ser associadas a sua trajetória intelectual e de militante. Principalmente suas mudanças em meados dos anos 1980 poderiam ser caracterizadas como uma ruptura, assinalada pelo próprio Bresser como uma “transição intelectual” em direção à admissão de que o nacional-desenvolvimentismo estaria superado no Brasil.

Este período, que se estende de meados dos anos 1980 até o início dos anos 2000, é dominado pela formulação da teoria da crise do Estado. Tal crise foi interpretada por Bresser em termos de esgotamento: do nacional-desenvolvimentismo enquanto estratégia e do Estado enquanto investidor direto. Seria necessário adotar reformas orientadas para o mercado. O objetivo, contudo, não seria o Estado mínimo dos neoliberais, mas sim um Estado reconstruído, ainda forte, mas com outros papéis. Desenvolvimento, neste período, é praticamente reduzido à busca da “eficiência”.

Por outro lado, a ideia de nação esteve, na maior parte do tempo, associada à de desenvolvimento. Talvez, a tese da incompletude da “Revolução Nacional Brasileira” dos anos 1970 e sua reformulação nos anos 2000 como “perda da ideia de Nação” seja o elemento mais constante no pensamento de Bresser, capaz de dar um mínimo de sentido às suas mudanças de posições, teóricas e políticas.

Mais precisamente, não se defende aqui que o conjunto da produção acadêmica de Bresser, assim como sua trajetória política e posições assumidas ao longo desta, sejam plenamente explicáveis por uma ideia – de nação, no caso – que permaneceria inalterada ao longo do tempo, como um farol a guiar suas guinadas de direção. A intenção aqui é mostrar como temas recorrentes – desenvolvimento,

desenvolvimentismo, nação, classe média, (tecno)burocracia – foram sendo definidos e redefinidos, arranjados e rearranjados de acordo não somente com o processo de maturação intelectual de um autor, mas também, e principalmente, de acordo com os *contextos* pelos quais Bresser transitou.

Contextos não apenas históricos, socioeconômicos ou políticos, mas também linguísticos (POCOCK, 2003; SKINNER, 2000). O pragmatismo da ação política permite e justifica rupturas. Porém, as ações não se justificam por si mesmas. Esse trabalho de justificação é basicamente intelectual – ainda que não imune às relações de poder – e, nesse sentido, formular e difundir ideias é também agir politicamente.

Ao longo de sua carreira, Bresser-Pereira empregou uma variedade relativamente ampla de linguagens e teorias (marxismo, keynesianismo, neo-institucionalismo, teorias da administração, etc.) para discutir a problemática do desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, sempre se declarou como filiado e fiel à linhagem do estruturalismo latino-americano – principalmente Celso Furtado e Ignacio Rangel.

Suas movimentações teóricas estiveram intimamente associadas às posições políticas e/ou cargos públicos ocupados ao longo de sua carreira. Ou melhor, ao longo de sua trajetória política, acadêmica e profissional, Bresser-Pereira participou diretamente de debates sobre os principais problemas nacionais brasileiros (no CEBRAP, por exemplo), ao mesmo tempo em que construiu sólida carreira no meio empresarial (ligado ao grupo Pão de Açúcar) e, principalmente a partir dos anos 1980, com partidos políticos (PMDB e depois PSDB) e atividades governamentais. Este seu intenso trânsito, para além dos meios acadêmicos *strictu sensu*, nos meios empresariais, na militância partidária e em cargos governamentais, colocava-o diante de duas grandes alternativas: reduzir sua produção intelectual ao mínimo necessário para subsidiar sua atuação política e/ou governamental; ou fazer da produção intelectual um meio de atuação política. Claramente, Bresser-Pereira escolheu a segunda opção.

A maioria dos intelectuais, quando começam a se envolver mais diretamente com algum tipo de atividade política (partidária e/ou governamental), tende a “falar menos” – isto é, agir politicamente por outros meios e empregar outros tipos de recursos que dado cargo propicia. Bresser-Pereira, contudo, aproveitou quase todas as oportunidades que teve, além de criar, aproveitando a visibilidade que cargos públicos propiciam, novas oportunidades para continuar a “falar”, e falar ainda mais sobre os grandes temas nacionais. É por isso que sua produção intelectual é um caso que permite uma privilegiada observação analítica a partir do contextualismo lingüístico, que parte justamente do pressuposto de que “falar” é agir também.

Observada de um ponto de vista temporal ampliado, a produção intelectual de Bresser parece uma sucessão de análises conjunturais, formuladas para propósitos diversos, dirigidas a públicos diferentes e, devido a tudo isso, elaborada em “linguagens” diferentes a fim de ampliar seus efeitos ilocucionários (ou, na terminologia do contextualismo linguístico, “lances discursivos” com pretensão de serem “decisivos”).

Ao invés, contudo, de reduzir a obra de Bresser a um amontoado informe de análises de curto prazo, propõe-se aqui buscar elucidar os nexos entre seus textos de maior fôlego, e em menor número, e a ingente massa de textos conjunturais por ele produzida. E, nesse sentido, a combinação de um uso bem específico e restrito da noção de linhagem (“forma persistente de pensar”) e o aporte do contextualismo linguístico (quanto mais linguagens disponíveis, maior a polissemia do discurso) é de grande valia.

Dessa forma, em meio às rupturas e polissemias de Bresser, dois marcos delimitam os limites de seus (amplos) movimentos. Duas “constantes” em seu pensamento: de um lado, a tese da incompletude da nação brasileira e, assim, de seu desenvolvimento também – ideia que atravessa sua produção intelectual ao longo de mais de 4 décadas de pesquisas e militância; de outro, a sua filiação à linhagem do estruturalismo latino-americano.

Portanto, e por tudo isso, declarar-se filiado à linhagem do estruturalismo (ou pelo menos a uma determinada interpretação sobre o que seria tal “linhagem” de pensamento) e fiel à luta pelo desenvolvimento nacional (redefinido “pragmaticamente” de acordo com as conjunturas) permitiu a Bresser-Pereira estabelecer um ponto de referência geral a partir do qual ele pode operar variadas movimentações intelectuais e políticas em contextos diversos. Movimentações essas intimamente associadas às posições políticas e/ou cargos públicos ocupados ao longo de sua carreira. Assim, vista em seu conjunto, a produção de Bresser-Pereira parece ser marcada apenas ou principalmente por rupturas fortes e mudanças drásticas de opinião e posição, principalmente nos períodos nos quais ocupou cargos governamentais. Contudo, onde aparentemente predominam rupturas, pode-se encontrar, mais precisamente, uma combinação complexa entre continuidades/regularidades, rupturas e retomadas, todas referidas aos dois principais eixos temáticos do pensamento de Bresser – desenvolvimento e nação – e à linhagem da qual ele se considera um seguidor e continuador – o estruturalismo latino-americano.

Recolhendo-se as linguagens empregadas – conjunto de termos, conceitos, estilos de argumentação e raciocínio etc. –, as aproximações feitas – influências decisivas no tratamento teórico de algum tema – por Bresser ao longo de sua trajetória, propõe-se o quadro sinóptico da página seguinte.

QUADRO 2
Trajatória, Filiações e Temas em Bresser

PERÍODO	<i>1950/60</i>	<i>1970</i>	<i>1980/87</i>	<i>1987/ anos 1990</i>	<i>Meados dos anos 1990</i>	<i>2000...</i>
TRAJETÓRIA	Bacharel em Direito, ingresso na FGV e no <i>Grupo Pão de Açúcar</i> ; Mestrado em Administração nos EUA;	Doutorado em Economia (USP); participação no CEBRAP; aproximação com o MDB;	Secretário no governo de São Paulo; Ministro da Fazenda; fundador do PSDB;	“Transição intelectual”; Militância partidária e intelectual (pró-reformas)	Ministro da Administração (MARE)	Desligamento do governo FHC, do PSDB e retorno a atividades acadêmicas em tempo integral;
FILIAÇÕES, LINGUAGENS E APROXIMAÇÕES	ISEB (H. Jaguaribe e I. Rangel principalmente); Cepal (C. Furtado); Teorias da administração; “Leituras estadunidenses” (J. K. Galbraith, J. A. Schumpeter, J. Burnham, Berle e Means entre outros)	Marxismo combinado com estruturalismo cepalino e com certa dose incipiente de macroeconomia (Keynes/Kalecki); Cebrap;	Macroeconomia combinada com estruturalismo e marxismo; atuação partidária e governamental (PMDB; Ministério da Fazenda);	Macroeconomia com certa dose residual de estruturalismo cepalino e marxismo; atuação partidária e governamental (PMDB e PSDB);	Nova administração pública e certa dose incipiente de neo-institucionalismo; Atuação partidária e governamental (PSDB; MARE)	Macroeconomia combinada com uma releitura do ISEB e do estruturalismo cepalino;

GRANDES TEMAS

INTERPRETAÇÕES

<i>Desenvolvimento</i>	Nacional desenvolvimentismo	Subdesenvolvimento industrializado	Interpretação da crise do Estado		Novo desenvolvimentismo
<i>(Tecno)burocracia</i>	Sistema social	Modo de produção	Variedade de capitalismo	Reforma gerencial	Gerencialismo e Variedade de capitalismo
<i>Nação</i>	“Revolução Nacional incompleta”	Dependência (centro x periferia)	Globalização (“interesse nacional”)		“perda da ideia de Nação”

Regularidades, rupturas e retomadas

Retomando-se a discussão feita na Introdução deste trabalho, onde se apresenta as grandes linhas da proposta analítica deste trabalho, nota-se que em relação aos eixos temáticos mencionados no quando acima, desenvolvimento, (tecno)burocracia e nação, há uma predominância das *rupturas* e *descontinuidades*. Ambas as noções permitem uma vinculação privilegiada entre a produção intelectual de Bresser e sua circulação (acadêmica, política, profissional etc.). Tão cortada por variações, mudanças de posições, reformulações etc. quanto sua atuação política e profissional é sua produção intelectual, quando vista a partir daqueles dois eixos temáticos. Obra e trajetória em sucessão paralela e cruzada.

Do ponto de vista das *regularidades* – falar em continuidade talvez seja muito forte – o tema que se destaca é o de classes médias¹⁰⁴. Este tema nunca se tornou um eixo organizador do pensamento de Bresser, um eixo em torno do qual outros temas, teorias, conceitos, autores etc. gravitassem. Pelo contrário, trata-se de um tema menor, mas muito constante ao longo de sua produção intelectual na medida em que se trata de um tema de leituras e usos múltiplos. Mais precisamente, tem-se o seguinte:

1º) **Leitura sociopolítica:** As classes médias formariam o meio social de onde surgem a burguesia, responsável por disparar o processo de desenvolvimento. Ex. *DeCB* (primeira edição, de 1968, 19-20)

2º) **Leitura econômica:** As classes médias seriam importantes por permitirem a compatibilização entre concentração de renda e industrialização, via consumo de bens de luxo. Ex. *EeSI* (213)

3º) **Leitura histórica:** As classes médias seriam o resultado do crescimento das organizações (Estado, empresas etc.) ao longo do processo de industrialização. Ex. *EB* (51).

4º) **Leitura econômica e política:** A importância das classes médias estaria ligada a sua função consumo e enquanto parte do “acordo básico” que define uma nação. Ex. *ME* (39; 147).

Esses quatro papéis, acima elencados, atribuídos às classes médias por Bresser, não esgotam o tema no interior de sua obra. Além disso, as citações acima feitas são, como indicado, apenas exemplos, não esgotando as referências, nos textos de Bresser,

¹⁰⁴ Há outras regularidades, envolvendo temas como etapas e formas do Estado, empresariado industrial, sociedade civil entre outros. Um inventário não exaustivo de tais regularidades encontra-se nas considerações finais deste trabalho, intitulada *Figuras do Pensamento*.

ao tema. Muito pelo contrário, sua obra é densamente povoada por referências diversas às classes médias.

Outro ponto importante é que as várias leituras feitas por Bresser sobre as classes médias aparecem não apenas em sucessão – como talvez possa sugerir a enumeração acima. Contrariamente às versões da tese da tecnoburocracia e do desenvolvimento, que se sucederam ao longo do tempo na medida em que foram sendo reformuladas, as leituras sobre as classes médias aparecem entremeadas a outros temas, não adquirindo um estatuto teórico próprio na obra de Bresser. Atuaram, antes, como um recurso acessório de altíssima maleabilidade e, por isso, ativado nas mais diversas circunstâncias discursivas a fim de fortalecer e encorpar os nexos argumentativos – exemplos, causalidades, consequências etc. Acessório, portanto, mas nem por isso menos fundamental.

Burocracia e desenvolvimento, *rupturas*. Classes médias, *regularidades*. E a Nação? Aqui entra em cena a *retomada*. Forte e fundamental no início da carreira de Bresser, um jovem encantado com a leitura isebiana do desenvolvimento brasileiro (*DeCB*, 1968), o tema da nação praticamente não terá maior importância a partir dos anos 1970. No máximo aparecerá a expressão “interesse nacional” (*EB*, 186; *CE*, 147). A partir dos anos 2000, contudo, sua crítica à “macroeconomia da estagnação” e à “ortodoxia convencional” conduzirá diretamente para a ideia da “perda da ideia de Nação” e a defesa de um novo desenvolvimentismo. Ou seja, a análise sobre a incompletude da Revolução Nacional Brasileira, nos anos 1960, cede lugar ao subdesenvolvimento industrializado, à dependência, à crise do Estado para, novamente, retornar como “perda da ideia de Nação”, já nos anos 2000.

A crítica à ortodoxia monetarista, depois ao populismo econômico e por fim à ortodoxia convencional, assim como a análise da inflação inercial (*IR*, 11) e administrativa (*IR*, 156-57), do déficit público (*IR*, 44), são momentos e formas diferentes de uma interpretação predominantemente *endógena* do desenrolar da crise e semiestagnação brasileira dos anos 1980 em diante. Ao final dessa sucessão de análises conjunturais, Bresser retornará a e retomará a ideia de *nação*. E de tal forma que é possível afirmar que o eixo aglutinador de quase tudo de relevante que Bresser escreveu após 2002 (fim do governo FHC e desligamento oficial com o PSDB) é a “perda da ideia de nação” (*ME*, 223; 237; 257; 261; 263; 267-70; 274; *GC*, 79).

Transitando de uma interpretação – o modelo de subdesenvolvimento industrializado – que incorporava, pelo menos em parte, a noção de dependência a outra

na qual a globalização tinha também presença marcante, não havia muito espaço para a ideia de nação, pelo menos não de maneira explícita e definida. Porém, a constante menção e consideração dos fatores internos, dos erros e acertos da política econômica brasileira, revelavam uma inclinação de Bresser a considerar alta e decisiva a atuação os atores internos. Conferir certa unidade a todos esses atores e dar a essa unidade o nome de *nação* foi o passo ousado dado por Bresser nos anos 2000, que se redescobriu, então, nacionalista e isebiano (BRESSER-PEREIRA, 2004c; 2005c)!

Em todo caso, e por tudo isso, não se pode considerar a trajetória de Bresser como sendo um amontoado de análises conjunturais aleatoriamente combinadas entre si, nem como uma produção intelectual elaborada apenas sob o signo da ruptura e descontinuidade. Além destas últimas, há também importantes regularidades e retomadas.

Frise-se que, aqui, prefere-se falar em regularidade e retomada, não continuidade. Pois dificilmente pode-se encontrar na obra de Bresser um “grande tema” que confira “indiscutível unidade” a seus escritos, como no caso de Caio Prado Jr. (RICUPERO, 2000, 133), por exemplo, ou um posicionamento “suficientemente elástico para acompanhar as mudanças históricas sem perder coerência”, como o liberalismo de Joaquim Nabuco (NOGUEIRA, 2010, 19-20).

Como, então, compatibilizar internamente uma obra e trajetória que, tomadas como um todo, são marcadas por operações intelectuais tão diversas? Este trabalho não se propõem a nem poderia “resolver” o problema da coerência ou não da produção intelectual de Bresser como um todo.

A proposta é apenas analisar como, a partir do próprio pensamento de Bresser, emergem argumentos e ideias que, *dentro da lógica interna desse pensamento*, se destinam a cimentar a unidade da obra. O papel de conferir unidade a sua obra é atribuído por Bresser principalmente à noção de pragmatismo.

Fidelidades pragmáticas

O pragmatismo foi “solução” bresseriana para compatibilizar o fatalismo de sua interpretação da crise do Estado, e da época em que esteve mais diretamente envolvido na formulação de políticas públicas, ao voluntarismo da época do novo desenvolvimentismo.

Discutindo a crise do Estado, Bresser defendeu não haver “um nível ideal, ótimo, de intervenção do Estado. O nível de intervenção será pragmaticamente definido, aumento ou diminuindo segundo as fases do ciclo” (CE, 117). Portanto, a “resposta à natureza cíclica da

intervenção do Estado não pode ser *ideológica*” (CE, 123, grifo nosso). Mas qual seria a resposta então? A *ideologia* neoliberal! “Estamos agora na fase de privatizar, liberalizar e desregular” (CE, 123). Já nos anos 2000, Bresser sustentará ainda que o “apoio que dei a essas reformas – abertura comercial, privatização dos setores competitivos em poder do Estado, reforma tributária, reforma da previdência pública e reforma gerencial ou da gestão pública – só fazem sentido a partir dessa perspectiva” da crise do Estado. “Essas reformas faziam parte da agenda neoliberal” (2004, 541).

Contudo, seu apoio ao neoliberalismo seria ‘pragmático’, e não dogmático. Assim, a defesa da plataforma de reformas neoliberais não tinha por objetivo “enfraquecer, mas reconstruir a capacidade do Estado” (2004, 541), não visavam o “Estado mínimo, mas superar a crise fiscal, restabelecer a poupança pública, recuperar a capacidade do Estado” de atuar de modo eficiente (CE, 123).

Sendo assim, o apoio ao neoliberalismo não representaria para Bresser uma adesão a valores, como no caso da ortodoxia monetarista ou convencional, nem da aceitação plena da teoria neoclássica sobre a qual normalmente se estriba. Neoliberalismo não seria ideologia nem teoria, seria apenas *gestão*. As reformas propostas pelo neoliberalismo poderiam ser as mesmas ou muito parecidas com as propostas pela interpretação da crise do Estado. A diferença fundamental entre o ‘pragmático’ Bresser e o neoliberalismo seria a gestão do processo e os objetivos a serem perseguidos por medidas similares: um Estado “melhor”, mais “eficiente”, mas nunca um “Estado mínimo”.

Com a crise dos anos 1980, explicada em termos de ciclos políticos e econômicos, “De repente as esquerdas se vêem sem um projeto claro de desenvolvimento” (CE, 103). Bresser não propõem nesse período, contudo, um novo projeto, mas apenas que a esquerda deveria se renovar aceitando pragmaticamente que os novos tempos seriam neoliberais, aceitando a “superioridade do mercado na coordenação da economia” (CE, 110), mesmo sem negar a importância da intervenção estatal em áreas estratégicas. Renovar-se, portanto, tornando-se, ainda que parcialmente, de direita.

E mesmo quando Bresser retomar a tentativa de construção de um novo projeto de desenvolvimento, ou melhor, um novo desenvolvimentismo, não negará a importância geral das reformas orientadas para o mercado dos anos 1990. A crítica central de Bresser será em relação à ortodoxia convencional que conduziu o Brasil a uma situação de semi-estagnação, ou seja, o problema do país não seriam as reformas realizadas, e sim a administração macroeconômica do país. Reformas seriam empreendimentos de médio e longo prazo. Taxa de juros e câmbio, de curto. O problema brasileiro estaria no curto e não no longo prazo e “não faz sentido explicar”, argumenta Bresser, “com argumentos de longo prazo um problema de curto prazo, como o são a instabilidade macroeconômica e a quase-estagnação econômica daí derivada” (ME, 91).

Sendo assim, entre a crise do Estado, a macroeconomia da estagnação e a proposição de um novo desenvolvimentismo há mais *continuidades* do que rupturas. A forte crítica à “perda da ideia de Nação” poderia passar a impressão de mais uma ruptura forte em Bresser. Há rupturas, sem dúvidas, principalmente com o PSDB. Mas se trata, antes e principalmente, da retomada de uma ideia presente em sua juventude para adensar sua crítica à ortodoxia convencional. Essa ruptura e retomada aparecem, inclusive, explicitamente em Bresser, que disse certa vez:

Às vezes me perguntam: ‘Se você não é mais um membro do PSDB, foram eles que mudaram ou você?’ Fomos os dois. Eles mudaram mais para a direita e eu mudei um pouco mais para a esquerda. Recuperei algumas ideias nacionalistas que achava muito importantes (BRESSER-PEREIRA, 2011, 7-8).

Em certa medida, portanto, a macroeconomia da estagnação situa-se na mesma linha de dispersão temática da interpretação da “crise do Estado” sendo, contudo, refinada e sofisticada ao longo do tempo. Afinal de contas, foi o resultado da administração da crise aguda – o “desequilíbrio estrutural do setor público” – que desembocou em uma crise crônica – “permanente semi-estagnação” (ME, 47) – analisada em ME.

O problema não estaria nas reformas defendidas a partir do pragmatismo “social-liberal”, mas sim na rendição quase incondicional a ditames relacionados a políticas econômicas de curto e médio prazos. É aí, e não nas grandes reformas, que teria ocorrido a “perda da ideia de Nação”.

A interpretação da crise do Estado, como o novo desenvolvimentismo nascido da crítica à macroeconomia da estagnação apresentam entre si mais traços de continuidade do que de ruptura na medida em que ambas se aproximam noção, muito em voga nos anos 1990, de Terceira Via¹⁰⁵. Porém, não se trata de uma alternativa a mais, para além da dicotomia capitalismo x socialismo, enquanto modos de produção, mas sim, em Bresser, entre direita neoliberal x populismo de esquerda. O objetivo não está apenas dentro do capitalismo, mas é o próprio capitalismo.

É por isso que, a partir da interpretação da crise do Estado, Bresser defende que o papel da esquerda seria “administrar o capitalismo, que por muito tempo ainda será a nossa realidade, de forma mais competente que os capitalistas” (CE, 109). E, a partir do novo desenvolvimentismo, a crítica à “perda da ideia de Nação” é outra forma de expressar a ideia de que a “Revolução Capitalista” nunca se completou no Brasil, ou, mais precisamente, o “Brasil passou por estas três revoluções da Revolução Capitalista: passou plenamente pelas duas

¹⁰⁵ Aliás, após deixar, em julho de 1999, o segundo posto ministerial que ocupou no governo FHC, o Ministério da Ciência e Tecnologia, Bresser se tornou, em agosto de 1999, Assessor da Presidência da República para assuntos relacionados à governança progressiva ou terceira via.

primeiras [*comercial e industrial*], de forma incompleta, pela terceira [*revolução nacional*]" (BPCB, 5).

Se os principais problemas econômicos brasileiros se situariam no curto prazo, então faria sentido não apenas o pragmatismo bresseriano, mas também a crítica ao populismo econômico dos anos 1980 e à ortodoxia convencional dos anos 1990. Tanto o populismo quanto a ortodoxia seriam expressões da má administração econômica no Brasil. Isso fica claro quando Bresser declara que a semi-estagnação econômica brasileira

foi decorrência de má governança, de decisões erradas de política econômica, como a decisão de não ajustar a economia e continuar se endividando nos anos 70, depois da primeira crise do petróleo; como a valorização do câmbio de forma irresponsável em 1979-80, e em 1994-98; como a adoção do Plano Cruzado de forma populista; como a formulação do Plano Collor em 1990 de uma forma absolutamente equivocada do ponto de vista econômico, ainda que corajosa; como a elevação e manutenção das taxas de juros em níveis altíssimos desde 1988 até hoje. São equívocos monumentais que cometemos e que nos custaram essa quase-estagnação dos últimos 20 anos. Por isso, aprender com os erros e ter melhor governança são coisas fundamentais (BRESSER-PEREIRA, 2001, 575).

Sem dúvidas, há continuidades e regularidades na obra de Bresser. Mas a presença, talvez ainda mais forte e mais importante, de rupturas e retomadas limitam o potencial do pragmatismo em conferir coerência e alguma unidade além daquela fundada na autoria ao conjunto de sua produção intelectual. Mas, talvez também, seja justamente no que ela *não tem* de totalidade fechada e plenamente coerente que se localiza a riqueza de seu pensamento.

FIGURAS DO PENSAMENTO

Um balanço geral do pensamento de Bresser

Em grande parte, os questionamentos levantados na Introdução – sobre as variações, mudanças de posições, coerência do conjunto etc. da obra de Bresser – já foram respondidos ou pelo menos é possível depreender as respostas a partir da exposição realizada ao longo dos capítulos deste trabalho. Falar em “resposta” na verdade é muito forte. É melhor falar em proposta. Propôs-se neste trabalho uma leitura da obra de Bresser a partir de dois eixos, um *temático* – desenvolvimento e burocracia – e outro *teórico-interpretativo* – linhagens/filiações e linguagens.

Os dois objetivos principais foram 1º) elaborar um panorama geral e introdutório da produção intelectual de Bresser e 2º) empregar uma grade teórico-conceitual baseada nas sugestões do contextualismo linguístico e da hipótese das linhagens de pensamento social e político brasileiro.

O primeiro objetivo, mais descritivo, encontra-se ao longo dos capítulos que constituem este trabalho, onde os livros e alguns outros textos importantes de Bresser foram expostos. O segundo objetivo foi perseguido concomitantemente ao primeiro, na medida em que se buscou fazer uma descrição que já contivesse, em si mesma, os conceitos, sugestões e hipóteses gerais deste trabalho.

A principal “conclusão” deste trabalho é a de que o pensamento enquanto atividade não acontece a esmo e informe. Não que haja alguma novidade nessa constatação. Afirmar ou concluir que se trata de uma atividade que pode se configurar das mais variadas formas possíveis é apenas um prelúdio para se apresentar as configurações assumidas por aquela atividade quando Bresser foi seu protagonista.

Na apresentação dessas configurações, é importante lembrar que as “linhas evolutivas”, ‘famílias intelectuais’ ou ‘formas de pensar’ não são naturais nem imediatas (...) trata-se de algo que tem de ser reconstruído intelectualmente para poder ser apropriado experimentalmente” (BRANDÃO, 2007, 62).

Neste trabalho, a “apropriação experimental” da obra de Bresser pautou-se apenas pela reconstrução analítica de suas “formas de pensar” mais recorrentes. Essa foi uma das principais sugestões retiradas da perspectiva analítica que se propõe a mapear as linhagens do pensamento social e político brasileiro aproveitadas aqui. Lembrando que a técnica metodológica empregada neste estudo esteve pautada na desconstrução, no nível empiricamente imediato e dado dos textos, das narrativas analíticas presentes em cada um deles, a fim de reconstruí-las ao nível mais elevado e abstrato dos “segmentos

temáticos” e da “obra”, conforme exposto na Introdução. A identificação de “linhas evolutivas”, “famílias intelectuais” ou “linhagens” é, assim, um objetivo situado muito além deste trabalho, focado na obra de apenas um autor. Espera-se, contudo, que o estudo da produção intelectual de Bresser contribua para aquele esforço maior.

A hipótese deste trabalho propõem uma explicação para as características mais marcantes da produção intelectual de Bresser: sua extensão, quantidade, variação de temas e abordagens e, principalmente, sua aparente inconsistência. Tal hipótese pode ser desdobradas nas seguintes afirmações:

1) Bresser é um intelectual a serviço da política, ou seja, a dimensão *pragmática* se sobressai na análise de seu pensamento. Isto significa que ...

2) ... as interações entre as filiações autodeclaradas (“linhagens” em sentido fraco), por um lado, e as linguagens efetivamente utilizadas, por outro ...

3) ... foram dependentes das posições a partir das quais produziu sua obra: frequentemente nas e a partir das “bordas” dos grandes debates¹⁰⁶. Dito de outra forma, sua posição marginal permitiu-lhe...

4) ... manejar com razoável liberdade as linguagens disponíveis a cada contexto, ...

5) ... manejo limitada, contudo, pelas filiações a determinadas “linhagens” e posições políticas. Produzir intelectualmente foi uma modalidade de ação, entre outras possíveis, em contextos restritivos.

Bresser construiu sua obra escorada muito mais nos contextos de debates que nos factuais: seu contexto principal foi o linguístico, devido a sua relativa marginalidade e distanciamento dos ‘centros de decisão’, para usar uma expressão recorrente na era desenvolvimentista da moderna história brasileira, mesmo quando esteve dentro deles, como à época do MARE, por exemplo. Não podendo atuar diretamente sobre os fatos (anos 1950-70), atuou intermediariamente via pensamento. E mesmo quando esteve no governo, ou suas passagens foram curtas demais, deixando como legado novas ideias (Ministério da Fazenda) ou sua posição política e institucional não era forte o suficiente

¹⁰⁶ A principal exceção aqui seria o debate em torno da Reforma Gerencial, nos anos 1990, em que Bresser foi, sem sombra de dúvidas, a figura central. Mesmo assim, tendo em vista os principais empreendimentos políticos do governo FHC, o MARE e seu ministro permaneceram nas franjas das grandes decisões governamentais do período. cf. Capítulo 2, deste trabalho.

para concretizar seus projetos principais, deixando também um legado constituído majoritariamente por ideias (MARE)¹⁰⁷.

“Falando” frequentemente a partir das “bordas”, Bresser buscou quase sempre encontrar ou construir *(1) Vias de Intermediação* entre as posições que, na avaliação dele, constituíam os extremos de dado campo de debates. Nesse sentido, manipulou um conjunto de *(2) Arranjos temáticos* combinados com o emprego de *(3) Conexões causais frequentes* com conseqüências lógicas e políticas diversas. Em determinado ponto de sua trajetória¹⁰⁸, percebendo talvez o perigo de sua produção, tomada em conjunto, desemborcar uma situação de irremediável incoerência e/ou cair no esquecimento, passou a ativar de maneira frequente os procedimentos das *(4) Autoreferências* e da indicação dos *(5) Pioneiros*. O resultado, por fim, é uma obra extensa, mas rasgada por *(6) Compartimentações*.

A busca de Vias de Intermediação, por Bresser, revela certo inconformismo (aspecto subjetivo) em relação a seu posicionamento periférico/marginal no contexto de debates e em relação aos ‘centros de decisão’ (aspecto objetivo). Seu pragmatismo foi uma estratégia e as figuras do pensamento foram modalidades ou tentativas de inserção ilocucionária nos grandes debates. Dessa forma, as figuras de pensamento não são categorias hermenêuticas empregas em um exercício exegético dos textos de Bresser, mas só existem e fazem sentido (para o autor que as enuncia e para o público que as recebe ou ao qual elas se dirigem) quando fazem sua aparição no plano dos contextos de debates como modalidades de ‘agir’, como práticas cuja lógica e sentido encontram-se para bem além de si mesmos e, portanto, para bem além da exegese puramente textual. O nível textual é apenas o nível empírico imediato desta pesquisa, um ponto de partida somente, longe de esgotar-se e em si mesmo.

(1) As Vias de Intermediação

Algo frequente e marcante em Bresser é a sua busca – com o perdão do anacronismo – por ‘terceiras vias’ ou vias de intermediação: o catolicismo da juventude, nos tempos da Guerra Fria, entre uma defesa irrestrita do capitalismo e a adesão ao

¹⁰⁷ A “elaboração teórica” como forma principal de “agir” também aproxima Bresser do ISEB (TOLEDO, 1982, 111).

¹⁰⁸ Localiza-se esse ponto nos anos 1980 em diante, período de maior atuação e visibilidade pública e política de Bresser.

socialismo¹⁰⁹; posteriormente, o tecnoburocratismo ocupando a mesma posição intermediária entre capitalismo e socialismo. Em relação ao processo de desenvolvimento brasileiro, seu modelo de subdesenvolvimento industrializado propunha ficar a meio-termo entre a “teoria” da dependência associada e a da dependência radical (imperial-espoliativa), assim como entre, de um lado, as propostas do ISEB e, de outro, das análises da sociologia da USP/CEBRAP. Com a crise dos anos 1980, sua interpretação da crise do Estado foi localizada entre o Consenso de Washington e a esquerda “populista” ou “arcaica” porque ainda nacional-desenvolvimentista. Por fim, seu social-liberalismo seria também uma posição entre a esquerda socialista e a direita ultraliberal.

Em síntese, como na ética aristotélica, a ‘virtude’ para Bresser se situa no meio termo:

QUADRO 3 As Vias de Intermediação de Bresser

Período e/ou questão		Bresser	
Guerra Fria (Anos 1950)	Capitalismo	<i>Catolicismo social</i>	Socialismo/comunismo
Destino da civilização Ocidental (1960/70)		<i>Tecnoburocratismo</i>	
Tecnoburocracia (1960/70)	Ideólogos da tecnoburocracia	<i>Marxismo não ortodoxo</i>	Marxismo “ortodoxo”
Desenvolvimento (1960/70)	ISEB	<i>Subdesenvolvimento industrializado</i>	USP/Cebrap
	Teorias da modernização		“Teorias” da dependência
	Dependência associada		Dependência “radical” (imperial espoliativa)
Inflação dos anos 1980	Monetarismo	<i>Heterodoxia e inflação inercial</i>	Distributivismo e “populismo”
Crise dos anos 1980	Consenso de Washington	<i>Crise do Estado</i>	Esquerda “populista” e “arcaica”
Governo FHC	Direita	<i>Terceira Via</i>	Esquerda
Anos 2000	Neoliberalismo	<i>Social liberalismo</i>	Socialismo

Os exemplos acima não esgotam as tentativas de intermediação de Bresser, basta lembrar sua tentativa de compatibilizar as visões de H. Jaguaribe, de um lado, e FHC,

¹⁰⁹ S. Schwartzman (1981, 6) observa que os isebianos promoveram a defesa de uma “terceira posição” nas disputas da época da Guerra Fria e no debate marxismo x liberalismo. Outro ponto de aproximação com Bresser, portanto.

de outro, sobre o destino político do empresariado brasileiro nos anos 1950 e 1960 quanto aos empresários (*EAB*, nota 9, 28).

Em busca de se distanciar do que avaliou como os extremos de cada contexto¹¹⁰, a atuação político-intelectual, principalmente quando ocupou cargos públicos, foi marcada pela busca e elaboração de propostas não convencionais e por ações não rotineiras. Tentou-se deixar clara essa tendência em relação à reforma gerencial, discutida no capítulo 2 deste trabalho. Mas ela pode ser detectada em quase todas as passagens de Bresser por cargos públicos no governo federal: 1º) Ministério da Fazenda: além da abordagem inercialista da inflação e a defesa de choques heterodoxos, sua proposta de securitização da dívida externa; 2º) MARE: ao invés de ser apenas um discreto ministro gestor de políticas e processos rotineiros, propôs uma reforma administrativa ampla e polêmica; 3º) Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq: ocupou simultaneamente a presidência dos dois órgãos a fim de melhor integrá-los, gerando grande polêmica por isso¹¹¹.

O livro escrito em homenagem aos seus 70 anos não poderia ter um título mais preciso: “em busca do novo”.

(2) *Arranjos temáticos*

Uma das ideias mais caras a Foucault era a de que o espaço social não é homogêneo, plano, integralmente aberto, em cada ponto, a todos. Pelo contrário, ele seria recortado e diferenciado. O mesmo se pode dizer do tempo. As semelhanças apoiam as visões cíclicas. As diferenças, as lineares. Para uns, não há ‘nada de novo sobre a Terra’. Para outros, claramente há progresso. Para outros, ainda não há padrão algum, apenas a sucessão de aleatoriedades.

Dá a ideia de espaços e tempo (ou linha) de dispersão, e não ciclo ou progresso (‘amadurecimento’). A ideia de dispersão, quando aplicada à obra e trajetória de Bresser, indica um desdobramento temporal multidirecional, cumulativo, mas também atravessado por rupturas, retomadas e ‘esquecimentos’. Conjunto de relações entre temas e seus elementos constituintes (conceitos, argumentos, casos concretos etc.) que se dispersam em textos (unidade empírica mínima). A noção auxilia na descrição das

¹¹⁰ Como este trabalho se restringe a Bresser e sua produção intelectual, não há condições de se descrever em profundidade os campos de debates dos quais ele participou, algo impossível de ser realizado em tão curto espaço. O esforço aqui é para mostrar o mais claramente possível a *visão de Bresser sobre os debates*, independentemente de ela descrever adequadamente ou não como aqueles campos de debates estavam efetivamente estruturados.

¹¹¹ Para maiores detalhes de sua passagem por esses dois órgãos, cf. Bresser-Pereira (2002).

relações entre os temas nos textos, relações de justaposição, sobreposição, acumulação, concentração, decomposição, deslocamento etc.

Descrições analíticas e sincrônicas de movimentos ou arranjos temáticos acompanhados de algum sentido diacrônico (mudanças, permanências etc.). Entre tais arranjos temáticos, pode-se citar:

1º) **Cruzamentos**: mesmo texto, mesmo tema, mas linguagens diferentes. Ex.: exposição, em *TeC* e *EeSI* (texto), da tese da tecnoburocracia (tema) construída a partir das leituras estadunidenses e de Marx (linguagens);

2º) **Justaposição ou Paralelismo**: mesmo texto, temas diferentes sem vínculos imprescindíveis. Ex.: em *TeC*, o tema da tecnoburocracia e o das revoluções utópicas foram reunidos no mesmo texto, mas não formam uma unidade. Em *EeSI*, há três temas principais: tecnoburocracia, tipos de Estado e modelo de subdesenvolvimento industrializado, que poderiam ser separados sem grandes prejuízos ao entendimento de cada um.

3º) **Deslocamentos**: movimentos inversos de posição, do foco à margem e vice-versa, de temas justapostos. Ex.: em *EAB*, o foco são as origens sociais e étnicas dos empresários e administradores, enquanto desenvolvimento e tecnoburocracia são deslocados para as margens do discurso. Inversamente, em *TeC* o foco é a tecnoburocracia e empresários e administradores vão para as margens. E em *BPCB*, por exemplo, o desenvolvimento desloca o tema da (tecno)burocracia para as margens;

4º) **Reposicionamento ou ressignificação**: mudança das posições relativas, no que tange aos nexos causais e/ou nas descrições históricas. O grande exemplo é a relação entre tecnoburocracia e capitalismo. De realidade pós-capitalismo, a tecnoburocracia se torna variedade de capitalismo. A diferença ou contradição torna-se, portanto, identidade;

5º) **Permanências difusas**: temas recorrentes, mas que não chegam a estruturar o primeiro plano dos textos. Exemplos: classes médias, excedente econômico, “rentistas” entre outros.

6º) **Ruptura**: mudanças auto-declaradas ou não de posição em relação a temas axiais – no caso de Bresser, burocracia e desenvolvimento. Exemplo: a “transição intelectual” intelectual dos anos 1980;

7º) **Retomada**: tema em algum momento considerado importante, posteriormente esquecido ou abandonado, e depois reconsiderado. Exemplo: o tema da nação, que aparece inicialmente na discussão da incompletude da Revolução Nacional

Brasileira (anos 1960), perde importância durante um período razoável de tempo para depois retornar na discussão sobre a “perda da ideia de Nação” (anos 2000);

8º) **Continuidade e agregação:** um tema que, (re)formulado em contextos e linguagens diferentes, conduz a outro. Exemplo: a interpretação da crise do Estado, que é continuada na macroeconomia da estagnação e novo desenvolvimentismo;

9º) **Regularidade:** temas de apoio aos quais se recorre a fim de adensar a discussão de outros temas que ocupam o foco analítico em determinado texto. Exemplo: classes médias.

Todos esses arranjos possíveis situam-se no plano das linguagens, ou melhor, do contexto linguístico em que um autor se encontra. São movimentos, combinações, manipulações, “lances” possíveis à disposição do autor no interior daquele contexto. Lévi-Strauss registrou certa vez que a repetição permitia uma melhor observação da estrutura de um mito (1985, 264). Bresser repete-se muito, e ao fazê-lo, torna exposta não tanto uma “estrutura inconsciente”, mas antes sua *circulação em contextos específicos* – profissionais, políticos e disciplinares (administração, economia, política, sociologia etc.).

(3) *Conexões causais frequentes e consequências lógicas*

Bresser se dedicou ao estudo de uma infinidade de temas. Apesar dessa diversidade, a explicação da dinâmica social, econômica, política, histórica etc. esteve calcada em um conjunto bem menor de encadeamentos lógicos e causais. Os mais frequentemente empregados foram:

1º) **Ciclo:** trata-se, sem dúvida nenhuma, de um dos recursos analíticos mais utilizados por Bresser (*CE*, 102; *CEREB*, 55; *DeCB*, 185, 228-9, 417; *NR*, 227-28; 293-96; BRESSER-PEREIRA, 2010b). E tal recurso foi empregado em níveis de abstração diferentes:

1.1) no mais alto, aparece na análise das formas históricas da burocracia: a asiática; a capitalista; e a tecnoburocracia. Na primeira, os burocratas participam da classe dominante; na segunda são meros “subordinados”; na terceira, retornam à classe dominante em um “contexto de um modo de produção próprio” (*EeSI*, 69-70);

1.2) no nível de abstração intermediário, há as citações dos ciclos de Kondratieff (*LAC*, 147; *CE*, 102) e a análise dos “ciclos do Estado” ou da reversão cíclica da intervenção estatal (*CE*, 113-23; *TechC*, 35; 54);

1.3) por fim, no nível de abstração mais baixo, o grande exemplo é o do

populismo econômico ou do “ciclo populista” (*PE*, 9; 107; 111; 191).

A consequência lógica possível do emprego forte de raciocínios e explicações baseadas em ciclos é o pragmatismo: a adaptabilidade das posições assumidas de acordo com as circunstâncias e, por conseguinte, a legitimidade das mudanças de posições, ainda que drásticas. O maior exemplo aqui, em Bresser, é sua “transição intelectual”.

2º) **Elitismo**: quando analisando alguns temas políticos, a perspectiva de análise de Bresser assume traços típicos da teoria das elites: a política como constituída por dois grandes polos, um ativo – as elites, (tecno)burocráticas ou empresariais/burguesas – e outro passivo – os trabalhadores, cuja possibilidade de atuação não é esquecida, mas também não é considerada fundamental ao ponto de alterar a análise básica dos “pactos políticos” e do processo de “emergência da tecnoburocracia”.

Duas notáveis exceções em relação a tal padrão são, primeiro, suas análises sobre a redemocratização nos anos 1980. Neste caso, a entrada da noção de “sociedade civil” em seu vocabulário de uso regular relaciona-se também à maior mobilização dos trabalhadores de fins dos anos 1970 em diante. Aí sim eles aparecem positivamente, como atores pró-ativos. Outro importante momento em que Bresser foca a ação organizada dos trabalhadores, mas agora caracterizando tal ação como negativa, é o de sua passagem pelo MARE e suas relações nem sempre pacíficas com o funcionalismo público, acusado frequentemente de corporativista.

3º) **Economicismo ou materialismo**: o termo aparece aqui não no sentido pejorativo, mas sim no de interpretar os macroprocessos históricos, assim como ocorrências e processos conjunturais, quase sempre sob a ótica da Ciência Econômica. Como exemplos, poder-se-ia citar que, para Bresser: o regime militar acabou devido à crise econômica (*PP*, 108; *DeCB*, 212-13, 215); a crise do governo Sarney estaria forte e intimamente relacionado à “volta do capital mercantil” (BRESSER-PEREIRA, 1989b); as “revoluções utópicas”, principalmente a estudantil, naufragaram por causa das mudanças econômicas (BRESSER-PEREIRA, 2006); “Quando estoura a crise econômica, geralmente vem em seu rastro uma crise política” (*REDN*, 67).

Esta última citação conduz às discussões sobre desenvolvimento econômico e democracia em Bresser. Apesar de admitir não haver “uma correlação precisa entre nível de desenvolvimento e democracia”, Bresser não se furta em associar modalidades de “apropriação do excedente” e regime democrático (BRESSER-PEREIRA, 1999a, 80-1; *CER*, 66; 68; 186). Assim, “na medida em que a apropriação do excedente através do mercado tornou-se dominante com a emergência do capitalismo e do liberalismo (...) a

democracia não apenas se tornou viável, mas revelou ser, além do regime político que melhor garante os direitos de cidadania, o regime político mais estável” (BRESSER-PEREIRA, 1999a, 80).

4º) **Etapismo**: não se trata tanto um recurso de explicação, mas de uma forma recorrente de exposição da dinâmica social. Bresser discutiu e/ou reconstruiu, em graus variados de profundidade, as fases ou etapas: da história humana de acordo com o critério dos fatores estratégicos de produção (*TeC*, 27; 57); do desenvolvimento brasileiro (*EB*, 164; *DeCB*, 19-20; 92-3; 186); do capitalismo em geral (*LAC*, 140-44); do Estado (*ESdI*, 75-100; *TechC*, 5-34); e do enfraquecimento da Nação brasileira (*ME*, 80).

(4) *Autoreferência*

Bresser é um vigoroso analista conjuntural, que percorreu, ao longo de sua vida intelectual, uma vasta gama de assuntos, relativos principalmente à economia ou, quase sempre, analisados de um ponto de vista econômico. O ‘método’ de composição da maioria de seus livros é basicamente o mesmo: o da ‘costura’ de textos conjunturais escritos para propósitos diversos – raramente como passos ou momentos em uma pesquisa de maior fôlego. Assim, vários de seus livros são, no todo ou na maior parte, coletâneas de textos conjunturais. Ligado a isso, e devido à predominância desse padrão de costura de textos curtos sobre os de pesquisas de fôlego, prevalece, do ponto de vista mais estritamente argumentativo, uma tendência ao emprego recorrente de entes coletivos abstratos – a “nação” usou o “Estado” (*ME*, 71), por exemplo.

Associado a esse padrão de composição dos textos de Bresser, é recorrente também a *repetição*, às vezes literal, de ideias, argumentos e até trechos inteiros de textos anteriores. Essas repetições provocaram um alargamento quantitativo de sua obra, uma proliferação assombrosa de textos¹¹².

Outra prática que alimenta tal proliferação são as recorrentes atualizações dos debates. A tese da tecnoburocracia apresenta o melhor exemplo: foi sucessivamente reformulada na medida em que Bresser percorreu e incorporou linguagens tão diversas entre si quanto as leituras estadunidenses (revolução gerencial; J. K. Galbraith; teorias

¹¹² Em seu currículo, atualizado em abril de 2013, há mais de 25 livros publicados, 13 organizados e mais de 200 artigos acadêmicos. Fora os artigos jornalísticos: Bresser colabora com alguma regularidade para o jornal *Folha de S. Paulo* desde 1976, além de artigos publicados em outros jornais e revistas, com menos frequência. Há também documentos oficiais, críticas de cinema, cartas, relatórios de pesquisa entre outros.

da administração e análise organizacional), isebianas, marxistas (Cebrap, literatura e debate em torno da “autonomia relativa do Estado”, Gramsci), macroeconômicas, “variedades de capitalismo” entre outras.

Ligado a tudo isso, uma das mais interessantes peculiaridades da obra de Bresser é seu elevadíssimo grau de autoreferências: citações, republicação de textos, repetições, regularidades, retomadas etc. Sua produção intelectual, principalmente a partir dos anos 1980, quando a acumulação de textos conferiu densidade suficiente à sua produção intelectual para que ela fosse não apenas “currículo” – isto é, produção passada –, mas também contexto de si mesma. Ela alcançava exterioridade eventualmente, em polêmicas pontuais, ou em situações geradas pelas posições/cargos públicos/políticos que ocupou.

As autorreferências não significam, contudo, o fechamento completo, como se o discurso apenas explicasse o discurso, mas antes dispersão, repetição, retomada, incorporação, ampliação etc. Manejo, em suma, dos elementos disponíveis no contexto de debates e/ou em sua própria obra a fim de consolidar e “lembrar” as suas principais contribuições, sua herança.

Uma vez feita a aparição pública, verbal ou textual, do pensamento, não se pode mais pedir para que se esqueça o que foi escrito, ou dito. No caso de Bresser, ele não só não pede que se esqueça, mas não se cansa de lembrar. À sua maneira, é claro.

Sem esgotar todas as repetições, autocitações e regularidades encontráveis em sua obra, pode-se apontar as seguintes:

- 1º) **Classes médias:** a regularidade desse tema já foi discutida acima;
- 2º) **Etapas do Estado:** em ordem cronológica, esse tema aparece, ainda que não formulado exatamente nos mesmos termos, em *EeSI* (1977), *TechC* (1990), *CER* (2009), no texto “*La restricción económica y la democrática*” (2004) e em “Os primeiros passos da reforma gerencial do estado de 1995” (2010);
- 3º) **Sociedade civil:** o tema aparece em *CAC* (1978) e em *PP* (1985). Nesses dois livros, a sociedade civil é protagonizada pelas classes sociais. Posteriormente, aparecerá também em *TechC* (1990), em *CERE* (1996) e *CER* (2009), sendo descrita, contudo, como um conjunto de indivíduos, grupos ou cidadãos, não mais de classes sociais. No mais, as definições são praticamente iguais;
- 4º) **Empresários (industriais):** em *EAB* (1974), são apontados como protagonistas da “Revolução Brasileira”; em *CAC* e *PP*, do processo de transição

democrática, pois seria portadores de um projeto de hegemonia. Por fim, seriam parte fundamental do acordo que define uma “Nação” (*ME, BPCB*);

5º) **Mapeamento de debates:** se há um exercício intelectual que Bresser gosta de praticar é o da classificação. Principalmente das posições nos debates sobre algum tema relevante em dada época.

Na primeira edição de *DeCB* (1968), há duas:

5.1) posições envolvendo industrialização brasileira: industrialismo x agriculturalismo; nacionalismo x cosmopolitismo; intervencionismo desenvolvimentista x liberalismo;

5.2) “ideologias possíveis” após o golpe de 1964: neoliberalismo clássico; liberalismo intervencionista tecnoburocrático-militar; e nacionalismo desenvolvimentista.

5.3) Em *EeSI* (1977) cita-se posições principais em relação ao desenvolvimento periférico: teoria da modernização, “perspectiva imperial-espoliativa” e a “teoria dialética da dependência”;

5.4) no debate sobre a economia brasileira pós “milagre econômico”, Bresser identifica, em *CAC*, as seguintes posições: neoclássicos, neokeynesianos e estruturalistas e o modelo do subdesenvolvimento industrializado;

5.5) posteriormente, a mais famosa das classificações aparecerá em “Seis interpretações sobre o Brasil”: vocação agrária x nacional burguesa; autoritário modernizante x funcional capitalista/superexploração imperialista/nova dependência; hegemonia da burguesia industrial.

5.6) no livro *CE* (1992) aparecem os “diagnósticos” sobre a economia brasileira ao longo do século XX: “liberal-oligárquico”, “nacional-populista protecionista”, “conservador protecionista internacionalista”, “neoliberal” e “progressista moderno”;

5.7) no livro *CEREB* (1996), há uma enumeração muito próxima à constante no artigo “Seis interpretações...”, mas com algumas nomenclaturas alteradas, ou melhor, atualizadas. As interpretações – mescladas com as nomenclaturas dadas aos pactos políticos identificados por Bresser ao longo da história contemporânea do Brasil – são: vocação agrária ou liberal-oligárquica; nacional-desenvolvimentista (dividida em nacional-burguesa e nova dependência); autoritário-modernizante ou burocrático-capitalista; neoliberal; crise do Estado ou social-liberal.

5.8) no artigo “A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de Controle” (1997) aparece o seguinte espectro político: esquerda tradicional, centro-esquerda pragmática, centro-direita pragmática e direita neoliberal.

Nota-se, portanto, que os exercícios classificatórios¹¹³ e de periodização recorrentes na obra de Bresser tem um sentido nitidamente político, como o a discussão feita em torno do “capitalismo mercantil”, dirigida contra J. Sarney¹¹⁴. Essas classificações das interpretações sobre o Brasil ou das posições em torno de algum debate específico, cuja nomenclatura pode variar de um exercício classificatório a outro¹¹⁵, expressam uma função instrumental explicitamente política nas análises de Bresser. Ou seja, o propósito principal delas não é a análise do pensamento social e econômico brasileiro em si, mas antes seu papel justificador da ação desenrolada no plano da militância política. As ideias enquanto depuração racional e, assim, justificação de interesses. Estabelecendo correlações diretas entre ideias e posicionamentos políticos, o propósito de Bresser é *explicitar suas próprias posições*, enquanto ator político e ideólogo. Seus exercícios classificatórios são, portanto, uma modalidade a mais de autoreferência.

Em determinados momentos e em alguns textos específicos, e como efeito principal – e planejado – disso tudo, Bresser transformou sua produção intelectual em algo semelhante à sociologia praticada por P. Bourdieu: um “esporte de combate”.

(5) *Pioneirismos, aproximações, homenagens*

Outras modalidades de autorreferências muito interessantes são as homenagens aos mestres e o rastreamento dos pioneiros. De modo geral, os textos escritos por Bresser em homenagem a autores considerados importantes em sua formação frequentemente assumem a forma de uma variação dos textos autobiográficos. Pois a leitura que se faz da trajetória e ideias de autores influentes é, em certa medida, uma leitura de si mesmo, de sua trajetória e ideias. Selecionando e realçando determinadas características nos mestres é também um expediente de autojustificação. Dois exemplos,

¹¹³ Os exercícios classificatórios de Bresser assemelham-se a ‘faseologia’ praticada por alguns isebianos (TOLEDO, 1982, 39ss): falar de si e/ou de seu tempo como sendo especial.

¹¹⁴ Cf., quanto a este tópico, a exposição feita no Capítulo 2.

¹¹⁵ As interpretações “nacional-burguesa” e da “nova dependência”, antes (em “Seis interpretações...”) distintas entre si, aparecem em *CEREB* como variações de uma mesma grande interpretação, a “nacional-desenvolvimentista”. Além disso, no mesmo livro há uma incorporação, ou atualização, das interpretações “neoliberal” e “da crise do Estado”.

envolvendo seus dois maiores mestres no que toca o estruturalismo latino-americano, são os artigos sobre C. Furtado e sobre I. Rangel.

Quanto ao primeiro, Bresser elogia a “independência teórica do pensamento de Furtado [*que*] permite que ele use as teorias que julgar relevantes para resolver os problemas de interpretação dos fatos econômico que tenha pela frente” (BRESSER-PEREIRA, 2001, 20). Ou seja, Bresser praticamente aplica a C. Furtado a noção de pragmatismo tal qual passou a aplicar sobre si mesmo desde sua transição intelectual, no final da década de 1980. Quanto a I. Rangel, Bresser ressalta sua defesa, já em fins dos anos 1970, de que o Brasil caminharia para uma crise (fiscal) do Estado, que será a própria posição de Bresser quanto à questão (BRESSER-PEREIRA, 2005b, 92-3).

Isso quanto aos mestres. Quanto aos outros autores em geral, o padrão de diálogo com estes é o de situá-los em suas próprias interpretações, e não tanto o inverso – situar a sua interpretação em outras análises, mesmo as clássicas e consagradas. O maior exemplo aqui, sem dúvida, é a leitura no mínimo heterodoxa de Marx na construção da tese da tecnoburocracia (*TeC*).

A observação do modo como Bresser constrói suas homenagens, principalmente aquela feita a I. Rangel, conduz à outra modalidade de autoreferência: o pioneirismo.

Essa modalidade aparece em Bresser, e cada vez mais frequentemente, a partir de fins dos anos 80 em diante – seu período de “maturidade”. Quanto mais Bresser transitava na dimensão das “linguagens”, mais tendia a promover e acumular lances discursivos com pretensões de serem decisivos. Independentemente de eles terem sido efetivamente decisivos ou não, de terem fundado ou não alguma nova “linhagem” de pensamento, Bresser não deixou de olhar para sua obra como um oceano de novidades, produzidas ou não por ele.

Semelhantemente aos mapeamentos de debates que fez regularmente, a explicitação dos “pioneiros” serve para realçar e reafirmar as suas próprias posições em contextos de debates específicos, além, é claro, de melhor legitimá-las.

As iniciativas pioneiras em, ou pelo menos fortemente relacionadas a, temas importantes em sua obra são as seguintes:

1º) **Crise (fiscal) do Estado**: “Embora a interpretação da crise do Estado tenha como antecedentes as abordagens do nacional-desenvolvimentismo e da dependência...” (CEREB, 51); “Os trabalhos de [*economista Rogério*] Werneck sobre a crise fiscal foram pioneiros...” (CEREB, 323, nota 1). Em I. Rangel seria possível encontrar um

“esboço da teoria da crise fiscal do Estado...” (2005b, 92-3). Além desses, Bresser cita também J. O’Connor, C. Offe e P. Rosanvallon (*CER*, 102-03).

2º) **Administração pública gerencial**: Bresser defende que o “Brasil foi o primeiro a iniciar uma reforma gerencial” (BRESSER-PEREIRA, 2010, 4) e que ela “não foi uma cópia” (BRESSER-PEREIRA, 2010, 21-2). O pioneirismo do MARE é reafirmado em outras ocasiões (*CEREB*, 273; *DeCB*, 315-16; *CER*, 248-48; BRESSER-PEREIRA, 2002, 559-60), assim como o da reforma proposta pelo Decreto-lei 200/1967, “que será pioneira, anunciando a Reforma Gerencial ou da Gestão Pública de 1995” (*BPCB*, 64) tendo sido então “um primeiro momento da administração gerencial no Brasil” (*CEREB*, 273; tb. *CER*, 210; 219; 248-49; *ME*, 105);

3º) **Tecnoburocracia**: tendo em vista a exposição realizada no Capítulo 1 deste trabalho, não é necessário se estender sobre este tema. Apenas lembrar que os pioneiros apontados por Bresser são J. Burham, Berle e Means e J. K. Galbraith. E lembrar também que sob esse tema foram aproximados àqueles autores pensadores como K. Marx, M. Weber, C. W. Mills, entre (muitos) outros.

4º) **Inflação inercial**: “O primeiro *paper* que foi escrito no Brasil – acho que no mundo – sobre inflação inercial foi publicado por mim e pelo Nakano, em 1983” (BRESSER-PEREIRA, 2011b, 4-5, sublinhado nosso). Além de si próprio e de seu parceiro Y. Nakano (*NR*, 102-03), contribuíram também pioneiramente para o tema P. Arida, A. L. Resende, F. Lopes entre outros (*CEREB*, 326, nota 9; 334, nota 5; 321, nota 22; *DeCB*, 264, nota 5; 281-300; BRESSER-PEREIRA, 2002, 558), inclusive, aliás, I. Rangel (*CEREB*, 323, nota 5; 324; *DeCB*, 289).

5º) **Abordagem da dependência**: “Desenvolvi [*em DeCB*] (...) esta nova interpretação da América Latina, que seria mais tarde chamada de teoria da dependência” (*CEREB*, 328, nota 5). Em outro momento, escreve: “Creio que estes três trabalhos [*de Maria da C. Tavares e José Serra, de E. Bacha e o terceiro um artigo seu*], completando a análise sociológica de Cardoso e Faletto (...) estabeleceram as bases econômicas da teoria nova dependência (*sic*)” (*DeCB*, 168, nota 3; BRESSER-PEREIRA, 2002, 555).

6º) **Direitos republicanos e ‘privatização do Estado’**: “Durante os anos 1970, Luciano Martins (...) pela primeira vez utilizou a expressão ‘privatização do Estado’ (...). Ao mesmo tempo, Anne Kruger (...) definiu *rent-seeking*” e ambos “estavam se referindo ao mesmo problema (...): a necessidade de proteger a *res publica*” (*CER*, 129). A partir daí, a noção de direitos republicanos foi sendo construída por Bresser a partir

de autores como N. Bobbio, J. Habermas, J. Rawls e M. Walzer, (BRESSER-PEREIRA, 2002, 561). Os paradigmas da democracia participativa e deliberativa são consideradas equivalentes entre si por Bresser, e ambas seriam, por sua vez, sinônimas de “democracia republicana” (CER,185).

7º) **Crítica ao Consenso de Washington:** “Creio ter sido o primeiro economista brasileiro ter feito a crítica sistemática do Consenso de Washington” (DeCB, 247; tb. 271, 345, 402; GC, 82) e ao segundo Consenso de Washington (DeCB, 345) também.

8º) **Novo desenvolvimentismo/macroeconomia estruturalista:** “Quando voltei [da universidade de Oxford], comecei a desenvolver um conjunto de ideias *novas*, em relação à macroeconomia do desenvolvimento” (2011b, 7-8, grifo nosso). Bresser lembra também que “em uma conversa com Paulo Gala, eu compreendi que as novas ideias que haviam emergido poderiam figurar como um segundo momento na teoria estruturalista do desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2011a, 500)¹¹⁶. O primeiro momento corresponde ao período “1940-1960 e se esgotou no anos 1970” (BRESSER-PEREIRA, 2011a, 500), enquanto o segundo aos anos 2000.

9º) **Revolução política na Igreja Católica:** Bresser defende seu pioneirismo: “Como escrevi esse ensaio [*sobre a Igreja Católica*] durante o ano de 1969, esse foi provavelmente o primeiro trabalho sociológico da detectar e analisar em profundidade a revolução política na Igreja Católica iniciada pela reunião dos bispos latino-americanos de Medellin, em 1968” (BRESSER-PEREIRA, 2006, 28, grifos nossos; 34).

10º) **Populismo econômico:** o livro *PE* é uma coletânea organizada por Bresser com algumas das “contribuições clássicas” ao tema (CEREB, 320, nota 14);

11º) **Social-liberalismo:** a “ideia do social-liberalismo teve origem em Carlo Rosselli (...), que teve em Bobbio (...) seu principal analista. (...) No Brasil, José Guilherme Merquior (...) escreveu sobre o liberalismo social. Minha proposta (...) foi inspirada nesses três autores” (CEREB, 317, nota 1). A importância de Bobbio será reafirmada em outros momentos (CEREB, 329, nota 7; CER, 147, nota 105; BRESSER-PEREIRA, 2002, 561), assim como a de Carlo Rosselli (BRESSER-PEREIRA, 1997). A social-democracia europeia também é apontada como referência para o social-liberalismo “brasileiro” (DeCB, 223), além de três economistas argentinos (J. Fanelli, R. Frenkel e G. Rozenwurz) citados por Bresser (CEREB, 46). J. Rawls, Q. Skinner, R. Dworkin e C. Taylor “Pertencem à esquerda moderna, socialdemocrática ou social-

¹¹⁶ Tradução livre do original em inglês.

liberal” (*CER*, 176). Até de J. K. Galbraith Bresser dirá: “Claramente, ele é um social-liberal” (*CEREB*, 327, nota 5);

12º) **Doença holandesa:** além de ser uma variante da ideia de “maldição dos recursos naturais” (*ME*, 103), Bresser insere na discussão conceitos baseados em David Ricardo (*ME*, 121; *GC*, 151), além do estruturalismo latino-americano. Quanto a este último, indica que o desenvolvimento alcançado pelo Brasil no período 1930-1980 só foi possível porque o país “adotou uma política estruturalista de proteção e uma política industrial que impediam que a doença holandesa atuasse” (*ME*, 128). Os “economistas não tinham conhecimento [*da doença holandesa*] na época, mas (...) os formuladores de política intuía[m]” (*GC*, 60).

13º) **Crítica ao crescimento com poupança externa e às altas taxas de juros do Brasil pós Plano Real:** o pioneirismo aqui é do próprio Bresser também: “É necessário, no plano da teoria econômica do desenvolvimento, acrescentar a crítica do crescimento com poupança externa, sobre a qual não conheço nada significativo na literatura econômica” (*ME*, 142). Quanto aos juros: “Quando Bresser e Nakano publicaram seu artigo de 2002, no qual creio que pela primeira vez havia uma crítica consistente às taxas de juros praticadas no Brasil...” (*ME*, 202-03).

14º) **Modelo teórico de distribuição de renda:** Bresser aproxima seu trabalho desenvolvido em *LAC* com um de A. Przeworski. “Enquanto ele [*Przeworski*] desenvolvia essa extraordinária análise política mostrando que não seria necessariamente racional da parte dos trabalhadores optar pelo estatismo (...), eu estava desenvolvendo uma análise econômica que me levou a uma conclusão semelhante” (*CER*, 72).

15º) **Nação:** do prefácio escrito por Barbosa Lima Sobrinho à primeira edição de *DeCB*, de 1968, ao texto da aba da capa do livro *GC*, escrito por H. Jaguaribe, já em 2009, é mais do que claro as fontes de influência sobre Bresser, quanto ao tema da “nação”. De Barbosa Lima Sobrinho, “o mais notável representante do nacionalismo no Brasil” (*EB*, 1998, 206, nota 2), Bresser cita com frequência a frase “o capital se faz em casa” (1991c; 2004c, 76; *DeCB*, 372-73). E, ao afirmar que o grande problema político brasileiro de meados dos anos 1990 em diante é a “perda da ideia de nação”, redescobre-se “como bom discípulo do ISEB” (2004c, 72).

Portanto, as aproximações feitas, seja através das homenagens e indicações de pioneirismo seja de outras formas, constituem em Bresser um peculiar procedimento de incorporação à sua obra de autores muitas vezes díspares entre si através de uma

movimentação em níveis altamente abstratos, onde esmaecem as contradições, distinções e divergências. Níveis onde tudo é, por assim dizer, “possível” ao pensamento, livre em seus próprios domínios. Mas não se trata de meros exercícios intelectuais. Muito pelo contrário, aquelas aproximações fazem sentido quando se considera que a unidade da obra está remetida à autoria – à atividade de construção e, principalmente, de fundamentação de suas posições – de um ator político. Ou melhor, a atividade autoral como modalidade a mais de atuação política.

Ao falar do mundo e dos outros, era de si que falava.

(6) *Compartimentação*

Outra peculiaridade interessante, resultante em grande parte das aproximações efetuadas por Bresser, quase um efeito colateral delas, é a compartimentação ou fragmentação de sua obra: a tese da tecnoburocracia, por exemplo, mesmo assumindo feições de metateoria – interpretação geral da civilização ocidental capitalista –, não parece ter tido grande peso ou influência nas análises de Bresser sobre desenvolvimento (tanto as dos anos 1960/1970 quanto as dos anos 2000 em diante).

Assim, Tecnoburocracia/Desenvolvimento/Administração Pública parecem ser três porções da obra de Bresser insuficientemente integradas entre si, permanecendo apenas, ou principalmente, a autoria como ponto de referência da unidade da obra.

O que se nota, mais precisamente, em relação àqueles três grandes temas, é uma escala de abstração, alta quando se trata de Tecnoburocracia, média em relação ao Desenvolvimento, e baixa no que toca a Administração Pública. Mas tal escala não se constituiu em um caminho com ligações claras e sistemáticas – um *continuum* – entre aqueles três segmentos temáticos. A atenção de Bresser à eficiência – enquanto critério de definição (organização tecnoburocrática) e de avaliação (reforma gerencial de 1995) – poderia ser considerada como um dos mais importantes pontos de contato entre segmentos temáticos diversos, ainda que insuficiente para conferir alguma unidade a seu pensamento – além da unidade da autoria.

O recurso frequente a procedimentos de aproximações de autores, ideias, teorias, temas etc. distantes entre si cobra seu preço nisso – na quase impossibilidade de se superar essa compartimentação ou fragmentação.

Na busca de uma perspectiva própria, pode-se comparar Bresser a um de seus grandes mestres, I. Rangel, que escolheu “a via intelectual como a forma principal de sua contribuição política pessoal” (BIELSCHOWSKY, 1988, 247). Enquanto a

heterodoxia deste último pode ser caracterizada como ‘dogmática’, no sentido de que desenvolveu e sustentou um mesmo conjunto de princípios, posições e ideias ao longo de sua carreira¹¹⁷, a heterodoxia bresseriana pode ser considerada, em seus próprios termos, ‘pragmática’. Nada mais contrastante. Nota-se que o preço pago por Rangel foi a “solidão intelectual” (BIELSCHOWSKY, 1988, 248), enquanto que o pago por Bresser foi a segmentação de sua obra, quando tomada em conjunto¹¹⁸.

Obra e trajetória reconsideradas

A unidade da obra ou conjunto de todos os textos de Bresser, como já visto, é dada pela autoria. A continuidade profunda, em contraposição à heterogeneidade de superfície (textos com formatos os mais diversos possíveis, mudanças de posição teórica ou política, aparentes ou reais contradições etc.), é dada por um conjunto de movimentos multidirecionais das cadeias de argumentação, cujas direções colocam no foco central de atenção do debate determinado tema ao mesmo tempo em que pelo mesmo movimento desloca para a periferia do mesmo debate outros possíveis temas. Assim, o núcleo de determinada tese é rodeada por uma constelação temática e argumentativa formada por todos os temas e argumentos paralelos e transversais possíveis de figurarem na discussão, mas cuja presença não é necessariamente indispensável (do ponto de vista do autor, pois o que é indispensável para um, pode ser supérfluo para outro).

O manejo argumentativo e temático dos diversos elementos possíveis de figurar em um texto (argumentos, dados estatísticos, tabelas, quadros, exemplos etc.) é resultante daqueles movimentos multidirecionais. A relação entre unidade e continuidade de uma obra tende a ser tensa, na medida em que a unidade assenta-se na autoria, um autor busca, de modo geral, manter a coerência de suas posições e valores, apesar das eventuais mudanças (teóricas e/ou políticas) pelas quais possa passar. As alterações de contexto (acontecimentos-chaves, ideias-força e linguagens) e as movimentações do autor no interior dele (ocupando posições diversas, ampliando redes de contatos, acessando recursos importantes, falando e sendo ouvido etc.) e em outros contextos (experiências pessoais em geral, desde viagens curtas até o desenvolvimento

¹¹⁷ A tese da dualidade, por exemplo (BIELSCHOWSKY, 1988, 247-82).

¹¹⁸ Algumas comparações poderiam ser feitas também com Guerreiro Ramos e sua posição *outsider* nas ciências sociais brasileiras (OLIVEIRA, 1997; 2004; 2006).

de atividades mais importantes) estão intimamente relacionadas com os movimentos de focalização/deslocamento de temas.

Por isso, seria difícil afirmar, no caso de Bresser, uma continuidade límpida e progressiva. “Apenas escrevemos um livro em nossa vida ou reescrevemos várias vezes o mesmo” escreveu G. Truc (1973, 16), que tinha em mente Montesquieu. E o “livro” deste último “foi o *Espírito das Leis*, no qual pensava desde sua juventude, para o qual recolhia elementos durante sua carreira de estudioso, o qual confrontava antecipadamente, em suas viagens, com a realidade”. O *Espírito das leis* seria o livro no qual ele expressaria “todo o seu pensamento” (TRUC, 1973, 16). Dificilmente se pode falar o mesmo de Bresser, o qual, além de não ter *um* grande livro, dedicou-se a temas tão diversos e variados, que somente com muita dificuldade, imaginação e abstração se poderia dizer que seus textos convergem para um, e apenas um, grande projeto de juventude.

Se não há tal unidade progressiva, não há também, por outro lado, uma fragmentação tão forte ao ponto de se tornar impossível estabelecer qualquer vínculo entre textos diferentes em momentos diferentes. A heterogeneidade da obra de Bresser poderia, em um primeiro momento, apontar para uma situação na qual rupturas e fragmentações seriam tão fortes que seria praticamente impossível encontrar qualquer unidade nela.

A proposta deste trabalho foi considerar o pensamento de Bresser como uma atividade que se desenrolou em meio a outros tantos tipos de atividades e vincular a análise dos sentidos (direções assumidas e significados reivindicados) de seu pensamento aos contextos pelos quais ele transitou ao longo de sua trajetória e às atividades empreendidas nesses contextos. Tratava-se de responder à questão de *o que ele estava fazendo, além de pensar?* E como esta atividade só existe quando publicada – de maneira escrita ou não –, outra pergunta norteadora foi: *para quem ele estava “falando”?*

Emerge dessa forma uma obra marcada por um enorme alongamento das linhas de dispersão temáticas. Tão longa e variada quanto sua própria trajetória. Devido ao emprego dos arranjos temáticos acima citados, principalmente a justaposição, por meio da qual textos curtos serviam de base a textos maiores, nos quais a sucessão de temas diversos tinham suas distâncias temporais encurtadas a fim de que, na simultaneidade da coletânea, produzissem efeitos diversos dos originalmente pretendidos e ampliando sua (possibilidade de) circulação. Por meio disso, a retomada de textos, temas, ideias,

conceitos etc. anteriormente expostos permitem aprofundamentos, adensamentos e/ou, principalmente, atualizações em partes ou segmentos da obra de Bresser, vinculando, dessa forma, as linhas de dispersão temáticas com sua circulação acadêmica, política e profissional.

Destarte, há uma linha de dispersão (*tecnoburocracia/ênfase na longa duração/mais marxismo que macroeconomia*) que começa em *TeC* e permanece ascendente até *LAC*, quando praticamente se estanca. Apresenta sobrevida ainda em *TechC*, mas já fortemente mesclada com a outra linha de dispersão iniciada em *DeCB* (*desenvolvimento/ênfase no curto prazo/mais macroeconomia que marxismo*), que ganha forte fôlego pelas análises conjunturais (*CAC, AF, THZC* entre outros), tornando-se nitidamente ascendente ao longo dos anos 1980 e 1990 (*CE, REDN, CERE* entre outros). O alongamento, cruzamento, abandono, reforço, retomada etc. dessas linhas são plenamente explicáveis pela trajetória político-profissional de Bresser.

Quando, após sua “transição intelectual”, passar a caminhar sob o signo da crise fiscal, Bresser afirmará e reafirmará que se trata de novos tempos, para os quais são necessárias novas ideias. Contudo, para consolidar as suas posições a respeito dos grandes temas dessa época, recorre a dois tipos de expedientes que remetem ao passado: o primeiro, genealógico, ou seja, de reafirmação da importância da herança do estruturalismo latino-americano e de sua fidelidade a ele; o segundo, o pioneirismo difuso – apresentação de uma dada teoria ou interpretação como surgida da confluência de pesquisas e reflexões feitas por pessoas diferentes em lugares (universidades, órgãos governamentais etc.) diferentes.

Se, em relação à tecnoburocracia, Bresser transitava no abstrato, com toda liberdade e imaginação que este nível de argumentação permite, aproveitando ao máximo esse momento das linguagens, onde prevalece a legitimidade da lógica e da *inovação*, no caso do desenvolvimento e da crise, a realidade concreta do cotidiano pressionava por decisões e posicionamentos os mais precisos possíveis – chegara a hora, o momento das linhagens, da legitimidade da herança, da *tradição*, entendida esta no sentido mais amplo possível. Ainda que Bresser tenha tentado pensar a crise dos anos 1980 como uma irremediável crise do nacional-desenvolvimentismo, não realizou este movimento abandonando simultaneamente os suportes teóricos do nacional-desenvolvimentismo: continuou a se declarar fiel e herdeiro do estruturalismo latino-americano.

Sobre o tema da burocracia, Bresser foi da ousada e abstrata tese da tecnoburocracia à polêmica, porém concreta e detalhada, proposta de reforma gerencial. Sobre o tema do desenvolvimento, foi das grandes interpretações do Iseb e do estruturalismo latino-americano, passando por uma tentativa de síntese entre Marx e Keynes/Kalecki, à prática de uma macroeconomia cosmopolita, mas cirurgicamente aplicada ao caso brasileiro. Assim, os dois grandes temas da obra de Bresser – burocracia e desenvolvimento econômico – aparecem sob formulações diferentes, conforme Bresser se posiciona mais próximo do campo intelectual ou do campo político: quando próximo do primeiro, Bresser é o intelectual intérprete, dialogando com as grandes teorias e propondo outras teorias também “grandes”. Nessa perspectiva, burocracia é “tecnoburocracia” – tipo de sociedade e/ou modo de produção e formação social – e desenvolvimento, acompanhado por suas problemáticas vizinhas (inflação, dívida pública etc.), é analisado sob uma perspectiva global e multidisciplinar. Quando Bresser se aproxima do campo político-partidário, burocracia torna-se “administração pública”, analisada sob o viés do gerencialismo e o desenvolvimento é setorializado, tornando-se objeto de análises e políticas macroeconômicas bem especificadas – monetárias, fiscais, de câmbio, juros etc. Surge então o especialista, minucioso e polêmico.

Essa trajetória errante ajuda a compreender por onde Bresser foi disseminando lances discursivos – fixação de um novo conceito que passou a ser amplamente usado ou pelo menos discutido; proposição de algum novo “objeto” ou tema de pesquisa que até então não estudado; elaboração de uma abordagem metodológica diferente das que estavam em voga; formulação de alguma nova teoria etc. – e onde tais lances permaneceram e/ou germinaram.

A ausência de estudos sobre a obra de Bresser como um todo, ou pelo menos de uma parte razoável dela, pode ser uma consequência de tal trajetória: suas grandes teorias, ainda que polêmicas, não se fixaram nos debates nem fixaram novos debates; por outro lado, suas contribuições mais especializadas se fixaram e abriram novos debates, além de consagrar o uso de uma nova roupagem vocabular, uma nova linguagem, no tratamento de questões relacionadas, por exemplo, à administração pública. Ou seja, os textos, análises, críticas, etc. dedicados à Bresser *tendem a ser tão setorializados ou especializados quanto seus lances discursivos decisivos*.

E, tendo em vista a acima apontada compartimentação de sua obra, é perfeitamente possível selecionar um segmento temático – taxa de juros, gerencialismo,

crise do Estado – e discuti-lo sem necessariamente remetê-lo ao conjunto de sua produção intelectual. *O contexto de debates do tema selecionado explica mais o segmento do que a obra em si.*

Por outro lado, apesar de ser um autor que ajuda a imprimir movimento a debates, pesquisas acadêmicas etc., um difusor de ideias, a eficácia de seus lances discursivos, avaliada em termos de alteração dos próprios termos do debate, Bresser não fundou sua própria “linhagem” de pensamento. Antes avançou em determinadas linhagens, fazendo-as avançar, portanto. Também não criou uma nova linguagem, mas incorporou e colocou criativamente em uso as disponíveis.

Esgueirando-se entre linearidades, ciclos e caos. Entre as visões que pressupõem a possibilidade do sentido pleno e aquelas que renunciam a busca de qualquer sentido, buscou-se descrever e analisar a obra de Bresser, o conjunto de sua produção intelectual, na medida em que ela foi sendo construída ao longo de sua trajetória.

Entre uma continuidade linear e uma fragmentação avessa a qualquer sentido, entre o “progresso” e o “caos”, uma síntese possível desses contrários poderia ser encontrada no emprego das várias *figuras de pensamento* acima listadas. A continuidade da produção intelectual em meio a rupturas e fragmentação, a partir da unidade da atividade autoral. Conforme o autor, Bresser neste caso, escreve e constrói sua obra, ele abre e alarga, a cada texto, um espaço de possibilidades germinais. Tal espaço é “inaugurado” (primeiros textos), alargado (textos posteriores) e, principalmente, *estruturado* conforme o autor constrói sua obra. Assim, o manejo argumentativo e temático, acima apontado, que pode ser encontrado em cada texto é não apenas o resultado e concretização de possibilidades, mas também, para o próprio autor, um alargamento de novas possibilidades. A cada coisa dita, restam sempre outras, muitas outras, por dizer. E, em meio a tudo isso, aquelas possibilidades germinais e/ou até então marginais vão sendo ativadas pela atividade autoral, ou seja, temas, argumentos, dados etc. são retomados, incorporados, justapostos, atualizados etc. E isto mesmo na ausência de qualquer “projeto de juventude”, isto é, mesmo sem qualquer plano previamente traçado.

O mais importante é isto: entre a continuidade e a ruptura, encontram-se as intenções – manifestas nas retomadas e incorporações – da atividade autoral, politicamente orientadas, que conferem certa unidade e continuidade mínimas a sua própria obra, ainda que tais unidade e continuidade sejam delicadas.

Nota-se, e é importante frisar este ponto, que a problemática da coerência do conjunto da obra, nesta pesquisa, encontram-se suspensa. A única unidade em consideração aqui é a da autoria. E isto é importante porque o analista não pode “resolver” o problema da coerência ou não da obra de determinado autor, apenas descrever as diversas articulações efetivamente realizadas. Articulações essas multidirecionais, cumulativas, mas também descontínuas.

Ao considerar, seguindo algumas sugestões do contextualismo linguístico, o pensamento como uma atividade que pode assumir um status de ‘ato de fala’, engendrou-se situações analíticas que permitiram variadas operações de transitividade por meio das quais a ‘compreensão’ do conceito de ‘ato de fala’ teve sua ‘extensão’ ampliada para outros fenômenos empíricos – os “modos de pensar” ou figuras do pensamento de Bresser. Tal transitividade permitiu, assim, que um acontecimento único – a publicação de um texto, por exemplo – reaparecesse, no plano da análise, como uma *amostra* (parte do todo) ou um *caso* (todo em si mesmo). Isto é, como um acontecimento singular, que apesar de único carrega ou pode carregar em si combinações variadas de figuras de pensamento em contexto diversos.

Não se trata, portanto, de possibilidades e combinações abstratas localizadas em algum lugar distante ou desconhecido. São possibilidades e combinações dadas na e pela obra e trajetória de Bresser, em diálogo constante com as linhagens e linguagens disponíveis a cada momento e, obviamente, com seus portadores. A política feita, principalmente, de ideias e palavras.

BIBLIOGRAFIA DE BRESSER

LIVROS

- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Tecnoburocracia e Contestação**. 1a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974 (as pesquisas básicas que deram suporte empírico ao livro foram realizadas em 1964-5).
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Ideologia y Tecnoburocracia**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1975.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**: Esboço de uma economia política periférica. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O colapso de uma aliança de classes**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **As revoluções utópicas**: a revolução política na igreja, a revolução estudantil. São Paulo: Vozes, 1979.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A sociedade estatal e a tecnoburocracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Economia brasileira**: Uma introdução crítica. 1º edição. São Paulo: Brasiliense, 1982 [3º edição, São Paulo: Editora 34, 1998].
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Pactos Políticos**: do populismo à redemocratização. São Paulo, Brasiliense, 1985a.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A dívida e a inflação**. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1985b.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Lucro, Acumulação e Crise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Technobureaucratic capitalism**. São Paulo: 1990 (Texto manuscrito, publicado somente no site pessoal de Bresser-Pereira). Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 21 de maio de 2012.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Os tempos heroicos de Collor e Zélia**: Aventuras da modernidade e desventuras da ortodoxia. São Paulo: Nobel, 1991b.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A crise do Estado**. São Paulo: Nobel, 1992.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Nova República**: 1985-1990. São Paulo: Edições CEP (Centro de Economia Política), 1993.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Macroeconomia da Estagnação**: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994. São Paulo: Editora 34, 2007.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Burocracia pública na construção do Brasil**. Manuscrito disponível no site < <http://www.bresserpereira.org.br>>. Versão de junho de 2008a. Acesso dia 20/02/2013.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Construindo o Estado republicano: Democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010a.

ARTIGOS, CAPÍTULOS DE LIVRO E LIVROS EM CO-AUTORIA

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Carta a Luiz de Eça”. Carta a Luiz Antônio and Marilena de Almeida Eça, de East Lansing, Michigan, 14.12.1960. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/>. Acesso em 11/06/2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The rise of middle class and middle management in Brazil. *Journal of Inter-American Studies*, 4(3), July 1962: 313-326.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O empresário industrial e a revolução brasileira. In: _____. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, pp.213-224, (Anexo III). Publicado originalmente em *Revista de Administração de Empresas*, nº 8, junho-setembro de 1963.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Origens étnicas e sociais do empresariado paulista. In: _____. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, pp. 191-208, (Anexo I). Publicado originalmente em *Revista de Administração de Empresas*, vol. 4, nº 11, junho de 1964, pp. 83-106.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Três hipóteses sobre o início da industrialização brasileira e a economia cafeeira. In: _____. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, pp. 209-12 (Anexo II).

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Seis interpretações sobre o Brasil”. In: _____. **Pactos Políticos: do populismo à redemocratização**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BRESSER PEREIRA, L. C. (Org.). **Dívida Externa: crises e soluções**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “De volta ao capital mercantil”. In: D'INCAO, Maria Angela. **História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.** São Paulo, Brasiliense, 1989b, pp. 279-297.

BRESSER PEREIRA, L. C e NAKANO, Y. **Inflação e recessão: a teoria da inércia inflacionária**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991a

BRESSER PEREIRA, L. C. (Coord.) **Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina**. São Paulo: Nobel, 1991b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “O capital se faz em casa”. Resenha do livro *Japão: o capital se faz em casa*, de Barbosa Lima Sobrinho, 1991c. Disponível no site: <http://www.bresserpereira.org.br/> Acesso em 30/03/2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.). **Reformas Econômicas em Novas Democracias**. São Paulo: Editora Nobel, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de Controle”. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997a. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1).

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Prefácio”. In: ROSSELLI, Carlo. **Socialismo Liberal**. Rio de Janeiro: Instituto Teotônio Vilela e Jorge Zahar Editor, 1997b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Entre el mercado y el estado: lo público no estatal”. BRESSER-PEREIRA, L. C. e GRAU, N. C. (Eds.). **Lo Público no Estatal em la Reforma del Estado**. Buenos Aires: CLAD/Paidós, 1998, pp. 25-56.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado”. In: WILHEIM, Jorge e SOLA, Lourdes (Orgs). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: UNESP, Brasília: ENAP, 1999a, pp. 67-116.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Um novo aprendizado”. Folha de S. Paulo, 10/01/1999b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Método e paixão em Celso Furtado”. In: Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rego, (orgs.). **A Grande Esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34: 2001, 19-43.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “La restricción económica y la democrática”. In BRESSER-PEREIRA, L. C. et. al. (Orgs.). **Política y Gestión Pública**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004a, 13-42.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Prefácio”. In: L. C. Bresser-Pereira et al. **Política y Gestión Pública**. Buenos Aires/Caracas: Fondo de Cultura Económica/CLAD, 2004b, 7-11.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004c, pp. 49 a 84.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Norberto Bobbio (1909-2003)”. *Folha de S. Paulo*, 11 de janeiro de 2004d.

BRESSER PEREIRA, L. C. “Gestão do Setor Público: estratégia e estrutura para um novo Estado”. In: BRESSER PEREIRA, L. C. e SPINK, P. **Reforma do Estado e Administração pública gerencial**. 7ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005a, pp. 21-38 .

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A volta por cima de Ignácio Rangel. *Primeira Leitura* n.43, setembro 2005b: 90-93.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Do ISEB e da Cepal à teoria da dependência”. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. São Paulo: Editora Revan: 2005c, 201-232.

BRESSER-PEREIRA L. C. “Depois das revoluções utópicas”. Prefácio à 3ª edição de *As Revoluções Utópicas dos anos 1960*. São Paulo: Editora 34, 2006, 7-34.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Reforma gerencial e o Sistema Único de Saúde”. In: BAYMA DE OLIVEIRA, Fatima (Org.). **Política de Gestão Pública Integrada**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008b, pp. 174-183.

BRESSER-PEREIRA, L. C., “A tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio no Brasil”. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). **Crise Global e o Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010b.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics”. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 31, nº 3 (123), pp.493-502, July-September/2011a.

CORDEIRO, Laerte; CARVALHO, Ary de; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Administração geral e relações industriais**. São Paulo: FGV, 1968. (Bresser redigiu os quatro primeiros capítulos do livro).

PRESTES MOTA, F. P. e BRESSER-PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 (1ª edição de 1980; os capítulos I, II, III, IV, V e IX foram escritos por Bresser em 1963-4, e atualizados em 1979).

ENTREVISTAS E TEXTOS AUTOBIOGRÁFICOS

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Jogo aberto**: entrevistas com Bresser Pereira. Org. por Carlos Alberto Sardenberg. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Entrevista”. In: FERREIRA, Claudiney e VASCONCELLOS, Jorge (Orgs.). **Certas Palavras**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1990, pp. 196-210 (Entrevista concedida aos organizadores do livro, em junho de 1989, por ocasião da publicação da coletânea *Dívida externa: Crise e soluções*, organizada por Bresser).

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Contra a corrente no Ministério da Fazenda”. *RBCS*, nº 19, jun. de 1992. Reprodução integral do depoimento dado por Bresser o IUPERJ, em 16 de setembro de 1988 (“Uma experiência no governo”), acrescida, aqui, de comentários de Eli Diniz, Maria Rita Loureiro e Ângela de C. Gomes.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Luiz Carlos Bresser Pereira (1934)”. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; e REGO, José Marcio. **Conversas com Economistas**. São Paulo: Editora 34, 1996, pp. 152-187 (Entrevista concedida por Bresser em outubro e novembro de 1995).

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Influências e contribuições”. *Revista de Economia Política*, vol. 20, nº 1 (77), jan.-mar./2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Entrevista a Francisco Gaetani sobre o MARE e a reforma de 95”. Entrevista concedida em 2.11.2001 a Francisco Gaetani como subsídio a sua tese de doutoramento na *London School of Economics*, tendo como orientador Michael Barzelay.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “O Economista”. In: MOTOYAMA, S. (org.). **50 anos do CNPq contados pelos presidentes**. São Paulo: Fapesp, 2002. (Entrevista concedida no dia 25 de abril de 2001 a Shozo Motoyama, Marilda Nagamini e Renato Vargas). pp. 545-78.

BRESSER PEREIRA, L. C. “The 1995 Public Management Reform in Brazil: reflections of a reformer”. In: Schneider, Ben Ross & Heredia, Blanca (Eds.). **Reinventing Leviathan**. Miami: North-South Center Press, 2003, 89-107.

BRESSER PEREIRA, L. C. “Economista ou sociólogo do desenvolvimento”. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. (Orgs.). **Em busca do novo**: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004, pp. 509-76.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Os primeiros passos da reforma gerencial do estado de 1995”. In: D'INCAO, Maria Angela e MARTINS, Hermínio (Orgs.). **Democracia, Crise e Reforma**: Estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010: 171-212.

BRESSER PEREIRA, L. C. “Luiz Carlos Bresser-Pereira”. Exposição no seminário *Desenvolvimento econômico: crescimento com distribuição de renda*, em comemoração aos 200 anos do Ministério da Fazenda, ESAF, Brasília, 8, 9 e 10 de setembro de 2008. Publicado no livro **200 anos - Ministério da Fazenda**: Os Ministros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010a. pp. 47-58.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Principais trabalhos de Bresser-Pereira sobre taxa de câmbio e crescimento”. Nota de junho de 2010b. Publicada no site <http://www.bresserpereira.org.br/>. Acesso em 30/03/2013.

BRESSER PEREIRA, L. C. “A guide to my work”. Escrito em 19 de março de 2011b. Disponível apenas no site <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4410>. Acesso em 2 de junho de 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Por uma ideia de nação”. Entrevista concedida à Maria Inês Nassif. *Valor Econômico*, 08/04/2011b.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “O caminho com meu irmão”. Discurso na solenidade de homenagem do Instituto Cultural Lourenço Castanho a seu irmão, Sylvio Luiz Bresser-Pereira. São Paulo, 27 de fevereiro de 2012.

BIBLIOGRAFIA SOBRE BRESSER

ANDREWS, Christina W. e KOUZMIN, Alexander. “O discurso da Nova Administração Pública”. In: *Lua Nova*, volume 45, 1998, págs. 97-129.

ANSENSIO, Angel. “*Mondialisation et compétition*”. *Économies et Sociétés, Série “Développement, croissance et progress”*, F, n° 45, 2/2011, p. 397-409.

ARAÚJO, F. de A. “Progresso técnico e distribuição de renda: a interpretação de Luiz Bresser Pereira”. *Rev. de Econ. Pol.*, vol. 14, n° 1 (53), jan.-mar/1994.

FERRARI FILHO, Fernando. “Macroeconomia da estagnação”. Resenha disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=2596>. s/d. Acesso em 10/06/2013.

FIORI, José Luís. “Bresser-Pereira: ‘Utopista Liberal’”. *Valor Econômico*, 12.8.09.

FONSECA, P. C. D. “O ecletismo inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-43, abr. 2007.

FONSECA, Roberto Giannetti da. “A insustentável leveza da dívida”. *Valor Econômico*, 28.07.2011.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. “Argumentação e renovação institucional em Bresser Pereira Introdução à leitura de ‘Construindo o Estado Republicano’”. *Revista Brasileira de Direito Público*, v. 10, p. 93-126, 2012. .

GÓES, Walder de. “Algumas noções sobre Luiz Carlos Bresser-Pereira”. Informe biográfico sobre Bresser quando este se tornou Ministro da Fazenda, em 1987. Disponível no site <http://www.bresserpereira.org.br/listar.asp?cat=90>. Acesso em 2 de junho de 2013.

LONGO, Francisco. “Democracy and Public Management Reform: Building the Republican State”. *International Public Management Journal*, 2007, 10(1), pp. 123-125.

LOPES, F. L. “Plano Bresser: a versão de otenização”. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. (Orgs.). 2004, pp. 215-46.

LOUREIRO, M. R. e ABRÚCIO, F. L. “Construtor de instituições”. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. (Orgs.). 2004, pp. 85-100.

MAJEED, Rushda. “Strengthening public administration: Brazil, 1995 - 1998”. *Innovations for Successful Societies*. New Jersey: Princenton University, 2011.

MANTEGA, G. e NAKANO, Y. “Resenha de *Lucro, Acumulação e Crise*, de Luiz C. Bresser-Pereira”. *Rev. de Econ. Pol.*, vol. 7, n°1, jan.-mar./1987, pp.155-57.

MARQUES, André M. e FOCHEZATTO, Adelar. “Taxa de juros e prêmio de risco: investigando a hipótese Bresser-Nakano para a economia brasileira, 1995-2005”. *Rev. econ. contemp.* 2007, vol.11, n.2, pp. 351-375.

MELO, M. A. “Republicanism, cidadania e (novos?) direitos”. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. (Orgs.). 2004, pp. 363-85.

MIGUEL, Paulo. “Bresser quer economia mais perto de história e sociedade”. *Folha de S.Paulo*, 30.5.2010.

MIRANDA, D. E. R. **Mudanças institucionais e gestão pública**: Sobre a reforma gerencial de 1995. São Carlos : UFSCar, 2010 (Dissertação de Mestrado).

_____. “A reforma gerencial de 1995: o ‘poder das ideias’”. *Pensata: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, v. 1, p. 82-104, 2011.

MOLINERO, Jorge. Comentários sobre “The global financial crisis and after: a new capitalism?” Buenos Aires, 8.2.2010.

MORAIS, Lecio e SAAD-FILHO, Alfredo. “Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula”. *Revista de Economia Política*, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. **Em busca do novo**: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

NASSIF, Luis. “Bresser-Pereira e as figuras referenciais”. *Luis Nassif Online*, 26.3.2013. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/economia/bresser-pereira-e-as-figuras-referenciais> Acesso em 10/06/2013.

OLIVEIRA, Francisco de. “O culto a Moloch: Bresser Pereira e a reforma gerencial do Estado”. In: BRAVO, Maria Inês S. et alli (Orgs). **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez, 2002, págs. 139-147.

PACHECO, R. “Reforma da gestão pública de 1995-98”. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. (2004, 443-61).

PAULA, Luiz Fernando de. “Devagar que a estabilidade é de barro”. *O Estado de S. Paulo*, 3 de junho de 2007.

PROST, Yannick. Analyse de livre “Mondialisation et competition”. *Revue IRIS - Institut de Relations Internationales et Stratégiques*, automne 2009.

REIS, Fabio Wanderley. “Nacionalismo e política externa”. *Valor Econômico*, 12.5.2008.

RENOUARD, Cécile. “Mondialisation et competition”. *Etudes*, novembre 2009 - tome 411/5.

ROETT, Riordan. “Mind your step”. Review on Luiz Carlos Bresser-Pereira, José María Maravall and Adam Przeworski, **Economic Reforms in New Democracies** (Cambridge: Cambridge University Press, 1993). *International Economic Insights*, November 1993: 28.

SALAMA, P. “Analyses bibliographiques – Mondialisation et competition”. *Revue Tiers Monde*, jul.-sep. 2009, nº 199, pp. 679-682.

SUZIGAN, W. “Crise e reconstrução do Estado”. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. (Orgs.). 2004, pp. 269-83.

UNZELTE, C. D. **A família Bresser na história de São Paulo**. Idealizado por Diva Bresser. São Paulo: Campo Visual, 2003.

VANNUCHI, P. “Os socialismos de Bobbio e Bresser-Pereira”. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. (Orgs.). 2004, pp. 423-41.

VASCONCELLOS, Gilberto F. **O príncipe da moeda**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.

WOOD Jr., Thomaz (Org.). “Por um Estado com poucos funcionários públicos e alta carga tributária”. *Anuário de Pesquisa 2011-2012/EAESP*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012, pp. 120-121.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABRÚCIO, L. F. e LOUREIRO, M. R. “Burocracia e política na nova ordem democrática brasileira: o provimento de cargos no alto escalão do governo federal (governos Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC)”. São Paulo, relatório de pesquisa, NPP/EAESP/FGV, 1998.

ARRUDA, M. A. N. “A trajetória da pesquisa na sociologia”. *Estudos Avançados*, 8(22), 1994, PP. 315-24.

_____. “Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século”. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(2): 39-52, outubro de 1997.

_____. “A sociologia de Florestan Fernandes”. *Tempo soc.*, vol.22 no.1 São Paulo Jun. 2010.

ABRÚCIO, Fernando Luiz e LOUREIRO, Maria Rita. “Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 14 no 41 outubro/1999.

ABRÚCIO, Fernando Luiz; PÓ, Marcos Vinícios. Trajetórias da literatura sobre reforma do Estado (1995-2002): transformações e desafios para a pesquisa em Administração Pública. Relatório de pesquisa ENAP. Brasília: ENAP, 2002.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 23/10/ 2008.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BARBOSA e SILVA, Leonardo. **O governo Lula e a agenda dos anos 90**: ambiguidade na política administrativa. Araraquara, São Paulo, 2008, Tese de doutorado.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Dependência: da teoria à prática. *Estudos Avançados*, vol. 13, 215-24, 1999.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L; RÊGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BOBBIO, N. “Bobbio defende o ‘compromisso’ entre liberalismo e socialismo”. Entrevista concedida à L. C. Bresser-Pereira. *Folha de S.Paulo*, Caderno *Mais!* 5.12.1994.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa, Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRANDÃO, G. M. “Prefácio”. In: RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. E a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP; Ed. 34, 2000, pp. 9-18.

_____. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild Editores, 2007.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>. Acesso: 28 de julho de 2013.

BURNHAM, J. **La rivoluzione del tecnici**. Itália: Editore Arnoldo Mondari, 1946.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **O processo de Agenda-setting na reforma da administração pública (1995-2002)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pos-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, UFSCar, 2006. (234 p.)

CARDOSO Fernando H. “Reforma do Estado”. BRESSER PEREIRA, L. C. e SPINK, P. **Reforma do Estado e Administração pública gerencial**. 7º edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005, pp 15-20.

CARVALHO, Marcelo B. S. A. **A reforma do Estado no Brasil**. Universidade Estadual de Campinas: 2002, manuscrito (Dissertação de Mestrado).

CARVALHO, L. M. “Louvor e distinção”. Revista *Época*, 2/03/2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2012/03/louvor-e-distincao.html>. Acesso em 21/04/2014.

CEPÊDA, V. “Dilemas do pensamento político: famílias intelectuais e as interpretações sobre o Brasil”. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 231-238, nov. 2008.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

COUTINHO, C. N. “Liberal-socialismo: um sorvete quente?”. *Folha de S. Paulo*. Jornal de Resenhas, 13 abr. 2002.

CUNILL GRAU, Nuria. **Repensando o público a partir da sociedade: Novas formas de gestão pública e representação social**. Tradução de Carolina Andrade. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP; 1998.

CUNILL GRAU, N. “O duplo papel do público não-estatal na reforma do Estado”. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. **Em busca do novo: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004, pp. 463-73.

CYSNE, Rubens Penha. “Mario Henrique Simonsen”. *Estudos avançados*. 2001, vol.15, n.41, pp. 139-154.

DOMINGOS, J. e MORAES, M. de. “Campos propõe 'novo desenvolvimentismo' para a economia”. *O Estado de S. P.*, 18/04/2014. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,campos-propoe-novo-desenvolvimentismo-para-a-economia,1155482,0.htm>. Acesso em 21/04/2014.

ENGELS, F. “Carta a Conrad Schmidt, 5 de agosto de 1890”. In: BARATA-MOURA, E. et alli (Orgs.). **Obras Escolhidas**. Lisboa: Editorial "Avante”, tomo III, 1982, pág: 542-544.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 3º edição, Editora Guanabara, 1981.

FERNANDES, Florestan. “Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante”. *Estud. av.* 1994, vol.8, n.22, pp. 123-138.

FLORES, Teresa Mendes. “Agir com Palavras: A Teoria dos Actos de Linguagem de John Austin”. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/flores-teresa-agir-com-palavras.pdf> Acessado em: 23/01/2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Edmundo Cordeiro e Antônio Bento. (*L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*, Éditions Gallimard, Paris, 1971).

_____. “O sujeito e o poder”. In: RABINOW, P. DREYFUS, H. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera P. Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-49.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luis Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2009.

FRANCO, M. S. C. “O tempo das ilusões”. In: CHAUI, M. e FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

_____. **Análise do modelo brasileiro**. 1972.

_____. **Prefácio à nova Economia Política**. 1976.

GALBRAITH, J. K. **The new industrial state**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1967.

GOUVEA, Gilda Portugal. **Burocracia e elites burocráticas no Brasil**. São Paulo, Paulicéia, 1994.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz M. Gazzaneo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Org. de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRYNSZPAN, M. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

IANNI, O. **O colapso do Populismo no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

JACKSON, Luiz Carlos. “Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)”. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1, jun. 2007.

JASMIN, Marcelo G. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. *RBCS*, Vol. 20, nº 57, fev./2005, 27-38.

LEBRUN, G. “O que é a tecnoburocracia?”. In: NAKANO, Y.; REGO, J. M.; FURQUIM, L. **Em busca do novo: o Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004, p.287-296 [*Publicado originalmente no Jornal da Tarde, em 17 de agosto de 1982*].

LEVI-STRAUSS, C. “A estrutura dos mitos”. In: _____. **Antropologia estrutural**. Trad. de Chaim S. Katz e Egianrdo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. *Revista do Serviço Público*, Ano 49, Número 2, Abr-Jun. 1998.

LOUREIRO, M. R., ABRUCIO, F. L. e ROSA, C. A., "Radiografia da alta burocracia federal brasileira: o caso do Ministério da Fazenda". *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 49, 4, 1998.

LOUREIRO, M. R. "Economistas e dirigentes no Brasil". In: RBCS, ano 7, out. De 1992.

_____. **Economistas no governo: Gestão econômica e Democracia**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia: Introdução à Sociologia do Conhecimento**. Tradução de Emílio Willems. 3º edição, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1976.

MARTINS, C. E. "Tecnocracia e tecnoassessoria". *R. Adm. Emp. (RAE)*, Rio de Janeiro, jul./set, 1970, 10(2): 39-66.

_____. **Tecnocracia e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

MARTINS, Humberto Falcão. **A modernização da administração pública brasileira no contexto do estado**. Escola Brasileira de Administração Pública, 1995. (Dissertação de mestrado).

_____. **Uma teoria da fragmentação de políticas públicas: desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública**. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2003. (Tese de Doutorado).

MARX, K. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". In: MARX, K. e ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, s/d., Vol. 1.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Editorial Avante!, 1997 (fev. de 1848).

MARX, K. **Crítica ao programa de Gotha**. RocketEditon, 1999 (1875). Disponível em <http://www.marxists.org>, acesso: 2 de abril de 2012.

MERTON, R. K. "Estrutura burocrática e personalidade". In: CAMPOS, Edmundo (org.). **Sociologia da burocracia**. Trad. de Edmundo Campos, 3º edição, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1976, pp. 107-24.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Trad. de Arthur Chaudon. Brasília: Editora UnB, 1982.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

_____. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

_____. "Prefácio". In: REGO, W. D. L. **Em busca do socialismo democrático. O liberal-socialismo italiano: o debate dos anos 20 e 30**. Campinas: Unicamp, 2001b.

_____. **Um Estado para a sociedade civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. "O pensamento político e a redemocratização do Brasil". In: CHAUI, Marilena e NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O pensamento político e a redemocratização do Brasil**. *Lua Nova*, São Paulo, 71: 173-228, 2007.

_____. **O encontro de Joaquim Nabuco com a política: As desventuras do liberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

OLIVEIRA, L. Lippi. "Guerreiro ontem, Guerreio hoje". *RAP - Rev. De Adm. Públ.*, 31(5): 9-14, set./out. 1997.

_____. “A sociologia de Guerreiro Ramos”. Texto apresentado no Seminário *O Projeto UNESCO: 50 anos depois*, organizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, de 12 a 14 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/unesco/06paper-Lippi.htm>. Acesso: 04/02/2014.

_____. “O olhar sociológico de Guerreiro Ramos”. *Mnemosine*, Vol. 2, nº2, p. 183-190, 2006.

OLIVEIRA, R. e GENNARI, A. M. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PAULA, T.M.B. [et. alli]. **Avaliação das citações em dissertações e teses do departamento de ciência política da FFLCH/USP defendidas no ano de 2000**: um estudo de uso. s/d. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/135.a.pdf>. Data de acesso: 6 de set./2011.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: Entre o povo e nação. Tradução Maria J. Goldwasser, São Paulo: 1990.

PÓ, Marcos Vinicius e ABRUCIO, Fernando Luiz. “Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças”. *RAP – Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 40(4):679-98, Jul . /Ago. 2006.

POCOCK, J.A.G. **Linguagens do ideário político**. Tradução de Fábio Fernandez e organização de S. Miceli. São Paulo: Edusp, 2003.

POMAR, Wladimir. **Araguaia - O Partido e a guerrilha**: Documentos inéditos. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PRADO Jr., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

PULICI, Carolina. “De como o sociólogo brasileiro deve praticar seu ofício: ascátedrasdesociologiadaupt entre1954 e1969”. *Perspectivas*, São Paulo, v. 31, p. 97-120, jan./jun. 2007.

RAMOS, Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

REZENDE, F. da C. **Por que falham as reformas administrativas?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, R. J. “A filosofia política na história”. *Revista Filosofia Política 2*, Porto Alegre: LePM Editores, 1985, pp. 117-26.

RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. E a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP; Ed. 34, 2000.

ROMÃO, W. De M. **Sociologia e política acadêmica nos anos 1960**: a experiência do CESIT. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

SANTOS, Wanderley G. **Reforma contra reforma**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1963.

_____. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978 (Coleção história e sociedade).

SARDENBERG, Carlos Alberto. **Aventura e Agonia**: nos bastidores do plano cruzado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWATZMAN, S. “Introdução”. In: _____ (Org.). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: Editora UnB, 1981.

SILVA, Ricardo V. “Uma ditadura contra a república: política econômica e poder político em Roberto Campos”. *Revista de Sociologia e Política*. 2006, n.27, pp. 157-170.

SKINNER, Q. “Significado y comprensión en la historia de las ideas”. *Prismas – Revista de historia intelectual*, n° 4, 2000, pp. 149-191.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)**. São Paulo: USP Tese de Doutorado (Manuscrito), 2008.

SOUZA, A. R. e ARAÚJO, V. de C. O estado da reforma: balanço da literatura em gestão pública (1994/2002). *RSP – Revista do Serviço Público*, Ano 54, Número 2, Abr-Jun 2003.

TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de ideologias**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1982.

TRAGTEMBERG, M. **Burocracia e ideologia**. 2º Ed., São Paulo: Ática, 1992.

TRUC, G. “Montesquieu”. In: MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção “Os Pensadores”), 9-22.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos de Sociologia Compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1991.

_____. **A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais**. Trad. de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006 (Ensaio comentado).

VASCONCELLOS, G. F. **O príncipe da moeda**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.

VIANNA, L. W. “Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira”. *Dados*, vol. 39, no. 3, Rio de Janeiro, 1996.

_____. “O pensar e o agir”. *Lua Nova*, n° 54, 2001, 35-42.

VIANNA, M. L. T. W. “A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica?”. *Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*, Rio de Janeiro, PPGSS/UFRJ, n. 18, 2008.

SITES CONSULTADOS

www.bresserpereira.org.br

<http://www.comissaodepesquisa.net/index.php?action=vv&id=168>

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias>

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>

www.scielo.org

APÊNDICE CRONOLOGIA BIOGRÁFICA

Atualizado até 30 de maio de 2014, em ordem cronológica.

Legenda:

- (Acad.): Atividade Acadêmica (formação e atividades profissionais acadêmicas).
 (Bio.): Dado biográfico pessoal.
 (Cons.): Participação em Conselhos (entidades da sociedade civil).
 (Emp.): Atividade profissional empresarial.
 (Hom.): Homenagem.
 (Jorn.): Atividade jornalística.
 (Pol.): Atividade política.
 (Prof.): Atividade profissional não acadêmica e não empresarial.

1934

(Bio.) *Junho*: nasce Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, em São Paulo-SP. Filho de Sylvio de Lima Gonçalves Pereira, advogado de formação, e Clara Bresser Gonçalves Pereira, professora.

1945

(Acad.) Inicia seu curso secundário no Colégio Jesuíta São Luis, em São Paulo.

1947

(Pol.)/(Bio.) *Janeiro*: Seu pai, Sylvio Pereira, torna-se Deputado Estadual pelo PTB, em São Paulo.

1948

(Bio.) O getulista Hugo Borghi e Sylvio Pereira¹¹⁹ fundam o jornal *O Tempo*, após perder as eleições governamentais de São Paulo do ano anterior para Adhemar de Barros.

1950

(Acad.) Faz o curso noturno “Seminário de Cinema”, ofertado pelo Museu de Arte de São Paulo.

(Prof.)/(Jorn.) Torna-se revisor e repórter no jornal *O Tempo*, do qual seu pai era diretor.

1951

(Pol.)/(Bio.) Fim do mandato de Deputado Estadual de seu pai, Sylvio Pereira.

1952

(Acad.) Termina seu curso secundário no Colégio jesuíta São Luis, em São Paulo.

1953

(Acad.) Inicia o curso de Direito, na USP.

(Prof.)/(Jorn.) Deixa o cargo de revisor e repórter e se torna crítico de cinema do jornal *O Tempo*.

(Pol.) Torna-se membro do PDC (Partido Democrata Cristão).

1954

¹¹⁹ Segundo relato autobiográfico de Bresser, “Influências e contribuições” (2000, 156).

(**Acad.)/(Prof.)** Inicia o Curso de Preparação de Oficiais de Reserva (CPOR) na arma de Cavalaria, em São Paulo.

(**Pol.**) Desliga-se do PDC (Partido Democrata Cristão).

1955

(**Acad.)/(Prof.)** Termina o Curso de Preparação de Oficiais de Reserva (CPOR) na arma de Cavalaria, em São Paulo.

(**Prof.**) Deixa o posto de crítico de cinema e se torna chefe de cobrança do Jornal *O Tempo*.

(**Acad.**) *Julho*: a leitura do artigo não assinado de Hélio Jaguaribe, “A sucessão presidencial”, publicado nos *Cadernos de Nosso Tempo*, causa um impacto decisivo sobre Bresser, que decide, então, tornar-se “sociólogo ou economista do desenvolvimento”.

1956

(**Prof.)/(Jorn.)** Deixa o posto de chefe de cobrança do Jornal *O Tempo*, que falira, e se torna *copydesk* (revisor) no jornal *Última Hora*, além de redator da coluna *Desenvolvimento e conjuntura*.

(**Prof.)/(Jorn.)** Começa a publicar artigos sobre propaganda no jornal *O Estado de S. Paulo*.

1957

(**Acad.**) Forma-se em Direito (USP).

(**Bio.**) Casa-se com Vera Cecília Motta Bresser Pereira, psicanalista.

(**Prof.**) Faz um Estágio para Segundo Tenente R-2 no Regimento de Cavalaria de Pirassununga.

(**Prof.)/(Jorn.)** Torna-se subsecretário de redação e secretário da primeira edição do jornal *Última Hora*.

(**Prof.**) Redator na empresa Promotion Propaganda.

1958

(**Prof.**) Redator na empresa McCan Erickson.

(**Prof.**) Redator na empresa Itapetininga Propaganda.

(**Prof.)/(Jorn.)** Deixa de publicar artigos sobre propaganda no jornal *O Estado de S. Paulo*.

1959

(**Prof.**) Redator na empresa Itapetininga Propaganda

(**Prof.**) Redator na empresa Divulgar Propaganda.

(**Acad.**) *Mai*: torna-se Auxiliar de Ensino, no Departamento de Administração Geral e Relações Industriais, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

1960

(**Acad.**) Inicia seu *Master of Business Administration*, na *Michigan State University* (MSU).

(**Acad.**) Torna-se Professor Instrutor na FGV.

1961

(**Acad.**) Participa, durante 3 meses, do *International Teacher's Program* (*Graduate School of Business Administration – Harvard University*).

(**Acad.**) Participa, por 5 semanas, de cursos no *Institute for Social Research* (*University of Michigan*).

(**Acad.**) Termina seu *Master of Business Administration* (MSU).

(**Acad.**) Torna-se Professor Assistente na FGV.

(**Acad.**) Associa-se à *American Economic Association*, até o presente momento.

(**Prof.**) Redator na empresa Divulgar Propaganda.

1962

(**Acad.**) Inicia seu Doutorado em Economia, na USP, sob orientação de Antônio Delfim Neto¹²⁰.

(**Acad.**) Torna-se Professor Adjunto na FGV.

(**Prof.**) Redator na empresa Divulgar Propaganda.

1963

(**Prof.**) Redator na empresa Divulgar Propaganda.

(**Emp.**) Assessor de propaganda para a inauguração das lojas 2 a 5 do Grupo Pão de Açúcar.

(**Emp.**) Torna-se Membro do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar.

1964

(**Emp.**) Torna-se assessor administrativo e de marketing do Grupo Pão de Açúcar.

1965

(**Emp.**) Torna-se Diretor Administrativo de todas as empresas do Grupo Pão de Açúcar.

1966

(**Acad.**) Faz um curso de 1 mês oferecido pelo *Commissariat Général du Plan*, do governo francês.

(**Acad.**) Move-se do Departamento de Administração Geral e Relações Industriais para o Departamento de Ciências Sociais (EAESP-FGV).

1967

(**Cons.**) Torna-se Membro do Conselho Técnico da Associação Comercial de São Paulo.

1968

(**Cons.**) Deixa o Conselho Técnico da Associação Comercial de São Paulo.

1970

(**Acad.)/(Cons.)** Torna-se Membro do Conselho Diretor do Cebrap.

(**Acad.**) Move-se do Departamento de Ciências Sociais para o Departamento de Economia (EAESP-FGV), recém-fundado.

1972

(**Acad.**) Defende sua tese de Doutorado em Economia (USP).

(**Acad.**) Torna-se Professor Titular na FGV.

(**Acad.**) Associa-se à *Union for Radical Political Economics*, até o presente momento.

1973

(**Cons.)/(Acad.)** Torna-se Membro do Conselho de Administração e Finanças da Fundação São Paulo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1975

(**Acad.**) Faz o Curso de Especialização em Economia do Desenvolvimento, ministrado por Celso Furtado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com duração de 3 meses.

1976

(**Jorn.**) Começa a publicar artigos com frequência no jornal *Folha de S. Paulo*.

¹²⁰ Porém, a relação de orientação não foi tão estreita. “Ele [Delfim Neto] realmente só participou na tese pelo fato de que eu participava de alguns seminários [*reuniões acadêmicas informais*] dele, onde conheci Affonso Celso Pastore, Betty Mindlin e Carlos [Antônio] Rocca” (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, 155). Após Delfim Neto foi para o governo do Estado de São Paulo, em 1964, Bresser estabeleceu relação de orientação com Diva Benevides Pinho.

1977

(**Acad.)/(Cons.)** Torna-se Presidente da SESU - Sociedade de Estudos Econômicos, Sociais e Urbanísticos, do Cebrap.

1979

(**Pol.**) Retorna a atividades político-partidárias (da qual se afastara desde os anos 1950, quando saíra do PDC), participando da campanha, pelo MDB, para o Senado de FHC.

1979

(**Pol.)/(Jorn.)** Membro do “Grupo Economia e Povo”, dirigido por Plínio de Arruda Sampaio. Escreveu artigos aproximadamente mensais no jornal *O São Paulo*, geralmente não assinados.

(**Acad.)/(Pol.)** Visita à China e à URSS.

1980

(**Acad.**) Torna-se Presidente do Centro de Economia Política, desde sua criação. Tal centro tem por propósito principal dar suporte à *Revista de Economia Política*.

(**Cons.)/(Pol.)** Membro do Conselho Superior de Economia (COSEC), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

(**Cons.)/(Acad.)** Deixa o Conselho de Administração e Finanças da Fundação São Paulo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

(**Jorn.**) Torna-se colunista do jornal *Folha de S. Paulo* (até este momento, escrevia com frequência, mas não tinha espaço reservado no jornal).

1981

(**Pol.**) Filia-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

(**Cons.**) Membro do Conselho de Administração da Mitra Arquidiocesana de São Paulo.

(**Acad.)** *Janeiro*: torna-se editor da *Revista de Economia Política*, desde seu primeiro número, lançado neste mês e ano, até o presente momento.

1982

(**Acad.**) Associa-se à *LASA (Latin American Studies Association)*, até o presente momento.

1983

(**Cons.**) Deixa o Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar.

(**Cons.)/(Pol.)** Membro do Conselho Superior de Orientação da Febraban.

(**Pol.)** *Março*: nomeado Presidente do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) pelo governador Franco Montoro (PMDB).

1984

(**Acad.**) Obtém o título de Livre-Docente em Economia, pela USP.

(**Acad.)/(Cons.)** Deixa a Presidência do SESU - Sociedade de Estudos Econômicos, Sociais e Urbanísticos, do Cebrap.

(**Cons.)/(Pol.)** Deixa o Conselho Superior de Orientação da Febraban.

1985

(**Pol.)** *Março*: deixa a Presidência do BANESPA para assumir a Secretaria de Governo, do governador Franco Montoro (PMDB).

1987

(**Hom.**) Recebe homenagem do governo mexicano: Grande Oficial da Águia Asteca.

(**Hom.**) Recebe homenagem do governo brasileiro: Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro do Sul.

(**Jorn.**) Deixa o posto de colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, mas continua publicando artigos com frequência no jornal.

(Pol.) *Março*: deixa a Secretaria de Governo para assumir a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, no governo Orestes Quércia (PMDB).

(Pol.) *Abril*: deixa a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo para assumir o Ministério de Estado de Negócios da Fazenda, sob o governo José Sarney (PMDB).

(Pol.) *Dezembro*: pede demissão do cargo de Ministro da Fazenda.

1988

(Pol.) Faz parte do grupo do PMDB que se desligou deste partido para fundar o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Torna-se membro do Diretório Nacional do PSDB.

(Acad.) Professor visitante no Instituto de Estudos Avançados, da USP.

(Cons.) Membro do Conselho de Administração da Cinemateca Brasileira, até o presente momento.

(Emp.) Torna-se Coordenador do Conselho Diretor do Grupo Pão de Açúcar.

(Jorn.) Torna-se colunista semana da revista *Isto é-Senhor*.

1989

(Acad.) Professor visitante no *IEDES (Institut pour le Développement Economique et Social)*, da Universidade de Paris I - *Phantheon Sorbonne*.

(Cons.) Torna-se Presidente da Sociedade Amigos da Cinemateca Brasileira.

1990

(Jorn.) Deixa o posto de colunista na revista *Isto é-Senhor*.

(Acad.) Professor visitante no *IEDES (Institut pour le Développement Economique et Social)*, da Universidade de Paris I - *Phantheon Sorbonne*.

(Acad.) *Janeiro e fevereiro*: professor visitante na *École d'Hautes Etudes en Sciences Sociales*, em Paris.

1992

(Cons.) Deixa a Presidência da Sociedade Amigos da Cinemateca Brasileira.

1993

(Acad.) Assume a Presidência do Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais.

(Acad.) *Setembro e outubro*: professor visitante na *École d'Hautes Etudes en Sciences Sociales*, em Paris.

1994

(Pol.) Tesoureiro nacional do PSDB e Presidente do Comitê Financeiro da Campanha “Fernando Henrique Cardoso Presidente”.

(Cons.) Deixa o Conselho de Administração da Mitra Arquidiocesana de São Paulo.

(Acad.) Deixa a Presidência do Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais.

(Emp.) Deixa o Conselho Diretor do Grupo Pão de Açúcar.

(Acad.) Associa-se à *EAEPE (European Association for Evolutionary Political Economy)*, até o presente momento.

1995

(Pol.) Deixa o Diretório Nacional do PSDB.

(Bio.) Cria o site www.bresserpereira.org.br.

(Pol.) *Janeiro*: assume o Ministério da Administração Federal e Reforma do aparelho de Estado (MARE), sob o governo FHC (PSDB).

(Pol.) *Março*: assume a Presidência do *Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD)*.

1996

(**Hom.**) Recebe homenagem do governo francês: Grande Oficial da Legião de Honra.

(**Cons.**) Deixa o Conselho Superior de Economia (COSEC) da FIESP.

(**Acad.**) *Julho*: Torna-se professor honorário na Universidade de Buenos Aires.

1997

(**Hom.**) Recebe homenagem do governo britânico: Cavaleiro de Sua Majestade a Rainha.

(**Acad.**) Associa-se à APSA (*American Political Science Association*), até o presente momento.

(**Pol.)/(Acad.)** *Outubro*: deixa a Presidência do *Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo* (CLAD). Torna-se Presidente do Conselho Científico do CLAD.

1998

(**Pol.**) Presidente do Comitê Financeiro da Campanha “Fernando Henrique Cardoso Presidente”.

(**Pol.**) *Dezembro*: deixa o MARE, que foi incorporado ao Ministério do Planejamento.

1999

(**Cons.)/(Acad.)** Membro do Instituto Fernand Braudel até o presente momento.

(**Pol.**) *Janeiro*: assume o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

(**Pol.**) *Julho*: deixa o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

(**Pol.**) *Agosto*: torna-se Assessor da Presidência da República para assuntos relacionados a governança progressiva ou terceira via.

(**Acad.**) *Setembro à dezembro*: período como *Visiting Fellow at the Nuffield College and the Centre for Brazilian Studies, Oxford University* (Grã-Bretanha).

2000

(**Emp.**) Retorna ao Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar.

(**Cons.**) *Março*: torna-se Membro do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (Radio e Televisão Cultura).

(**Cons.**) *Abril*: Membro do Conselho de Administração da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) até o presente momento.

2001

(**Cons.)/(Acad.)** Assume a Presidência do Conselho Diretor do Instituto Fernand Braudel.

(**Acad.**) Professor visitante no Departamento de Ciência Política, da USP (Disciplina de “Teoria da Democracia Moderna”).

(**Acad.**) *Janeiro à Março*: período como *Senior Associate Member of St. Antony's College e Visiting Research Associate at the Centre for Brazilian Studies, na Oxford University* (Grã-Bretanha).

2002

(**Acad.**) Professor visitante no Departamento de Ciência Política, da USP.

(**Acad.)/(Pol.)** Membro do Comitê de Peritos em Administração Pública do Conselho Econômico e Social da Nações Unidas, para um mandato de 4 anos.

2003

(**Pol.)/(Acad.)** Deixa a Presidência do Conselho Científico do CLAD.

(**Acad.**) Torna-se professor visitante associado permanente da EHESS – *École d’Hautes Études en Sciences Sociales* e da *Maison des Sciences de l’Homme*, Paris, na qual oferece, desde então, um curso anual.

(**Acad.**) Participa das atividades de ensino e pesquisa da recém-criada Escola de Economia (EESP) da FGV.

2005

(**Jorn.**) Torna-se, novamente, colunista do jornal *Folha de S. Paulo* (Caderno *Dinheiro*).

(**Acad.)/(Pol.)** Segundo mandato (4 anos) de Membro do Comitê de Peritos em Administração Pública do Conselho Econômico e Social da Nações Unidas.

(**Emp.**) Membro do Conselho de Consultivo da Companhia Brasileira de Distribuição do Grupo Pão de Açúcar até o presente momento.

(**Acad.**) Deixa a Presidência do Conselho Diretor do Instituto Fernand Braudel.

(**Emp.**) Deixa o Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar e se torna Membro do Conselho Consultivo.

(**Acad.**) Entra pra o Programa de Pós-graduação em Administração Pública e Governo (EAESP -FGV).

(**Acad.)/(Hom.)** Agosto: Primeiro Professor Emérito da FGV.

2006

(**Cons.**) Abril: Deixa o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (Radio e Televisão Cultura).

2008

(**Emp.**) Membro do Conselho de Administração da empresa Le Lis Blanc.

(**Acad.**) Abril: Patrono da Associação Keynesiana Brasileira, fundada neste ano.

2009

(**Acad.**) Membro do Conselho Editorial da *Revista de la Cepal*, até o presente momento.

(**Acad.**) Membro do Conselho Editorial da *Revista Política Democrática*, até o presente momento.

(**Emp.**) Sócio minoritário (5%) da empresa *Bresser Assets*, de seu filho Rodrigo Bresser-Pereira.

2010

(**Jorn.**) Muda sua coluna quinzenal no jornal *Folha de S. Paulo* (do caderno *Dinheiro* para o caderno *Mundo*)

(**Acad.**) Membro da Comissão Consultiva da *Revista Problemas del Desarrollo* (Unam – Universidade Autónoma del México).

(**Acad.)/(Hom.)** Outubro: recebe o título de Doutor *Honoris Causae* pela Universidade de Buenos Aires.

2011

(**Pol.**) Desfilia-se formalmente do PSDB.

(**Cons.)/(Pol.)** Torna-se novamente Membro do Conselho Superior de Economia (COSEC) da FIESP, até o presente momento.

(**Acad.**) Membro do Conselho Editorial de *Dados – Revista de Ciências Sociais*, até o presente momento.

(**Acad.**) Membro do Conselho Consultivo de *Cadernos do Desenvolvimento*, do Centro Celso Furtado, até o presente momento.

2012

(**Cons.**) Membro do Conselho de Administração da ABRALE (Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia), até o presente momento.

(Acad.) Membro fundador do Conselho de Patronos da *Review of Keynesian Economics*, editada pela *Edward Elgar Publishing*.

(Acad.) Membro do Conselho Editorial da revista *Forum for Social Economics*, editada pela *The Association for Social Economics*.

(Acad.) Membro do Conselho Editorial da Revista Análise Econômica, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE/UFRGS).

(Emp.) Deixa o Conselho Consultivo do Grupo Pão de Açúcar.

2013

(Cons.)/(Pol.) Membro do Conselho da Cidade de São Paulo, da prefeitura da cidade de São Paulo, até o presente momento.